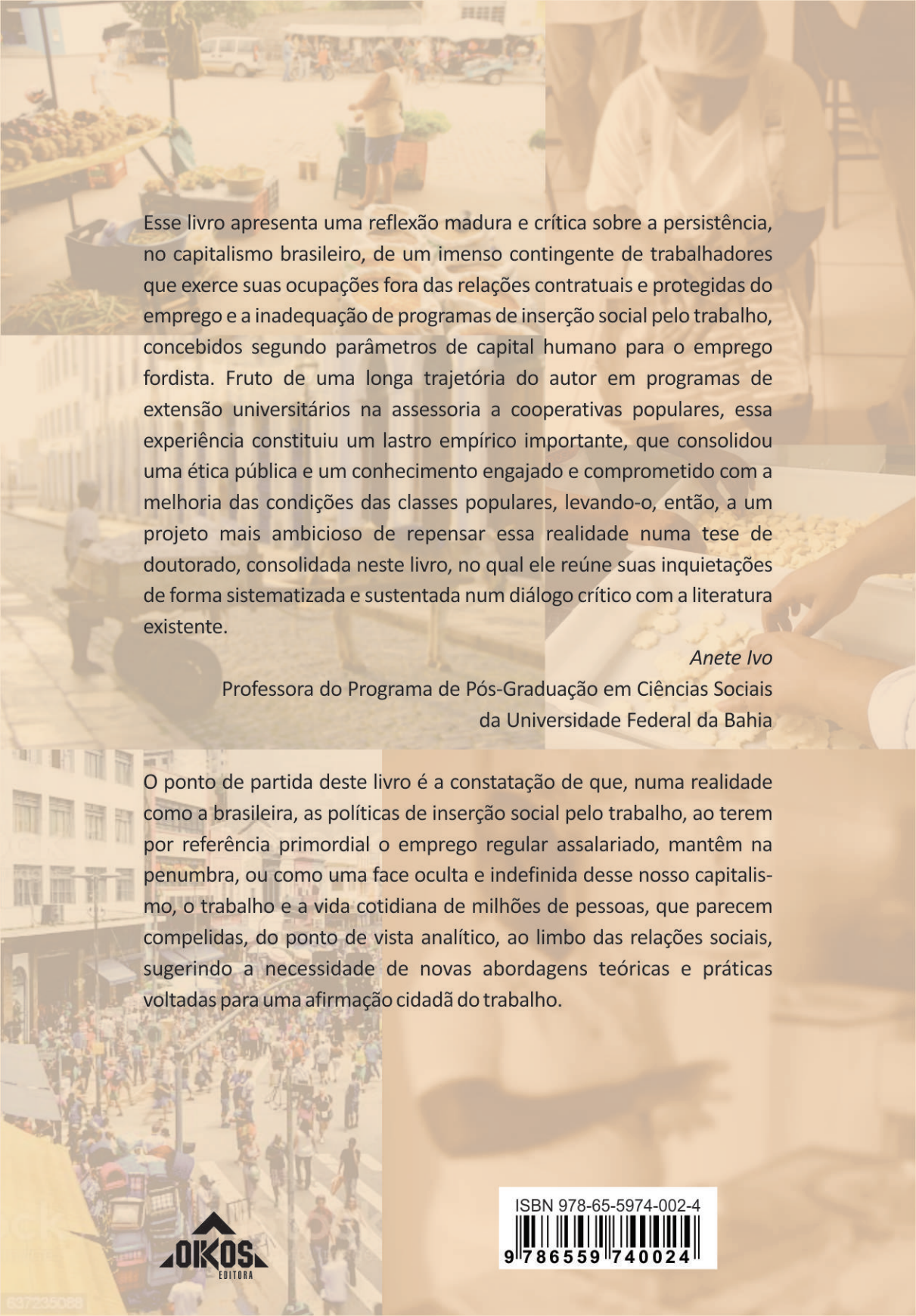


Economia dos setores populares: *o trabalho para além da norma salarial*



Gabriel Kraychete

OKOS
EDITORA



Esse livro apresenta uma reflexão madura e crítica sobre a persistência, no capitalismo brasileiro, de um imenso contingente de trabalhadores que exerce suas ocupações fora das relações contratuais e protegidas do emprego e a inadequação de programas de inserção social pelo trabalho, concebidos segundo parâmetros de capital humano para o emprego fordista. Fruto de uma longa trajetória do autor em programas de extensão universitários na assessoria a cooperativas populares, essa experiência constituiu um lastro empírico importante, que consolidou uma ética pública e um conhecimento engajado e comprometido com a melhoria das condições das classes populares, levando-o, então, a um projeto mais ambicioso de repensar essa realidade numa tese de doutorado, consolidada neste livro, no qual ele reúne suas inquietações de forma sistematizada e sustentada num diálogo crítico com a literatura existente.

Anete Ivo

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
da Universidade Federal da Bahia

O ponto de partida deste livro é a constatação de que, numa realidade como a brasileira, as políticas de inserção social pelo trabalho, ao terem por referência primordial o emprego regular assalariado, mantêm na penumbra, ou como uma face oculta e indefinida desse nosso capitalismo, o trabalho e a vida cotidiana de milhões de pessoas, que parecem compelidas, do ponto de vista analítico, ao limbo das relações sociais, sugerindo a necessidade de novas abordagens teóricas e práticas voltadas para uma afirmação cidadã do trabalho.

OKOS
EDITORA

ISBN 978-65-5974-002-4



9 786559 740024

Economia dos setores populares
O trabalho para além da norma salarial

Gabriel Kraychete

Economia dos setores populares
O trabalho para além da norma salarial

E-book



São Leopoldo
2021

© Gabriel Kraychete – 2021

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Imagem da capa: Patrícia Carvalho

Revisão: Patrícia Carvalho

Diagramação e arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)

Marluza M. Harres (Unisinos)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fornet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

K91e Kraychete, Gabriel

Economia dos setores populares: o trabalho para além da norma salarial. [e-book] / Gabriel Kraychete. – São Leopoldo: Oikos, 2021.

250p.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-65-5974-002-4

1. Economia popular. 2. Trabalho. 3. Cidadania. 4. Inserção social – Trabalho – Categorias de análise. I. Título.

CDU 334

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

*Para Jorge e Morena, meus pais,
com uma saudade imensa.*

*Para Raquel, com a delicadeza
de quem é apenas “um aprendiz do seu amor”.*

*Para Ricardo Costa, Bia Costa (em memória) e Xico Lara,
que anteciparam inspiradores caminhos em apoio à economia popular solidária.*

O passado não reconhece o seu lugar: está sempre presente.

Mario Quintana

AGRADECIMENTOS

Este livro resulta da minha tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós- Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), sob o título *Economia dos setores populares e inserção social pelo trabalho: a reprodução da vida para além da norma salarial* (2018). Ele é o resultado de um percurso teórico e prático, que me foi proporcionado pela vivência de trabalho como integrante da equipe do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) (anos 1980), da Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (CAPINA) (anos 1990), e pelo programa de pesquisa e extensão Economia dos Setores Populares, que coordenei na UCSAL, entre 1998 e 2019. A partir de 2009 as atividades desse programa foram amplificadas com a criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UCSAL), com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e, em 2016, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Agradeço a todas as pessoas e instituições que contribuíram para esse meu trabalho teórico e analítico ao longo de todo esse período.

Agradeço, com imenso carinho, à professora Anete Ivo, minha orientadora, que, de forma extremamente amiga, formulou questões essenciais para a definição do rumo da pesquisa, sugeriu correções, leituras, rearrumações do texto e o uso de termos e palavras que tornaram mais preciso o meu próprio pensamento e a forma de expressá-lo. Ter a sua orientação foi um privilégio, que me proporcionou um processo de aprendizado extremamente rico e agradável.

Agradeço aos integrantes da banca de tese – professoras Ângela Borges e Fátima Lepikson (UCSAL) e professores Roberto Marinho Alves da Silva (UFRN) e José Ricardo Ramalho (USP) – pelo estimulante debate e pela pertinência das contribuições.

Sou muito grato aos colegas e estudantes, que, em diferentes momentos, participaram do programa de pesquisa e extensão que coordenei na UCSAL, especialmente a Patrícia Carvalho pela sua presença constante, solidária e sempre amiga na condução dos trabalhos ao longo de todo esse tempo. As assessorias que realizamos, no âmbito desse programa, para as organizações econômicas populares, as várias edições do curso de extensão em *Viabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos da economia popular solidária*, e o uso da metodologia desse curso para a capacitação dos técnicos dos

Centros Públicos de Economia Solidária vinculados à Superintendência de Economia Solidária da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes (SETRE) do governo da Bahia, muito contribuíram para o desenvolvimento das minhas formulações sobre a *ambiência* e as condições singulares de sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários.

Renovo o meu agradecimento às organizações populares dos moradores da Península de Itapagipe, especialmente à Associação dos Moradores do Conjunto Santa Luzia, que, no início dos anos 2000, me convidaram para coordenar uma pesquisa sobre as características do trabalho por conta própria realizado de forma individual ou familiar nesta área da cidade do Salvador. Desde então, os aprendizados daquela pesquisa e das assessorias que tive a oportunidade de realizar para aquelas organizações, forneceram elementos basilares para a minha análise sobre a dinâmica peculiar da economia dos setores populares.

Devo registrar que, a partir de 2006, três programas do governo do estado da Bahia, objetivando a inclusão social pelo trabalho, tomaram por referência os meus estudos sobre a economia dos setores populares: i) o Projeto Viva Nordeste, implementado em 2006 no bairro do Nordeste de Amaralina; ii) o Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes do Estado da Bahia, implementado, em 2009, pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR) e pela Companhia de Desenvolvimento Urbano (CONDER); e iii) o Programa Vida Melhor Urbano, que, a partir de 2011, desenvolveu um amplo serviço de assistência técnica aos trabalhadores da economia popular urbana. Os encontros de trabalho que tive com os gestores, técnicos e agentes desses programas, instigaram vivamente as minhas reflexões sobre a sociabilidade dos trabalhadores da economia popular urbana. Estendo a todos o meu agradecimento.

O apoio da equipe da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), foi essencial para o tratamento estatístico da economia popular urbana na Região Metropolitana de Salvador (RMS) com base nas categorias utilizadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Agradeço especialmente a Ana Maria Guerreiro pela sugestão de variáveis da PED para um delineamento da economia popular urbana, e a Luiz Chateaubriand, que, pacientemente, discutiu comigo os pressupostos conceituais e realizou os cálculos estatísticos.

Sou muito grato ao amigo e colega Vinicius Gonçalves, que trabalhou, de forma cuidadosa, a base de microdados da PNAD. O meu agradecimento a Marize Pitta pela revisão da versão original e a Patrícia Carvalho pela revisão do presente texto.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	15
PREFÁCIO	17
INTRODUÇÃO	27
1. O TRABALHO NO CAPITALISMO E AS CATEGORIAS DE ANÁLISE	39
CENAS DA VIDA: situações-tipo	40
<i>Situação-tipo 1 – A mulher que produz “geladinho” na periferia de Salvador ..</i>	<i>40</i>
<i>Situação-tipo 2 – Agricultores familiares que produzem polpas de frutas de forma associativa</i>	<i>42</i>
<i>Situação-tipo 3 – Associação de mulheres que produzem alimentos na cidade ..</i>	<i>42</i>
O TRABALHO NO CAPITALISMO: mercantilização e desmercantilização da força de trabalho	43
<i>A mercantilização da força de trabalho e a transição contemporânea</i>	<i>43</i>
<i>Desmercantilização da força de trabalho no Estado de Bem-estar social</i>	<i>45</i>
O TRABALHO PARA ALÉM DA NORMA DO ASSALARIAMENTO: algumas categorias de análise	51
<i>A categoria do trabalho informal</i>	<i>51</i>
<i>Trabalho como ativo na perspectiva neoliberal: empregabilidade e empreendedorismo</i>	<i>55</i>
<i>A institucionalização dos empreendimentos econômicos solidários</i>	<i>57</i>
<i>Contratendência crítica: “classe que vive do trabalho”</i>	<i>59</i>
INTERPELANDO FRONTEIRAS ENTRE NOÇÕES TEÓRICAS E A DINÂMICA REAL: aderências e disjunções	60
2. DIMENSÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA POPULAR URBANA	65
ORDEM ESCRAVISTA E TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO LIVRE	66
A INCORPORAÇÃO DOS TRABALHADORES NA ORDEM CAPITALISTA E QUESTÃO SOCIAL: a especificidade brasileira ...	69

PARTICULARIDADES HISTÓRICAS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO ESPAÇO REGIONAL BAIANO	76
<i>O predomínio da acumulação mercantil e a organização social da produção</i>	77
<i>A diversificação do capital mercantil e o surgimento da indústria</i>	83
<i>A cidade de Salvador: sede do capital mercantil</i>	86
<i>As formas de trabalho no espaço urbano</i>	89
3. ECONOMIA DOS SETORES POPULARES: fundamentos teóricos e características peculiares	102
REVISITANDO ALGUMAS TESES	102
<i>Economia de mercado e capitalismo: a análise pouco convencional de Fernand Braudel.....</i>	103
<i>Singer: o emprego em países não desenvolvidos</i>	106
<i>Milton Santos e o “circuito inferior” da economia urbana</i>	109
<i>Razeto: diferentes expressões da economia popular.....</i>	115
<i>Coraggio: da economia popular à economia do trabalho</i>	118
ECONOMIA DOS SETORES POPULARES E SUA DINÂMICA PECULIAR: a produção de mercadorias por não mercadoria	123
DIMENSÃO E PERFIL DA ECONOMIA DOS SETORES POPULARES	128
<i>A economia popular urbana: o trabalho realizado de forma individual ou familiar.....</i>	130
<i>Os empreendimentos da economia solidária e as condições sociais singulares da reprodução coletiva em espaços rurais e urbanos.....</i>	163
4. A ESTRUTURA OCUPACIONAL NOS ANOS 2000 E OS PROGRAMAS DE INSERÇÃO SOCIAL PELO TRABALHO ...	173
ESTRUTURA OCUPACIONAL	173
POLÍTICAS DE INSERÇÃO SOCIAL PELO TRABALHO	180
5. ECONOMIA DOS SETORES POPULARES E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	193
A DIMENSÃO POLÍTICA DE UMA ABORDAGEM CONCEITUAL: retornando às ‘cenas da vida’... para transformá-las .	193

INSERÇÃO SOCIAL E ECONOMIA DOS SETORES POPULARES: uma ambiência necessária	203
---	-----

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
--------------------------------------	------------

ANEXOS	217
--------------	-----

REFERÊNCIAS	236
-------------------	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da posição na ocupação do emprego urbano. Brasil, 1960 – 2006.	75
Tabela 2: População – Capitais selecionadas, 1872 – 1920.	88
Tabela 3: População ocupada urbana e trabalhador da economia popular urbana. Brasil, Bahia e RMS, 2015.	132
Tabela 4: Trabalhador da economia popular urbana por contribuição para a Previdência Social. RMS, 2008 – 2015.	140
Tabela 5: Renda média de categorias selecionadas. RMS, 2015.	140
Tabela 6: Trabalhador da economia popular urbana por ramo de atividade. RMS, 2015.	142
Tabela 7: Economia popular urbana por Classificação Brasileira de Ocupações. RMS, 2015.	143
Tabela 8: Horas semanais trabalhadas por categorias selecionadas. RMS, 2015.	144
Tabela 9: Trabalhador da economia popular urbana por local de trabalho, segundo o sexo. RMS, 2015.	144
Tabela 10: Trabalhador da economia popular urbana por categorias selecionadas, conforme faixa de idade. RMS, 2015.	147
Tabela 11: Características pessoais dos trabalhadores da economia popular urbana e da PEA ampliada. RMS, 2016.	149
Tabela 12: Principais ocupações dos trabalhadores autônomos para o público. RMS, 2016.	151
Tabela 13: Local de funcionamento do negócio dos ocupados como autônomos para o público e jornada semanal de trabalho segundo o local de funcionamento. RMS, 2016.	152

Tabela 14: Média da jornada de trabalho dos autônomos para o público por contribuição para a Previdência Social. RMS, 1997 – 2016.	153
Tabela 15: Rendimento médio real dos ocupados segundo a posição na ocupação. RMS, 2016.	155
Tabela 16: Economia popular urbana. Trabalhadores por conta própria por tipo de atividade. Península de Itapagipe, 2001.	157
Tabela 17: Economia popular urbana. Trabalhadores por conta própria por tipos de clientes. Península de Itapagipe, 2001.	158
Tabela 18: Economia popular urbana. Origem dos recursos para iniciar o trabalho. Península de Itapagipe, 2001.	158
Tabela 19: Economia popular urbana. Forma de pagamento utilizada pelos empreendedores. Programa Vida Melhor Urbano, 2012. .	159
Tabela 20: Economia popular urbana. Trabalhadores por conta própria conforme planos para o futuro. Península de Itapagipe, 2001. ..	160
Tabela 21: Participação na PEA dos ocupados por posição na ocupação e dos desempregados. Brasil, 1992 – 2015.	173
Tabela 22: Participação do trabalho protegido e dos desempregados na PEA. Brasil, 1992 – 2015	175
Tabela 23: Participação na PEA dos ocupados por posição na ocupação e dos desempregados. Bahia, 1992 – 2015.	176
Tabela 24: Participação do trabalho protegido e dos desempregados na PEA. Bahia, 1992 – 2015	176
Tabela 25: Participação na PEA dos ocupados por posição na ocupação e dos desempregados. RMS, 1992 – 2015.	178
Tabela 26: Participação do trabalho protegido e dos desempregados na PEA. RMS, 1992 – 2015.	178

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Participação na população ocupada dos empregados com carteira e trabalhadores da economia popular urbana. Brasil urbano, 2002 - 2015.	133
---	-----

Gráfico 2: Participação na população ocupada dos empregados com carteira e trabalhadores da economia popular urbana. Bahia urbano, 2002 a 2015.	134
Gráfico 3: Participação na população ocupada dos empregados com carteira e trabalhadores da economia popular urbana. RMS, 2002 a 2015.	134
Gráfico 4: Trabalhadores da economia popular urbana e total da população ocupada por tempo de permanência no trabalho principal. Brasil, 2015.	137
Gráfico 5: Trabalhadores da economia popular urbana e total da população ocupada, por tempo de permanência no trabalho principal. Bahia, 2015.	138
Gráfico 6: Trabalhadores da economia popular urbana e total da população ocupada por tempo de permanência no trabalho principal. RMS, 2015.	139
Gráfico 7: Renda média de categorias selecionadas. RMS, 2015.	141
Gráfico 8: Trabalhadores da economia popular urbana, segundo o gênero. RMS, 2015.	145
Gráfico 9: Trabalhadores da economia popular urbana segundo a cor. RMS, 2015.	145
Gráfico 10: Trabalhadores da economia popular urbana segundo a idade que começou a trabalhar. RMS, 2015.	146
Gráfico 11: Trabalhadores da economia popular urbana e população ocupada por grau de escolaridade. RMS, 2015.	147
Gráfico 12: Participação dos trabalhadores da economia popular urbana na PEA ampliada. RMS, 1997 - 2017.	148
Gráfico 13: Contribuição à Previdência Social dos ocupados como autônomos para o público. RMS, 1997 - 2016.	153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAMMPI	Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe
CAPINA	Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FAT	Fundo de Amparo do Trabalhador
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEI	Microempreendedor Individual
MTE	Ministério de Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PVMU	Programa Vida Melhor Urbano
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SETRE	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNIS	Unidades de Inclusão Socioproductiva

PREFÁCIO

Trabalho, reprodução social e cidadania: a economia dos setores populares

Anete B. L. Ivo¹

Esse livro apresenta uma reflexão madura e crítica sobre a persistência, no capitalismo brasileiro, de um imenso contingente de trabalhadores que exerce suas ocupações fora das relações contratuais e protegidas do emprego e a inadequação de programas de inserção social pelo trabalho, concebidos segundo parâmetros de capital humano para o emprego fordista. Fruto de uma longa trajetória do autor em programas de extensão universitários na assessoria à cooperativas populares, essa experiência se constituiu num lastro empírico importante, que consolidou uma ética pública e um conhecimento engajado e comprometido com a melhoria das condições das classes populares, levando-o, então, a um projeto mais ambicioso de repensar essa realidade numa tese de doutorado², consolidada neste livro, no qual ele reúne suas inquietações de forma sistematizada e sustentada num diálogo crítico com a literatura existente.

No entanto, o diálogo desses programas de intervenção social com o universo acadêmico contém, também, dilemas e ciladas na construção do conhecimento científico. Há o risco de permanecer na superfície descritiva da realidade ou de aderir às impressões primeiras dos agentes sem um depuramento sistemático ou, ainda, de assimilar a normatividade dos programas de intervenção social como uma virtude antecipada, ajustando a realidade aos resultados pretendidos ou projetando-o como utopia. Gabriel Kraychete, professor universitário e pesquisador de grande disciplina acadêmica, conhecia esses riscos e afastou-se dessas armadilhas, buscando

¹ Anete B.L. Ivo é doutora em Sociologia, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador. Pesquisadora do CNPq.

² Gabriel Kraychete Sobrinho. *Economia dos Setores Populares e inserção social pelo trabalho: a reprodução da vida para além da norma salarial*. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, em setembro de 2018.

estabelecer, ao contrário, uma relação de mútua alimentação e crítica entre a ação pública experimentada e os princípios de organização do trabalho científico exigidos, submetendo suas reflexões ao debate nos círculos acadêmicos.

Seguindo uma intuição aguda e crítica, Kraychete ultrapassa as “análises fáceis” das “impressões primeiras”, como alerta Bachelard (1996), e confronta as categorias utilizadas nos projetos de inserção social pelo trabalho à realidade empírica desses trabalhadores, questionando como as perspectivas teóricas assumidas permitem explicar a experiência desses sujeitos que trabalham e se organizam nos limites da sua reprodução, dinamizando o que chamo de uma economia de “trocas primárias”, ou seja, baseada numa sociabilidade resiliente, que mobiliza padrões de reciprocidade entre familiares, amigos e vizinhança na experiência cotidiana e dura desses trabalhadores numa dinâmica, na maioria das vezes, indivisível entre casa e trabalho. É exatamente na permeabilidade e nos interstícios das condições de reprodução social dessas famílias no trabalho, que são construídas por esses agentes as saídas próprias no provimento de uma renda escassa, como formas de resiliência cotidiana.

Para tanto, Kraychete dialoga com vários autores que buscam ultrapassar a funcionalidade de uma economia popular para o capitalismo, à exemplo da historiografia de Fernand Braudel; das teses sobre os circuitos superiores e inferiores, de Milton Santos; das análises de Paul Singer sobre o emprego em países subdesenvolvidos; da análise sobre as novas organizações econômicas dos setores populares urbanos, de Luis Razeto; e das reflexões de José Luis Coraggio que articulam a economia popular realmente existente à economia do trabalho, além de outros autores que lhe possibilitaram discutir e entender o trabalho aí materializado, para além da polarização entre o mercado formal e informal de trabalho; entre o mundo do trabalho e o processo da reprodução das famílias; entre o trabalho e a cidadania.

O seu ponto de partida é a constatação de que os projetos de inserção social pelo trabalho, numa realidade como a brasileira, ao se basearem em pressupostos do capital humano para o emprego assalariado e nos critérios contratuais que sustentam essa relação “mantêm na penumbra, ou como uma face oculta e indefinida desse nosso capitalismo, o trabalho e a vida cotidiana de milhões de pessoas, que parecem compelidas, do ponto de vista analítico, ao limbo das relações sociais, sugerindo a necessidade de

novas abordagens teóricas e práticas voltadas para uma afirmação cidadã do trabalho”, como formula o próprio autor. Considerando, portanto, a desconexão entre essas políticas e a dinâmica de vida desses agentes populares, no Brasil, Kraychete reconhece a persistência dessas formas de trabalho peculiares, que escapam ao padrão contratualista do emprego assalariado e que precisam ser entendidas. A saída a essa indagação central exige uma dupla imersão: uma incursão à crítica teórica e um retorno à realidade empírica.

Isso supõe apreender aqui os significados inerentes ao emprego assalariado em termos de sua dimensão contratual e, de outro lado, estabelecer uma distinção conceitual entre trabalho e emprego. O conceito de *emprego* se refere à mercantilização da força de trabalho pelo processo de compra e venda entre empregadores e empregados, e envolve uma *relação contratual*, numa dupla dimensão dessas trocas: uma *relação pessoal* entre pessoas (empregador e empregado) mediada pela remuneração do trabalho via o salário, mas também processos de dominação, que simulam trocas equivalentes na produção do valor, em um contexto claramente assimétrico; e, ao mesmo tempo, uma relação entre *indivíduos e coletivos sociais* regulada por normas instituídas legalmente, como a legislação de trabalho e os regimes de proteção e seguridade social. Por outro lado, é preciso distinguir conceitualmente esta forma particular do emprego da noção *de trabalho*, entendida como a atividade humana fundamental, antropológica – que sempre existiu e sempre existirá – e que envolve formas de sociabilidade de coletivos sociais, étnicos e culturais, distinguindo-o da forma específica do emprego assalariado, que o trabalho assumiu nos últimos dois séculos (Cf. Meda, 1998).

Visando ultrapassar essas “fronteiras contratuais” e como resultado de uma realidade observável Gabriel Kraychete, neste livro, defende a noção de *economia dos setores populares*, como “[...] o trabalho realizado de forma individual ou familiar e as diferentes modalidades de trabalho associativo, denominados como empreendimentos econômicos solidários. Essa economia possui uma dinâmica peculiar, marcada pela necessidade de prover e repor meios de vida, ancorada na utilização de recursos humanos próprios, englobando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. Supera, portanto, a noção formal de setor ou ramo de atividade, mas abarca a dinâmica específica das classes populares nas condições de reprodução social da vida” (Introdução).

Ele designa como *setores populares* as parcelas mais pobres da população trabalhadora. Nas suas palavras, ele busca “[...] colocar em evidência a tensão entre a análise centrada primordialmente na força de trabalho como mercadoria, e a proposição de categorias que permitam a compreensão de relações de trabalho em que ocorre a *produção de mercadorias por uma não mercadoria*, ou seja, pela não mercantilização da força de trabalho.”

Em que consistem essas formas de trabalho que participam da dinâmica dessa economia dos setores populares, no Brasil? Qual a sua gênese e como se perpetuam (reproduzem) no tempo? Como as políticas de inserção social pelo trabalho assentadas na ideia de capacitação para o emprego, não atendem ao perfil nem à dinâmica dessas atividades? Quais os desafios analíticos, teóricos e da ação prática para decifrar-se o significado e o alcance dessas atividades num projeto econômico e social, de um Brasil menos desigual?

O autor reconhece, portanto, a relevância dessa economia popular e denuncia, ao mesmo tempo, a invisibilidade teórica do trabalho aí realizado, decorrente de práticas aderentes às representações hegemônicas do trabalho no capitalismo, em que pesem as várias teses existentes sobre a persistência da pequena produção simples de mercadoria, as alternativas da economia solidária e as cooperativas de trabalho etc. Ele enfrenta essa discussão com criatividade e rigor metodológico, associando uma perspectiva historiográfica, métodos quantitativos e diálogos interdisciplinares.

Da sua experiência com segmentos populares ele reconstrói, como ponto de partida, três *situações-tipo* que escapam aos limites fronteiriços do emprego assalariado, ou seja, que existem “fora das normas” do emprego capitalista. Essas *situações* são “constructos” idealizados com base em sua experiência de trabalho, que combinam e cruzam alguns critérios: um *critério econômico*, que desenha atividades autônomas ou associativas “desconformes” com o modelo contratual fordista, ou seja, fora das regulações das relações de trabalho assalariado; um *critério geográfico*, incorporando atividades próprias ao espaço urbano, mas, também atividades da agricultura familiar; um *critério dos laços e vínculos* aí desenvolvidos, que varia desde a atividade individual e autônoma, passa pelo empreendimento familiar e se desenvolve com base em iniciativas associativas e coletivas de produção, todas distantes da racionalidade das ações empresariais ou dos programas públicos promovidos pelo Estado.

Essas três *situações-tipo* simulam o que o autor chama de *cenários da vida* que excedem as fronteiras contratuais do mercado de trabalho pela sociabi-

lidade de inúmeros trabalhadores e trabalhadoras e se constituem metodologicamente como um ponto de partida analítico, que interpela as categorias do contrato social assalariado, buscando identificar as disjunções e os desencaixes entre a realidade vivida e disputada por inúmeros trabalhadores, homens e mulheres, em relação ao padrão do emprego assalariado protegido, entendido como “norma”, em que pese a reconhecida heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro, especialmente urbano.

Essa construção “modelar”, porque elaborado com base em situações analisáveis, mas que simula a realidade, é, ao mesmo tempo, um ponto de partida e um ponto de chegada, e tem função crítica: incomoda as representações hegemônicas do trabalho assalariado, mas discute criticamente as situações diferenciadas e os limites de programas de inserção social entre trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade; os autônomos e as experiências associativas, fazendo emergir a heterogeneidade das situações e o grau de precariedade que afeta diferentes arranjos de trabalho e de produção. Esse exercício teórico e analítico questiona os discursos virtuosos do empreendedorismo; ou as categorias normativas da empregabilidade que desconsideram o grau de carência, insuficiência e penúria em que esses trabalhadores e trabalhadoras desenvolvem essas atividades e se reproduzem nos limites da sobrevivência.

Ou seja, as políticas implantadas para enfrentar a desocupação e o desemprego ou construir saídas de enfrentamento das condições de vulnerabilidade desse conjunto de trabalhadores: políticas de formação e capacitação em recursos humanos, de redução dos custos do trabalho, de ocupações de proximidade, na medida em que estão marcadas por uma representação e por expectativas do emprego tradicional ou pelo empreendedorismo, parecem insuficientes e difíceis de atenderem à urgência das carências, às capacidades pré-existentes e às condições de um cotidiano duro e violento de sobrevivência, de forma a operar processos vigorosos de redistribuição e proteção cidadã.

Essa incursão analítica levou o autor a um movimento contínuo de ida e volta entre a crítica teórica das categorias do trabalho e a realidade observada, iniciando por uma recomposição histórica do trabalho na realidade brasileira e o dimensionamento estatístico desse contingente de trabalhadores autônomos e por conta própria vinculados à economia popular urbana, chegando a apreender o fenômeno quantitativamente, para, em seguida, discutir as saídas em construção, seus alcances, dilemas e limites.

Ao fim dessas sistematizações e desdobramentos Kraychete retorna às *situações-tipo* que desenham a *natureza intersticial do trabalho e da reprodução* de milhares de trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Chamo essas atividades *de intersticiais*, porque escondidas, ocultadas da percepção hegemônica e reduzida aos baixos resultados da sua valorização econômica, ainda que flagrantemente perceptíveis nos expedientes do pequeno comércio de rua e na vulnerabilidade de suas instalações. Essas atividades são bastante heterogêneas umas das outras, mas mantêm em comum a distância das regras “normadas” do emprego.

Diante dessa realidade, o autor desenvolve uma crítica às representações hegemônicas e suas implicações no âmbito do conhecimento, problematizando a relação entre as categorias de análise, que embasam os projetos e as ações para a inserção social pelo trabalho, e a dinâmica efetiva do cotidiano desses agentes populares. Nessa incursão ele dialoga comigo e retoma uma hipótese que tenho desenvolvido sobre como o processo de conhecimento atua na estruturação dos “lugares” na sociedade, e como a estruturação desses lugares retornam às formas de conhecimento, favorecendo a crítica e a renovação do conhecimento³. Assim, ele analisa como as categorias que tentam definir ou compreender esses trabalhadores (informalidade, empreendedorismo etc.) atuam sobre as estruturas e realidades sociais, influenciando as políticas de inserção social pelo trabalho, que na sua desconexão com a realidade vivida por esses trabalhadores e trabalhadoras consagram a disjunção entre cidadania e trabalho, podendo ratificar processos excludentes.

O autor encaminha essa análise com base numa perspectiva historiográfica, interdisciplinar e crítica que lhe permitiu ultrapassar uma visão restrita da *economia*, fazendo-a dialogar com a sociologia e a política. A *política* aqui ultrapassa os protocolos de desempenho e gestão, expressando-se nos fundamentos dos programas e nos interstícios das formas de resistência desses trabalhadores no seu cotidiano. Mesmo discutindo “um setor” da economia (o popular) Kraychete não recaiu nas análises de “sistemas” formais e entendeu essa dinâmica no fluxo irregular e movediço das formas de vivência e sociabilidade de como homens e mulheres organizam as suas condições de reprodução pelo trabalho e o pequeno comércio de venda de mercadorias em países de capitalismo periférico.

³ IVO, 2008. Tenho discutido essa questão como uma “luta sobre as classes” (a respeito das classes) que considera como o método e as teorias integram uma luta “entre” as classes.

Assim, o autor conseguiu aprofundar o significado desse “circuito inferior da economia”, como diria Milton Santos, mas ao mesmo tempo vital para a sobrevivência de milhares de famílias que “integram” a lógica da economia mais ampla em condições de absoluta vulnerabilidade e desproteção. Foi a sua experiência contínua junto aos trabalhadores autônomos, pequenos empreendedores e associações produtivas que lhe permitiu arriscar-se em formulações sensíveis sobre o trabalho “nas bordas” (fronteiras) do mercado capitalista mais amplo, mas nele fragilmente integrado. Essa economia dos setores populares explora o caráter múltiplo e heterogêneo das atividades que compõem o trabalho e as trocas mercantis associadas aos mecanismos de reprodução de inúmeras famílias trabalhadoras. Forma-se e constitui-se, portanto, nos interstícios entre o trabalho, o mercado e a reprodução da vida social. Um trabalho desmercantilizado que participa de um mercado de trocas integrado à economia mais ampla e provê meios de reprodução da vida, em condições de extrema vulnerabilidade e desproteção, no limite da sobrevivência.

A relação intersticial entre *trabalho e reprodução* tem aqui um caráter não só descritivo, mas analítico: é um analisador das formas de trabalho não mercantis numa economia globalizada; é um analisador dos vínculos e sociabilidades tecidas no desenvolvimento dessas atividades no âmbito da organização familiar, nos bairros e nas cidades; é um analisador das limitações das políticas de inclusão social pelo trabalho, em termos de capital humano, combinando diversos arranjos de reciprocidade, que seguem normas sociais e culturais reguladas pela sociabilidade dessas famílias. As *famílias* são, ao mesmo tempo, agentes de reprodução social e de trabalho e os arranjos de sociabilidade aí realizados efetuam a desmercantilização da economia. Mas as condições de reprodução desse processo e a garantia de proteção desses sujeitos só se viabilizam por um papel ativo do Estado social na formulação de políticas produtivas e sociais que abarquem um leque importante de iniciativas e segurança das atividades produtivas; de garantia de programas de prestação de serviços públicos universais de acesso à escola, à saúde e a renda como direitos sociais básicos e constitucionais.

Três certezas se evidenciam desta análise e conduzem a uma consequência. A primeira é o impacto considerável quantitativo ou numérico que essas atividades de trabalho na economia dos setores populares abarcam. Somando os percentuais de trabalhadores desprotegidos e mais os desempregados no estado da Bahia eles representavam, em 2015, segundo

o autor, 63,7% da População Economicamente Ativa (PEA). Em segundo lugar, a não inserção na condição do emprego assalariado não é um problema residual ou conjuntural, mas diz respeito, no Brasil, a um fenômeno estrutural e histórico mais amplo desde as relações coloniais do trabalho escravo e envolve um conjunto de famílias que sobrevive combinando múltiplas atividades, como estratégia de formação da renda em atividades geralmente desvalorizadas ou extremamente precárias. Portanto, a reestruturação e o desenvolvimento tecnológico atual que produzem a crise da “sociedade salarial” e o desemprego de longa duração, atingindo o núcleo do trabalho protegido, aprofundam e agravam dramaticamente, no Brasil, as condições de inserção na precariedade. Em terceiro lugar, reforça-se a evidência que o trabalho permanece uma via essencial da integração social na ordem social.

Essas três certezas ratificam um reconhecimento da existência de inúmeras atividades socialmente úteis e potencialmente capazes de gerar ocupação, renda, utilidade e vínculo social, como analisa Meda (1997). O reconhecimento dessa economia, ao mesmo tempo social e monetário, exige mediações extraeconômicas que coloquem os sujeitos das trocas e o desenvolvimento dessas atividades em condições de proteção num patamar equivalente às regulações protetivas do emprego fordista clássico. Daí a importância de se pensar os programas de inserção no marco do estatuto mais amplo da redistribuição, o que pressupõe o fortalecimento do Estado social, dos direitos sociais e da proteção, em condições de trabalho digno.

Funda esse entendimento a percepção de um grupo de economistas, sociólogos, filósofos e cidadãos de que a “[...] economia capitalista de mercado é incapaz de regular sozinha os seus desdobramentos à serviço dos homens e concebem uma economia plural em que além dos custos do mercado também sejam considerados o interesse coletivo e os imperativos do desenvolvimento sustentável, podendo edificar circuitos inéditos de distribuição das riquezas, dos bens e dos serviços” (GAULLIER, 1997, p. 252, tradução minha). Ainda que a condição de desocupação ou desemprego abarque situações bastante díspares, limitadas e condicionadas pelo capital diferencial acumulado previamente pelas pessoas (em termos de patrimônio, renda e capital social e relacional), a experiência brasileira exige cautela para evitar que se aprofundem ou ratifiquem processos de empobrecimento, vulnerabilidade e exclusão desses trabalhadores e trabalhadoras.

A saída, portanto, supõe um projeto coletivo, que envolva uma elaboração conjunta da oferta e da procura e que sejam, ao mesmo tempo, fontes de vínculos sociais da cidadania e da socialização de direitos, permitindo a produção de bens e serviços de proximidade, mas garantidos por formas de proteção e seguridade contra riscos.

Para o autor, esse projeto de integração via economia popular implica a restauração dos laços entre *trabalho e cidadania*. Esse enlace, segundo formulação do próprio autor constitui-se num recurso para que se compreenda “[...] as formas de trabalho em que ocorrem a produção de mercadorias por uma não mercadoria, ou seja, pela não-mercantilização da força de trabalho, pensando a inserção social pelo trabalho para além da norma salarial”. Dito de outra maneira, o reconhecimento de um mercado popular, onde homens e mulheres desenvolvem atividades econômicas conjuntamente, contribuindo para a geração de renda e reforçando, ao mesmo tempo, os vínculos sociais de cidadania, reconciliando a atividade de trabalho como direito à produção, à reprodução social e à proteção em níveis dignos.

Assim, a discussão ultrapassa os programas de inserção social pelo trabalho “como assistência” para entendê-los como formas de resiliência e revigorá-los no âmbito do direito à proteção, à seguridade econômica e à renda que enlaça as relações entre trabalho e cidadania.

Sendo o trabalho um elemento essencial do vínculo social, o centro do contrato social e a maneira como cada indivíduo se realiza é preciso construir urgentemente mediações capazes de garantir condições dignas de reprodução da vida e do trabalho desses trabalhadores, isso porque o lugar e os significados ocupados pelo trabalho em nossas sociedades não são uma característica “natural” das sociedades humanas, como explicita Meda (1998) mas o resultado de lutas e resistências desses trabalhadores na disputa por uma renda para a sobrevivência, garantindo a sua reprodução social.

Para finalizar eu gostaria de registrar o meu agradecimento a Gabriel Kraychete pela escolha e confiança da minha orientação e pelo diálogo que estabelecemos nesse percurso e dizer que essa foi uma experiência de mão dupla num processo de alimentação e de aprendizado entre nós, que só foi possível pela sintonia e um respeito mútuo de cada um, e pela compreensão do caráter complementar das nossas discussões acadêmicas. Da minha parte, coube o respeito às escolhas de Gabriel Kraychete, a minha abertura ao aprendizado de suas proposições e uma colaboração e diálogo quanto aos caminhos metodológicos, instigando-o a um olhar da Sociologia.

Essa inteligência no compartilhamento do saber científico, ao mesmo tempo rigorosa, respeitosa e cúmplice não é um equilíbrio fácil, e só pode ser alcançada se construída num caminho da ética do trabalho científico, necessariamente compartilhado, que possibilita que se ultrapassem as fronteiras das rubricas disciplinares rígidas, possibilitando arriscar um novo olhar sobre a realidade. E o papel da Universidade é canalizar esse esforço reflexivo e revigorar as possibilidades solidárias com os dilemas de uma sociedade tão desigual, sem renunciar ao rigor acadêmico e nem tutelar esses cidadãos. É o que Gabriel Kraychete tem feito na forma de um compromisso social, institucional, ético e cidadão, no melhor espírito científico e público.

Referências

BACHELARD, G. *A formação do espírito científico*. Contribuição para uma psicanálise do conhecimento. 1ª ed. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1996.

GAULLIER, X. La pluractivité à tout âge. In: BOISARD, Pierre *et al.* *Le travail, quel avenir?* Paris: Gallimard, 1997. pp. 243-278.

IVO, Anete B. L. *Viver por um fio: pobreza e políticas sociais*. São Paulo: Annablume; Salvador: CRH, 2008.

KRAYCHETE, G. *Economia dos Setores Populares e inserção social pelo trabalho: a reprodução da vida para além da norma salarial*. 2018. 252f. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Política Social e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, 2018.

MEDA, D. La fin de la valeur “travail”? In: BOISARD, Pierre *et al.* *Le travail, quel avenir?* Paris: Gallimard, 1997. pp. 213-241.

INTRODUÇÃO

Não é apenas a nossa ignorância; é também o nosso conhecimento que nos cega.

E. Morin: *A via*

Não, Newton, não era a maçã que estava a cair de madura: era a lei da gravidade.

Mário Quintana

As políticas de inserção social pelo trabalho são compostas, predominantemente, pelo seguro-desemprego e por programas voltados para a (re)qualificação profissional e intermediação de mão de obra. Tradicionalmente, esses programas têm por fio condutor o emprego regular assalariado. A partir dos anos 1990, quando se desvanecem as expectativas de criação em larga escala de empregos regulares, surgem os programas em apoio ao empreendedorismo (microcrédito e incentivo à formalização dos pequenos negócios), que têm por substrato uma corrente neoliberal⁴, segundo a qual cada “indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar” (DARDOT; LAVAL, p. 7, 2016). Mais recentemente, como resultado das lutas sociais, institucionaliza-se, ainda que de forma residual e periférica, programas em apoio à economia solidária como um caminho alternativo para a inserção social pelo trabalho.⁵ Assim, à exceção do apoio à economia solidária, os pressupostos subjacentes às políticas de inserção social pelo trabalho têm por referência primordial o trabalho assalariado organizado – seja como condição de acesso, no caso do seguro-desemprego, seja como referência de destino, no caso das ações de qualificação e intermediação –, e o trabalhador visto como detentor de um capital humano, um empreendedor de si mesmo, a quem caberia implantar o seu trabalho, tendo a si próprio como sua melhor mercadoria.

Considerando que o Brasil não conheceu os índices de assalariamento das economias capitalistas centrais, e que aqui nunca houve uma “socie-

⁴ Corrente austro-americana cujos principais expoentes são Ludwig von Mises e Friedrich Hayek. Ver a respeito Dardot; Laval (2016).

⁵ A partir de 2003, sobretudo com a implantação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

dade salarial” entendida como o predomínio do emprego assalariado regulado pelo Estado, este livro busca responder à seguinte indagação: as categorias de análise habitualmente utilizadas nos programas oficiais de inserção social pelo trabalho conseguem captar a dinâmica efetiva do cotidiano dos agentes que integram a economia dos setores populares, ou seja, a sociabilidade dos trabalhadores e suas famílias? A hipótese que desenvolvo é que há uma desconexão entre as categorias centrais que orientam as políticas de inserção pelo trabalho e a dinâmica efetiva do cotidiano dos agentes populares no Brasil. Na imagem proporcionada por Morin (2013, p. 19), “não é apenas a nossa ignorância; é também o nosso conhecimento que nos cega”. As próprias categorias estatísticas tomam por base esse referencial, de modo que o dimensionamento da economia dos setores populares supõe reagregar as atuais bases de dados. Portanto, a insuficiência dessas políticas de inclusão pelo trabalho não é apenas programática, mas envolve, também, uma problemática conceitual⁶. Há um desbordamento da realidade sobre as categorias de análise usualmente utilizadas para o entendimento da estrutura ocupacional e do mercado de trabalho, diluindo e tornando informes as fronteiras que permitem identificar o que há de específico e característico à economia dos setores populares⁷. Entretanto, as categorias de análise retroagem sobre as estruturas, influenciando-as (IVO, 2008b). Repõem-se, assim, do ponto de vista analítico, as condições que reproduzem e consagram a disjunção entre cidadania e trabalho. Ou seja, repõem-se e consagram-se, a partir do âmbito teórico/conceitual, e também estatístico, as condições que restringem a “universalização de uma cidadania embasada nos direitos sociais do trabalhador”⁸. Em outros termos, restringem-se as possibilidades de inserção social de um segmento expressivo de trabalhadores, que, ao serem primordialmente categorizados segundo as

⁶ José Ricardo Ramalho (2013, p. 91) observa que os conceitos formulados pela sociologia do trabalho vinculam-se, principalmente, ao trabalhador industrial da grande empresa. Para este autor, “uma das questões mais importantes do debate contemporâneo sobre o *trabalho* tem sido a demanda por explicações teóricas e por pesquisas empíricas mais consistentes acerca de sua manifestação em países com situações permanentes de pobreza e *deficit* de cidadania. Discutir o trabalho nessa perspectiva requer uma ampliação dos horizontes de investigação, uma revisão de conceitos clássicos e uma abertura de novas frentes de reflexão” (RAMALHO; OLIVEIRA, 2013, p. 211).

⁷ Dada à centralidade da empresa capitalista e do emprego assalariado, as demais formas de ocupação são usualmente catalogadas com a denominação genérica de trabalho informal.

⁸ Esta expressão é utilizada por Marques Pereira (1998, p. 334) referindo-se à especificidade do capitalismo latino americano que se enraíza nos limites à universalização dos direitos de cidadania social.

normas do emprego assalariado, numa sociedade que não universalizou as relações de assalariamento, estariam, do ponto de vista analítico, desde sempre e para sempre, compelidos a permanecerem aonde estão.

Tendo por fundamento autores como Fernand Braudel (1985a; 1996), Paul Singer (1970), Milton Santos (2000), Razeto (1993) e Coraggio (1998; 2000), defende-se, neste livro, a noção de *economia dos setores populares*, entendida como o trabalho realizado de forma individual ou familiar e as diferentes modalidades de trabalho associativo, denominados como empreendimentos econômicos solidários. Essa economia possui uma dinâmica peculiar, marcada pela necessidade de prover e repor meios de vida, ancorada na utilização de recursos humanos próprios, englobando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. Supera, assim a noção formal de setor ou ramo de atividade, mas abarca a dinâmica específica das classes populares nas condições de reprodução social da vida.

A existência dessa economia dos setores populares responde a requisitos não exclusivamente econômicos, mas às condições sociais singulares da reprodução coletiva, como analisa Polanyi (2000), em formas de reciprocidade; subordina-se a uma *ambiência* – como espaço social, político e institucionalmente construído –, que condiciona as possibilidades de transformação ou de uma mudança de qualidade dessa economia. Assim, a crítica às categorias de análise centradas, primordialmente, na força de trabalho como mercadoria, avança para uma abordagem analítica da economia dos setores populares como recurso para se compreender, numa sociedade como a brasileira, as formas de trabalho em que ocorre a produção de mercadorias por uma não mercadoria, ou seja, pela não-mercantilização da força de trabalho, pensando a inserção social pelo trabalho para além da norma salarial. Em consonância com a abordagem teórica da economia dos setores populares, utiliza-se um tratamento estatístico, que pretende captar, de forma aproximada, as características do trabalho e o perfil do trabalhador no âmbito dessa economia.

A análise da questão central aqui proposta desdobra-se nas seguintes indagações:

i. O que se entende por, e quais são as características da economia dos setores populares? Ou seja, quais as bases conceituais, a dimensão/ extensão, as características dos trabalhadores e qual a dinâmica peculiar dessa economia dos setores populares?

ii. Como se reproduz ao longo da história?

iii. O estudo da economia dos setores populares contribui para desvelar problemas contemporâneos do trabalho, sobretudo, nos espaços urbanos? Se sim, quais as implicações e o efeito para a proposição de políticas e programas de inserção social pelo trabalho?

Para considerar essas questões, discuto cinco dimensões: i) uma avaliação crítica das categorias teóricas que embasam a organização de ações inclusivas pelo trabalho; ii) uma recuperação do processo histórico em que ocorreu no Brasil, e particularmente no espaço regional baiano, a incorporação dos trabalhadores na ordem capitalista, aportando elementos para a compreensão do caráter estrutural da economia dos setores populares; iii) uma abordagem teórico-conceitual da economia dos setores populares e um tratamento estatístico que permita captar a dimensão e características dessa economia; iv) uma crítica sobre as possibilidades reais de programas de inclusão produtiva e inserção pelo trabalho, interpelando-os a partir da estrutura ocupacional que se apresenta nos anos 2000; e v) a dimensão política de uma abordagem teórico-conceitual que permita pensar a inserção social pelo trabalho para além da norma salarial. A análise dessas questões supõe considerar as relações intrínsecas entre trabalho e cidadania.

Convém esclarecer, desde já, que, quando falo em economia dos setores populares não me refiro a um setor da economia, mas a um segmento de trabalhadores distinto dos parâmetros de contratualização do mercado, mas que se mantém integrado a esse. Ou seja, me refiro às modalidades de trabalho em diferentes atividades econômicas, realizadas por uma extensa parcela da população, como meio de obtenção de renda para a aquisição de bens e serviços necessários à reprodução da vida. Em outros termos, quando falo de economia dos setores populares, estou falando de economia de mercado, praticada por trabalhadores e suas famílias, no provimento das suas condições de reprodução cotidianas. Ainda que inserida no mercado, a organização dessas atividades pressupõe outros critérios de integração que supõem o que Polanyi (2000) considera em termos de reciprocidade ou de estruturas de reprodução vital das famílias. Por outro lado, essa forma de integração obedece a uma sociabilidade de trocas e códigos morais, sociais e culturais, que, articulados ao mercado, garantem a reprodução dessas famílias e dos trabalhadores. Considerar essa dimensão societária não significa atribuir virtudes inerentes às condições de inserção das classes populares, tampouco desconhecer as assimetrias que se dão no âmbito das trocas mercantis (CORAGGIO, 2007). Entretanto, resta a pergunta: o que se entende por setores populares?

Popular: uma expressão distintiva e cultural das classes subalternas

Em geral, o adjetivo popular é extensamente utilizado, sem que seja acompanhado por uma definição, como se fosse algo óbvio por si só, apesar de, para usar uma expressão do escritor e crítico literário Raymond Willians (2007), ser uma palavra que envolve ideias e valores. Assim, é possível elencar, apenas para ilustrar, as seguintes expressões: educação popular; música popular; arte popular; ação popular; medicina popular; comunicação popular, conhecimento popular; sabedoria popular; movimento popular; lutas populares; pastoral popular; poder popular; ditos populares; religiosidade popular; setores populares; classes populares; criatividade popular; movimentos sociais populares; festas populares; camadas populares; soberania popular; consumo popular; mercado popular; bairros populares; revolução popular.

Raymond Willians (2007, p. 318) incluiu o vocábulo popular em sua investigação sobre o sentido que as palavras adquirem ao longo do tempo. “Originalmente, popular foi um termo jurídico e político, do latim *popularis* (pertencente ao povo)”. Desde o século XVI, ordem popular e governo popular referiam-se a um sistema político conduzido por todo o povo, mas também estava associado ao sentido de “baixo” ou “inferior”. Willians refere-se ao sentido de popular como “amplamente aprovado” ou “benquistado” e de cultura popular como cultura feita pelo povo para si próprio. Como observa Maria Elisa Cevasco (2007), no prefácio do livro “Palavras-Chave” de Raymond Willians, cabe perceber as relações entre produção de significados e a reprodução da ordem social. Os significados registram os conflitos sociais, veiculam a forma de relações sociais em mudança, sendo, assim, fontes de estudo dessas relações e espaços de intervenção.

Stuart Hall (1984) indica que o termo “popular” tem uma relação com o termo “classe”, remetendo a um campo de forças que constituem as “classes populares”, a cultura dos oprimidos, as classes excluídas. Essa mesma representação de classes populares também é encontrada em Paulo Freire⁹. Para Néstor García Cancline (2004) a noção de popular pode servir para identificar a diversidade de relações sociais e culturais dos setores subalternos. A luta social não ocorre apenas na produção. O popular se constitui como consequência das desigualdades entre capital e trabalho,

⁹ Ver, por exemplo, o livro de Paulo Freire (1967) *Educação como prática da liberdade*.

mas também pela apropriação desigual, no consumo, do capital cultural de cada sociedade e pelas formas próprias em que os setores subalternos reproduzem, transformam e representam suas condições de vida e trabalho.

Luis Alberto Romero (1987), ao estudar a identidade dos setores populares nas cidades latino-americanas no século XIX, observa que, tradicionalmente, a história desses tem sido a história dos operários, suas organizações e lutas. Nas últimas décadas, por influxo de historiadores como Hobsbawm e Thompson, desenvolveu-se um enfoque mais amplo e compreensivo da história do movimento operário, abarcando o “mundo do trabalho”, dos “setores populares”. Os limites atribuídos a esse mundo são menos precisos que o dos operários, e, talvez, nisso resida a vantagem dessa categoria. O termo serve para delimitar um campo de estudo, para recortar uma área da realidade. Provavelmente, nesta ambiguidade e indefinição está, segundo Romero, sua virtude, pois expressa a impossibilidade de se definir um sujeito *a priori*, fora de um processo histórico concreto, do que ao se utilizar termos aparentemente mais precisos como classe operária ou burguesia. Este autor, quando fala em setores populares, um conceito que sabe ambíguo, quer advertir sobre o problema de definições aparentemente mais precisas, mas que podem ser fonte de maiores confusões.

Probablemente estes ‘sectores populares’ de los que hablamos sean conceptualmente ambiguos e imprecisos, pero no más que las ‘clases medias’, que abundam en los análisis mas tradicionales... Pero nos permitieron formular preguntas más adecuadas para nuestro propósito. Em suma, los ‘sectores populares’ no han sido para nosotros una solución sino un punto de partida: marcar un espacio de la sociedad donde se constituyen identidades cambiantes, de bordes imprecisos y en estado de fluencia, que definen los diferentes sujetos de los procesos históricos (ROMERO, 2007, p. 17).

Nas sociedades latino-americanas há um extenso contingente que não se confunde com a classe operária, mas que tampouco é completamente separado dela, por onde passam processos sociais significativos (ROMERO, 1997). Setores populares e elite são distinções analíticas para se estudar o todo social. Não se faz a história dos setores populares ou da elite, mas da sociedade desde a perspectiva de um de seus atores. O que separa o que é popular do que não é, não se define de uma vez para sempre, mas resulta de um conflito social concreto. Neste sentido, Romero (1996) apoia-se em Stuart Hall para indicar que a identidade dos setores populares é um campo de conflito, ou, mais precisamente, uma das manifestações do conflito sobre o qual se constitui a sociedade.

No campo da educação, da ciência, da música, o adjetivo popular expressaria a contraface do considerado erudito, refinado, científico. Cláudio Perani (1986, p. 5), considerando o contexto da realidade brasileira, define a “educação popular como uma prática social e um processo coletivo de produção de conhecimentos, atitudes e aptidões através do qual os setores populares se constituem como sujeito histórico para a realização de um projeto popular que expresse interesses, necessidades e aspirações das classes populares” (PERANI, 1986, p. 75).

Durham (1986) observa que as pesquisas, sobretudo as de cunho antropológico, sobre o modo de vida das classes trabalhadoras e da população pobre que habita as grandes cidades

[...] lidam com uma população muito heterogênea do ponto de vista de sua inserção no mercado de trabalho: operários, trabalhadores por conta própria e biscateiros, empregadas domésticas e pequenos funcionários públicos, empregados de empresas de serviços as mais diversas, trabalhadores domiciliares por tarefa e toda a imensa gama de empregos de baixo prestígio e parca remuneração (DURHAM, 1986, p. 1).

Entretanto, apesar dessa diversidade, é possível identificar valores, hábitos, gostos e aspirações que parecem caracterizar o conjunto dessa população. A análise das semelhanças remete ao universo da cultura e, dessa perspectiva, a heterogeneidade inicial se dissolve.

Assim, a diversidade de inserção na estrutura produtiva, se bem que fundamental quando se está a analisar o processo de transformação da sociedade capitalista, assume significado muito diverso quando apreendida da perspectiva dos sujeitos que vivem esse processo. Desse ponto de vista, a imensa gama de ocupações de baixo prestígio e parca remuneração constitui, para a população sem escolaridade e sem qualificação profissional, um mesmo conjunto de opções de trabalho que integram seu horizonte de possibilidades de emprego. A história de vida de cada um e, com muito mais razão, a de diferentes membros de uma mesma família, se constrói a partir de experiências de trabalho diversificadas que ocorrem dentro desse mesmo universo de oportunidades ocupacionais (DURHAM, 1986, p. 2).

Assim, para essa autora, a análise dessas uniformidades e semelhanças, construídas a partir da cultura

O termo “classes populares”, de cunho nitidamente descritivo, parece cobrir mais adequadamente esse conjunto simultaneamente diferente e semelhante e indicar que a análise está se processando num nível diverso daquele que é próprio da teoria das classes sociais (DURHAM, 1986, p. 2).

A expressão *setores popular* pode ser associada às parcelas mais pobres da população. Vincular essa expressão às atividades econômicas tem por

pressuposto que o processo de acumulação submete os diferentes espaços sem, contudo, transformá-los numa única relação ou mercado¹⁰. Em outros termos, busco colocar em evidência a tensão entre a análise centrada primordialmente na força de trabalho como mercadoria, e a proposição de categorias que permitam a compreensão de relações de trabalho em que ocorre a *produção de mercadorias por uma não mercadoria*, ou seja, pela não mercantilização da força de trabalho, com a sustentação da vida de milhões de pessoas ocorrendo, historicamente, independentemente do seu caráter de força de trabalho para o capital¹¹. Assim, quando falo em *economia dos setores populares*, pretendo destacar e pôr em evidência uma determinada situação de trabalho e de um segmento de trabalhadores que integram as classes populares. Percebidos em sua fluidez, no tempo histórico, os agentes dessa economia dos setores populares vão se (re)constituindo em suas diferentes feições: desde os trabalhadores livres e escravos libertos na Bahia do século XIX, aos personagens da Bahia de Jorge Amado nos tempos dos “Capitães da Areia” e da “Tenda dos Milagres”, e aos trabalhadores de uma economia popular urbana que acompanha, no espaço regional baiano, o processo de mercantilização da força de trabalho a partir dos anos 1960.

Questões metodológicas

Metodologicamente, o objeto desse estudo implica uma postura investigativa que se deixa interpelar pela realidade e, ao mesmo tempo, a interroga, com base num ponto de vista que suscita constatações, indagações e hipóteses preliminares, ou seja, que vai do conceito à realidade e à ação política e retorna a essa realidade numa tentativa de respostas. Nos termos de Bourdieu (2010, p. 44), o *ponto de vista cria o objeto*. O objeto é construído em função de uma problemática teórica. A invenção nunca se reduz a uma simples leitura do real. Citando o paradigma da maçã de Newton, Bourdieu (2010, p. 24) indica que a apreensão de um fato inesperado pressupõe, pelo menos, a decisão de prestar uma atenção metódica ao inesperado, e sua virtude heurística depende da pertinência e coerência do

¹⁰ Essa formulação se inspira na análise de campo econômico de Bourdieu (2004; 2015).

¹¹ Vincular o popular à economia também supõe o entendimento de que os códigos de convivência e repartição são orientados segundo valores, necessidades e estratégias distintas das elites, o que implica considerar a atividade econômica, mas ir além dela e considerar o horizonte das sociabilidades dos agentes. (Agradeço essa observação à professora Anete Ivo).

sistema de indagações que ele coloca em questão. Sem esses pressupostos, a “queda de uma maçã” seria apenas “a queda de uma maçã”. Assim, a pesquisa resulta em reunir o que o senso comum separa ou distinguir o que o senso comum confunde (BOURDIEU, 2010, p. 25).

Nestes termos, o objeto do presente estudo é construído por um ponto de vista que contém o meu próprio percurso teórico e prático. Esse objeto, portanto, expressa um processo de síntese, um resultado. Não é um ponto de partida empírico, mas se configura na relação teoria/prática/teoria numa interpelação constante, que envolve descobertas e novas indagações na dimensão de construção de políticas. E, em sendo assim, usando uma expressão de Morin (2014), permite a possibilidade de uma partida. É esse percurso, orientado por um ponto de vista, que permite distinguir e conferir uma feição própria a esse objeto.

Como ponto de partida da análise, busco interpelar os conceitos e categorias analíticas relacionadas ao mundo do trabalho, usando como recurso descritivo algumas “cenas da vida”, representadas em três situações-tipo compostas com base na experiência e nas práticas efetivas, que se reportam à dinâmica dos agentes da economia dos setores populares, selecionadas, percebidas e reconstruídas a partir de um ponto de vista.¹² Caracterizam situações típicas exemplares, assumidas com um certo grau de abstração de processos concretos da dinâmica popular. A sua função analítica é colocar em evidência a realidade social que se quer compreender, do ponto de vista teórico, e a partir da qual se interpelam as fundamentações subjacentes às políticas de inserção social pelo trabalho.

O caminho percorrido busca compreender a economia dos setores populares nessas fronteiras entre categorias teóricas e dinâmica real. O último passo do percurso, retorna às “cenas da vida”, mas, neste passo, o trabalhador que compõe a economia dos setores populares já aparece constituído teoricamente, permitindo subverter as visões naturalizadas pelos consensos. A representação da realidade social, assim construída, embasa as considerações finais sobre as relações entre economia dos setores populares, transformação, inserção social pelo trabalho e cidadania.

A compreensão da economia dos setores populares também implica uma abordagem histórica sobre a forma específica em que ocorreu, no Bra-

¹² A construção dessas “cenas” resulta da minha experiência de campo, nos últimos 30 anos, especialmente no âmbito do programa de pesquisa e extensão Economia dos Setores Populares, vinculado ao Núcleo de Estudos do Trabalho da UCSAL.

sil, a incorporação dos trabalhadores na ordem capitalista, com a formação de um extenso contingente fora das relações de emprego assalariado. Essa abordagem é aprofundada pelo estudo das particularidades históricas das relações de trabalho no espaço regional baiano, aportando elementos para a compreensão do caráter estrutural dessa economia dos setores populares e de sua relação com problemas contemporâneos do trabalho. Nestes termos, o recurso a essa perspectiva histórica não se configura como uma volta ao passado, mas como um princípio metodológico de compreensão do presente¹³.

A consideração da realidade regional baiana se justifica na medida em que, em geral, os estudos sobre a constituição do mercado de trabalho no Brasil têm por referência a imigração europeia. Cardoso (2010) observa que a vasta literatura sobre a consolidação do capitalismo e seu mercado de trabalho no Brasil teve um inegável caráter “sãopaulocêntrico”¹⁴ apesar de não ter existido apenas uma, mas várias transições para o trabalho livre, da mesma maneira que houve várias modalidades de trabalho escravo (MATTOSO, 1978). Verger (1987) estima que, desde o século XVII, teriam sido importados para a Bahia cerca de 1.200.000 escravos. Com o fim do tráfico, em 1850, o capital mercantil que o financiava ramificou-se para os setores ligados à progressiva urbanização de Salvador – serviços de transportes urbanos, bancos, companhias de seguro e também para atividades fabris. Salvador se destacava como um grande centro urbano para os padrões da época. Em 1872, sua população de 129 mil pessoas era inferior apenas à do Rio de Janeiro. Entretanto, com a transição para o trabalho livre, não ocorre a conversão do trabalho em trabalho assalariado. Salvador conheceria um longo período de estagnação, que seria alterado apenas na década de 1950, com a instalação da Petrobrás e posterior industrialização incentivada pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Na década de 1970, a Bahia apresenta um crescimento expressivo, superior à média do nordeste e nacional.¹⁵ Entretanto, nos anos 2000, o emprego regular assalariado na Bahia não ultrapassa 1/3 da sua população economicamente ativa, e o espaço que viria a se constituir na Região Metropolitana de Salvador, apresenta, historicamente, as maiores taxas de desemprego aberto e de de-

¹³ Tomo essa formulação da professora Anete Ivo.

¹⁴ No século XIX, apenas em São Paulo a imigração se apresentou como solução para o chamado “problema da mão de obra”, diferentemente do que ocorreu na Bahia e em outras províncias.

¹⁵ Cf. OLIVEIRA, *at al*, 1982.

semprego oculto pelo trabalho precário em relação às demais Regiões Metropolitanas. Assim, a Bahia, especialmente a cidade do Salvador e de sua Região Metropolitana, compõem o palco de determinadas relações sociais envolvendo uma economia popular urbana, que antecede, se reproduz e se refaz, com e apesar do desenvolvimento da ordem capitalista.

A compreensão plena dessa economia dos setores populares supõe dimensionar a sua extensão e grandeza. Assim, busco identificar e fornecer elementos para a análise de suas características e dinâmica peculiares, através de um exercício de tratamento estatístico, que altere os critérios usualmente utilizados para a caracterização do mercado de trabalho e permita aferir a economia dos setores populares com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE, e da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de Salvador, realizada pela SEI¹⁶, além de pesquisas diretas anteriormente realizadas em bairros populares da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Entretanto, cabe, aqui, a observação de Milton Santos (1978) de que os dados estatísticos disponíveis também são produzidos, agregados e recortados sob o ponto de vista de estruturação do mercado de trabalho assalariado capitalista e não levam em conta o imenso contingente que compreende as atividades da economia popular nas cidades. Não se trata de uma debilidade em si das estatísticas, mas de uma insuficiência conceitual, ao mesmo tempo causa e consequência da insuficiência estatística. As estatísticas pressupõem um campo conceitual prévio, cujos indicadores selecionados propõem decompor o fenômeno. Há necessidade, portanto, de categorias de análise que permitam a obtenção dos dados (SANTOS, 1978) o que nos remete aos problemas teóricos anunciados. Em outras palavras, são os conceitos, ou seja, a elaboração teórica referente ao tema aqui discutido que assume o papel primordial. A inexistência de estatísticas especificamente construídas e apropriadas para captar o fenômeno em questão, implica a utilização de dados obtidos de diferentes fontes, acompanhados da devida crítica, na medida em que permitam uma percepção parcial e

¹⁶ A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS) é uma pesquisa domiciliar mensal que, desde 1996, produz informações sobre a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho desta região. A PED-RMS é uma iniciativa do Governo do estado da Bahia, realizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).

aproximada da economia dos setores populares. A utilização desses dados contém limites epistemológicos referentes às categorias centrais do mercado de trabalho e um esforço analítico de recomposição dos dados, de forma a tentar dar conta da peculiaridade e especificidade da economia dos setores populares. A análise estatística, por sua vez, retroage sobre essa compreensão, aperfeiçoando-a. Essas três abordagens – teórica/conceitual, histórica e estatística/analítica – orientam a construção da análise da economia dos setores populares e suas implicações em termos de políticas de inserção.

1. O TRABALHO NO CAPITALISMO E AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

A ciência progride através do jogo entre as teorias e os fatos

Edgard Morin: *A inteligência da complexidade*

Este capítulo apresenta elementos descritivos e conceituais que alicerçam a construção da análise em torno do problema basilar deste livro, ou seja, a (des)conexão entre as categorias de análise que orientam as políticas de inserção pelo trabalho e a dinâmica efetiva do cotidiano de agentes populares no Brasil. Para compor esse quadro descritivo conceitual, articulam-se três dimensões:

- Uma descrição de “cenas da vida”, que recompõem e tipificam, por meio de três situações-tipo¹⁷, as singularidades de uma realidade social, abrangendo a existência de um grande contingente de trabalhadores não inseridos na norma do trabalho assalariado. Busca-se colocar em evidência, desde esse primeiro momento, a realidade social que se quer compreender do ponto vista teórico e a partir da qual busca-se interpelar as categorias de análise que embasam as políticas de inserção social pelo trabalho.

- Uma visão histórica conceitual do trabalho no capitalismo, com um retorno às condições que transformam a força de trabalho em mercadoria, e ao seu posterior processo de desmercantilização, expresso pela instituição dos direitos sociais que caracterizam a “sociedade salarial”, e as suas mutações e inflexões no contexto contemporâneo. A noção de Estado social explica-se num contexto histórico em que a economia e a sociedade têm por base o trabalho assalariado. São essas condições de existência do trabalho no capitalismo, marcadas pelo processo de (des)mercantilização da força de trabalho, que referenciam as categorizações utilizadas pelas políticas de inserção social pelo trabalho no Brasil.

¹⁷ As situações-tipo consistem na construção de uma abstração com base na realidade vivenciada por vários agentes das classes populares. A sua função analítica é servir de guia para a caracterização e interpelação crítica de categorias teóricas pré-existentes. A realidade social mais abrangente que essas cenas ilustram e que permite dimensioná-las e compreendê-las teórica e empiricamente será apresentada no capítulo 3. É importante, no entanto, reconhecer os limites desse exercício analítico, uma vez que, como representações da prática, elas são também abstrações.

- Uma apresentação sistematizada das principais categorias de análise (trabalho informal, empreendedorismo/empregabilidade, economia solidária, e “classe que vive do trabalho”), que norteiam a formulação de políticas de inserção social pelo trabalho no Brasil, e a interpelação crítica dessas designações, tendo por referência as situações-tipo descritas nas cenas da vida.

Assim, neste capítulo, busca-se gerar um quadro de referência descritivo e, ao mesmo tempo, conceitual, que possibilite interpelar a realidade e suas designações, num movimento analítico reflexivo entre essas categorias de análise e as situações-tipo apresentadas. Há, portanto, um ir e vir entre as categorias, a realidade e a prospecção política voltada para a inserção produtiva desse segmento, objeto central desse trabalho.

CENAS DA VIDA: situações-tipo

Apresentam-se, a seguir, três situações-tipo, que expressam o trabalho realizado de forma individual ou familiar no espaço urbano; o trabalho realizado de forma associativa por agricultores familiares que exercem uma atividade não agrícola e, por fim, o trabalho realizado de forma associativa por pessoas que vivem no meio urbano. Essas situações-tipo representam modalidades de trabalho que, no âmbito da realidade de estruturação e organização das atividades econômicas, compõem a economia dos setores populares¹⁸.

Situação-tipo 1 – A mulher que produz “geladinho” na periferia de Salvador

Uma mulher em idade adulta, que produz e vende “geladinho”¹⁹ num bairro popular da cidade do Salvador. Não é uma pessoa que está ingressando no mercado de trabalho agora. Trabalha desde muito jovem, mas nunca teve um emprego assalariado com carteira assinada. Na escola, não pôde concluir o primeiro grau. Produz e vende “geladinho” há muitos anos. Não é um trabalho temporário, passageiro, eventual, um “bico” enquanto não consegue um emprego assalariado. É um trabalho permanente. O local de trabalho é a sua própria residência e os clientes são moradores do mes-

¹⁸ A abordagem conceitual e estatística dessa economia será realizada no capítulo 3 deste livro.

¹⁹ “Geladinho”, ou “sacolê”, como é conhecido em outras regiões, é um tipo de picolé caseiro, feito com suco de frutas, congelado num saco plástico.

mo bairro. Trabalha várias horas por dia, fins de semana, dias santos e feriados. Bens de consumo duráveis, como fogão e geladeira, para ela também são instrumentos de trabalho. Embora sejam meios de trabalho, tem que comprá-los pagando juros de crédito ao consumidor. Não tem acesso ao microcrédito produtivo que seja apropriado à sua atividade. Não dispõe de um serviço de assistência técnica e de qualificação profissional adequado às peculiaridades do seu trabalho. Não separa o dinheiro do “negócio” das despesas da casa. O açúcar que compra para a produção é o mesmo que usa no café da manhã da família. Como toda a população, tem direito à escola pública e ao acesso gratuito aos serviços de saúde de caráter universal.²⁰ A partir 2004, com a institucionalização e expansão do Programa Bolsa Família, pode receber um benefício mínimo em dinheiro, aliviando o orçamento doméstico e as condições de vulnerabilidade por insuficiência de renda.²¹ Nunca recolhe para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Não tem direito à aposentadoria, ao seguro-desemprego, à licença maternidade ou auxílio doença. Enfrenta uma permanente insegurança diante da ameaça de doenças ou acidentes que interrompam o seu trabalho. Não dispõe de garantia de renda em casos de doença ou acidentes. Vive na incerteza do dia de amanhã. Vendendo geladinho, ganha menos do que um salário mínimo. Quando alcançar 65 anos, poderá ter direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante, em determinadas condições, um salário mínimo para pessoas idosas incapacitadas para o trabalho regular.²²

²⁰ Com a Constituição de 1988, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), que proporciona, para toda a população do país, o acesso integral, universal e gratuito ao sistema público de saúde. Antes da Constituição de 1988, o sistema público de saúde atendia apenas aos trabalhadores vinculados à Previdência Social.

²¹ O Programa Bolsa Família, instituído em 2004, atente às famílias em situação de pobreza e pobreza extrema, assim consideradas as famílias com renda per capita de até R\$85,00 mensais e com renda entre R\$85,01 e R\$170,00, desde que tenham crianças e adolescentes de 0 a 17 anos. Sobre o significado do caráter protagonista das mulheres no acesso e gerenciamento desse benefício, ver o estudo de Walquíria Leão Rego e Alissano Pinzani (2013). *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*.

²² O BPC garante um salário mínimo para a pessoa idosa ou com deficiência, desde que a renda por pessoa do grupo familiar seja menor que 1/4 do salário-mínimo vigente. Por se tratar de um benefício assistencial instituído como direito básico constitucional, não é necessário ter contribuído ao INSS para ter direito a ele. Apesar de se constituir em um direito básico constitucional, como assistência, este benefício não paga 13º salário e não deixa pensão por morte. O BPC foi uma conquista da Constituição de 1988, regulamentado em 1993, mas só implementado a partir de 2005. Atualmente, encontra-se sob o ataque da agenda neoliberal em curso no país.

Situação-tipo 2 – Agricultores familiares que produzem polpas de frutas de forma associativa

Um grupo de agricultores familiares produz, de forma associativa, polpas de frutas, doces e geleias no sertão da Bahia. Trata-se de uma atividade não-agrícola feita por agricultores familiares. As instalações e os equipamentos pertencem ao conjunto dos trabalhadores associados. Eles definiram entre si as regras de convivência e de gestão do empreendimento. A remuneração dos trabalhadores ocorre conforme os critérios por eles mesmos estabelecidos. Não têm patrão. Vendem para o mercado institucional, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Com a produção coletiva de doces, polpas e geleias, obtêm uma renda que, às vezes, supera a renda obtida exclusivamente pela produção agrícola. Entretanto, sem a garantia de compra do PAA ou do PNAE, têm um ganho muito pequeno e incerto. Enfrentam várias dificuldades: acesso ao crédito, assistência técnica, legislação sanitária inadequada etc. Como agricultores familiares, cada um tem os seus meios de produção (terra e instrumentos de trabalho). Se nada mais funcionar e não conseguirem manter o trabalho que desenvolvem de forma associativa, podem inserir-se no mercado da forma tradicional, nem que seja vendendo para o atravessador. A partir da Constituição Brasileira de 1988, têm o direito à aposentadoria no valor de um salário mínimo como trabalhadores rurais. Podem receber o Bolsa Família, caso se encontrem na linha de pobreza da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS para a pobreza ou pobreza extrema.

Situação-tipo 3 – Associação de mulheres que produzem alimentos na cidade

Uma associação com cinco mulheres que produzem alimentos, doces e salgados na cidade. Funciona em local emprestado. Da mesma forma que o grupo de agricultores, elas também definiram entre si os critérios de remuneração, as regras de convivência e de gestão do empreendimento. Entretanto, diferentemente do grupo de agricultores, elas não possuem outros instrumentos e meios de trabalho que permitam obter uma produção e uma renda para a família. Não têm acesso ao mercado institucional. Vendem para moradores do mesmo bairro e para consumidores de outras localidades. Mas enfrentam dificuldades em entregar os pedidos porque o narcotráfico impõe restrições à circulação de pessoas no bairro. A urgência em

obter algum ganho econômico é muito maior, sobretudo para as pessoas do grupo que não possuem outra renda ou cujo trabalho é indispensável para compor a renda familiar. Em termos de acesso a direitos sociais, vivem uma situação semelhante à das mulheres que produzem o geladinho individualmente. Diante das dificuldades, tendem a aceitar qualquer outra possibilidade de trabalho, mesmo que seja um emprego precário de assalariado sem carteira.

Essas situações-tipo colocam em evidência, desde esse primeiro momento, situações de vínculos e limites da realidade social que se quer compreender. A essas “cenas da vida” retornaremos no decorrer do percurso analítico deste livro, de forma a dialogar, no plano dessa fronteira entre categorias teóricas e dinâmica real.

O TRABALHO NO CAPITALISMO: mercantilização e desmercantilização da força de trabalho

Essa parte aborda as condições de existência do trabalho no capitalismo, marcadas pelo processo conflituoso de (des)mercantilização da força de trabalho e a instituição de direitos sociais que caracterizam a relação entre cidadania e segurança econômica na “sociedade salarial”. Esta abordagem permite articular analiticamente dois vetores essenciais que compõem o objeto do presente estudo: i) um vetor relativo às categorizações sobre o trabalho, que balizam o teor e a direção das políticas de inserção social pelo trabalho e têm por referência a condição de mercadoria da força de trabalho e o acesso a direitos sociais pelo emprego assalariado regular; e ii) um outro vetor, as “cenas da vida” com as situações-tipo, que ilustram a não universalização das relações de assalariamento.

A mercantilização da força de trabalho e a transição contemporânea

A constituição do mercado de trabalho capitalista pressupõe a transformação da força de trabalho em mercadoria. A mercantilização da força de trabalho confere um caráter peculiar ao processo de trabalho, configurando-o como um processo de valorização do capital, que universaliza a produção de mercadorias e promove uma mercantilização crescente da vida.

Qualquer processo de trabalho, seja de uma empresa privada, de um agricultor familiar, de um trabalhador por conta própria ou de um empre-

endimento associativo, possui os mesmos elementos constitutivos, ou seja, a força de trabalho, o objeto de trabalho (matérias-primas) e os meios de trabalho (instrumentos de trabalho). Na realidade, o que existe são formas concretas de produção que supõem uma determinada combinação de relações técnicas e relações sociais de produção (FOLADORI, 2001). Essas formas de produção expressam diferentes relações de propriedade dos meios de produção e de apropriação do resultado do trabalho. Nestes termos, o processo de produção de um determinado bem ou serviço caracteriza e qualifica, também, um processo de reprodução de determinadas relações sociais. Portanto, o capital não é uma coisa, mas uma relação social caracterizada pela transformação da força de trabalho em mercadoria (MARX, 1971). Não existe uma produção em geral. A produção, como categoria ampla, fora do contexto das práticas, é uma abstração.

Para Harvey (2013), esse entendimento do capital como uma relação social é de extrema importância, pois marca um distanciamento radical da definição da economia política clássica, cujo capital é entendido como um estoque de recursos. O central, em Marx, não é precisamente o trabalho, mas a sua transformação em mercadoria. Não por acaso, o primeiro capítulo de *O Capital* analisa as metamorfoses da mercadoria. A operação central é a mercantilização da força de trabalho, e o trabalho abstrato, a categoria que surge dessa operação, é uma negação dos trabalhos concretos (OLIVEIRA, 2000). “Neste diapasão, a exploração da mercadoria força de trabalho, já estranha ao seu proprietário embora dele provenha, é um mais valor que se transforma em motor da reprodução ampliada” (OLIVEIRA, 2000, p. 68).

Para a transformação do dinheiro em capital, o dono do dinheiro terá que encontrar no mercado o *trabalhador livre* em duplo sentido: livre para dispor de sua força de trabalho; e livre no sentido de despossuído, ou seja, não possui outra mercadoria a não ser a sua própria capacidade de trabalho, que vende em troca de um salário. Uma coisa é certa:

A natureza não produz, de um lado, donos de dinheiro ou de mercadorias e, de outro, homens que só possuem a sua própria força de trabalho. Esta relação não tem a sua origem na natureza, nem é mesmo uma relação social comum a todos os períodos históricos. Ela é o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, do desaparecimento de toda uma série de antigas formações de produção social (MARX, 1971, p. 189).

Harvey (2013, p.102)) destaca que a ideia do trabalhador livre é crucial. Diferentemente da escravidão e da servidão, os trabalhadores indivi-

duais têm direitos sobre o seu corpo, assim como direitos individuais legais no mercado de trabalho. “Em princípio, têm o direito de vender a sua força de trabalho a quem quiserem, assim como o direito de comprar o que quiserem no mercado com os salários que recebem” (HARVEY, 2013, p. 103). A despossessão da massa da população do acesso direto aos meios de produção libera a força de trabalho como uma mercadoria no mercado. Em vez de vender mercadorias em que o seu trabalho se objetivou, tem de oferecer como mercadoria à venda sua própria força de trabalho. Ou seja, os trabalhadores não têm condições de trabalhar para si mesmos. Para sobreviver, é necessário que trabalhem para o capital.

Harvey (2013) observa que, em Marx, argumentos históricos e lógicos se entrelaçam. A relação social que vincula a produção de mercadorias à circulação monetária e ambas à mercantilização do trabalho assalariado tem uma origem histórica distinta. Assim, para Marx, as condições históricas de existência do capital não estão dadas com a circulação das mercadorias e o dinheiro. Nem todo produto é mercadoria e nem todo dinheiro é capital. O capital como relação social só surge quando o proprietário dos meios de produção encontra no mercado o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho, que se constitui numa mercadoria peculiar. A forma em que circula é M-D-M (trabalhador vende força de trabalho – mercadoria (M) em troca de dinheiro (D) – para comprar as mercadorias necessárias (M) à sobrevivência). O capitalista opera no circuito D-M-D. A conversão do trabalho em trabalho assalariado implica um tipo bem distinto de troca de mercado. A compra da força de trabalho confere ao capitalista certos direitos de dispor do trabalho dos outros “sem considerar necessariamente o que estes possam pensar, precisar ou sentir. A onipresença dessa relação de domínio de classe é compensada na medida em que os trabalhadores lutem efetivamente para afirmar seus direitos” (HARVEY, 2004, p.101). Apresentando-se na cena política por meio de suas lutas e organizações, os trabalhadores conseguiram inscrever no modo de reprodução do capital os direitos sociais, essa negação do estatuto de mercadoria da força de trabalho (OLIVEIRA, 2000).

Desmercantilização da força de trabalho no Estado de Bem-estar social

As leis sociais surgem das lutas dos trabalhadores e como solução institucional para minimizar as condições de vulnerabilidade e empobrecimento no capitalismo. Oliveira (2000), após apresentar o papel central do

trabalho nas grandes utopias da modernidade e discorrer sobre a dialética do trabalho em Marx, sustenta que a conquista dos direitos sociais resultantes do conflito de classes no Século XX significou a rejeição do estatuto de mercadoria da força de trabalho. As lutas dos trabalhadores, recusando este estatuto de mercadoria da força de trabalho, operaram uma transformação no estatuto do trabalho, inscrevendo os direitos sociais como mediadores das assimetrias do modo de produção do capital. A instituição dos gastos sociais como bens que não podem ser vendidos no mercado obrigou o Estado a universalizar aquilo que estava estritamente ligado ao trabalho. Assim, a noção de Estado social explica-se num contexto histórico em que a economia e a sociedade têm por base o trabalho assalariado. O livre acesso ao trabalho, quebrando as formas seculares de organização dos ofícios, reintroduz a questão social sobre bases absolutamente novas, no início do século XIX.

Sob o reino das tutelas, a condição de assalariado asfixiava-se. Sob o regime do contrato, ela se desenvolve, mas, paradoxalmente, a condição operária se torna frágil ao mesmo tempo em que se liberta. Descobre-se, então, que a liberdade sem proteção pode levar a pior servidão: a da necessidade (CASTEL, 1998, p. 44).

Anete Ivo explica a questão social como uma grande *invenção social da modernidade*, que articula o fenômeno do empobrecimento em massa dos trabalhadores no capitalismo com a criação de leis sociais que se constituem em formas de mediações para as contradições entre um regime de liberdade e igualdade e as desigualdades socioeconômicas. Essa assimetria leva, ao mesmo tempo, a indagações críticas e reflexivas desse processo de empobrecimento da classe trabalhadora como questão sociológica.

[...] “a invenção do social” participa da constituição da modernidade e esta envolve tanto as condições de estruturação da ordem capitalista, como a capacidade autoreflexiva e crítica de intervir sobre os destinos da sociedade e do “homem emancipado”: o trabalhador livre, que a acompanha [...] ao usarmos a dimensão criativa da “inovação social” da modernidade, estamos nos referindo tanto às formas históricas de regulação social instituídas no âmbito de forças sociais em luta, nas sociedades urbano-industriais, como à dimensão crítica do conhecimento da própria ordem social. É a compreensão das relações problemáticas entre essa dupla dimensão que constituiu a autonomia do novo “social” na modernidade (IVO, 2008a, p. 37).

Ela [a invenção social] se constitui, classicamente, pelas mediações políticas e econômicas que viabilizam um novo padrão de solidariedade, instituída a partir do Estado social nacional, de forma a produzir (em princípio) alguma coesão social diante de imensas desigualdades socioeconômicas e da persistência de uma massa de indivíduos livres submetidos a condições de extrema pobreza, num contexto de sociedades de abundância (IVO, 2008a, p. 23).

O Estado social resulta, portanto, da organização e luta do salariado e sua instalação no coração da grande indústria, que suscita, na modernidade, ao mesmo tempo, políticas sociais e a institucionalidade dos direitos, mas, ao mesmo tempo, um sistema epistemológico e reflexivo, na forma de questões sociológicas sobre desigualdade, pobreza e as condições de coesão da ordem capitalista. O Estado, por sua vez, foi um ator essencial na consolidação do salariado ao garantir um sistema de regulações jurídicas, distinguindo o trabalho da condição exclusiva de mercadoria sujeita às leis do mercado. Com a transformação da organização do trabalho, que caracteriza o predomínio da grande indústria, os trabalhadores deixam de ser indivíduos isolados para se constituírem em coletivos de trabalho que serviram de apoio para as regulações coletivas do direito. O trabalho converte-se numa atividade pública, coletiva, que transcende as particularidades de tarefas concretas, revelando-se como *trabalho abstrato*, ou seja, um ato social (CASTEL, 2012).

Se comprende entonces que, una vez que se transciende el carácter individualizado de la relación de trabajo, el trabajador pueda convertirse en objeto o sujeto de derecho. El derecho del trabajo sanciona la pertenencia de los trabajadores a la ciudadanía (CASTEL, 2012, p. 68).

Essa institucionalidade, criada com vistas a garantir segurança econômica e bem estar social aos trabalhadores, constitui-se em um processo de “*sociação da economia*”, o que significa um reconhecimento de que o capitalismo não é apenas constituído por fatores de produção e pelo mercado, mas por “sujeitos sociais com direitos de cidadania (IVO, 2008a). Esping-Andersen descreve esse processo como “*desmercantilização da força de trabalho*”, ou seja,

[...] o processo que media o conflito entre economia e sociedade, capital e trabalho, na medida em que reconhece, pela legislação do trabalho e pelos direitos sociais, que o capitalismo não é apenas constituído por fatores de produção e pelo mercado, mas por sujeitos sociais com necessidades básicas, ou seja, direitos sociais e de cidadania (IVO, 2008a, p. 54).

Assim, “A desmercadorização ocorre quando a prestação de um serviço é vista como uma questão de direito ou quando uma pessoa pode manter-se sem depender do mercado” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 102). A introdução dos direitos sociais modernos, implica, portanto, um afrouxamento do *status* de pura mercadoria.²³

²³ Anete Ivo (2004) utiliza a expressão *desmercantilização* da força de trabalho correspondente a *decommodification*, usada por Esping-Andersen (1991) para designar o acesso dos trabalhadores a uma série de seguros e prestações sociais, baseados em direitos e políticas sociais que expressam um processo parcial de socialização da economia.

A formação das instituições do *Welfare State* significou que as práticas das relações sociais operaram no sentido de desmercantilizar parcialmente a força de trabalho, evidenciando a finitude da forma mercadoria especificamente concebida pelo capitalismo. Resignificando o que quer dizer trabalho, as organizações dos trabalhadores apontaram para a construção de direitos sociais efetivos e universalizados, não apenas no sentido de uma declaração de boas intenções, mas no de ensejar a implantação de um sistema de direitos e serviços de saúde, educação, previdência etc., extensivos, indiscriminadamente, a toda a sociedade (OLIVEIRA, 1998).²⁴

Pode-se falar em “sociedade salarial” quando as prerrogativas inicialmente relacionadas ao trabalho assalariado passam a cobrir os principais riscos sociais, incluindo além dos trabalhadores e suas famílias, os não-assalariados. A possibilidade dessa generalização reside na generalização do próprio salariado. Na segunda metade dos anos 1970, o trabalho assalariado, na França, abrangia cerca de 90% da população ativa. Este é o núcleo do compromisso social que culmina na década de 1970, expressando um certo equilíbrio, conflitivo e frágil entre o econômico e o social (CASTEL, 2012). É sintomático que a crítica neoliberal incida precisamente contra aquele ponto que universaliza os direitos sociais.²⁵

A expressão “sociedade salarial” sintetiza a transformação histórica a que levou essa interação virtuosa entre o político e o econômico que foi a origem dos “Trinta Gloriosos”, quando sugere que a relação salarial se tornou durante esse período o principal campo da auto-instituição da sociedade, as normas que regem o trabalho passando a constituir um referencial da legitimação política tanto quanto os princípios democráticos. A tal ponto que a cidadania é redefinida no projeto de finalmente conseguir fazer de todo homem um cidadão graças ao formato institucional que confere à relação salarial uma concepção dos direitos sociais em termos de direitos de acesso ao mercado com igualdade de oportunidades ou, em caso de impossibilidade, de direitos a meios de vida (MARQUES-PEREIRA, 1998, p. 330).

Além da proteção a partir do trabalho, o Estado desempenha um papel social a partir da prestação de serviços públicos, permitindo o acesso

²⁴ Francisco de Oliveira (1998, p. 30) em texto originalmente publicado em *Novos Estudos Cebrap*, n. 22, de outubro de 1988, indica que “A dialética instaurada pela função do fundo público na reprodução do capital e da força de trabalho levou a inusitados desdobramentos. Há, teoricamente, uma tendência à *des-mercantilização* da força de trabalho, pelo fato de que os componentes da sua reprodução representados pelo salário indireto, são *antimercadorias* sociais”.

²⁵ Karl Polanyi (2000) inverte os termos da crítica liberal, mostrando que a sociedade desenvolve mecanismos autoprotetores contra o caráter autodestrutivo da utopia do mercado, que converte a natureza e o trabalho em mercadorias.

a bens e serviços coletivos que não obedecem à lógica do mercado. Castel (2012, p. 157) sugere que estes são os dois polos de uma ação estatal fundante da cidadania social

Se esta noción de ciudadanía social tiene un sentido preciso me parece que es ése. La propiedad privada no es el único fundamento de la ciudadanía. El no propietario también tiene derechos y seguros sociales. Participa en prestaciones y servicios colectivos cuyo garante es el Estado, y que funcionan así como análogos de la propiedad privada para los no propietarios” (CASTEL, 2012, p. 157).

A condição de assalariado, com base na qual se construiu todo o sistema de proteções sociais, foi, durante muito tempo, uma das situações mais incertas, indignas e miseráveis. “Alguém era um assalariado quando não era nada e nada tinha para trocar, exceto a força de seus braços” (CASTEL, 1998, p. 21). A condição de assalariado chegou a superar essas fantásticas desvantagens para tornar-se a matriz de base da “sociedade salarial” moderna, marcada pela regulamentação das relações de trabalho e por um conjunto de direitos sociais vinculados ao assalariamento formal. Nesses termos, a condição operária constituiu-se numa nova relação salarial, acompanhada por formas de organização e lutas que buscam não só a melhoria do valor do salário, mas garantias de seguridade sobre as condições de trabalho. Assim, “[...] a remuneração de um tempo livre equivale a um reconhecimento oficial da humanidade do trabalhador e da dignidade humana do trabalho. O trabalhador é também um homem e não um eterno tarefeiro” (CASTEL, 1998, p. 438). Com as férias remuneradas, por exemplo, “alguns dias por ano o operário deixa de perder sua vida em ganhá-la. Não fazer nada do que é obrigado a fazer. É a liberdade de existir para si [...]” (CASTEL, 1998, p. 438).

Para Castel, a sociedade salarial não se define apenas por ser uma sociedade em que a maioria da população é assalariada:

Uma sociedade salarial é sobretudo uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais têm sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda, mas também seu status, sua proteção, sua identidade. Poder-se-ia dizer que a sociedade salarial inventou um novo tipo de seguridade ligada ao trabalho, e não somente à propriedade, ao patrimônio. Porque, antes do estabelecimento dessa sociedade salarial, ser protegido era ter bens; somente quando se era proprietário é que se estava garantido contra os principais riscos da existência social, que são a doença, o acidente, a velhice sem pecúlio (CASTEL, 2013, p. 291-292).

Para Castel (1998, p. 580), a sociedade salarial é uma construção histórica, não é eterna, mas “pode permanecer como uma referência viva,

porque realizou uma montagem não igualada entre trabalho e proteções”. Com o keynesianismo²⁶ do pós-guerra, o Estado de Bem-estar parecia haver encaminhado soluções à “questão social” de uma vez por todas, associando formas institucionais e protetivas da força de trabalho no capitalismo e no contexto de direitos democráticos. Para Esping-Andersen (2000), o capitalismo de bem-estar assinala quatro inovações institucionais: i) promessa de uma cidadania social universal; ii) direitos civis e políticos se complementam com direitos sociais, ou seja, democracia e Estado de Bem-estar são necessariamente articulados; iii) reconhecimento e consolidação do sindicalismo; e iv) educação massiva.

No entanto, ao final do século XX e início do XXI, os pilares do Estado de Bem-estar social, tal como o conhecemos, sofrem inflexões resultantes da reestruturação produtiva e reconfiguração do mercado de trabalho, do perfil sociodemográfico e do caráter da acumulação globalizada. Essas reconfigurações servem de lastro para uma contrainvestida de setores neoliberais expressa em reformas do Estado Social, sob a prevalência do mercado. Ou seja, a “nova” questão social, nos tempos que correm, se apresenta como uma desmontagem desse sistema de proteções e garantias vinculadas ao trabalho que “repercute como uma espécie de choque em diferentes setores da vida social, para além do mundo do trabalho propriamente dito” (CASTEL, 2013, p. 288). A tendência ao desemprego estrutural de longa duração e as transformações na forma de trabalho que dominou o século XX – o trabalho assalariado organizado –, redefinem as possibilidades de trabalho para milhões de pessoas e emergem, no final do último século, como uma questão social premente. “Ao contrário do que acalenta a utopia liberal, agora denominada de globalização, parece que a identidade contraditória e excludente do capitalismo se revela cada vez mais parecida com o retrato que dela foi feito no século XIX pela ‘crítica da economia política’ de Marx” (FIORI, 1997, p. 82).

Entretanto, “para se mensurar a ameaça de fratura que assombra as sociedades contemporâneas e empurra para o primeiro plano as temáticas da precariedade, da vulnerabilidade, da exclusão, da segregação, do desterro, da desfiliação ...” (CASTEL, 1998, p. 22), é necessário uma caracterização sócio histórica do lugar ocupado pela condição do assalariado. Essas

²⁶ Conjunto de medidas fundamentadas pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946), preconizando a ação do Estado para garantir o pleno emprego e a concessão de benefícios sociais.

questões se configuram exatamente em relação a um contexto de proteções anteriores, garantidas pelo Estado Social, a partir, justamente, da consolidação da condição salarial. Assim, para Castel, não tem sentido se falar hoje de crise sem se avaliar essa diferença²⁷. Se os trabalhadores conseguiram inscrever os direitos sociais – essa negação do estatuto de mercadoria da força de trabalho –, no modo de reprodução do capital, hoje, “o que está em jogo é o que quer dizer *trabalho*, do ponto de vista civilizatório” (OLIVEIRA, 2000, p. 81). Em outros termos, a operação em curso, com os ataques aos gastos sociais e ao Estado de Bem-estar busca desvestir do trabalho os direitos sociais, revertendo-o à condição exclusiva de mercadoria e, como se sabe, a mercadoria não tem direitos.

O TRABALHO PARA ALÉM DA NORMA DO ASSALARIAMENTO: algumas categorias de análise

A seguir, recupero algumas categorias de análise utilizadas pela literatura de estudos do trabalho e em programas sociais de inclusão produtiva, que buscam apreender e designar o trabalho fora da norma da relação salarial e, também, a atual conformação da classe trabalhadora. Essas definições, aqui, têm uma dupla função: não só apresentam as tentativas definidoras e críticas dessa realidade, mas, ao mesmo tempo, buscam gerar um lastro conceitual sobre o qual se pode interpelar analiticamente a experiência do trabalho das classes populares, possibilitando retornar, num esforço comparativo, às situações-tipo apresentadas. A ideia é questionar o trabalho fora da norma do emprego assalariado e essa interpelação supõe implicações cognitivas, analíticas e comparativas que tomam por base o cotidiano das classes populares.

A categoria do trabalho informal

O termo setor informal, desde a sua origem²⁸, vem sendo utilizado muito mais para denominar formas heterogêneas de produção e de traba-

²⁷ A degradação da sociedade salarial, a partir da segunda metade dos anos 1970, com o declínio do emprego clássico (emprego estável, balizado pelo direito do trabalho e pela proteção social) não significa que se possa dizer que estamos “mais além do salariado”. Ou seja, o salariado permanece a forma predominante de organização do trabalho, abrangendo, no início dos anos 2000, cerca de 90% da população ativa na França (CASTEL, 2012).

²⁸ Sobre as origens e generalização do uso do termo informal no início dos anos 1970, ver Cacciamali (1982).

lho não usuais às empresas tipicamente capitalistas, do que associado a um fenômeno específico e definido do espectro produtivo ou do mundo do trabalho contemporâneo²⁹. O termo economia informal é empregado para denominar as situações em que as relações capital-trabalho não se encontram bem estabelecidas, seja no âmbito da organização do trabalho, como no cumprimento das regras legais, sendo utilizado para representar fenômenos muito distintos, a exemplo da contratação ilegal de trabalhadores assalariados, evasão e sonegação fiscais; terceirização, comércio de rua ou ambulante; trabalho temporário, trabalho em domicílio etc. Assim, estariam incluídos na informalidade diferentes modalidades de trabalho, a exemplo dos assalariados sem carteira, trabalhadores por conta própria, trabalhadores domésticos etc., além de atividades consideradas ilícitas à luz do código penal, a exemplo da prostituição, venda de produtos contrabandeados, loterias clandestinas e distribuição de drogas, que comporiam a denominada economia submersa (CACCIAMALI, 1994; 2000).

Tomando-se por referência a cobertura da legislação trabalhista, estariam no informal todos os assalariados sem carteira e as empresas nas quais trabalham. Se o critério adotado for as obrigações tributárias, estariam na economia informal as empresas que sonegam impostos e praticam o chamado “caixa dois”. Se o critério for a existência de registro ou licença para funcionamento, estariam incluídos no informal milhões de trabalhadores que desenvolvem uma atividade por conta própria e as diferentes modalidades de trabalho associativo. No Brasil, o Ministério do Trabalho classifica como formais todas as empresas registradas na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). O IBGE, em pesquisa sobre a economia informal urbana, considerou como setor informal as unidades econômicas de produção de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados.³⁰

Nestes termos, a conceituação do setor informal assemelha-se mais a uma descrição ou justaposição de atividades ou situações envolvendo um conglomerado que não responde a nenhuma lógica específica (CORAG-

²⁹ Machado da Silva (2003, p. 149) observa que, embora o par formal-informal tenha sido um instrumento cognitivo que contribuiu para o entendimento das relações entre produção e reprodução social, o uso do termo esteve muito mais relacionado ao “acordo sobre o que a informalidade *não era* do que da unidade interna dos fenômenos aos quais a categoria se referia”.

³⁰ Segundo o IBGE (2003), os critérios adotados para a “Pesquisa Economia Informal Urbana” baseiam-se nas recomendações da 15ª Conferência de Estatísticas do Trabalho promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

GIO, 1998). Seriam igualmente informais o trabalho de milhões de brasileiros realizado de forma individual ou familiar, as diferentes modalidades de trabalho associativo, o trabalho dos assalariados sem carteira e as atividades das empresas que burlam a legislação trabalhista ou tributária. Ou seja, estariam num mesmo plano o trabalho da mulher que produz e vende alimentos num bairro da periferia de Salvador e as atividades de uma empresa que sonega impostos e pratica o “caixa dois”. Se o pretendido é desenvolver políticas direcionadas para um processo de transformação social, o uso do termo informal mais oculta do que revela a realidade que se busca compreender e transformar.

Mais recentemente, o conceito de informal passou a ser associado ao processo contemporâneo de reorganização das relações de produção, denominado de reestruturação produtiva. Em 2002, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) redefine o informal, incorporando os trabalhadores oriundos dos processos de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho (LIMA, 2013).

Cacciamalli (2000) utiliza a expressão “processo de informalidade” para denominar as diferentes formas de trabalho resultantes da dinâmica da mudança e da reestruturação da economia. Assim, recorrendo à noção de “processo” relativo à noção de informal, esta autora busca assimilar um “processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições” (CACCIAMLE, 2000, p. 163). Decorrem dessa mudança dois fenômenos principais, associados ao mercado de trabalho. O primeiro refere-se à reorganização do trabalho assalariado, abrangendo formas de trabalho assalariado não registrado junto aos órgãos da seguridade social, mas, também, “contratações (legais ou consensuais) sob outros modos, como cooperativas de trabalho, empreiteiras de mão-de-obra, agências de trabalho temporário, locadoras de mão-de-obra, prestação de serviços temporários dissimulada sob a forma de trabalho autônomo” (CACCIAMALE, 2000, p. 164). O segundo fenômeno é o auto-emprego, representado pelo trabalho por conta própria ou em microempresas, realizado por pessoas com dificuldade de ingresso no mercado de trabalho ou que optam por esta forma de trabalho.³¹

³¹ A crítica de Cacciamalli busca captar o caráter dinâmico do mercado de trabalho e a permeabilidade da relação formal/informal, evitando uma dualização ou uma cristalização de relações estáticas, que essas categorias parecem sugerir.

Malagutti (2000) utiliza a noção de informalidade, considerada mais abrangente do que o conceito de informal, para denominar, por exemplo, situações baseadas em contratos de trabalho regulares, mas em que o trabalho se realiza sem condições de segurança, com horas extras não pagas etc. Assim, estariam incluídas na noção de informal, as atividades relacionadas a processos históricos de precarização como aquelas de conformação contemporânea.

Para Alves e Tavares (2006, p. 441), o trabalhador por conta própria “não é nem autônomo nem capitalista. Tal como um assalariado, o produto do seu trabalho será enlaçado pela lógica do capital”, na medida em que tem de se confrontar com outros, no mercado, onde cada troca imprime a presença da mais valia. Sob essa ótica, o trabalho informal seria uma forma inerente à totalidade da produção capitalista.

Com um olhar crítico sobre estas definições, cabe observar que não é plausível afirmar que os trabalhadores que estão fora dos limites legais do contrato de trabalho (aí incluídos os trabalhadores autônomos), que, historicamente, numa realidade como a brasileira, somam cerca de 50% do total de trabalhadores, sejam o produto das reestruturações e transformações das últimas décadas (RIZEK, 2005)³². Apesar das várias críticas que recebe, a categoria de trabalho informal permanece sendo recorrentemente utilizada, de forma ambígua, ao lado de termos como setor informal, economia informal e mercado informal, o que torna o seu entendimento ainda mais impreciso.

Milton Santos relaciona, de forma muito instigante, a origem e o uso do termo informal como uma designação que terminou por se impor ao que poderia ser considerado como um caso de “fetichismo da palavra”. Ou seja, quando uma instituição importante como o Banco Mundial decide adotar uma palavra, a maioria das pesquisas em geral fazem o mesmo, “sem ao menos procurar entender o que a expressão encerra além de pura semântica”. E, de forma ainda mais instigante, Milton Santos faz uma pergunta singela: “mesmo que nos restringamos à semântica pura, podemos indagar: por que setor informal?” (SANTOS, 1978, p. 52).

³² Esta questão será retomada no capítulo 4 deste livro.

Trabalho como ativo na perspectiva neoliberal: empregabilidade e empreendedorismo

Que cada indivíduo seja o empreendedor dele mesmo, essa é a grande inflexão provocada por uma corrente de economistas neoliberais, cujas duas figuras teóricas mais importantes são Ludwig von Mises e Friedrich Hayek. Para esta corrente³³, todas as pessoas são ou aprendem a ser empreendedoras, e a economia de mercado libera e estimula esse “empreendedorismo”, que seria freado apenas pela ação do Estado quando tira ou suprime a livre competição. O ator de toda economia seria sempre o empreendedor, com suas ações motivadas apenas pelos interesses individuais. “A empresa é promovida a modelo de subjetivação: cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um acapital que deve se fazer frutificar” (DARDOT; LAVAL, 2016, Conclusão, p. 5). Cada indivíduo é considerado detentor de um capital humano. A referência não é mais o sujeito de direitos. A figura do cidadão desaparece e dá lugar ao empreendedor, aquele que tem que “trabalhar mais para ganhar mais” e fazer os mais variados contratos com outros autoempreendedores.

Machado da Silva (2002; 2003) observa que o uso dos termos empregabilidade e empreendedorismo adquire um sentido de convencimento ideológico no sentido de reconstruir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança que pareciam em vias de eliminação, no auge do Estado de Bem-estar. São termos que emergem no contexto da reestruturação produtiva e da flexibilização das relações de trabalho, buscando explicar e justificar novas formas de inserção ao trabalho. Para Anete Ivo (2016, p. 91), num contexto histórico de profundas desigualdades, essas categorias expressam soluções profundamente injustas, que se alinham com a concepção de que a superação das condições de pobreza é de responsabilidade exclusiva das classes populares.

A noção de empregabilidade expressa o elenco de atributos subjetivos – disposições pessoais, competências – que as empresas esperam dos trabalhadores, correspondentes às necessidades de uma produção flexibilizada (MACHADO DA SILVA, 2002; 2003). Assim, “empregabilidade pode ser definida como a capacidade da mão-de-obra de se manter empregada ou encontrar novo emprego quando demitida, em suma, de se tornar *empre-*

³³ Para uma análise crítica dessa corrente neoliberal ver Dardot e Laval (2016), especialmente item 4, “O homem empresarial”.

gável” (RAMALHO; SANTANA, 2004, p. 25-26)³⁴. A outra versão da empregabilidade seria o empreendedorismo. No Brasil, a partir dos anos 1990, reconhece-se que não há mais trabalho assalariado para todos³⁵. Nesses termos, uma certa visão, compatível com a crença ultraliberal, propõe aos desgarrados do mercado regular de trabalho que montem os seus próprios empreendimentos. Tudo dependeria do esforço e do espírito empreendedor de cada um. Se não conseguem empregos, que sejam empresários de si mesmos! Caberia ao próprio trabalhador implantar o seu trabalho, tendo a si próprio como sua melhor mercadoria. Tratar-se-ia de um problema de ordem individual e meritório. De um paradigma antropológico do indivíduo-máquina passa-se, agora, a uma nova matriz: aquela do indivíduo-empresa (LARA, 1997), na qual apenas os mais capazes mereceriam sobreviver.

O incentivo à atividade autônoma dos trabalhadores busca substituir a relação capital-trabalho, presente na relação empresa-trabalhadores, para empresa-empresa, transformando o trabalhador individual em pessoa jurídica ou estimulando a formação de empresas constituídas como coletivos autogeridos de trabalhadores (RIZEK; GEORGES, 2013), que, no Brasil, são denominadas de “coopergatas” ou falsas cooperativas.

Numa realidade como a brasileira, o trabalho por conta própria corresponde a cerca de 20% da população ocupada. Ao invés de um espaço que viabilize e estimule o desenvolvimento de prósperos empreendedores, o trabalho por conta própria, sobretudo nos espaços urbanos, é fortemente marcado por uma situação de privação e vulnerabilidade social: um grande percentual das pessoas que vivem do trabalho por conta própria situam-se nas faixas inferiores de renda e não contribuem para a Previdência Social. Não é pequena a parcela desses “empreendimentos” que só se “viabiliza” pela reprodução de situações de privação e carência de direitos.³⁶

³⁴ Segundo essa visão, o desemprego seria o resultado de uma qualificação inadequada da população diante das exigências do novo paradigma produtivo. Haveria trabalho para todos, desde que houvesse essa adequação (RAMALHO; SANTANA, 2004, p. 26).

³⁵ Guimarães (2003) observa que não deixa de ser significativo que, no Brasil, apenas a partir da década de 1990, a noção de empregabilidade tenha sido erigida à posição central no discurso que informa políticas sociais, pois ela, há muito tempo, já integrava, via Comunidade Econômica Europeia, o universo discursivo das agências internacionais.

³⁶ A pesquisa sobre o micro empreendedorismo, promovida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE – RJ) em domicílios nas favelas do Rio de Janeiro com Unidades de Polícia Pacificadora, revela que esse micro empreendedorismo é mais uma opção de ocupação frente ao quadro de carências e necessidades do que o aproveitamento de uma oportunidade por si mesma (IETS, 2012, p. 64).

A institucionalização dos empreendimentos econômicos solidários

No final da década de 1990, o tema da economia solidária adquire uma maior visibilidade e, a partir de 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, no âmbito do Ministério do Trabalho, constitui-se num segmento reconhecido por programas e ações públicas³⁷. Em 2011, a Economia Solidária passou a constituir um dos instrumentos de inclusão por meio do trabalho, o Plano Brasil Sem Miséria³⁸, do governo federal, que tinha como eixos a transferência de renda, a inclusão produtiva e o acesso a serviços públicos.

No entanto, o tema da economia solidária suscita várias controvérsias e indagações. A começar pelo próprio nome. Existe uma diversidade de denominações para definir, supostamente, o mesmo fenômeno. Fala-se, por exemplo, em economia solidária (SINGER, 1996; 2000; 2002), economia popular (RAZETO, 1993), economia do trabalho (CORAGGIO, 2000), economia social e solidária (LAVILLE, 2018) entre outras denominações feitas por diferentes autores³⁹. Os termos refletem tanto um esforço de sistematização e elaboração teórica, como, também, expressam utopias⁴⁰. Como pondera Gaiger (2000), o conceito de economia solidária carrega algo de projeção e de desejo. Ou seja, idealiza-se e prefigura-se o que seria uma economia solidária e, depois, busca-se analisar a realidade segundo esses atributos que lhe dão sentido. Assim, é possível que o conceito revele o que cada um nele procura, deseja, ou projeta como valores e práticas concernentes a uma economia e sociedade a serem construídas. Pode-se dizer que são conceitos em construção, nem sempre ou apenas parcialmente claros ou avocados pelos trabalhadores que, por iniciativa própria, organizam-se

³⁷ Para um apanhado da evolução institucional da economia solidária no Brasil e a descrição de como se deu a definição e adoção da categoria economia solidária em programas de governo, ver (COSTA, 2016; SINGER, 2012; SCHIOCHET, 2012).

³⁸ Além da economia solidária, também foram incluídas no eixo “inclusão produtiva”, do Programa Brasil Sem Miséria, ações voltadas à agricultura familiar (crédito e assistência), à formalização dos empreendedores individuais (criação da figura do microempreendedor individual – MEI), ao microcrédito produtivo orientado e à qualificação profissional pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

³⁹ Lechat (2002) e Costa (2016) assinalam que um marco desse debate foi o seminário realizado em 1999, na Universidade Católica do Salvador que reuniu, pela primeira vez, os principais estudiosos do tema e resultou na publicação do livro *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia* (KRAYCHETE *et al.*, 2000).

⁴⁰ Para um apanhado sobre os primeiros aparecimentos dos conceitos ligados à economia solidária no Brasil ver Lechat (2002).

em formas de trabalho que antecedem o que, agora, os novos conceitos buscam denominar ou projetar. A partir dos anos 2000, o termo economia solidária⁴¹ incorpora-se aos estudos acadêmicos, ao discurso dos movimentos sociais e passa a ser incorporado nas discussões de políticas e programas governamentais.

Em geral, por “economia solidária” entendem-se as diferentes iniciativas econômicas desenvolvidas de forma autogestionária pelos trabalhadores. Ou seja, abrange as diferentes modalidades de trabalho associativo para a produção, comercialização, prestação de serviços, trocas, crédito e consumo, tendo, entre os seus traços característicos, a gestão autônoma, participativa e democrática, a exemplo das associações e grupos de produtores; cooperativas de agricultura familiar; de coleta e reciclagem; empresas recuperadas e assumidas pelos trabalhadores; redes de produção, comercialização e consumo; bancos comunitários; cooperativas de crédito e clubes de trocas, cujos sócios são trabalhadores urbanos e rurais, que realizam atividades de produção de bens ou serviços materiais ou simbólicos.

A definição contida no Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (MTE-SENAES, 2004) permite uma delimitação mais objetiva dos empreendimentos da economia solidária. Conforme esta definição, são considerados como empreendimentos da economia solidária as organizações que possuem as seguintes características:

i. Organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), suprafamiliares, cujos sócios são trabalhadores urbanos e rurais. Os que trabalham no empreendimento devem ser, na sua quase totalidade, proprietários ou coproprietários, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados;

ii. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização;

iii. Organizações que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.⁴²

Os empreendimentos da economia solidária abrangem as atividades mercantis e a produção de bens e serviços que não se destinam ao mercado.

⁴¹ Paul Singer usou o termo “economia solidária” no artigo “Economia solidária contra o desemprego”, publicado em 11/06/1996 no jornal *Folha de São Paulo*.

⁴² Estão excluídas desta definição as cooperativas empresariais e as pseudocooperativas, que servem de fachada para burlar direitos trabalhistas.

Envolvem diferentes modalidades de trabalho associativo, a exemplo de: i) produção coletiva de bens ou serviços utilizando meios de produção coletivos; ii) produção individual e comercialização coletiva; iii) produção individual com o uso de equipamentos coletivos; iv) produção individual e comercialização individual em espaços (feiras e exposições) organizados coletivamente; v) fornecimento de produtos ou serviços para os associados; vi) prestação de serviços para terceiros com equipamentos individuais ou coletivos; e vii) serviços de poupança e crédito.

Contratendência crítica: “Classe que vive do trabalho”⁴³

Com a expressão “classe-que-vive-do-trabalho”, Ricardo Antunes (1999; 2005) busca enfatizar o sentido atual da classe trabalhadora em resposta às teses em curso nos países do Norte, que anunciavam o fim das classes sociais, da relevância da classe trabalhadora, ou até mesmo o fim do trabalho. Para Antunes (1999, p.102, *itálicos do autor*), a classe trabalhadora, hoje, “não se restringe *ao trabalho manual direto*, mas incorpora a *totalidade do trabalho social*, a totalidade do trabalho *coletivo assalariado*”. Assim, “compreender a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica entender esse conjunto dos seres sociais, que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e são desprovidos dos meios de produção” (ANTUNES, 2005, p. 52).

Esta noção ampliada de classe trabalhadora inclui tanto os trabalhadores *produtivos*, que produzem mais-valia e participam diretamente do processo de valorização do capital, “*ocupando um papel de centralidade no interior da classe da trabalhadora*” (ANTUNES, 1999, p. 102), como os trabalhadores *improdutivos* cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços, para uso público ou do capitalista, e que não se constituem como elementos diretamente produtivos, ou seja, do processo de criação de mais-valia. Essa noção também incorpora o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital, os trabalhadores terceirizados, os trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital, e os trabalhadores *assalariados* da chamada “economia informal”, entendida como os trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho e os *trabalhadores individuais por conta*

⁴³ Termo cunhado por Ricardo Antunes (1999).

*própria*⁴⁴, que prestam serviços de reparação e limpeza (ANTUNES, 1999, p 103).

Nesses termos, a chave analítica para a definição da classe trabalhadora é dada pelo assalariamento. A expressão *classe-que-vive-do-trabalho*, portanto, procura “captar e englobar a *totalidade dos assalariados que vivem da venda da sua força de trabalho*” (ANTUNES, 1999, p. 102). Estariam excluídos os *gestores do capital, seus altos funcionários* e os que vivem da especulação e dos juros. Também estariam excluídos desta noção os proprietários de microempresas e a pequena burguesia urbana e rural *proprietária*.

INTERPELANDO FRONTEIRAS ENTRE AS NOÇÕES TEÓRICAS E A DINÂMICA REAL: aderências e disjunções

Considerando essas proposições analíticas, retorna-se aqui às “cenas da vida” (situações-tipo) de forma a interpelar o cotidiano dessas famílias trabalhadoras com base nas nomeações trabalhadas e, simultaneamente, “deixar” que essas proposições e noções sejam interpeladas pela realidade que as cenas da vida tipificam. Busca-se menos questionar um ponto de vista dominante, mas, sobretudo, pôr em evidência a dinâmica de uma realidade social que tende a ficar na penumbra e, ao fazer isso, contribuir para suscitar novas abordagens teóricas e práticas voltadas para uma afirmação cidadã do trabalho.

Como compreender o trabalho da mulher que vende geladinho na periferia de Salvador (situação-tipo1)? Não se trata de trabalho assalariado. A sua força de trabalho não se constitui numa mercadoria. Incluir esse trabalho no denominado “setor informal” significaria colocá-lo numa situação de equivalência à das empresas que contratam trabalhadores sem carteira, ou dos trabalhadores que sempre foram assalariados regulares e sofreram processos de precarização típicos à crise da sociedade salarial e do Estado de Bem-estar. Na condição de trabalhadora autônoma, o trabalho desta mulher estaria submetido às leis econômicas que regulam o valor do trabalho assalariado? Admitindo-se que sim, quais as implicações práticas

⁴⁴ Esta referência aos trabalhadores individuais por conta própria aparece em nota de pé de página, não ficando claro se o autor se refere ao trabalhador individual que presta serviços apenas para as empresas, caracterizando uma subordinação indireta ao capital que camuflaria uma relação de assalariamento. Considerando o conjunto da definição de *classe que vive do trabalho*, fica claro que Antunes a compreende como a totalidade dos assalariados que vivem da venda da sua força de trabalho.

desse reconhecimento teórico para a sua vida cotidiana? Ela permanece onde sempre esteve, sem acesso a nenhum dos direitos vinculados ao trabalho assalariado regular.

O recente discurso do “empreendedorismo” como uma alternativa ao desemprego não capta o que há de peculiar no trabalho dessa mulher. Seria um despropósito incluí-lo nas estatísticas utilizadas para demonstrar que o Brasil é o país do empreendedorismo, como se houvesse uma evolução contínua entre empreendimentos populares e empresas capitalistas.⁴⁵ Conhecimentos tradicionalmente concebidos para uma economia empresarial têm pouca utilidade para a dinâmica dos trabalhos aqui ilustrados pela situação da mulher que vive da produção e venda do geladinho. A opção pelo trabalho por conta própria, em grande medida, é determinada pela ausência de alternativa ou pela impossibilidade de acesso a um emprego regular assalariado.⁴⁶

O trabalho dessa mulher também não estaria incluído no conceito de classe que vive do trabalho na medida em que é proprietária de “meios de produção”, não vende sua força de trabalho em troca de um salário e não é desempregada.⁴⁷ Também não seria uma trabalhadora dos empreendimentos econômicos solidários, na medida em que realiza o seu trabalho de forma individual ou contando com a ajuda da família. Por essa ótica, o trabalho dessa mulher seria uma atividade econômica popular, mas não solidária e, como tal, estaria fora do campo das ações em apoio à economia solidária. Assim, em termos teóricos e práticos, isso equivale a não nos deixarmos interpelar por uma realidade que envolve as condições de reprodução da vida e provimento de renda de parcelas significativas da população, e que tem uma relação direta com as condições de existência e de sustentabilidade dos empreendimentos da economia solidária. Importa considerar

⁴⁵ Para Harvey (2016, p. 172) instituições como Banco Mundial e FMI abraçaram essa ficção teórica, mais por razões ideológicas do que por sólidas razões intelectuais, de que a população fora do mercado formal de trabalho formaria, nos países em desenvolvimento, uma massa em ebulição de microempresas, que só precisariam de uma dose de microcrédito para se tornarem membros legítimos da classe capitalista.

⁴⁶ Esta questão será retomada nos capítulos 3 e 4 deste trabalho.

⁴⁷ Faço essa interpretação considerando que não fica claro o entendimento de Antunes (1999, p. 103) sobre o que denomina, em uma nota de pé de página, *trabalhadores individuais por conta própria* (itálico no original), referindo-se aos trabalhadores *assalariados* da chamada “economia informal” (aspas no original), e tendo em conta a sua análise de que, hoje, a classe trabalhadora abrange o conjunto dos “seres sociais que vivem da venda de sua força de trabalho, que são assalariados e são desprovidos dos meios de produção” (ANTUNES, 2005, p. 52).

que, nos espaços urbanos, as pessoas que integram os empreendimentos associativos não são os assalariados do setor público ou privado, mas pessoas que, em geral, sempre tiraram o seu sustento das atividades realizadas de forma individual ou familiar. Entretanto, conforme essas categorias de análise, não existiriam relações entre os empreendimentos associativos (situações-tipo 2 e 3), que estariam incluídos no campo da economia solidária, e o trabalho realizado de forma individual ou familiar.

Em resumo, a mulher que ganha o seu sustento com a venda do “geladinho” não consegue vender sua força de trabalho como assalariada, não possui os atributos da empregabilidade e do empreendedorismo e nem os requisitos do trabalho associativo.⁴⁸ Usualmente é definida como uma “trabalhadora informal”, mesmo por aqueles que, em geral, têm uma visão crítica sobre o uso deste termo.

Ora, se, na economia capitalista, as condições de reprodução social se realizam, principalmente, pelas relações de trabalho assalariado, e se o atual processo de precarização social do trabalho se expressa pela degradação da condição salarial (CASTEL, 2013), deve-se observar que, numa sociedade como a brasileira, milhões de pessoas nunca tiveram um emprego assalariado regular.⁴⁹ O Brasil não conheceu os índices de assalariamento das economias capitalistas centrais nem, tampouco, experimentou a rede de proteção social típica ao *Welfare State*. Aqui, o emprego regular assalariado nunca foi uma perspectiva realista para um grande contingente de trabalhadores. No Brasil, as mudanças resultantes da reestruturação produtiva ocorrem num quadro em que a cidadania não significou a completa integração da massa de trabalhadores ao regime salarial estável, e em que a pobreza constitui um fenômeno estrutural de massa e não uma questão residual ou emergente (IVO, 2008a, p. 145). Parece que o Estado Social e sua teia de proteção fazem parte apenas tangencialmente da história da “mulher que vive de vender geladinho”.

Cabe esclarecer, neste passo, que o termo *precarização do trabalho* – usualmente utilizado para denominar o processo de perda de direitos que tem por referência o emprego regular assalariado –, traduz uma realidade

⁴⁸ Entretanto, as ações dos chamados programas de inclusão socioprodutiva estão voltadas, essencialmente, para a inserção da força de trabalho no mercado de trabalho assalariado e para formalização de microempresas. A partir de 2008, o programa em apoio ao Micro Empreendedor Individual (MEI), permite o acesso a determinados benefícios sociais.

⁴⁹ Ver dados detalhados sobre a estrutura ocupacional no Brasil no capítulo 4.

distinta daquela que caracteriza as condições de existência dos empreendimentos da economia dos setores populares retratados aqui pelas situações-tipo. São situações e manifestações empíricas distintas, que resultam de trajetórias diferentes. Uma coisa é o uso do termo precarização para designar situações que marcam o processo mais recente de desestabilização da sociedade salarial, no sentido da remercantilização do trabalho e degradação da condição salarial (CASTEL, 2013).⁵⁰ Outra coisa é a existência de modalidades de trabalho – historicamente caracterizadas por formas degradadas e de grande vulnerabilidade intrínsecas ao seu processo constitutivo –, que antecedem e que são vivenciadas por um contingente da população que nunca adentrou a sociedade salarial. Em geral, os trabalhadores representados nas situações-tipo aqui descritas como “cenas da vida” não contam com instalações, equipamentos e infraestrutura social adequados (meios de acesso, condições de saneamento, segurança etc.). Não dispõem de sistemas de crédito e assistência técnica apropriados. É grande o percentual dos que obtêm uma renda inferior a um salário mínimo.⁵¹ Nos espaços urbanos, esses trabalhadores, em sua maior parte, não têm acesso à aposentadoria e não dispõem de garantia de renda em casos de doença, acidentes de trabalho ou situações que os empurrem para o desemprego aberto. Ou seja, são condições de trabalho marcadas cotidianamente pela incerteza, baixos rendimentos e privação de bens e direitos. É com este significado que se utiliza aqui o termo vulnerabilidade das condições de trabalho em referência aos empreendimentos da economia dos setores populares, buscando captar o sentido estrutural peculiar à dinâmica interna dessa economia, inclusive a sua permanência e reprodução.

Referindo-se à situação da França, Castel (1998; 2013) caracteriza o processo de precarização expresso em três diferentes situações. Uma primeira é a que denomina de *desestabilização dos estáveis* (itálicos no original), para indicar o processo de precarização que atinge áreas de emprego estabilizadas há muito tempo, ou seja, trabalhadores que ocupavam uma posição sólida, integrados e socializados pelo emprego regular. Uma segunda situação, é a *instalação na precariedade*, marcada pelo trabalho aleatório, interino, temporário, pela situação de desemprego recorrente ou de “interino permanente” (aspas no original) que atinge, sobretudo, os jovens. Instala-se a

⁵⁰ A mesma observação vale para o que Vasapollo (2005) denomina de trabalho atípico.

⁵¹ A fundamentação estatística desta afirmação será detalhada no capítulo 3.

cultura do aleatório, de “virações provisórias marcadas pela incerteza do amanhã” (CASTEL, 1998, p. 528). Um *neopauperismo*, sugere Castel. Uma terceira situação é aquela vivenciada pelos que Castel denomina de *sobran-tes*. A precarização do emprego, ao lado do desemprego, expressa um *deficit de lugares* ocupáveis na estrutura social, ou seja, de posições às quais estão associadas uma utilidade social e um reconhecimento público. Ocupam uma posição de *supranumerários*, de “inúteis para o mundo”, como se costumava designar os vagabundos nas sociedades pré-industriais. Nestes termos, o atual processo de precarização toca, de forma desigual, os diferentes estratos e segmentos sociais.

Essa matriz de leitura de Castel (2009; 2013), com as três situações que apresenta, contribui para identificar, mais pelas diferenças do que pelas semelhanças, o que há de específico na precariedade do trabalho que, numa realidade como a brasileira, habita a economia dos setores populares. A “incerteza do amanhã”, por exemplo, a que Castel se refere como a situação de um jovem europeu que convive com a desestabilização da sociedade salarial, expressa uma trajetória diferente daquela representada pela mulher que, desde sempre, vive de vender geladinho na periferia de Salvador (situação-tipo 1), na *incerteza do dia de amanhã*. Para utilizar uma expressão de Castel, pode-se dizer que revelam diferentes trajetórias e relações com o mundo, sugerindo um itinerário percorrido e perspectivas diferentes.⁵²

Até aqui fizemos apenas um exercício analítico e empírico da economia dos setores populares. O próximo capítulo pretende fornecer as raízes históricas que conferem à economia dos setores populares a sua atual feição, com a dinâmica e características que lhes são peculiares, o que faculta a compreensão histórico estrutural do fenômeno.

⁵² Com isso, não se quer dizer que as condições de vida dos trabalhadores que ganham o seu sustento no âmbito da economia dos setores populares sejam imunes ao atual processo de precarização social do trabalho. Para a compreensão deste fenômeno como um processo que se tornou central na atual dinâmica do capitalismo e que renova e reconfigura a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, ver Druck (2011; 2013).

2. DIMENSÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA POPULAR URBANA

A desigualdade do mundo deriva de realidades estruturais, que demoram muito para se instalar e demoram muito para desaparecer.

Braudel: *O tempo do mundo*

Este capítulo contém uma abordagem histórica sobre a forma específica em que ocorreu no Brasil a incorporação dos trabalhadores na ordem capitalista, acompanhada pela reprodução de um extenso contingente de trabalhadores livres, fora das relações salariais, “desocupados” e não reconhecidos no âmbito da cidadania social. A recuperação histórica da forma peculiar como ocorre a transição para o trabalho livre constitui-se num indispensável princípio metodológico para a compreensão de problemas contemporâneos do trabalho e das desigualdades, nos quais se insere a economia dos setores populares, objeto desse estudo.

Essa abordagem será aprofundada pelo estudo das particularidades históricas das relações de trabalho no espaço regional baiano, aportando elementos específicos para a compreensão do caráter estrutural da economia dos setores populares na Bahia e de sua relação com problemas contemporâneos da inserção social pelo trabalho.

ORDEM ESCRAVISTA E TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO LIVRE

Cardoso (2010) observa que, em geral, as investigações sobre a constituição do mercado de trabalho capitalista no Brasil têm por referência a imigração europeia, assumindo um inegável caráter “sãopaulocêntrico”. O modelo paulista de transição para o trabalho livre não foi típico ou representativo do que se passou no restante do país. Apenas em São Paulo a imigração se apresentou como solução para o chamado “problema da mão de obra”. Na Bahia, as funções de produção foram sendo assumidas por ex-escravos e brasileiros livres. Apoiado na análise de Katia Mattoso (1978), pode-se dizer que não houve uma, mas várias transições para o trabalho livre, em consonância com as diferentes formas de existência do trabalho escravo nos diferentes espaços (CARDOSO, 2010).

Na segunda metade do século XIX, a força de trabalho era majoritariamente formada por homens livres e libertos, que estavam fora da relação básica senhor-escravo, mas também não podiam ser classificados como assalariados. “O homem livre e pobre é um personagem do Brasil colonial” (LESSA, 2000, p. 11). Em clássico estudo, Carvalho Franco (1997) identifica a existência de um conjunto de homens livres e expropriados que não conheceram os rigores do trabalho forçado e não se proletarizaram.

O censo de 1872 contou cerca de 10 milhões de brasileiros, com uma população livre de 8,4 milhões de pessoas e 1,5 milhão de escravos (DELGADO, 2004, p. 54). Essa população, em sua maior parte, abrigava-se no que Celso Furtado (2007) denominou economia de subsistência.

Foi essa população que se foi internando, vivendo como ciganos, aderindo às terras das fazendas ou dos engenhos onde achava agasalho, formando-se em pequenos núcleos nos interstícios das propriedades agrícolas, edificando as suas quatro paredes de barro onde se lhe dava permissão para fazê-lo, mediante condições de vassalagem que constituíam os moradores em servos da gleba (NABUCO, 1884, p. 69).

A transição para o trabalho livre foi um processo muito lento, com o ano de 1850 marcando o fim do tráfico. Após a abolição, esse setor de subsistência recebe os antigos escravos, compondo um conjunto que não se integrou ao mercado de trabalho assalariado (THEODORO, 2004, p. 92). No Brasil “a transição para o trabalho livre não foi coextensiva com a construção de um *mercado de força de trabalho tipicamente capitalista, ou assalariado*” (CARDOSO, 2010, Capítulo 1, p. 17, itálicos do autor).

Sobre a formação do mercado de trabalho livre, Nabuco (1884, p. 69) indica a existência de milhões de homens que não eram nem escravos, nem cidadãos.

Durante séculos ela (a escravidão) não consentiu mercado de trabalho, e não se serviu senão de escravos; o trabalhador livre não tinha lugar na sociedade, sendo um nômade, um mendigo, e por isso em parte nenhuma achava ocupação fixa; não tinha em torno de si o incentivo que desperta no homem pobre a vista do bem-estar adquirido por meio do trabalho por indivíduos da sua classe, saídos das mesmas camadas que ele. E como vivem, como se nutrem, esses milhões de homens, porque são milhões que se acham nessa condição intermédica, que não é o escravo, mas também não é o cidadão; cujo único contingente para o sustento da comunhão, que aliás nenhuma proteção lhes garante, foi sempre o do sangue, porque essa era a massa recrutável, os feudos agrícolas roubando ao exército os senhores e suas famílias, os escravos, os agregados, os moradores e os brancos?

Esse processo de lenta construção de uma população livre, que não estava diretamente envolvida no universo das relações sociais e econômicas

definidoras da estrutura hegemônica da Colônia, não podia ser chamada de intersticial ou supérflua. Foi decisiva para o que se seguiu após o final da escravidão (CARDOSO, 2010, Apresentação, p. 19). Da mesma forma, o substrato da ordem escravocrata não se desfaz com a abolição, mas deixa marcas profundas nas práticas sociais de sucessivas gerações.

Construiu-se uma ética do trabalho degradado, uma imagem depreciativa do povo ou do elemento nacional, uma indiferença moral das elites em relação às carências da maioria, e uma hierarquia social de grande rigidez e vazada por enormes desigualdades (CARDOSO, 2010, Apresentação, p. 2).

Nabuco (1884, p. 9) refere-se à influência desastrosa da escravidão sobre o território e a população que, por mais de três séculos, foi acostumada a considerar o trabalho do campo como próprio de escravos. Uma população originária das senzalas julgava aumentar a distância que a separava dos escravos, não fazendo livremente o que eles faziam forçados. O trabalho, além de um castigo, era indigno de outro que não fosse o negro. “A *ética do trabalho*, oriunda da escravidão, foi uma ética de *desvalorização* do trabalho e o seu resgate do ressaibo da impureza e da degradação levaria ainda muitas décadas” (CARDOSO, 2010, Capítulo 1, p. 33, *itálicos do autor*). A noção de trabalho representava formas indignas de subserviência pessoal, implicando uma desqualificação do trabalho. Nesta ordem escravocrata, os “homens livres”, a exemplo de posseiros com pequenas explorações agrícolas e ambulantes do meio urbano, eram implicitamente associados à imagem de pessoas hostis, vagabundas e fora da ordem (IVO, 2008a, p. 119). Reportando-se ao artigo de Licia Valladares “Cem anos repensando a pobreza (urbana) no Brasil” (1991), Anete Ivo (2008a, p.120) observa que essa autora recupera as representações da pobreza urbana no Brasil desde o final do século XIX até os anos 1980, mostrando como a representação dominante no século XX, opunha “trabalhadores” *versus* “vadios” no espaço urbano, e que a noção de “classes perigosas”, utilizada tanto na Inglaterra vitoriana como na França, era, no Brasil, sinônimo de classes pobres .

Essa herança conformou o ambiente que acolheu o trabalho livre no final do século XIX e início do XX. Na base da estrutura social escravocrata, a pobreza igualava a todos.

A sociedade escravista tornaria o homem livre um pária em sentido amplo, incluindo nisso suas expectativas quanto ao padrão de vida. Nela, o horizonte de vida de cada um era o horizonte de vida de todos, por sua vez delimitado pelo trabalho escravo. O homem livre (branco ou não) se distin-

guia do escravo, no mais das vezes, apenas pelo fato de não ser propriedade de alguém, mas era muito semelhante no que dizia respeito a alimentação, vestimenta, moradia, esperança de vida ao nascer etc.” (CARDOSO, 2010, Capítulo 1, p. 54).

Nabuco, referindo-se aos lavradores não proprietários indica que

Uma classe importante, cujo desenvolvimento se acha impedido pela escravidão, é a dos lavradores que não são proprietários, e, em geral, dos moradores do campo e do sertão. Já vimos a que se acha, infelizmente, reduzida essa classe, que forma a quase totalidade da nossa população. Sem independência de ordem alguma, vivendo ao azar do capricho alheio, as palavras da oração dominical: *O pão nosso de cada dia, nos dá hoje* têm para ela uma significação concreta e real. Não se trata de operários, que, expulsos de uma fábrica, achem lugar em outra; nem de famílias que possam emigrar; nem de jornaleiros que vão ao mercado de trabalho oferecer os seus serviços; trata-se de uma população sem meios, nem recurso algum, ensinada a considerar o trabalho com uma ocupação servil, sem ter onde vender os seus produtos, longe da região do salário – se existe esse Eldorado, em nosso país – e que por isso tem que resignar-se a viver e criar os filhos, nas condições de dependência e miséria em que se lhe consente vegetar (NABUCO, 1884, p. 74).

O fim da escravidão não mudou esse quadro. Pobreza generalizada no campo, rígida hierarquia social e ausência de expectativas de melhoria de vida, que viria a ser alterado com a intensificação da industrialização na segunda metade do século XX (CARDOSO, 2010). Esse quadro de grande inércia estrutural configurou o ambiente em que se teceu a sociabilidade capitalista no Brasil que

[...] teve de se haver com uma ordem profundamente antiliberal em suas práticas e visões do mundo; e com uma ética de degradação do trabalho que vedou por muitos anos o reconhecimento dos trabalhadores como sujeitos de direitos, isto é, como cidadãos (CARDOSO, 2010, Capítulo 1, p. 58).

A escravidão instaurou, na sociabilidade⁵³ capitalista em construção, uma irreconciliabilidade entre os estilos de vida das classes dominantes e dominadas, expressa na indiferença dos dominantes em relação ao destino individual ou coletivo dos escravos, dos ex-escravos e de seus descendentes (CARDOSO, 2010, Apresentação p. 8).

⁵³ Por sociabilidade Cardoso (2010, Parte 1, Apresentação, p. 4), entende “as inter-relações resultantes do modo de operação das linhas de força que estruturam a ordem social, linhas que organizam as expectativas recíprocas dos grupos e classes sociais quanto: aos valores mais gerais de orientação da ação recíproca, ou da ação que leva o outro em conta; e aos padrões prevalentes de justiça, ou de bem comum [...] e, com ambos, as próprias ações recíprocas”.

A INCORPORAÇÃO DOS TRABALHADORES NA ORDEM CAPITALISTA E QUESTÃO SOCIAL: a especificidade brasileira

Se a sociedade capitalista é estruturalmente desigual, o que nos distingue é a magnitude das desigualdades. Cardoso (2010, Apresentação, p.1) enfatiza que a desigualdade social em suas múltiplas dimensões não é apenas uma das condições estruturantes da sociabilidade brasileira, mas talvez a mais importante delas. Este autor analisa os mecanismos que resultam na persistência dos vários padrões de desigualdades ao longo da história do país. Observa que a inércia da ordem escravista não apenas moldou a sociabilidade capitalista, mas que o próprio Estado, construído nos anos 1800, estruturou-se pela escravidão e para sustentá-la, retardando a problematização da questão social como algo relevante. Para efeito da minha argumentação, a análise de Cardoso é relevante na medida em que, pelos mecanismos que desvela, também se reproduz o que denomino de economia dos setores populares em sua feição urbana.⁵⁴

A escravidão foi o sistema capaz de garantir a produção em larga escala para o mercado europeu. O Estado era responsável pela manutenção da ordem escravista. O enquadramento legal, que garantia a regulamentação do trabalho cativo como base da economia de exportação, era garantido pelo Estado. Até o final do século XIX, praticamente não se legislava sobre trabalho livre (THEODORO, 2004). Guimarães (1981, p. 131) observa que as leis de prestação de serviços de 1830, 1837 e 1879, esta última posta em vigor pouco tempo antes da abolição, eram verdadeiros códigos de trabalhos forçados para os trabalhadores desprovidos de meios de produção, impondo aos colonos, parceiros ou meeiros, a obrigação de trabalhar, sob penas de prisão, até a liquidação de suas dívidas com os patrões.

Na transição para o trabalho livre, o Estado não adotou qualquer medida para absorção dos ex-escravos e promoveu a imigração de mão de obra europeia, modelando o nascimento do mercado de trabalho capitalista dentro de um ambiente de exclusão, contribuindo, assim, para a forma-

⁵⁴ Sobre a reprodução das desigualdades sociais no Brasil como problema estrutural ver Anete Ivo (2008a), especialmente o capítulo 4. Para uma análise da desigualdade relacionada com a distribuição da renda, ver o livro de Paul Singer (1981) “Dominação e desigualdades”. O livro, organizado por Ricardo Henriques (2000), reúne artigos de vários pesquisadores com enfoque multidisciplinar sobre o tema da desigualdade e pobreza no Brasil. Para uma leitura crítica sobre a especificidade da desigualdade periférica como a brasileira ver o estudo de Jessé Sousa (2012), originalmente publicado em 2003.

ção de um grande contingente de trabalhadores sobrantes, compondo um excedente estrutural que se reproduz fora das relações de assalariamento (THEODORO, 2004, p. 94).

A questão social, no Brasil do século XX, vista numa perspectiva histórica, contém pontos de convergência entre a questão do trabalho e da terra, que se configuram no século XIX (RAMALHO, 2004, p. 114) e adentram o século XXI. A transição para o século XX, do ponto de vista da sociabilidade capitalista, não implicou mudanças substanciais para a maior parte dos brasileiros. O padrão de incorporação dos trabalhadores na ordem capitalista no início do século XX deixou heranças profundas na sociabilidade capitalista posterior.

Na verdade, por muito tempo ainda, o mercado de trabalho urbano, forma capitalista por excelência de distribuição dos recursos e posições sociais, não funcionaria como elemento organizador da inscrição social de proporção expressiva dos nacionais, entre eles a maioria de negros e número substancial de mulatos, se bem que no Sudeste mais do que no Nordeste ou no Norte do país (CARDOSO, 2010, Capítulo 3, p. 3).

Ao analisar a especificidade brasileira, Anete Ivo (2008a) observa que,

[...] a questão social, do ponto de vista clássico, refere-se às contradições e ambigüidades (sic!) entre direitos civis e políticos (o princípio da igualdade) e às formas concretas e desiguais da matriz socioeconômica. No Brasil essa questão se expressa na persistência de um contingente de indivíduos que se reproduz nos limites mínimos de subsistência e fora das atividades econômicas predominantes, o que determinou um padrão acentuado de desigualdades sociais e de rendas, que deixou fora dos benefícios do crescimento econômico um contingente expressivo de trabalhadores empobrecidos, reduzidos a formas de sobrevivência, apesar do rápido crescimento da economia brasileira desde os anos 30 até os anos 80 (IVO, 2008a, p. 109).

Historicamente, a questão social era considerada como questão de polícia e resolvida no âmbito das relações privadas entre proprietários de terras e não proprietários (IVO, 2008a, p. 148).⁵⁵ Do ponto de vista institucional, só a partir da Abolição e da República, o país encaminhou as questões relativas aos direitos civis e políticos, acompanhando a formação do

⁵⁵ A multiplicação dos pobres e livres na cidade escravagista engendrou um sistema de controle social que conferia à polícia o direito de controlar a vadiagem, ou seja, a livre circulação do pobre urbano. Os melhoramentos urbanos do Rio de Janeiro do século XIX foram realizados por “vadios” arregimentados pela autoridade policial. A detenção do vadio, uma instituição que vinha da Idade Média, projetou-se no Brasil até a Constituição de 1988, quando deixou de existir a contravenção definida como “vadiagem”, que permitia à polícia o direito de detenção por até 24 horas (LESSA, 2000, p. 13).

mercado de trabalho livre⁵⁶. Mas a versão brasileira dos direitos sociais ocorre apenas a partir de 1930, no governo ditatorial de Vargas. A implantação da legislação de regulação do trabalho, que estabelecia os direitos trabalhistas, restringia o reconhecimento da cidadania apenas aos trabalhadores assalariados. Só quase cem anos após a Abolição e proclamação da República, a sociedade brasileira completou as bases institucionais da cidadania social com a Constituição de 1988, reconhecendo a condição de trabalhador a todos que desenvolviam atividades fora da relação de trabalho assalariada (autônomos, produtores de subsistência), e estendendo direitos de cidadania, inclusive, aos setores não contributivos, como os trabalhadores rurais. Mas essa conquista se dá tardiamente, quando o modelo de bem estar começa a ser questionado nas sociedades do capitalismo avançado (IVO, 2008a, pp. 148-149).

Os anos 1930 marcam o início do predomínio de uma base produtiva urbano-industrial,⁵⁷ e da regulamentação do mercado de trabalho no Brasil, abrangendo os assalariados urbanos, com adoção de medidas como a instituição do salário mínimo, jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, proteção ao trabalho da mulher e do menor, planos de aposentadoria, legislação trabalhista e regulação sindical. Tendo como ponto de partida o conceito de “cidadania regulada” de Wandelely Guilherme dos Santos⁵⁸, Cardoso (2010) sugere uma nova interpretação daquela obra legislativa, propondo que

[...] se, na definição de cidadania regulada, levamos em conta não apenas

⁵⁶ No Brasil, todo o sistema colonial reproduziu-se com base em relações pessoais autoritárias (regime escravocrata) e no poder privado dos proprietários (IVO, 2008a). “Radicaliza-se, na formação da sociedade brasileira, a oposição entre homens úteis, os que detêm o patrimônio, e os inúteis, os ‘homens livres’ não proprietários” (IVO, 2008a, p.109).

⁵⁷ Entretanto, tal como no passado escravista, o capitalismo emergente brasileiro, com sede urbana, conviveu com uma estrutura fundiária altamente concentrada e com um ordenamento social agrário marcado por relações não capitalistas de produção. A estrutura de repartição da terra em 1940 era altamente concentrada e apenas 33% dos ocupados no campo eram assalariados (CARDOSO, 2010, Capítulo 3, p. 14).

⁵⁸ Por “cidadania regulada”, Wandelely Guilherme dos Santos entende “o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da Cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do

os direitos associados à condição de trabalhador inserido no setor formal da economia (ou seja, as profissões reconhecidas por lei), mas a totalidade do projeto varguista de promoção integral do homem brasileiro, *tal como efetivamente vivenciado pelos destinatários desse projeto*, a cidadania deixa de aparecer como um conjunto de direitos que demarcam, de uma vez para sempre, incluídos e excluídos da ordem em construção. Ela passa a denotar, antes, uma ordem porosa e fluída, cujas portas de entrada se abriam e se fechavam várias vezes ao longo das trajetórias de vida dos que a ela se candidatavam, de tal modo que a inclusão no mundo dos direitos podia ser bem efêmera, assim como a exclusão dele, de tal modo que inclusão real, exclusão momentânea ou permanente, e renovadas expectativas de nova inclusão eram parte do mesmo processo geral de regulação da cidadania (CARDOSO, 2010, Capítulo 4, p. 39).

Para o trabalhador brasileiro, o acesso ao universo de direitos do trabalho foi uma longa e, muitas vezes, frustrante corrida de obstáculos. Muitos nem possuíam registro civil e eram inúmeras as exigências para se obter carteira de trabalho.⁵⁹ Cardoso (2010) sustenta que, mais do que uma *possibilidade*, a cidadania regulada⁶⁰ era uma promessa de inclusão social. “É esse o significado do pré-cidadão da cidadania varguista: sua condição de trabalhador o tornava, imediatamente, potencial titular de direitos, mas, para tanto precisava se qualificar e conseguir emprego regulamentado” (CARDOSO, 2010, Capítulo 4, p. 53).

Entretanto, o não equacionamento das relações de trabalho no campo, ao lado da promessa de proteção social e trabalhista nas cidades, gerou uma atração urbana de uma população numa magnitude muito maior que

lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação a lei desconhece. A implicação imediata deste ponto é clara: seriam pré-cidadãos todos os trabalhadores da área rural, que fazem parte ativa do processo produtivo e, não obstante, desempenham ocupações difusas, para efeito legal; assim como seriam pré-cidadãos os trabalhadores urbanos em igual condição, isto é, cujas ocupações não tenham sido reguladas por lei” (SANTOS, 1979, p. 75).

⁵⁹ O trabalhador precisava prestar um conjunto de informações ao Departamento Nacional do Trabalho, incluindo estado civil, educacional, ocupação, endereço, nome dos pais, fotografia, atividade e localização do empregador, salário, data de emissão, nome e datas de nascimentos dos dependentes etc. Todas as informações deviam ser provadas documentalmente ou por duas testemunhas portadoras de carteira de trabalho. Homens deviam provar que estavam em dia com o serviço militar. Analfabetos precisavam de três testemunhas. Exigiam-se carta dos empregadores provando habilidades profissionais. Para muitas essas exigências colocavam-se como barreiras intransponíveis ao mundo dos direitos (CARDOSO, 2010, p. 44).

⁶⁰ O pré-cidadão é constitutivo do conceito de cidadania regulada, definida como *restrita* a determinada parcela da população. Se todos deixassem de ser pré-cidadãos, a cidadania já não seria regulada, e sim, cidadania social, tal como definida por Marshall (CARDOSO, 2010, Capítulo 4, p. 54).

o mercado de trabalho capitalista em formação foi capaz de absorver⁶¹ e incorporar em sua dinâmica característica de exploração do trabalho (CARDOSO, 2010). Em outros termos, a obtenção de meios de vida realizava-se através de uma enorme fragmentação de atividades fora do mercado capitalista de trabalho, sem que a força de trabalho se constituísse numa mercadoria para o capital e, portanto, excluída da possibilidade de acesso aos direitos permitidos pela cidadania regulada.

A posse da carteira de trabalho não garantia o acesso ao mercado regular de trabalho, mas materializava o símbolo de uma promessa. É sintomático que, entre 1940 e 1976, o crescimento de carteiras de trabalho emitidas tenha sido bem superior ao crescimento do número de contribuintes para a previdência e do crescimento da PEA urbana. Neste período, foram titulados com carteira de trabalho 2,78 vezes mais brasileiros do que aqueles efetivamente acolhidos pelo sistema previdenciário. Ou seja, a esperança de inclusão era quase três vezes superior àquela permitida pela capacidade real do mercado de trabalho regular nos espaços urbanos (CARDOSO, 2010, Capítulo 4, p. 69).

Como se sabe, entre 1940 e 1980, a sociedade brasileira conheceu taxas bastante elevadas de crescimento econômico, e sofreu profundas transformações estruturais resultantes de um padrão de crescimento que se convencionou chamar de desenvolvimentista. Neste período, o mercado de trabalho no Brasil estruturou-se através da ampliação dos empregos assalariados, principalmente dos assalariados com carteira assinada, havendo uma redução dos trabalhadores por conta própria e do desemprego. Para cada 10 postos de trabalho abertos naquele período, oito eram assalariados (sendo 7 com registro e 1 sem registro) e 2 não assalariados. Neste período, a taxa média anual de crescimento do emprego assalariado foi de 6,2%, bem superior à expansão média anual de 2,6% apresentada pela PEA. A partir de 1980, essa tendência de estruturação do mercado de trabalho, em torno do emprego assalariado, sobretudo dos empregos com registro formal, foi interrompida. Na década de 1980, diminui o ritmo de crescimento do emprego assalariado total, que apresenta uma taxa média de crescimento anu-

⁶¹ Nos anos 1950, migraram para as cidades 8 milhões de pessoas (cerca de 24% da população rural brasileira contada no início da década). Nos anos 1960, saíram do campo 14 milhões (cerca de 36% da população rural em 1960), e 17 milhões na década de 1970, correspondendo a cerca de 40% da população rural de 1970 (MELLO; NOVAIS, 2009, p. 21). Em 1940, cerca de dois terços dos brasileiros viviam no campo. Quarenta anos depois o quadro se inverte e a taxa de urbanização sobe para 68%. Em 2000, 80% residem fora do campo.

al semelhante à variação da PEA (2,8%). Mas o emprego assalariado sofreu uma alteração significativa na sua composição, ou seja, houve um grande aumento do número dos assalariados sem registro em carteira. De cada cem empregos assalariados gerados neste período, cerca de 99 foram sem registro e apenas um com registro (POCHMANN, 1999, pp. 65-76).

Para os fins deste estudo, importa ressaltar que, apesar da mudança da estrutura das ocupações urbanas, o assalariamento urbano nunca foi universal no Brasil. Na França, no auge da sociedade salarial, quase 90% da população se inseria como assalariada (CASTEL, 2012). O Brasil nunca chegou a ser uma sociedade salarial, “no sentido de que a grande maioria da sua população tivesse encontrado emprego assalariado regulado pelo Estado” (CARDOSO, 2010, Capítulo 5, p. 31). A história do mercado de trabalho no Brasil esteve, desde sempre, permeada pela exclusão de um grande contingente da força de trabalho que se reproduzia fora das relações de emprego regular assalariado, refletindo uma enorme fragmentação das formas de obtenção de meios de vida no mundo urbano (THEODORO, 2004, p. 106; CARDOSO, 2010, Apresentação, p. 8).

O trabalho assalariado regular foi e segue sendo um momento efêmero nas trajetórias de vida da imensa maioria dos brasileiros. Homens e mulheres entram e saem de relações assalariadas ao longo do curso de suas vidas e, a partir de certa idade (que raramente ultrapassa os 40 anos), é cada vez menor a chance de conseguir um emprego regular. Para grande parte dos trabalhadores brasileiros, a experiência de assalariamento não apenas é efêmera, mas intermitente. Poucos são os que permanecem em seus empregos tempo suficiente para se aposentar, com exceção do funcionários públicos estáveis (CARDOSO, 2010).

Em 1960, o emprego protegido, que conferia aos trabalhadores urbanos a “cidadania regulada”, não passava de 40% do total das ocupações. Em 1976, auge do milagre econômico, a regulação estatal se estendia a quase 60%, subtraindo os trabalhadores sem carteira e conta própria. Considerando a categoria de “trabalhador vulnerável”, incluindo assalariados sem carteira, não remunerados e conta-própria, a estrutura de mercado de trabalho, em 2006, era semelhante à de 1960. Quatro décadas de intensas mudanças estruturais e os indicadores da estrutura ocupacional revelam uma espantosa inércia (CARDOSO, 2010).

Tabela 01 – Evolução da posição na ocupação do emprego urbano. Brasil, 1960 – 2006.

(Em %)

Posição na ocupação	Período de análise (Ano)					
	1960	1970	1976	1986	1996	2006
Assalariados com carteira e servidores públicos	40	53	59	54	47	42
Assalariados sem carteira	31	25	20	21	25	24
Autônomos	25	18	17	20	21	22
Empregadores	2	1	3	3	4	5
Não remunerados	2	2	1	2	3	6

Fontes: 1960 e 1970, Censos demográficos. Assalariados com carteira e servidores públicos calculados com base em contribuintes para a Previdência (e tipo de contribuição) sobre o total de assalariado; 1976 e 1986 calculados com base no tipo de previdência e ramos de atividade principal. Tabela extraída de Adalberto Cardoso (2010, Parte 2, Apresentação, p. 31).

A urbanização foi sinônimo de mobilidade social, mas também de desigualdade e pobreza. As cidades acumularam um contingente de pessoas que, muito lentamente e depois de gerações, minoritariamente, foi capaz de superar as condições de pobreza. “A lentidão desse processo explicaria boa parte da persistência das desigualdades entre nós” (CARDOSO, 2010, Apresentação, p. 12). Mesmo após a Abolição, o ideal de igualdade não se projeta como prioritário no discurso e na ação do Estado, apresentando-se, no máximo, como subproduto do progresso e da modernidade. Com o discurso desenvolvimentista, o crescimento econômico passa a ser visto como o caminho que, naturalmente, resultaria numa sociedade mais igualitária e inclusiva, absorvendo, via emprego assalariado, a denominada informalidade. Não foi isso o que aconteceu (RAMALHO; ARROCHELLAS, 2004, p. 114).

Os anos 1980 marcam uma inflexão dessa concepção desenvolvimentista e passa-se a falar em resgate da dívida social que o crescimento não logrou saldar.

A dívida social do país com a grande maioria excluída se expressa na persistência de um mercado de trabalho informal e de um setor de subsistência no campo que incorporam a grande maioria das famílias brasileiras, sobrevivendo em patamares mínimos de reprodução e fora dos direitos à proteção social (IVO, 2013, p. 106).

Analisando a estrutura social que resulta desse processo, especialmente no Nordeste brasileiro, Francisco de Oliveira (1981) indica que

As classes sociais dominadas são uma espécie de classes “inacabadas”: sua submissão real e formal ao capital, dado o enorme contingente de reserva, é sempre intermitente, interrompida periodicamente. O posseiro e o meeiro não se proletarizam senão parcialmente; o operário das cidades não é sempre operário: amanhã pode estar fazendo um biscate ou vendendo roupa feita e sapato de plástico no comércio “mancha de óleo” que, no Recife, se espalhou do antigo mercado de São José para as antigas ruas “bem” do bairro de Santo Antônio, e em Fortaleza é um vasto calçadão que se estende desde a Catedral, rua Conde D’Eu afora. As classes sociais dominadas são “movimentos”, “massas”, menos que classes (OLIVEIRA, 1981, p. 22).
As classes “inacabadas” não cabem dentro do padrão capitalista: estão condenadas a “cem anos de solidão”, se esperarem que a expansão capitalista absorva esse enorme contingente de reserva que ela amplia ao tempo em que se expande (OLIVEIRA, 1981, p. 23).

Nas duas últimas décadas do século XX, tende a se cristalizar nos espaços urbanos uma situação em que uma parcela reduzida da população dispõe dos benefícios prometidos por uma sociedade global, e uma parcela significativa da população, antes denominada de *marginalizada*, permanece implacavelmente excluída do acesso a direitos sociais característicos à sociedade salarial.

PARTICULARIDADES HISTÓRICAS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO ESPAÇO REGIONAL BAIANO

O estudo das particularidades históricas das relações de trabalho no espaço regional baiano busca aportar elementos para a compreensão do caráter estrutural da economia dos setores populares e de sua relação com problemas contemporâneos do trabalho e da inserção social na Região Metropolitana de Salvador. Tem como fio condutor a análise que realizei na década de oitenta (KRAYCHETE, 1988), que sustentava que o padrão de acumulação no espaço regional baiano era determinado pelo capital mercantil e que a reprodução desse capital, ao longo do século XIX, não exigia o trabalho assalariado como pressuposto.

O predomínio da acumulação mercantil e a organização social da produção

Foi como um elo das cidades por onde circulava o capital mercantil europeu que teve início, na cidade do Salvador, a formação e o desenvolvimento das atividades comerciais ancoradas na produção mercantil. Por

produção mercantil entende-se a configuração de “setores especializados na produção de determinadas mercadorias para o mercado europeu”, traduzindo-se “numa ampliação da economia de mercado, respondendo, assim, às necessidades do capitalismo em formação (NOVAES, 1979, p. 97). A transformação das terras descobertas num espaço econômico complementar extra europeu foi viabilizada pelo deslocamento do capital comercial da esfera da circulação para aquela da produção⁶², organizando-se a produção açucareira:

Foi preciso, para criar estas plantações, fazer vir tudo do velho continente: os mestres, os colonos de raça branca; a mão-de-obra, a dos Negros de África [...]; as próprias plantas, exceto o tabaco. Quanto à cana de açúcar, foi preciso importar, ao mesmo tempo que a cana, a técnica açucareira, implantada pelos portugueses na Madeira e nas longínquas ilhas do Golfo da Guiné (ilha do Príncipe, São Tomé), de tal forma que estes mundos insulares foram de igual modo pré-Américas e pré-Brasis (BRAUDEL, 1985a, p. 246).

Ao transitar de uma esfera para outra, o capital comercial não apenas exercia novas funções, mas ajustava a organização econômica dos novos espaços às próprias necessidades de acumulação mercantil:

O capital comercial não se limitou na América Latina a explorar os modos de produção pré-existentes à conquista. Ao contrário, desdobrou o âmbito da circulação que lhe é próprio e invadiu a esfera da produção, constituindo a economia colonial. Imprimiu-lhe, desde logo, seu caráter mercantil, assegurando-lhe a realização da produção no mercado mundial. Para subjugarlo, pois se tratava de colonizar para o capitalismo, “reinventou” o trabalho servil e o trabalho escravo e, no caso da escravidão, assegurou a reprodução das relações sociais, com o tráfico, setor do comércio colonial e mola da acumulação. Em suma, o tipo de desenvolvimento das forças produtivas e as correspondentes relações sociais de produção são instauradas pelo capital comercial em seu proveito (MELLO, 1982, p. 41).

Na Bahia, as atividades ligadas ao comércio de exportação e importação, particularmente o tráfico de escravos, permitiram o desenvolvimento de um capital mercantil, entendido em sua dimensão comercial e financeira⁶³, que acumulava excedentes, e, em meados do século XIX, se ramificava para outros setores da economia. É no comércio que se construíram as

⁶² “E não obstante tais diferenças fundamentais, e as dimensões novas que assumia ao transcender a exploração do comércio ultramarino, a colonização guardou na sua essência o sentido do empreendimento comercial donde proveio; a não existência de produtos comercializáveis, levou à sua produção, e disto resultou a ação colonizadora” (NOVAIS, 1979, p. 68).

⁶³ “O Capital mercantil se subdivide em duas formas ou variedades – capital comercial e capital financeiro...” (MARX, 1974, p. 309).

grandes fortunas (ALMEIDA, 1973, p. 45) e o predomínio da acumulação mercantil influenciaria de forma decisiva os movimentos da economia baiana. “Movimento contraditório de uma economia cujo motor estava fora, na demanda externa do açúcar e nas deslocções dos espaços de produção, mas em que parte do excedente permanecia interno. Mais: a própria mercadoria ‘escravo’ no centro do comércio” (OLIVEIRA, 2003, p. 27).

Porém, se a atividade mercantil ocupava um papel central na economia, é preciso caracterizar melhor esse tipo de atividade, situar os diferentes mercados e tipos de trocas e, principalmente, em que pontos da ampla esfera da circulação ocorria a acumulação de capitais. No nível inferior, situavam-se as trocas diretas e cotidianas referentes ao mercado local, onde se movimentava uma diversidade de vendedores ambulantes e parte do comércio retalhista.

Havia, primeiro, os comerciantes retalhistas estabelecidos em lojas disseminadas nas freguesias do centro da cidade: armazéns, tabernas, padarias, quitandas, lojas de secos e de molhados serviam uma população de ritmo crescente e ser dono de uma loja era já gozar de um prestígio social de certa importância. A esta primeira categoria de comerciantes retalhistas devemos ainda acrescentar o número infinito de feirantes e vendedores ambulantes de toda espécie que levavam aos bairros residenciais e até a porta das casas dos fregueses as iguarias comestíveis e os bens mais duráveis. Era uma categoria de gente do comércio que o soteropolitano cotejava no dia a dia de sua vida [...] numa cidade onde, a precariedade das condições da maioria da população que vivia ameaçada pela indigência, raramente permitia a constituição de estoques para produtos menos perecíveis, como por exemplo, feijão, carne seca e farinha de mandioca (MATTOSO, 1978, p. 252).

Essas atividades exigiam quantias modestas para se reproduzir, mas era em torno delas que, na cidade do Salvador, girava a existência de uma parcela significativa da população. Entretanto, no âmbito mesmo dessas trocas cotidianas, atuavam os revendedores e intermediários, influenciando os preços através de manobras de açambarcamento, afetando sobretudo o abastecimento da cidade do Salvador⁶⁴.

⁶⁴ Negociantes que lidavam com os produtos de exportação e importação também atuavam na comercialização dos gêneros de primeira necessidade, sobretudo a farinha e a carne. O fornecimento da carne seca, importada do Sul, concentrava-se, na maior parte do século XIX, em mãos do grande negociante Joaquim Pereira Marinho (MATTOSO, 1972, p. 257). Durante a seca de 1857-1860, ocorreu em Salvador um movimento de protesto da população conhecido como “Carne sem Osso, Farinha sem Carço”, provocado pela crise de abastecimento e a consequente elevação do preço da farinha de mandioca. Ver, a respeito, Reis; Aguiar (1996).

No topo da organização mercantil, residiam os grandes negociantes, que se diferenciavam, em termos econômico e social, do mundo do pequeno comércio. É nesse ponto que se desenvolveram as atividades mais lucrativas, privilégio de um reduzido grupo ligado ao comércio de exportação e importação, incluindo, até a primeira metade do século XIX, os importadores de escravos⁶⁵. O capital-dinheiro que esse grupo concentrava exercia, simultaneamente, as funções comercial e financeira, condicionando os movimentos da economia à lógica da acumulação mercantil.

Não restam dúvidas sobre a função financeira exercida pelo capital mercantil, que desenvolvia as operações de crédito com base no comércio de dinheiro. Desde o começo do século XVIII, Antonil (1977, p. 169) já indicava a dupla função dos comerciantes, de quem os senhores de engenho recebiam dinheiro para a compra de escravos e outros bens de produção⁶⁶. Braudel (1985a), evidenciando o predomínio do capital comercial, indica que:

Como dispomos de contas pormenorizadas, podemos dizer desde já que o engenho de açúcar brasileiro não é em si uma colocação de dinheiro excelente. Os lucros, calculados com uma certa verossimilhança, elevam-se a 4 ou 5%. E há contratempos. Só, neste mundo à antiga, o senhor de engenho está envolvido na economia de mercado: comprou seus escravos, pediu emprestado para construir o moinho, vende a sua colheita e, por vezes, a colheita de pequenos engenhos que vivem à sua sombra. Mas ele próprio está na dependência dos mercadores, instalados na cidade baixa de São Salvador [...] Por intermédio desta está ligado aos negociantes de Lisboa, que adiantam fundos e mercadorias [...]. É o comércio da Europa que dirige a produção e o caudal de ultramar (BRAUDEL, 1985a, p. 46).

Entre as atividades comerciais, o tráfico de escravos constituía o segmento mais lucrativo. O estudo específico das condições que permitiam um lugar privilegiado dos negociantes baianos nesse fluxo comercial extrapola, evidentemente, os objetivos desse trabalho⁶⁷. Importa reter, entretanto, a dimensão e o significado dos lucros resultantes desse tipo de comércio,

⁶⁵ Sobre a diferenciação de funções no âmbito do grande comércio de Salvador, ver Mattoso (1978, pp. 248 a 257).

⁶⁶ Parte substancial das transações de abastecimento dos engenhos e plantadores de fumo era realizada por um sistema de contabilidade interna das casas aviadoras, debitando os gêneros fornecidos nas entre-safras e creditando o produto exportado nas safras. O papel do alto comércio como agente financiador da produção fica evidenciado quando se verifica que alguns desses comerciantes tinham capacidade de financiar 300 a 400 plantadores de fumo ou 20 e mais engenhos (cf. AGUIAR, 1960, pp. 18 e 33-34).

⁶⁷ Este tema foi exaustivamente estudado por Verger (1987).

favorecendo uma certa acumulação local de capitais, que se concentravam nas mãos dos negociantes estabelecidos na Bahia.

A cultura do tabaco, no recôncavo baiano, desempenhou um papel essencial nesse processo. “Graças ao fumo, os negociantes da Bahia criaram um movimento comercial importante que, desde o começo do século XVIII, escapava ao controle de Lisboa” (VERGER, 1987, p. 21). O tabaco era a mercadoria preferida para a realização do “resgate” dos escravos na Costa da Mina, e a Bahia era a única a dispor daquele produto em quantidade suficiente. Não era o tabaco de melhor qualidade, mas de um “sub-produto” conhecido como “fumo de terceira categoria”, de consumo restrito em Portugal. Desde o final do século XVII, os negociantes da Bahia encontravam na Costa da Mina o mercado para esse tipo de fumo, que se revelou um fator indispensável para o êxito do tráfico naquela região da África⁶⁸. Dessa forma, excluía os negociantes de Portugal e aqueles das regiões do Brasil onde o tabaco não era cultivado. Configurava-se, assim, um quadro que favorecia a posição dos negociantes da Bahia.

No final do século XVIII, o tráfico era responsável por uma parte significativa do comércio exterior da Bahia. No quadro fornecido por Vilhena (1969, p. 60), verifica-se que, em 1798, a importação de escravos realizada pela Bahia correspondia a 25% do valor total das exportações e a 24% do valor das importações. Nestes termos, parte substancial do valor gerado na economia era retido pelos negociantes de escravos, permitindo a reinversão na própria ampliação do tráfico e o investimento de parte dos lucros, aí acumulados, em outras atividades.

Todas as referências conhecidas apontam para a elevada margem de lucro proporcionada pelo tráfico. Entre 1825 e 1827, por exemplo, a embarcação “Henriqueta”, pertencente a José de Cerqueira Lima, um dos maiores mercadores de escravos da Bahia, realizou seis viagens à costa da África, transportando 3.040 escravos para Salvador. O lucro líquido dessas seis viagens foi estimado em 80.000 libras esterlinas, sendo que, apenas o lucro obtido em uma única viagem seria suficiente para compensar a perda de três outros navios (VERGER, 1987, pp. 406-407). Um escravo na África era trocado, em média, por 13 rolos de tabaco, o que correspondia, aproxima-

⁶⁸ “Cada navio vindo da Bahia tinha uma carga média de 3.000 rolos, dos quais 300 permaneciam em mãos das autoridades holandesas do Castelo de São Jorge da Mina. A esses 300 rolos deviam acrescentar-se pelo menos outros 77 destinados a todas as categorias de pessoas, indo do Governador até os canoeiros ...” (VERGER, 1987, p. 35).

damente, a 156 mil réis. Desembarcado na Bahia, os negros eram vendidos por um preço que variava de 600 a 1 conto e 200 mil réis (MORAES, 1950, p. 188).

A identificação de alguns dos principais negociantes baianos que se dedicavam ao tráfico de escravos contribui para esclarecer a relação entre os capitais acumulados nesse âmbito do comércio e o surgimento, em meados do século XIX, de novas atividades econômicas na Bahia. Referindo-se a José de Cerqueira Lima, em 1825, o cônsul inglês assinalava que “Ninguém é tão notoriamente conhecido por ser engajado no comércio ilícito do tráfico de escravos quanto o proprietário do Henriqueta... e não há um comerciante brasileiro que goze de maior consideração em todas as classes da sociedade da cidade”⁶⁹. Outro importante negociante de escravos era Antônio Pedroso de Albuquerque, figura destacada na vida econômica da Bahia durante o século XIX. A partir do tráfico, estendeu a sua presença para outras atividades, companhias de navegação a vapor e a fábrica de tecidos em Valença, considerada, em seu tempo, como a maior do Império. Como contrapartida dos empréstimos que realizava sob hipoteca, apoderaou-se de engenhos e de vários imóveis em Salvador (PINHO, 1960, p. 61). Joaquim Pereira Marinho foi proprietário de vários barcos que faziam o tráfico de escravos na costa da África entre 1839 e 1850. Em 1857, estava entre os fundadores do Banco da Bahia, tornando-se presidente do seu conselho de direção e diretor da Companhia de Estrada de Ferro de Juazeiro. Durante a maior parte do século XIX, dominou o comércio da carne de charque, uma das bases alimentares da Bahia (MATTOSO, 1978).

Não se dispõe do número exato de escravos importados para a Bahia durante o século XIX. Verger (1987) estima que, desde o século XVII, teriam sido importados da Costa da Mina para a Bahia, aproximadamente, 870.000 escravos, que, adicionados aos 350.000 provenientes do Hemisfério Sul, somariam cerca de 1.200.000 escravos. O comércio de escravos desdobrava-se no mercado de Salvador, que o redistribuía para outras regiões, dando lugar aos agentes revendedores (MORAES, 1950, p. 205).

Entretanto, se a economia era essencialmente agrária e mercantil, o elemento dominante no padrão de acumulação era constituído pelo capital mercantil em sua dupla forma, comercial e financeira. O capital mercantil não se reduzia à esfera da circulação, mas estendia seu domínio diretamen-

⁶⁹ Citado por Verger (1987, p. 406).

te à produção, articulando o processo de produção e o processo de circulação, reabsorvendo e acumulando os excedentes gerados. Apesar das dificuldades localizadas no âmbito das atividades produtivas, ou mesmo delas se aproveitando nas diferentes conjunturas, o capital mercantil encontrou mecanismos para viabilizar a sua reprodução e expansão. O grande negociante, monopolizando as informações sobre as condições do mercado, concentrando a maior parte do capital-dinheiro da sociedade e controlando a oferta de crédito, dispunha de condições para promover a diversificação de sua base agrícola, transitar para outros setores da economia e recolocar o aspecto tipicamente financeiro da forma de reprodução assumida pelo capital mercantil. Este papel financeiro, exercido pelo capital mercantil, persistiu ao longo do tempo, mesmo após a entrada em funcionamento das instituições de crédito oficialmente estabelecidas. Algumas casas comerciais atuavam como representantes de Bancos, Companhias de Seguro e de Navegação, a exemplo do próprio Wildeberger, que operava na Bahia como agente do *Credit Lyonnais* de Paris, da *Société Générale de Transports Maritimes à Vapeur*, além de várias firmas francesas e outros bancos europeus (WILDEBERGER, 1942, pp. 26, 28 e 43).

Ainda na década de 1840, grandes comerciantes participavam da criação de estabelecimentos bancários, como o Banco Comercial da Bahia, a Caixa Comercial da Bahia e o Banco Hipotecário, institucionalizando, em órbita própria, as operações de crédito por eles realizadas. Nos anos 1850, o grande negociante e traficante de escravos Joaquim Pereira Marinho tornar-se-ia o presidente do Conselho de Direção do Banco da Bahia⁷⁰.

A partir da segunda metade do século XIX, contando com os recursos liberados com a extinção do tráfico de escravos, acentuou-se o processo de diversificação do capital mercantil, que se ramificava para os setores ligados à progressiva urbanização de Salvador⁷¹. Assim, às operações nascidas do financiamento e da comercialização da agricultura, somaram-se

⁷⁰ Cf. OLIVEIRA, 1985. *A Economia Baiana na segunda metade do século XIX*. p. 4, *apud* Kraychete (1988, p. 86).

⁷¹ É ilustrativo o vultoso investimento realizado numa empresa de transportes urbanos pelo grande negociante Antônio Francisco de Lacerda, que, em 1864, organizava a Companhia Trilhos Urbanos, responsável pelo transporte de passageiros da Praça do Palácio até a Graça e a Barra. A esta empresa estava ligado o elevador hidráulico, também mandado construir por Antônio Francisco de Lacerda, ligando a Cidade Alta à Cidade Baixa. Cf. Lourenço, Barão de. Fala recitada na Assembleia Legislativa da Bahia, 1871. *Apud* Kraychete (1988, p. 87).

novas inversões vinculadas à expansão imobiliária, aos serviços de transportes urbanos, bancos e companhias de seguro.

A diversificação do capital mercantil e o surgimento da indústria⁷²

Na Bahia, as primeiras fábricas e manufaturas se implantam em meados do século XIX, como um resultado do movimento de diversificação do capital mercantil, historicamente vinculado à produção agroexportadora. A acumulação nucleada em torno das atividades mercantis-exportadoras condicionou, em sua gênese, a forma específica que a indústria assumiria no espaço regional baiano, delimitando a sua dimensão, o tipo das mercadorias produzidas e as suas possibilidades de desenvolvimento. Assim, formava-se na Bahia um certo tipo de indústria que, tanto pela origem do capital como pela natureza da sua produção, estava vinculada ao passado e ao futuro da atividade agromercantil, com a instalação de fábricas têxteis produzindo sacos para o enfardamento de produtos agrícolas de exportação, algumas poucas metalúrgicas produtoras de peças de reposição para os engenhos e para as embarcações a vapor, além de manufaturas de fumo⁷³.

Uma característica dessa indústria que se instala na Bahia não era a existência de pequenos estabelecimentos comerciais, mas precisamente o contrário, ou seja, um elevado grau de concentração. Apesar de numericamente preponderantes, o peso relativo dos pequenos estabelecimentos era irrelevante no que se refere ao valor da produção, capital empregado e ao número de operários. Ressaltar esse aspecto é importante, pois coloca em evidência a relação dessas primeiras fábricas com o capital mercantil. A conformação da indústria seria preconfigurada pelo capital que lhe deu origem. Em outros termos, a concentração da indústria era coerente com a existência de um capital mercantil altamente concentrado, que não se fracionaria em pequenas oficinas artesanais.

Na segunda metade do século XIX, incorporando uma tecnologia contemporânea aos padrões de seu tempo, a indústria têxtil se destacava como o segmento mais moderno e a principal expressão dos investimentos fabris da Bahia⁷⁴, que, até a década de 1860, seria o principal centro produ-

⁷² Este subitem tem por base Kraychete (1988).

⁷³ Para uma descrição e análise da relação do capital mercantil com a indústria na Bahia no século XIX até 1930, ver Kraychete (1988).

⁷⁴ Para uma descrição da indústria na Bahia ver os acurados trabalhos de Sampaio (1975; 1978).

tor do país. A relação com o capital mercantil, em sua dimensão comercial e financeira, ficava bastante evidente pela matriz social dos proprietários dessas indústrias, formadas por grandes negociantes.⁷⁵

Entre 1870 e 1890, multiplicaram-se as manufaturas de fumo, coincidindo com o período que esse produto passa a ocupar o primeiro lugar na pauta estadual de exportação (BORBA, 1975, p. 52). As manufaturas mais importantes pertenciam às firmas exportadoras, que controlavam a produção agrícola e o processo de transformação e comercialização do fumo.

Entretanto, nem o desenvolvimento urbano de Salvador nem a instalação de empresas conduziram a um processo de industrialização. Não se configura um novo padrão de acumulação, ancorado no desenvolvimento do capital industrial, que permaneceu como uma extensão do capital mercantil. Apesar do trajeto do capital mercantil em direção às novas formas, estas permanecem nucleadas em torno da atividade mercantil exportadora. O capital mercantil deslizava de uma forma para outra, sem, contudo, originar órbitas plenamente autônomas. Assim, o surgimento da indústria não representou a gestação de uma burguesia industrial enquanto fração de classe distinta. O grande negociante, sem perder seus traços essenciais, transfigurava-se, conforme a ocasião, em empresário do setor de transportes, industrial, banqueiro etc. Utilizando uma expressão de Braudel (1985a, p. 243), pode-se dizer que o ser negociante significava o não comprometimento exclusivo com nenhum ramo de negócio em particular.

Cabe destacar, neste passo, que, apesar de um certo impulso na divisão social do trabalho, da ampliação dos espaços da circulação mercantil e do crescimento urbano, não ocorreram modificações substanciais nas relações de trabalho, de forma a permitir a criação de novos canais de redistribuição da renda ou o surgimento de formas de acumulação com base no trabalho assalariado.

A indústria surge num período de crise da principal atividade agroexportadora e de indefinições no âmbito da agricultura de exportação sobre qual seria o produto capaz de promover a articulação da região com a economia internacional. A consolidação da produção cacauífera⁷⁶, a partir do

⁷⁵ Cf. Kraychete (1988, p. 97).

⁷⁶ No período de 1840 a 1890, a balança comercial da Bahia apresenta déficits acentuados, diferentemente do que ocorre na região cafeeira. A partir de 1904, o cacau se destacava como o principal produto de exportação da Bahia. Cf. Jancso, I. “As exportações da Bahia durante a República Velha (1889-1930). Considerações preliminares”. Paris, COLLOQUES INTERNATIONAUX DU CNRS, 1973 (*apud* KRAYCHETE, 1988).

início do século XX, representaria a definição dessa busca e a reafirmação da alternativa agrária e mercantil como padrão de crescimento da economia. A cacauicultura apresentava-se como um “achado” para o capital mercantil, recolocando, em novas circunstâncias, as premissas para sua acumulação. Em outros termos, não se configurava uma reversão da tendência tradicional da economia baiana: diante da crise da produção açucareira, a diversificação do capital mercantil não excluiu – ao contrário, reiterou – a busca de alternativas no âmbito da própria agricultura de exportação. Renovou-se assim, a herança legada pela antiga “máquina mercante”, agora não mais assentada no trabalho escravo. O capital mercantil reencontrou-se com sua base agrária, articulou o processo de produção e de circulação, e efetivou seu lucro no comércio internacional⁷⁷. A contrapartida desse processo foi o entorpecimento dos investimentos na indústria, expressando a natureza contraditória da relação entre a indústria e a acumulação comandada pelo capital mercantil.

Entretanto, no limiar do século XX, a economia baiana não se ressentia, propriamente, de uma escassez de capital. O que ocorria era a reafirmação de um padrão de acumulação realizado sob o comando do capital mercantil (KRAYCHETE, 1988). A diversificação das formas do capital, portanto, não se processou em prejuízo do excedente monetizado enquanto patrimônio mercantil, ou seja, não comprometeu a própria reprodução do capital mercantil enquanto tal. Assim, a reafirmação da base agrária e mercantil da economia baiana, que encontraria um novo alento no período que se estende do começo do século XX até 1930⁷⁸, conjugado com o novo padrão de acumulação, comandado pelo capital industrial que se insinuava a partir de São Paulo, corresponderia ao esgotamento do desenvolvimento

⁷⁷ As casas comerciais estabelecidas em Salvador, algumas também representando os bancos, companhias de seguro e de navegação internacionais, proporcionaram a base creditícia e realizaram a intermediação comercial, fornecendo a sustentação necessária ao desenvolvimento da produção cacauceira (WILDBERGER, 1942). Algumas dessas casas dedicaram-se principalmente às exportações de cacau e, através de mecanismos de controle do crédito, passaram a dominar diretamente a produção (SANTOS, 1977).

⁷⁸ No limiar do século XX, a economia agrária e mercantil baiana encontraria um novo alento, que se prolongaria até a crise mundial de 1929, quando o índice do valor das exportações (em libras), depois de haver alcançado o nível 303 em 1921 (1907 igual a 100), caiu para 105 em 1929, despencando para 64, em 1930, correspondendo a menos de 2/3 do valor alcançado em 1907. O cacau, contando com a concorrência de outros centros produtores, sofreria mais intensamente os efeitos da crise. Após atingir os níveis 221 e 330 para o volume e valor das exportações, em 1927 (1907 igual a 100), os índices desse produto caíram, em 1930, para 181 e 50, respectivamente (JANCÓS, 1973, pp. 340-341).

da indústria baiana, nos termos em que se gestou a partir da segunda metade do século XIX.

A cidade do Salvador: sede do capital mercantil

Numa época em que a acumulação ocorria, sobretudo, na esfera do comércio, Salvador se consolidou, já então, como um posto avançado do capital mercantil europeu. A partir de Salvador, ao longo do tempo, o capital comercial vai demandar novos espaços, mas a ela retorna, favorecendo uma certa acumulação local. Fundada em 1549, obedecendo às considerações militar e político-administrativas, a cidade do Salvador teve o seu desenvolvimento marcado, sobretudo, pelos imperativos de ordem econômica. Com o tempo, as funções econômicas foram se sobrepondo às demais funções⁷⁹.

Foi, sobretudo, através de seu comércio que a cidade veio se relacionar e dirigir um vasto espaço. Para Salvador, encaminhava-se toda a produção – açúcar, tabaco, couro, café, algodão, diamantes – do interior, que, a partir de seu porto, demandava outros horizontes. Era, também, o porto de chegada e o centro redistribuidor de alimentos, manufaturas e escravos. Um ponto de chegada e de partida em dois sentidos: cidade porto/entreposto. Um elo na cadeia das cidades comerciais europeias. É como sede do capital comercial que Salvador controlará a produção agroexportadora e fará a ligação dessa produção com a circulação internacional de mercadorias.

À função administrativa de Salvador, somava-se uma crescente atividade comercial, fazendo crescer a cidade e sua área de influência. Utilizando uma expressão de Braudel (1983, p. 351) pode-se dizer que a cidade do Salvador constituía o termo de uma multiplicidade de movimentos, que a cidade detinha e, depois, relançava em seu proveito. Foi assim que Salvador “começou a organizar seu espaço, seja através do grande eixo de circulação que é o mar, seja por intermédio das estradas líquidas que são os rios, ou pela abertura de caminhos, por onde se viajava a cavalo ou carros de bois, conduzindo também as mercadorias” (SANTOS, 1959, p. 190). Regiões responsáveis não apenas pela produção de mercadorias diferentes, mas abrigando diferentes relações de trabalho.

O capital mercantil concentrado em Salvador contou com a expansão das demais regiões para continuar se reproduzindo e viabilizar a sua

⁷⁹ A exposição que segue baseia-se nos estudos de Santos (1954, 1959a, 1959b), e Mattoso (1978).

própria expansão. Foi assim com o Recôncavo, a mais antiga e importante área de ocupação, com o plantio da cana e a produção de açúcar. No Recôncavo, nas áreas mais afastadas do litoral, nas terras impróprias aos canaviais, desenvolvia-se a cultura do fumo, que permitiu aos negociantes da Bahia criarem um importante movimento comercial vinculado ao tráfico de escravos. O sertão da província foi ocupado através da expansão das fazendas de gado, estimuladas pela descoberta do ouro em Minas Gerais, no final do século XVII. A descoberta de ouro, no início do século XVIII, nas próprias terras da Bahia, dá início ao povoamento do planalto a que se chamou Chapada Diamantina. Mas foi em 1842 que as “Lavras Diamantinas se revelaram” com os diamantes aparecendo, na segunda metade do século XIX, entre os cinco primeiros produtos na pauta de exportação da província. Sendo a carne de boi o alimento básico dessa população⁸⁰, a criação de gado foi estimulada e se desenvolveu nas regiões da Chapada Diamantina, do Vale do São Francisco e do Sertão baiano.

A ocupação dessas novas áreas ampliou os espaços das correntes de troca que se estabeleciam a partir de Salvador, a qual se beneficiava do duplo tráfego de gado e de ouro:

É o início de uma organização do espaço em que Salvador se afirma de um lado como praça comercial que abastece uma vasta região do Piauí até Minas Gerais; e de outro lado como porto de exportação não somente para o açúcar e o fumo, como para o ouro (SANTOS, 1959, p. 37).

Pelo porto de Salvador se canalizava toda a produção destinada ao além-mar. Por outro lado, a capital demandava gêneros para a subsistência de seus habitantes e redistribuía as mercadorias recebidas do exterior, mantendo com todas as áreas um duplo fluxo de mercadorias. Com o Recôncavo, esse fluxo era mais intenso e tinha nas cidades de Santo Amaro, Cachoeira e Nazaré pontos importantes de intermediação dessa relação. Por Cachoeira, pelos antigos caminhos das tropas e carros de boi, chegava-se à zona do fumo, à Feira de Santana e ao alto sertão; de Santo Amaro, partiam os caminhos para o Maranhão, as Minas e o Rio, e Nazaré ligava-se a Aratuípe e Santo Antônio de Jesus. Mas os grandes negócios realizavam-se em Salvador, onde se concentravam as grandes casas comerciais.

Salvador se destacava como um grande centro urbano para os padrões da época. Em 1872, sua população era inferior apenas à do Rio de

⁸⁰ Cf. Almeida (1973) e Mattoso (1978).

Janeiro. Naquele mesmo ano, São Paulo possuía apenas 31.800 habitantes, quatro vezes menos do que Salvador.

Tabela 02 – População – Capitais selecionadas, 1872 – 1920

Município	Período de análise (Ano)			
	1872	1890	1900	1920
Rio de Janeiro	274.972	522.651	691.565	1.157.873
Salvador	129.109	174.412	205.813	205.813
Recife	116.671	111.516	113.106	238.843
São Paulo	31.385	65.934	238.820	579.033

Fonte: IBGE. Séries estatísticas retrospectivas. Rio de Janeiro, 1986, v. 1, p. 14.

Porém, como indica Katia Mattoso (1978, p. 141), há dados que escapam aos recenseadores. Numa cidade-porto como Salvador, a população flutuante tem presença muito importante. Diariamente, entravam em Salvador 800 a 1.000 embarcações de pequeno porte, que faziam o comércio interno da baía. Considerando esse dado e mais as entradas dos navios de longo curso, a mesma autora estima, para os anos de 1870, uma população marítima diária flutuante de, aproximadamente, 2.200 marinheiros. Além disso, a cidade recebia um número de imigrantes temporários, muitos tangidos pela seca que assolou o Nordeste entre 1869 e 1871.

“É como um centro de atividades essencialmente especulativas que a cidade se organiza e age – ou deixa de agir – sobre sua região” (SANTOS, 1959, p. 191). Contudo, tanto Salvador como essas demais regiões não tinham como manter um crescimento econômico autossustentado. O interior do Estado encontrava limites evidentes para a diversificação de suas atividades produtivas e, apenas muito lentamente, modificou as suas relações de trabalho. Apesar do precoce surto industrial que testemunha no final da primeira metade do século XIX, a cidade se desenvolve, sobretudo, pela re colocação, em maior ou menor escala, das condições que permitem a reprodução de uma economia essencialmente especulativa. Nestes termos, não existe uma relação linear entre o crescimento das atividades produtivas e a acumulação mercantil. Salvador conheceria, então, um longo período de estagnação que se estendeu durante toda a primeira metade do século XX.

As formas de trabalho no espaço urbano

Se, no século XIX, as relações senhor-escravo constituíam a matriz estruturante da economia e da sociedade baianas, seria uma visão empobrecedora e imprecisa analisar a história desse período com base num modelo de sociedade restrito a dois segmentos: de um lado (e em cima) os senhores de engenho e de escravos, que comandavam e, de outro (e embaixo) os escravos, os que produziam (MATTOSO, 1992, p. 579; REIS, 2012, p. 20).

Para além (mas não ‘por fora’) da matriz escravo-senhor, outros grupos existiam e desempenhavam importantes funções sociais, econômicas culturais e políticas na sociedade baiana do século XIX, sobretudo (não exclusivamente) no meio urbano. Os setores livres pobres, em especial de descendência africana, cresciam com rapidez desde pelo menos a segunda metade do século XVIII. Somados aos escravos, eles constituíam a imensa maioria da população” (REIS, 2012, p. 20).

As relações de trabalho assumiam formas diferenciadas nos diferentes espaços da produção agromercantil. Contrastando com o cultivo da cana-de-açúcar, a lavoura do fumo dispensava grandes investimentos, permitindo a produção em pequenas propriedades, com baixo nível técnico e utilização, além do trabalho escravo, de mão de obra familiar que plantava para sua subsistência (BORBA, 1975, p. 68). Nos sertões, a atividade pecuária, em sua maior parte, era formada por homens livres, remunerados pelo sistema de participação na propriedade das crias do rebanho. Os escravos eram em número reduzido, utilizados principalmente nos serviços domésticos e na lavoura de subsistência⁸¹. Na região da Chapada Diamantina, ao lado de empresas de maiores dimensões, que usavam escravos sob supervisão de feitores ou negros libertos, havia os mineradores individuais, os faiscadores, que trabalhavam por conta própria com ajuda de alguns escravos, além de outras categorias, que correspondem a relações de trabalho não escravas, como os “alugados” (garimpeiro pago pelo trabalho diário, sem direito sobre o produto extraído), o “meia-praça” (espécie de meeiro que, descontando o quinto – 20% sobre o produto de direito do dono ou arrendatário do terreno – tinha direito a 50% do valor de venda bruta do diamante encontrado), o “pedrista” (comerciante que se deslocava para a região em busca de pedras que vendia diretamente ao mercado externo), os capan-

⁸¹ Cf. Lins, Y. “Pecuária”. In: BAHIA, SEPLANTEC-CPE. A Inserção da Bahia na evolução nacional v. 2, p. 53. (*Apud* KRAYCHETE, 1988, p. 43).

gueiros (compradores que revendiam as pedras em Salvador), o mosquiteador (espécie de agente que agia clandestinamente)⁸². Num momento em que a escravidão já chegava ao seu fim, a cacauicultura se desenvolveu com o emprego da mão de obra assalariada, absorvendo os imigrantes empurrados pelas secas ocorridas nas regiões do sertão.

As relações de trabalho que se desenvolviam no espaço regional baiano, sobretudo em sua dimensão urbana, não se reduziam àquela entre as categorias básicas da estrutura social, ou seja, entre senhores e escravos. Conforme os dados do censo de 1872⁸³, a Bahia possuía uma população de 1.379.616 e a população escrava correspondia a 12,2% da população total do estado. Neste mesmo ano, a cidade do Salvador possuía mais de 129.000 habitantes, sendo que os escravos representavam cerca de 13% desse total. João Reis (2012, p. 24) registra que todas as estimativas sobre Salvador para o século XIX indicam um número de escravos inferior ao da população livre e liberta.

Mattoso (1978, p. 235) estima que, na Bahia do século XIX, 90% da população livre vivia no “limiar da pobreza”, numa sociedade em que a riqueza estava concentrada nas mãos de poucos⁸⁴. Entretanto, não apenas os senhores de engenho eram proprietários de escravos, mas várias outras classes e segmentos sociais, havendo casos em que escravos libertos possuíam escravos (MATTOSO, 1978, pp. 165 e 279). Era grande o número de baianos sustentados por um ou dois escravos, e Reis (2012, p. 30) considera possível que, cerca de 40% do povo livre, incluindo os muitos pobres, possuíam escravos. Mattoso (1992, p. 289) observa que, numa sociedade onde um símbolo de prestígio social é possuir quem execute os serviços considerados degradantes, ter pelo menos um escravo doméstico era a regra nos lares baianos, dos mais humildes aos mais nobres.

Para João Reis (2012), o modelo mais abrangente de estrutura social para a cidade do Salvador foi apresentado por Katia Mattoso (1978, pp. 161-167), no qual a historiadora distingue quatro categorias básicas: os detentores de poder e riqueza, abrangendo os grandes proprietários rurais, os grandes negociantes, altos funcionários do Estado e da Igreja e militares de

⁸² Cf. Falcon, G. “Diamantes”. In: BAHIA, SEPLANTEC-CPE. A Inserção da Bahia na evolução nacional. v. 2, pp. 114-115 (*Apud* Kraychete, 1988, p. 30).

⁸³ Apesar das ressalvas que possam ser feitas ao Censo de 1872, Katia Mattoso (1978; 1992) o considera rigoroso e merecedor de crédito.

⁸⁴ Reis (2012, p. 30) com base nos dados de inventário de 395 pessoas de Salvador na primeira metade do século XIX, calcula que os 10% mais ricos controlavam 67% da riqueza.

alta patente. A segunda categoria era formada por médios proprietários rurais, funcionários intermediários do Estado e da Igreja, comerciantes varejistas, profissionais liberais e pessoas que viviam de rendas auferidas pelo aluguel de escravos. Na terceira categoria, estavam os funcionários públicos subalternos, militares, quitandeiros, artesãos, vendedores ambulantes e outros trabalhadores de rua, entre os quais muitos homens e mulheres libertos, egressos da escravidão. Finalmente, no quarto grupo estavam os escravos, mendigos e vagabundos. Desamparados pela sociedade, mendigos e vagabundos cresciam com as crises alimentares e epidêmicas. Seriam as categorias “perigosas”, última escala desse quarto grupo, mais miseráveis do que os escravos. “Restaria saber o que seria mais digno nessa sociedade: passar fome livre ou engordar escravo” (REIS, 2012, p. 28).

Escravos e libertos

As atividades econômicas urbanas empregavam tanto escravos como libertos⁸⁵, que enchiam as ruas da cidade, trabalhando ao ar livre como artesãos, lavadeiras, alfaiates, vendedores ambulantes, aguadeiros, barbeiros, músicos, artistas, pedreiros, carpinteiros, estivadores e carregadores de carga. Tanto as formas de trabalho livre como escravo apresentavam certos matizes, tornando mais complexas as relações sociais em sua face urbana. Para uma melhor caracterização da heterogeneidade das formas de trabalho escravo, cabe distinguir: i) um mercado de escravos frequentado pelos que desejam utilizar o trabalho servil por um maior período de tempo ou com objetivo de especular, comprando para revender; e ii) um mercado de locação de serviços da mão de obra escrava por um determinado período de tempo, que pode variar de um dia, um mês ou mesmo um ou mais anos (MATTOSO, 1992, p. 538).

Entre os escravos urbanos, Katia Mattoso (1978, p. 165) distingue, para o século XIX, as seguintes categorias: os escravos domésticos, os escravos de aluguel e os escravos de ganho, que viviam de vendas na rua, do exercício de profissões artesanais ou do transporte de todo o tipo de carga.

Nas transações de locação da mão de obra escrava, os contratos eram realizados entre o proprietário do escravo e o locador, ou mesmo diretamente entre este e o escravo alugado. Neste caso,

⁸⁵ João Reis (2012) observa que, quando fala em trabalho dos africanos, não se refere exclusivamente ao escravo.

[...] tratava-se geralmente de escravos recém-libertos cujo preço de alforria foi pago por seu novo ou antigo patrão. O adiantamento de dinheiro criava para o alforriado uma obrigação contratual que o transformava em trabalhador sem salário até o pagamento total da dívida contraída, que podia se estender por vários anos. O máximo encontrado foi de 7 anos (MATTOSO, 1978, p. 287).

O dinheiro assim antecipado criava, para o ex-escravo, uma nova obrigação que suscitava uma relação de trabalho singular: por um lado era um assalariado, pois o pagamento (teórico) de um salário mensal permitiria o abatimento de sua dívida; por outro, vivia subordinado ao patrão pois, enquanto existisse a dívida, não podia dispor de seus ganhos (MATTOSO, 1992, p. 539).

O trabalho do escravo ganhador⁸⁶ ocorria fora da casa do seu dono. Poderia receber uma remuneração fixa, que era apropriada pelo senhor. Era o caso dos escravos qualificados, que exerciam os ofícios de pedreiro, carpinteiro, pintor, ferreiros etc. Mas existia o escravo ganhador sem remuneração fixa, obrigado a pagar ao senhor, a cada dia ou semana, uma quantia previamente acertada⁸⁷. As mulheres escravas, em sua maioria, empregavam-se em atividades domésticas ou correlatas, mas também trabalhavam como ganhadeiras. Organizavam-se em feiras livres, na época denominadas de *quitandas*⁸⁸. “Seguindo uma tradição africana, o pequeno comércio de rua era quase completamente dominado por elas, fossem escravas ou libertas” (REIS, 2012, p. 353). O trabalho de ganho foi característico da escravidão urbana durante a maior parte dos anos 1800. Mas, ao longo da década de 1880, próximo ao ano da abolição, o número de escravos nele empregados já era bastante reduzido.

⁸⁶ Mattoso (1992, p. 538) observa que a distinção entre escravos de ganho e domésticos era tênue, pois eram utilizados pelos senhores numa ou noutra situação conforme as necessidades do momento.

⁸⁷ Esse sistema de ganho permitia que os escravos urbanos, com muito esforço, comprassem sua carta de alforria. Reis (2012) com dados para 1849, estima que um escravo carregador de cadeira, recebendo uma diária de 640 réis, pagando mais de 60% para o senhor, teria que trabalhar cerca de 9 anos para comprar a sua alforria. Para o senhor, o sistema de ganho era uma forma rentável de recuperar o capital investido no escravo. “Era um excelente investimento, sobretudo em época de prosperidade econômica, quando se dinamizava o mercado de trabalho dos ganhadores. Nas épocas de baixa, continuava a compensar porque os escravos podiam se auto sustentar – comer, vestir e muitas vezes morar com os próprios recursos” (REIS, 2012, p. 352).

⁸⁸ Reis (2012, p. 353) identifica que, em 1849, libertas africanas que trabalhavam como quitadeiras ganhavam cerca de 640 réis diários, o mesmo que um carregador de cadeira. As empregadas, ou “alugadas” como criadas, como se dizia na época, ganhavam menos, com diária de apenas 320 réis.

O sistema de ganho gerou os *cantos*, que reuniam em locais específicos da cidade os ganhadores escravos e libertos do mesmo grupo étnico, que trabalhavam como carregadores de carga e de cadeira. Os *ganhadores de cesto e tina* carregavam individualmente pequenos volumes, compras e água. Os *ganhadores de pau e corda* ou *cangueiros*, transportavam em grupos cargas mais pesadas, como caixas de açúcar e barril de aguardente. Os *carregadores de cadeiras*⁸⁹, trabalhavam em dupla no transporte de pessoas (REIS, 2012, p. 354). “Era trabalho duro, estafante, trabalho de negro como se dizia, pois, branco não o fazia, e mesmo o negro nascido no Brasil, então chamado ‘crioulo’, parecia recusar” (REIS, 1993, p. 12). Cada canto possuía um líder denominado *capitão do canto*,⁹⁰ que intermediava a relação do ganhador com o contratador, acertava os serviços, estabelecia preços e pagava aos africanos sob sua liderança.

A localização dos cantos seguia a lógica da circulação das mercadorias⁹¹. Em Salvador, recebiam os nomes de ruas, largos e ladeiras: canto da Calçada, do Portão de São Bento, do Cais Dourado. Eram espaços de confluência de diferentes meios de vida. Além dos carregadores que iam e vinham, ali também ficavam negros de ofício, que, enquanto aguardavam fregueses, consertavam sapatos e guarda-chuvas, trançavam cestos, chapéus e esteiras, faziam colares e pulseiras de contas e candoblezeiros esculpiam representações de suas divindades. Lá também iam as negras ganhadeiras, que, desde as primeiras horas da manhã, lhes vendiam mingaus, canjicas, acaçás, caruru, vatapá (REIS, 1993, p. 14; MATTOSO, 1978, p. 173).

Os africanos, na Bahia, dedicavam-se a mais de uma atividade de trabalho. O frete representava uma atividade complementar ou alternativa para muitos trabalhadores que possuíam outras ocupações. Sapateiros, al-

⁸⁹ O transporte entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa, em Salvador, era feito por meio dessas cadeiras. Reis (2012, p. 355) observa que carregar cadeiras, para os nagôs, afrontava os valores de autoestima vigentes na África. Os iorubás consideravam humilhante carregar gente nas costas.

⁹⁰ Reis (2012, p. 361) observa que muitos africanos vieram de sociedades comercialmente organizadas. Assim, sugere que o capitão do canto pode estar relacionado com a administração de feiras livres em reinos iorubás. Também indica que pode estar relacionado com as expressões iorubás que significam intermediário e mediador de um negócio, coincidindo com a função principal do capitão de canto. A posse do capitão de canto corria num ritual repleto de significados, sugerindo a importância da organização que dirigia.

⁹¹ Na prática do canto, a esquina facilitava o acesso de clientes de várias direções. Mas, João Reis (2012, p. 362) também observa que “As esquinas ou cantos, e as encruzilhadas em geral, têm uma função ritual enorme como o lugar onde se depositam oferendas para os deuses. O mesmo lugar onde se negociava com os deuses servia para a negociação com os homens”.

faiates, seleiros, empalhadores, chapeleiros, cordoeiros podiam dedicar-se a esses outros afazeres nos seus cantos, enquanto não estivessem carregando (REIS, 2000, p. 215). Em geral, os libertos continuavam no trabalho que faziam quando escravos no ganho, mas também voltavam a assumir antigas habilidades aprendidas ainda na África. Mas evitavam o trabalho doméstico (REIS, 2012, pp. 380 e 381). Com base em dados de 1849, Reis (2012, p. 367) observa que, entre as mulheres libertas, mais de 70% trabalhavam vendendo frutas, verduras e outras modalidades de comércio. Entre os homens, a maior parte trabalhava como carregador e, a menor quantidade, em ocupações mais especializadas como carpina, pedreiro, alfaiate que permitiam melhor remuneração.

Os cantos tiveram um papel significativo na organização e mobilização da revolta de 1835, quando escravos e libertos muçulmanos, os chamados malês, se levantaram em Salvador. Em 1857, os ganhadores também realizaram uma greve, que durou mais de uma semana⁹², contra uma medida da câmara municipal que os obrigava a um pagamento de uma taxa anual e ao uso de uma chapa metálica no pescoço.⁹³

O espaço de trabalho africano na cidade representava um lugar privilegiado de elaboração cultural e política – ali onde se materializava a exploração escravista também se produziam discursos e práticas de rebeldia e projetos de uma vida independente dos senhores (REIS, 2012, p. 387).

Conforme a análise de Reis (2000), o trabalho ombro a ombro de escravos e libertos dava significados de liberdade aos primeiros e significados de escravidão aos segundos. O sistema de ganho evidenciava, para o escravo, a exploração escravista: enquanto os libertos embolsavam tudo que recebiam para transportar pessoas e cargas, os escravos eram obrigados a entregar a maior parte ao senhor. Mas o liberto vivia uma outra opressão, também inquietadora. Para ele, a memória da escravidão era cotidianamente reativada pela convivência com os escravos. Era comum os libertos continuarem a fazer trabalho de escravo com suas possibilidades de cidadania barradas pelo preconceito. Mas a sua liberdade também era precária, pois cartas de alforria podiam ser legalmente revogadas, a depender da re-

⁹² Para uma análise dessa greve, ver Reis (1993).

⁹³ Reis (1993) observa que o movimento de 1857 suscita questões mais amplas. A greve é um método de luta típico do trabalhador urbano moderno, sobretudo do trabalhador fabril. Os ganhadores não tinham fábrica, mas tinham a cidade, eram trabalhadores coletivamente organizados, conscientes de sua importância para o funcionamento da cidade.

lação com seus ex-senhores e, em alguns casos, eram explicitamente condicionais. Neste caso, a escravidão não era apenas uma lembrança, mas uma ameaça (REIS, 2012, p. 385).

Reis (2012, p. 359) observa que o ideal do escravo que se libertava era tornar-se um trabalhador autônomo. O mercado nem sempre ditava as regras para os africanos. “Eles tinham referências históricas próprias, referências de relações de trabalho livre em suas Áfricas e foi nessa direção que tentaram modificar e até se livrar do escravismo [...]”. O seu trabalho era por tarefa e não por unidade de tempo, o que era algo familiar para os africanos. Apesar de mercantilizado, o trabalho africano seguia, nestas bandas no Novo Mundo, o ritmo de tarefas a serem cumpridas, e não a marcação sistemática do tempo, típico do contrato de trabalho capitalista, em que o trabalhador vende a sua força de trabalho para ser consumida em determinado tempo, não importando para fazer o quê.

A jornada de trabalho era descontínua, retalhada, não só pelos intervalos entre um serviço e outro. Não havia, por exemplo, como proibir em definitivo o escravo de baixar o cesto, o pau ou a corda para jogar ou apreciar uma capoeira, entrar num samba-de-roda, consultar um curador na periferia, ou enfurnar-se numa casa para orar para Alá, o Misericordioso. O escravo associado ao libertos, contrapunha regular e cotidianamente sua economia moral do trabalho àquela do senhor (REIS, 1993, p. 11).

Isto, obviamente, não eliminava a brutalidade e a estupidez da escravidão, mas limitava-as. Não se tratava, aliás, de uma dádiva senhorial, mas de uma conquista africana no espaço urbano. O senhor podia controlar o resultado do trabalho escravo, mas este decidia onde, como e com quem trabalhar. Ao lado dos libertos, os escravos africanos organizavam autonomamente sua inserção no mercado de trabalho (REIS, 2012, p. 359).

Havia outros significados em torno dos cantos. Embora desse lugar à iniciativa individual, permitindo a alforria, “sua organização na cidade tinha um caráter essencialmente coletivo. O próprio trabalho e sua remuneração eram entendidos como resultado de uma produção coletiva” (REIS, 1993, p. 13). Os cantos

[...] tiveram o papel de assegurar uma organização solidária entre os trabalhadores. Ao mesmo tempo em que funcionavam como instrumentos de defesa do mercado contra os negros locais, impediram a competição individual exacerbada entre ganhadores, mantiveram a tradição do trabalho coletivo e assim evitaram que a escravidão destruísse nos africanos o espírito de comunidade (REIS, 2012, p. 364).

É interessante destacar a observação de Reis (2012, p. 365) que, para obter melhores condições na compra da liberdade, os africanos, provavel-

mente tanto homens como mulheres reunidos de acordo com a nação a que pertenciam, criaram instituições de crédito a que chamavam *juntas de alforria*, ou seja, uma caixa de poupança para a qual contribuía tanto os escravos como os libertos. Reis indica que a origem das juntas é desconhecida, mas se assemelhavam com uma instituição iorubá de crédito em que uma soma fixa, previamente acordada, é dada por cada um numa periodicidade previamente acordada, permitindo que uma quantia maior seja paga rotativamente a cada membro.

Durães (2006), ao analisar as condições de existência dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador, no contexto da abolição da escravidão no final do século XIX, destaca que os *ganhadores* instituíram, nas ruas de Salvador, um tipo de trabalho livre, em pleno período escravista, por meio do qual negros, mestiços e brancos pobres obtinham a sobrevivência, antecedendo, portanto, a existência do trabalho assalariado regular e a expansão da indústria no país⁹⁴. Conforme esse autor, o fim do trabalho escravo não influiu diretamente nas formas de trabalho da rua, na medida em que a escravidão urbana, diferentemente da rural, foi-se dissipando mais cedo, ao longo do século XIX, com o escravo de ganho sendo substituído naturalmente pelos libertos, alforriados e pela população livre em geral (mestiços e até alguns brancos pobres), que, por não encontrarem outros serviços, adotavam as atividades de ganho como meio de trabalho.

Assalariados

Convivendo com as diversas formas de trabalho escravo, a força de trabalho livre em Salvador também assumia formas diferenciadas e concorria, em determinadas funções, com a mão de obra ofertada pelo locador de escravos. Um proprietário de escravos podia se entender diretamente com os empregadores, que podiam ser instituições como conventos, hospitais e órgão governamentais, ou mesmo com indivíduos particulares, em detrimento de trabalhadores livres isolados. Entretanto, algumas dessas atividades, a exemplo dos empregos ligados à administração pública, eram acessíveis apenas às pessoas livres e dotadas de certo grau de instrução, o que excluía a maior parte da população da cidade, que obtinha os seus meios de subsistência, sobretudo, no comércio ambulante e na prestação de serviços

⁹⁴ Durães (2006) analisa as condições de existência dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador no contexto da abolição da escravidão e na da atualidade (início do século XXI).

de todos os tipos (MATTOSO, 1978, p. 278). Era exatamente nessas atividades que a mão de obra livre encontrava a maior concorrência dos trabalhadores escravos, o que contribuía para restringir as oportunidades de trabalho e estreitar o nível de renda de um amplo segmento da população (MATTOSO, 1978, p. 283).

Assim, se do exposto pode-se depreender a existência, mesmo em pequena proporção, de relações de trabalho assalariadas, deve-se situar estas relações no interior da sociedade que a envolvia, na qual parte significativa do trabalho social era realizada nos marcos da escravidão e do artesanato, o que conferia àquelas relações um caráter específico.

[...] livre ou servil, o trabalho em Salvador se exercia no seio de um sistema escravista, sem verdadeiro mercado de salários, uma vez que os setores secundário e terciário só podiam absorver uma parcela insignificante da massa de trabalhadores. Nessas condições, o salário, quando existia, acabava desprovido de seu caráter de dado econômico e social básico. Afinal, que pode o salário significar numa sociedade fundada na escravidão? Por outro lado, quando havia salário, em que medida ele atendia às necessidades do indivíduo e de sua família em sua vida cotidiana na cidade (MATTOSO, 1992, p. 543).

Mesmo em algumas fábricas, parte do trabalho também era realizado por escravos e outra parte por trabalhadores livres assalariados. Nem sempre os trabalhadores recebiam a totalidade de seus vencimentos sob a forma monetária (MATTOSO, 1978, p. 291). Existiam casos em que a remuneração de determinados serviços, como os efetuados por pedreiros e carpinteiros, era completada por pagamentos sob a forma de bens de consumo. Mattoso (1978, p. 290) estima que somente 5 a 15% da população ativa de Salvador era remunerada por meio de um salário, que costumava representar uma pequena parte da remuneração do trabalhador, na medida em que uma característica (ainda atual) do assalariado baiano era a multiplicidade de trabalhos realizados pela mesma pessoa, quase todos com uma remuneração insuficiente.

Embora o domínio do segmento mercantil-exportador promovesse um certo impulso na divisão do trabalho através do movimento das casas comerciais, do estímulo à formação de capital social básico e de impulso às atividades bancárias e burocrático-administrativas, a reprodução do capital mercantil não exigia o trabalho assalariado como pressuposto. Nestes termos, exerce um papel contraditório, pois, ao tempo em que não era indiferente a uma certa expansão das forças produtivas e da divisão social do trabalho, encontrava no comércio de escravos uma de suas principais fontes

de lucro, durante toda a primeira metade do século XIX. Assim, o capital mercantil permanece solidário na manutenção do trabalho escravo, em aliança com as elites agrárias, sobretudo do Recôncavo açucareiro⁹⁵. Na segunda metade do século XIX, apesar da ampliação dos espaços da circulação mercantil e de um certo impulso na divisão do trabalho, persistem as principais características da antiga estrutura social, que inibiam o surgimento de novas formas de acumulação com base no trabalho assalariado.

Como já assinalado, o sistema de ganho permitia que os escravos urbanos, com muito esforço, comprassem sua carta de alforria. Em geral, os libertos continuavam no trabalho que faziam quando escravos no ganho: o ideal do escravo que se libertava era se tornar um trabalhador autônomo. Muitos libertos poupavam o suficiente para comprar um escravo⁹⁶ (REIS, 2003, p. 369). Não há conversão do trabalho em trabalho assalariado, apesar de, em princípio, terem o direito de vender a sua força de trabalho. Tem-se uma situação que em nada se assemelha ao funcionamento de um mercado de trabalho (BARBOSA, 2008, p. 48).

Pode-se dizer que o componente monetário desempenhava um papel reduzido nas condições de reprodução da força-de-trabalho, repercutindo na dimensão do mercado consumidor interno. A condição de reprodução da força de trabalho se mantinha ao nível da simples subsistência do trabalhador. Com a extinção do trabalho escravo, dispunha-se de uma força de trabalho com poucas condições de desempenhar atividades alternativas em situação de trabalho livre. Por outro lado, a urbanização ocorria sem modificações substanciais no mercado de trabalho, que permitissem a criação de novos canais de redistribuição de renda na cidade (PEDRÃO, 1985).

A estrutura social pára, como num retrato amarelecido, no nível que se instaura no princípio do século XX. A contradição: se no passado se pudesse, tomando emprestado a Maria Sylvia de Carvalho Franco o belo título *Homens livres na ordem escravocrata*, fazer um paralelo com Salvador, desde os fins do século XIX, a questão se inverte: muitos homens precários numa ordem escravocrata [...] Sob a imponência e a ostentação da oligarquia [...] vegeta uma população de não reconhecidos [...] e agora mais livres, pois que já não existe senzala, mas não existe trabalho (OLIVEIRA, 2003, p. 33).

⁹⁵ Cf. Araujo, U.; Barreto, V. S. "A Bahia econômica social". In: Bahia, Governo do Estado, Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia, Fundação de Pesquisas-CPE. *A Inserção da Bahia na evolução nacional. 1º etapa: 1850-1889*. v.1, p.73, Salvador, 1978 (apud KRAYCHETE, 1988, p. 51).

⁹⁶ Reis (2003, p. 369), com base nos dados da freguesia de Santana para o ano de 1849, indica que 22% dos escravos libertos possuíam escravos, com a maioria possuindo apenas um escravo.

A estrutura industrial que se configurou na segunda metade do século XIX se manteve praticamente inalterada até as duas primeiras décadas do século XX, com amplo predomínio da indústria têxtil, que, juntamente com as manufaturas de fumo e as usinas de açúcar, concentravam a maior parte do valor da produção, do capital empregado e do número de operários⁹⁷. O setor têxtil, em meados da década de 1920, era constituído pelo mesmo número de empresas organizadas até o início dos anos 1890. Em 1907, o valor do capital da indústria têxtil baiana correspondia a 30% do capital empregado na indústria têxtil paulista. O número de operários empregados por essa indústria, na Bahia, representava 42% dos operários empregados por essa mesma indústria em São Paulo. Em 1920, esses percentuais correspondiam, respectivamente, a apenas 12,5% e 16,1% da indústria têxtil paulista. Em 1931, verifica-se o fechamento de fábricas de grande porte, como a Progresso Industrial da Bahia (organizada em 1891) e as fábricas Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Penha, fundadas em 1835 e 1843, respectivamente⁹⁸. Quanto à fabricação de fumo, ocorre um entorpecimento gradativo das manufaturas localizadas na antiga região do Recôncavo, sobretudo a partir de 1930, com o deslocamento da principal região produtora para o Rio Grande do Sul⁹⁹. Nos anos 1940, Salvador apresentava o menor desenvolvimento industrial entre as grandes capitais regionais do Brasil (SINGER, 1980, p. 42).

Ex-escravos, libertos e homens livres e pobres viriam compor a matriz social de uma economia popular urbana que se reproduz e se refaz no interior do próprio desenvolvimento da ordem capitalista, sobretudo a partir dos processos iniciados nos anos 1950, com outros agentes e atividades, da mesma forma que são outros os grupos dominantes na Bahia, e na Salvador de hoje, em relação ao seu passado¹⁰⁰.

Ao longo de toda a primeira metade do século XX, com uma divisão social do trabalho pouco desenvolvida, em que as atividades diretamente ligadas ao setor capitalista representam uma gota d'água no oceano, a cidade do Salvador vive de "expedientes". A mercadoria "força-de-trabalho"

⁹⁷ As informações disponíveis, sobretudo o inquérito industrial de 1907, revelam a importância do peso relativo das grandes empresas quando classificadas segundo o valor do capital e o número médio de operários (KRAYCHETE, 1988).

⁹⁸ Cf. "A Tarde", 16.12.1931, *apud* Kraychete (1988).

⁹⁹ Cf. Borba (1975, pp. 89-90).

¹⁰⁰ Para uma análise das classes e grupos dominantes na Bahia antes dos processos iniciados nos anos 1950, ver Oliveira (2003).

não existe (OLIVEIRA, 2003, pp. 36 e 39). A reprodução da força de trabalho ocorre pela via do mercado, mas a mercantilização crescente das condições de reprodução urbana não tem como contrapartida a sua inserção no mercado de trabalho. Não por acaso, os trabalhadores grevistas, descritos por Jorge Amado (2008; 2009) nos tempos dos *Capitães da Areia* e *Tenda dos Milagres*, eram os motorneiros, condutores, fiscais de bondes e demais funcionários da Companhia Circular da Bahia, da Companhia de Energia Elétrica, Telefônica e estivadores do porto, acompanhados por linotipistas, pedreiros, carpinteiros e engraxates.

Em 1950, Juarez Brandão Lopes (2008, pp. 30-32) calculou que os inativos, formados, sobretudo, pelos desempregados, somados aos subempregados¹⁰¹, totalizavam, em Salvador, 32,1% da força de trabalho, sendo 14,6% desempregados e 17,5%, em ocupações indicadoras de subemprego. Para São Paulo, esses percentuais eram, respectivamente, de 9,5% e 6,6% totalizando 16,1% da força de trabalho. Ou seja, o percentual da população considerada subempregada em Salvador (17,5%) era superior à soma dos desempregados e subempregados em São Paulo.

Como se sabe, o período de letargia, que veio a ser denominado de “enigma baiano”¹⁰², começa a ser alterado apenas na década de 1950, com a instalação da Petrobrás, a industrialização baseada nos incentivos fiscais patrocinada pela SUDENE, e a posterior instalação do Polo Petroquímico de Camaçari, marcada por uma fortíssima concentração da renda (OLIVEIRA, 2003, p. 68). Na divisão social do trabalho, transformada por esse processo de industrialização, aparece em Salvador uma mistura de produção de mercadorias e serviços que, na descrição de Chico de Oliveira (2003), estaria à parte do setor capitalista. Ou seja, na Salvador do início dos anos 1970, apesar do crescimento do emprego assalariado nas empresas capitalistas e na administração pública, é bastante expressiva a participação de atividades ou relações denominadas de não tipicamente capitalistas (CARVALHO; SOUZA, 1980), expressas pelo “modo de produção doméstico” e pela “produção simples de mercadorias” (SINGER, 1980) realizada por produtores autônomos ou por conta própria, possuidores dos seus meios

¹⁰¹ Lopes (2008) considerou *subemprego*, pessoas em nove categorias ocupacionais em determinados ramos de atividade, a exemplo de “jardineiros”, “lavadeiras”, engraxates, costureiras, serzeideiras, cozinheiras, sapateiros etc., no ramo “prestação de serviços”; “vendedores ambulantes”, no de “comércio de mercadorias”; e “trabalhadores braçais sem especialização”.

¹⁰² Cf. Aguiar (1973).

de produção, algumas vezes restrito à sua própria força de trabalho (PRANDI, 1980), configurando uma situação em que “a força de trabalho, *não é uma mercadoria*” (OLIVEIRA, 2003, p. 74). O próximo capítulo aprofunda a análise da economia dos setores populares como uma produção de mercadoria por uma não mercadoria, e fornece os fundamentos teóricos e bases estatísticas para a compreensão da sua dinâmica peculiar e de sua atual dimensão na sociedade brasileira.

3. ECONOMIA DOS SETORES POPULARES: fundamentos teóricos e características peculiares

Sertão é isso: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados; sertão é quando menos se espera.

Guimarães Rosa: *Grande Sertão: Veredas*

No capítulo 1 deste livro, para efeito de caracterização de situações distintas, foram descritas três situações-tipo que representam formas específicas de reprodução da economia dos setores populares. Para além do mais imediatamente visível – produção de alimentos realizada por trabalhadores urbanos e rurais, de forma individual ou associativa – o que aproxima e torna peculiar essas diferentes modalidades de trabalho representadas pelas situações-tipo? Este capítulo busca resgatar alguns fundamentos teóricos da economia dos setores populares na vigência do capitalismo e, numa segunda parte, avança no tratamento de dados empíricos com vistas a identificar, de um ponto de vista analítico, a sua dimensão/extensão e as características dos trabalhadores que a integram, considerando os empreendimentos da economia popular urbana – sob a forma do trabalho individual ou familiar –, e o trabalho associativo, denominado de empreendimento econômico solidário.

REVISITANDO ALGUMAS TESES

A base teórica e a percepção da lógica peculiar da economia dos setores populares têm por referência as interpretações de Fernand Braudel (1985a; 1996) sobre economia de mercado e capitalismo; o estudo de Paul Singer (1970) sobre a natureza do emprego em países não desenvolvidos; as análises de Milton Santos (2004) sobre o circuito inferior da economia; as noções de Razeto (1983; 1993) sobre as diferentes expressões da economia popular e as usadas por José Luis Coraggio (1998; 2000) sobre a economia do trabalho.

Economia de mercado e capitalismo: a análise pouco convencional de Fernand Braudel

Para Braudel (1985a; 1996), economia de mercado e capitalismo não são a mesma coisa. Braudel (1985a) indica que a palavra *mercado* é usualmente utilizada tanto para designar as formas de troca e de circulação que dizem respeito às superfícies mercantis (mercado nacional, mercado urbano) ou de mercadorias específicas, como para designar um sistema identificado como economia de mercado.

A visão convencional das ciências sociais, do discurso político e dos meios de comunicação de massa é que capitalismo e economia de mercado são mais ou menos a mesma coisa, e que o poder do Estado é oposto a ambos. Braudel, ao contrário, encara a emergência e a expansão do capitalismo como absolutamente dependentes do poder estatal, constituindo-se esse sistema na antítese da economia de mercado (WALLERSTEIN, *apud* ARRIGHI, 1996, p. 10).

Para Braudel (1996), o entendimento entre capital e Estado atravessa os séculos da modernidade. O capital vive sem constrangimentos da complacência, isenções, auxílios e liberalidades do Estado. Para o capital, o Estado é uma fonte ressurgente de recursos da qual nunca se mantém muito longe. O Estado é um elemento constitutivo do sistema capitalista. “O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é o Estado” (BRAUDEL, 1985b, p. 70) e encontra nas ações do Estado o meio de garantir a sobrevivência de todo o sistema. Graças “à sua simbiose com o Estado, distribuidor de vantagens fiscais (para ativar o sacrossanto investimento), de encomendas suntuosas, de medidas que lhe abrem melhor os mercados externos, é que o ‘capitalismo monopolista’ prospera” (BRAUDEL, 1996, p. 579).

Braudel concebeu o capitalismo como a camada superior de uma estrutura em três patamares. A camada inferior é a de uma economia extremamente elementar que, na falta de uma expressão melhor, denominou de *vida material*, o *rés do chão*, que abarca a vida quotidiana, os inumeráveis gestos herdados, que se completam por si, e perante os quais não se tem que tomar decisões. Abrange tudo o que a humanidade, ao longo da história, foi incorporando à sua vida mais profunda, tornando-se necessidades do cotidiano. Até o século XVIII, a massa das ações dos homens permanece encerrada no imenso domínio da vida material. A economia de mercado demarca uma fronteira entre a *vida material* e o capitalismo. O verdadeiro lar do capitalismo residiria numa camada superior da hierarquia do mundo

dos negócios, onde reina o direito do mais forte, “circulam os grandes predadores e vigora a lei da selva”. É aí que se situa, por excelência, o domínio do capitalismo, ontem como hoje, antes como depois da Revolução Industrial (BRAUDEL, 1985a, p. 206). Como indica Wallerstein¹⁰³, Braudel reformula a relação entre mercado e monopólio, atribuindo aos monopólios o papel de elemento-chave do sistema capitalista. Face ao poder de monopólio das grandes empresas que as permite impor os preços e induzir o consumo, as chamadas leis do mercado seriam inofensivas. É a zona do *antimercado*. As leis do mercado já não existem para as grandes empresas, capazes de desenvolver a procura pela sua publicidade altamente eficaz, capazes de fixarem arbitrariamente os preços.” (BRAUDEL, 1985a, p. 205).

O que caracterizaria o jogo superior da economia seria a possibilidade de transitar de um monopólio para outro. Segundo Braudel, o segredo da vitalidade do capitalismo estaria na sua flexibilidade, na sua capacidade de mudar de rumo, um privilégio que tem a ver com o peso dos seus capitais, com a sua capacidade de empréstimo, com sua rede de informações e com os vínculos de regras e cumplicidades entre uma minoria poderosa. Desfrutando do privilégio de poder escolher, volta-se, alternada ou simultaneamente, para os lucros do comércio, da indústria, da especulação financeira, dos empréstimos ao Estado etc. (BRAUDEL, 1985a; 1996).

A produção de mercadorias não é uma invenção do capitalismo. Sem o mercado — lugar das trocas de bens e serviços que resultam do trabalho — não haveria economia no sentido corrente da palavra, mas uma vida fechada na autossuficiência. O capital universaliza a produção de mercadorias. A própria atividade produtiva pressupõe a divisão do trabalho e, portanto, a existência das trocas. O mercado, esse lugar das trocas dos resultados dos trabalhos humanos, não seria, no sentido que Braudel lhe atribui, o signo do capitalismo.”O mercado é uma libertação, uma abertura, o acesso a outro mundo” (BRAUDEL, 1985a, p. 14). Não há cidades sem divisão do trabalho e sem mercados.

Ontem, como hoje, portanto, haveria uma economia de mercado numa margem inferior e extensa da economia, constituída por diferentes modalidades de trabalho, responsáveis por um volume significativo de produção e trocas de bens e serviços, sem que assumam uma configuração capitalista inevitável. Não devem ser colocadas na categoria do verdadeiro

¹⁰³ Cf. Chateauvallon (1987, p. 124).

capitalismo. “A racionalidade da concorrência livre, é uma; a do monopólio, é outra” (BRAUDEL, 1985a, p. 520). São dois tipos de trocas: uma terra-a-terra, concorrencial; a outra, sofisticada, dominante. “Não são os mesmos mecanismos, nem os mesmos agentes, que regem esses dois tipos de atividade, e, não é o primeiro, mas sim o segundo que constitui a esfera do capitalismo” (BRAUDEL, 1985b, p. 67).

A distinção entre economia de mercado e capitalismo, realizada por Braudel, fornece uma matriz de observação que contribui para a percepção de atividades econômicas que se movimentam *rente-ao-chão* e que escapam às estatísticas, mas que não são menos relevantes para a população, sobretudo quando se considera a crescente inaptidão da economia capitalista em absorver a força de trabalho através do emprego assalariado. É no âmbito dessa economia de mercado que, numa realidade como a brasileira, vem ocorrendo a reprodução da vida de uma parcela expressiva da população, abrangendo o trabalho realizado de forma familiar, individual e associativo. Como indica Coraggio (2000), este conjunto de atividades ocorre a cargo da reprodução da população, independentemente do seu caráter de força de trabalho para o capital.

É importante destacar a observação de Braudel de que não existe uma troca que seja econômica e outra que seja social. Todas as trocas são simultaneamente econômicas e sociais. A reciprocidade é, também, uma forma econômica e não apenas social. O mercado constitui-se numa realidade simultaneamente econômica e social (BRAUDEL, 1985a). Ao distinguir a racionalidade própria dessa economia de mercado, que se movimenta *rente ao chão*, Braudel fornece uma matriz de leitura ou um *filó da meada* para a compreensão, numa realidade como a brasileira, da lógica peculiar da economia dos setores populares. É este *filó* que comeci a puxar em outro texto (KRAYCHETE, 1997), propondo que a distinção realizada por Braudel entre economia de mercado e capitalismo e a sua compreensão do mercado como uma realidade simultaneamente econômica e social, fornecem elementos para a percepção de lutas por direitos econômicos e sociais não apenas em oposição ao mercado, mas desde o interior da economia de mercado – identificando a política para além dos espaços tradicionais dos partidos e do Estado (LACLAU; MOUFFE, 1987) ou onde a sua existência usualmente é ignorada ou posta em questão (LEFORT, 1991) e, também, para desfazer preconceitos característicos de uma visão da economia solidária em relação ao mercado, como veremos no capítulo 5 deste livro.

Singer: o emprego em países não desenvolvidos

Num ensaio escrito em 1970, Paul Singer discute “as leis que determinam o emprego numa economia não desenvolvida, sendo este emprego a soma dos que estão ocupados nos Setores de Mercado, de Atividades Governamentais, Autônomas e de Subsistência” (SINGER, 1970, p. 6). Considera que a economia não desenvolvida se compõe de vários setores que se regem por diferentes leis econômicas. Para a finalidade deste livro, cabe destacar as condições de existência do que Singer denomina “Setor Autônomo”.

Na economia de subsistência, a finalidade da produção é o consumo. A participação do indivíduo na divisão social do trabalho é uma consequência direta de ser membro da sociedade. O que caracteriza as unidades desse setor é que, apesar de estarem ligadas ao mercado, podem prescindir dos produtos que adquirem mediante a venda de parte de seu próprio produto, sem que sua subsistência básica seja afetada. Esse setor é essencialmente rural, presente nas cidades em casos excepcionais¹⁰⁴.

Singer associa os “Setores de Mercado” às empresas privadas capitalistas, ou seja, empresas que empregam trabalhadores assalariados, cuja produção, portanto, se destina a produzir um excedente na forma de lucro. A economia capitalista apresenta a peculiaridade de divorciar a produção do consumo, não apenas pela intermediação do mercado, mas enquanto *meio e fim*. A produção não tem por fim atender o consumo, que passa a ser um “meio para o fim de *realizar um lucro*, objetivo supremo da atividade econômica. Da mesma forma, a inserção do indivíduo na divisão do trabalho deixa de ser uma consequência essencial de sua participação na sociedade para ser subordinada ao fim maior: contribuir para a produção do excedente social” (SINGER, 1970, p. 6, itálicos do autor).

As “Atividades Governamentais” não produzem lucros. O emprego nesse setor, qualquer que seja a sua extensão, não depende da produção de um excedente na forma de lucro e, portanto, está sujeito a outros fatores que determinam o emprego na economia capitalista.

Singer define o “Setor Autônomo” como sendo aquele composto por empreendimentos individuais cujo produto se destina ao mercado (em con-

¹⁰⁴ Singer ilustra como exemplo o ocorrido na cidade Maragogipe, no Recôncavo Baiano, quando o fechamento de uma grande fábrica de charutos, que era o centro da vida econômica local, fez com que a população se dedicasse à pesca do sirí para sobreviver.

traposição ao “Setor de Subsistência”), mas não empregam trabalho assalariado, ocupando apenas seus donos e eventualmente membros da família. É composto, predominantemente, por explorações camponesas, unidades do comércio varejista, produção de serviços (bares, oficinas de reparação), produção artesanal e indústria doméstica (costureiras, ceramistas); profissionais liberais e pelo *lumpen* (mendigos, prostitutas, delinquentes). Singer inclui os profissionais liberais no âmbito dos autônomos, destacando que possuem um rendimento diferenciado em relação ao conjunto do setor, mas exclui aqueles que vendem sua força de trabalho por meio de empreiteiros, a exemplo do que fazem diaristas na construção civil ou na agricultura, considerando-os, de fato, sub assalariados. “Conceitualmente, o ‘autônomo’, que não possui dependência do mercado de trabalho mas vende sua força de trabalho (e não o produto do seu trabalho), por períodos determinados deve ser considerado um assalariado [...]” (SINGER, 1970, p. 53).

A ocupação no “Setor Autônomo” não pressupõe a produção de um excedente. “O emprego nesse setor tende a se expandir na medida em que a demanda por seu produto é suficiente para cobrir os custos de reprodução da força de trabalho nele engajada e do minúsculo capital utilizado” (SINGER, 1970, p. 6). O “Setor Autônomo” tende absorver a força de trabalho excedente, que se encontra na economia de mercado, mas não consegue se empregar na economia capitalista ou nas “Atividades Governamentais”.

A sobrevivência do “Setor Autônomo” se explica pelo fato de os indivíduos nele engajados sub-remunerarem seu trabalho, seu capital ou sua terra: pessoas da família que trabalham não recebem salários, o valor locativo do espaço doméstico utilizado para a produção não é considerado na formação do preço do produto, o mesmo acontecendo com a depreciação dos instrumentos de produção. O diminuto volume de produção permite a muitos escapar da tributação. Para Singer, os produtores autônomos sub-remuneram os fatores porque não têm modos alternativos de utilizá-los, incluindo aí a força de trabalho.

Se a economia capitalista pudesse absorver a totalidade da força de trabalho disponível, acabaria por liquidar o “Setor Autônomo”. Mas não é isso que acontece. A economia capitalista, nos períodos de expansão, absorve ramos que se encontram no “Setor Autônomo”, mas, nos períodos de contração, alimenta esse setor, particularmente com força de trabalho. Quando a economia capitalista incorpora um ramo do “Setor Autônomo”,

ela expande o seu emprego, mas reduz o emprego global, pois a absorção se dá em virtude da maior produtividade da empresa capitalista. O mesmo volume físico de mercadorias pode agora ser produzido com menos trabalho¹⁰⁵. Assim,

[...] ao absorver ramos do Setor Autônomo, a economia capitalista rechaça para dentro daquele setor uma parte da mão de obra previamente ocupada nos ramos absorvidos, que agora são obrigadas a se ocupar em outros ramos do Setor Autônomo¹⁰⁶ [...]. O resultado geral dessa tendência é que a economia capitalista cresce em detrimento do Setor Autônomo, em termos *relativos*, sem que o Setor Autônomo se reduza em termos *absolutos*, já que ele é continuamente alimentado pelo desemprego originado nos Setores de Mercado e pelo excedente da população originária do Setor de Subsistência (SINGER, 1970, p. 53, *itálico do autor*).

O número de autônomos resulta do desencontro entre a oferta de força de trabalho e sua demanda pelos subsistemas de maior produtividade da economia: os “Setores de Mercado” e de “Atividades Governamentais”. As atividades autônomas de ínfima produtividade são responsáveis pela maior parte da ocupação neste setor, sobretudo nos países de economia não desenvolvida em processo de urbanização. O volume de tais atividades é condicionado pelo desemprego disfarçado, alimentado por uma população que não tem acesso aos meios de produção que resultam no processo de acumulação do capital, e sem acesso ao excedente da produção mediante transferências institucionalizadas (auxílio desemprego; assistência social). É importante ressaltar a observação de Singer de que

A população de desempregados disfarçados não somente se defronta com uma demanda insuficiente pela sua força de trabalho, mas encontra também obstáculos sociais à sua inserção na divisão social do trabalho, que determinam não a sua quantidade, mas suas características (SINGER, 1970, p. 55).

Entre esses obstáculos, encontram-se os preconceitos de raça, sexo, idade, expressos pela recusa por parte das empresas de engajar negros, mulheres e pessoas acima de certa idade.

Embora eu não faça referência a setores da economia, mas à economia de um setor da população (os setores populares), a análise de Singer

¹⁰⁵ Nos países mais adiantados, numerosos serviços autônomos são realizados pelos próprios usuários com instrumentos fornecidos pelas empresas capitalistas: secadores de cabelo, cortador de grama, máquinas de lavar roupa. “É uma forma de captura indireta das atividades do Setor Autônomo pela economia capitalista” (SINGER, 1970, p. 54).

¹⁰⁶ A exemplo dos quitandeiros que se tornam ambulantes e da extinção do trabalho das lavadeiras.

sobre as condições de existência do “Setor Autônomo” como um componente da estrutura ocupacional de países não-desenvolvidos, sem colocá-los na vala comum do “trabalho informal”, fornece elementos para a compreensão da especificidade do que denomino de economia dos setores populares, inclusive para a sua delimitação estatística a partir das categorias analíticas utilizadas em pesquisas sobre a estrutura ocupacional¹⁰⁷.

Milton Santos e o “circuito inferior da economia urbana”

Para os propósitos desse trabalho, a referência a Milton Santos é essencial, na medida em que põe em evidência a originalidade e a complexidade do que denomina “circuito inferior da economia urbana”, fornecendo importantes elementos teóricos para a compreensão das características específicas da economia dos setores populares.

Em o *Espaço Dividido*, publicado originalmente em francês no início dos anos 1970¹⁰⁸, Milton Santos (2004) tem por objetivo contribuir para a busca de uma teoria do espaço e da urbanização para o que denomina Terceiro Mundo ou para os países subdesenvolvidos que, por suas características, são marcados por enormes diferenças de renda na sociedade. A ideia central desse estudo de Milton Santos é que a cidade dos países subdesenvolvidos não é uma estrutura maciça. Ao contrário, no interior do sistema urbano pode-se reconhecer a existência de dois subsistemas, dois circuitos econômicos – com especificidades próprias, mas que funcionam de modo integrado –, que denomina de circuito superior e circuito inferior.¹⁰⁹

Para Milton Santos, essa abordagem não é fruto de uma teoria dualista. Os dois circuitos têm a mesma origem e são interligados, embora o circuito inferior seja dependente do superior. Sem levar em consideração esse circuito inferior, a compreensão da cidade é incompleta¹¹⁰. Quando

¹⁰⁷ Ver Anexo – Notas metodológicas para a identificação do trabalhador da economia popular urbana com base nos microdados da PED.

¹⁰⁸ A primeira edição em português foi publicada pela Livraria Francisco Alves Editora, em 1979, e a segunda edição pela EDUSP, em 2004. É nesta que se baseia esse item.

¹⁰⁹ Não se pode falar em circuito inferior da economia urbana nos países desenvolvidos. Os mecanismos de segurança proporcionados pelo Estado de Bem-estar constituem-se numa diferença essencial entre a situação dos sem trabalho nos países ricos e nos países pobres, onde a busca do ganho é cotidiana pela necessidade de se continuar a viver (SANTOS, 2004, p. 74).

¹¹⁰ As metrópoles são um fruto da modernização recente dos países subdesenvolvidos. Não existiam anteriormente. As grandes cidades latino-americanas anteriores à segunda revolução industrial (a partir de 1870) não podiam ser consideradas metrópole entendidas como grandes cidades que se irradiam sobre um vasto território, dotadas de atividades destinadas a

considerados dentro da economia urbana total, cada circuito aparece como um complemento do outro. Há interação entre os dois, ainda que o circuito superior seja dominante. “O estudo da cidade como uma totalidade não é possível sem o exame dessa dialética entre os dois circuitos, responsável pela definição social e econômica e pelas possibilidades e formas de evolução tanto do organismo urbano como de sua área de influência” (SANTOS, 1978, p. 43).

Dentro de cada circuito as características são mutuamente elucidativas. Consideradas isoladamente, cada característica de um circuito é o inverso da característica correspondente do outro circuito. Há uma oposição dialética entre essas características, visto que os dois sistemas são opostos e complementares. As características do circuito inferior são explicadas pela economia como um todo, na qual o circuito superior está em posição dominante. A complementariedade é acompanhada de dominação. O circuito superior tende a controlar a economia, seja diretamente, seja por intermédio do Estado.

O circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora dos espaços locais ou regionais em que realiza as suas atividades, integrando-se com outras regiões ou países. O circuito inferior, ao contrário, é integrado localmente, bem enraizado na região, abrangendo atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres¹¹¹. É formado por diferentes tipos de pequeno comércio, de produção manufatureira, frequentemente artesanal, e por uma variedade de serviços. Os principais clientes são os moradores do próprio bairro. É comum que o local de trabalho seja a própria habitação. Isso representa uma economia de tempo e dinheiro e se constitui, quase sempre, na única possibilidade de ter uma atividade econômica. As mulheres acumulam, no mesmo espaço, a atividade econômica com o trabalho doméstico. E traba-

satisfazer às exigências da vida cotidiana da totalidade da população. Cidades como Salvador, no século XVIII ou início do XIX, dominavam um vasto território, mas eram incapazes de fornecer a suas classes abastadas os bens e serviços considerados necessários que tinham que ser importados. Os pobres praticamente não participavam das formas de consumo essenciais (SANTOS, 2004, p. 282).

¹¹¹ Para a caracterização do circuito inferior da economia, Milton Santos (2004) sistematiza informações de uma ampla bibliografia internacional, produzida nas décadas de 1950 e 1960, abrangendo inúmeros estudos e pesquisas realizadas em países da África, Ásia e América Latina, a exemplo de Marrocos, Nigéria, Índia, Coreia do Sul, Venezuela, Colômbia e México.

lham várias horas por dia, pois os clientes sabem que podem ser atendidos a qualquer hora. Mas as longas jornadas de trabalho, de até 15 horas por dia, também podem expressar a necessidade de aumentar a renda diante de lucros reduzidos.

Os agentes desse circuito trabalham com pequenas unidades. A dimensão do comércio é uma adaptação de um consumo pequeno e irregular. As unidades de produção e comercialização de bens e serviços desse circuito permitem ao cliente pobre abastecer-se em pequenas quantidades. Compra-se pouco e compra-se todos os dias. O comerciante, por sua vez, também se reabastece em pequena quantidade, porque precisa de um estoque diversificado num pequeno espaço nem sempre apropriado à conservação dos produtos, mas também porque não dispõe de crédito para financiar compras em maior escala.

A escala de tempo não é a mesma nos dois circuitos. Guardar uma mercadoria por alguns dias ou horas pode representar um prejuízo maior do que vendê-la a baixo preço. A falta de lucro é compensada pela recuperação de dinheiro líquido, com o qual uma nova compra pode ser feita. Diferentemente do circuito superior, que opera com crédito bancário institucional, no circuito inferior, além do crédito, há a necessidade de dinheiro líquido para pagar periodicamente aos fornecedores. Se, no circuito superior, as linhas de crédito são abertas seletivamente para estimular a produção, no circuito inferior as necessidades de consumo estão na origem do crédito. “Os pobres se endividam, antes de tudo, para as despesas correntes” (SANTOS, 2004, p. 243).

No circuito superior, os preços são manipulados visando lucros a longo prazo; no circuito inferior, o importante é o curto prazo. A concepção de lucro é diferente em cada circuito. No circuito superior, o lucro é o motor da atividade, um pressuposto indispensável ao processo de acumulação de capital.

No circuito inferior, acumulação do capital não constitui a primeira preocupação, ou simplesmente não há essa preocupação. Trata-se, antes de tudo de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo particulares à vida moderna (SANTOS, 2004, p. 46).

Para a maioria dos agentes do circuito inferior, “[...] trata-se de ganhar o pão de cada dia, sendo essa preocupação primordial, que ultrapassa a preocupação com o lucro como elemento funcional da atividade” (SANTOS, 2004, p. 249).

No circuito inferior, o trabalho é o fator essencial. No circuito superior é o capital. Em outros termos, as atividades que compõem o circuito inferior da economia possuem uma lógica ou uma racionalidade peculiar. Pode-se dizer, de forma mais precisa, que não se trata propriamente da inexistência de preocupação com a acumulação de capital, mas que abarcam atividades nas quais não existem os pressupostos da acumulação do capital.

O trabalho individual ou familiar é frequente nas empresas do circuito inferior. A pretensão de operar esse empreendimento como se fosse uma empresa capitalista acarretaria a sua falência. Essa é uma questão que também será abordada por Coraggio, como veremos em seguida, constituindo-se num aspecto essencial para a compreensão da peculiaridade dos empreendimentos da economia dos setores populares. Milton Santos, apoiado em pesquisa que coordenou na Venezuela, destaca que o trabalho familiar é tão mais importante quanto mais reduzido for o montante dos negócios.

No circuito superior, a relação de trabalho predominante é o trabalho assalariado, mas empregam poucas pessoas, considerando o volume e o valor da produção. No circuito inferior, predomina o trabalho autônomo e familiar. O emprego assalariado assume a forma de acordo pessoal entre patrão e empregado.

Nas cidades dos países subdesenvolvidos, a elevada participação de pessoas ocupadas fora da relação salarial constitui-se num fenômeno geral. Nestas cidades, particularmente as atingidas por um forte êxodo rural, as rendas provêm, em grande parte, de outras ocupações que não o emprego assalariado. O circuito inferior tem um papel social e econômico inegável na medida em que o circuito superior é incapaz de fornecer empregos a todas as pessoas.

Se entre esses não assalariados se encontram capitalistas e proprietários, imobiliários ou agrícolas, a maior parte, entretanto, é constituída de trabalhadores por conta própria, tão frequentemente confundidos com os subempregados nas estatísticas internacionais (SANTOS, 2004, p. 221).

As atividades no circuito superior operam com custos fixos elevados. No circuito inferior esses custos são quase inexistentes. Diferentemente do que ocorre no circuito superior, a base da atividade do circuito inferior é o reaproveitamento de certas mercadorias e de bens de consumo duráveis: conserto de roupas e de aparelhos, automóveis, máquinas, ou material usado na

construção das casas. Essa capacidade de reaproveitamento, alongando a vida média de diferentes produtos, é uma das maiores características das economias pobres, contrastando com o desperdício das economias ricas.

O consumo crescente de produtos modernos por uma população pobre faz nascer uma série de novas atividades no circuito inferior. Talvez o melhor exemplo seja o das oficinas de conserto de automóveis. [...] Essa atividade de reparos apela para as atividades ligadas à metalurgia, à mecânica ou a eletricidade e todas, se bem que nascidas da adaptação aos consumos modernos, pertencem ao circuito inferior, por sua dimensão e características. São responsáveis por um grande número de empregos (SANTOS, 2004, p. 256).

O apoio do Estado é uma distinção primordial entre os dois circuitos. Este apoio se manifesta por meio de financiamento direto ou indireto, por meio da construção de infraestrutura, formação profissional, subsídios etc. Ou seja, o circuito superior usufrui dos fundos públicos, do qual nos falava Braudel. Para Milton Santos (1978, p. 43), “O Estado poderia ser considerado um elemento do circuito superior, visto que da sua atividade depende, em grande parte, a viabilidade de capital social novo [...]”. Diferentemente do circuito inferior, as atividades do circuito superior não prescindem do apoio do Estado. O circuito inferior, em geral, não conta com tal apoio e, em muitas cidades, esses trabalhadores são até perseguidos, a exemplo dos vendedores ambulantes.

Milton Santos (1978) rejeita o termo informal, assim como a análise dualista. O circuito inferior não é informal. Observa que a noção de organização informal origina-se, principalmente, do conceito de racionalidade introduzido por Max Weber, segundo o qual apenas a organização formal poderia ser eficaz, contando com normas e procedimentos necessários para melhorar o aproveitamento dos recursos disponíveis. A distinção seria útil para a definição de situações que seriam típicas das sociedades capitalistas e das que se encontrariam num estágio pré-capitalista.

Quando se referem a países subdesenvolvidos os dualistas creem numa oposição entre o setor desenvolvido e não desenvolvido, um contraste entre um todo coerente de ações eficientes e racionais e um conjunto inarticulado de ações arcaicas, irracionais e ineficientes (SANTOS, 1978, p. 53).

Por essa análise dualista, o chamado setor informal estaria destinado a desaparecer, dando lugar à nova ordem da economia capitalista formalizada. Ou seja, Milton Santos critica a análise dualista, afirmando que não se trata de uma realidade típica de um mundo em desenvolvimento que estaria numa situação de transição para o que hoje são os países de-

envolvidos¹¹². Não se trata, portanto, de conceber um setor informal que tenderia a desaparecer com o desenvolvimento da economia capitalista. Essa é uma questão chave para se compreender, numa realidade como a brasileira, o caráter estrutural de uma economia dos setores populares.

Milton Santos apoia-se em Godelier¹¹³ para indicar que não existe apenas uma racionalidade econômica, mas diversas. “A atividade econômica dos pobres também funciona de acordo com uma lógica e, portanto, é racional.”. No circuito inferior, “existem alguns relacionamentos que se repetem em toda parte e em todo o tempo, entre agentes, entre agentes e clientes, no exercício da própria atividade e na sua significação global dentro da sociedade” (SANTOS, 1978, p. 54).

O que seria uma atitude irracional, considerando o cálculo baseado no valor de troca e da mais-valia, adquire outro significado nas atividades do circuito inferior. Cabe ressaltar, aqui, a percepção de Milton Santos (1978, p. 56) de que os trabalhadores que formam o circuito inferior escapam à “alienação que caracteriza o mundo trabalhador das sociedades modernas, pois eles ainda são capazes de se identificar com o produto do seu trabalho.”.

O circuito inferior, portanto, possui uma racionalidade. Corresponde às condições gerais de emprego e disponibilidade de dinheiro, assim como às necessidades de consumo de uma importante fração da população. Fornece uma quantidade de emprego máxima, para uma mobilização mínima de capital (SANTOS, 2004). “Seu funcionamento é dirigido por leis, isto é, por uma constância de comportamento devida a causas que, por sua vez, se repetem” (SANTOS, 1978, p. 55).

Cabe ressaltar que Milton Santos (2004) não apresenta uma visão idealizada do circuito inferior. Embora a dinâmica interna desse circuito permita que ele seja capaz de prover ocupações e meios de subsistência, essa mesma dinâmica perpetua uma situação de pobreza. Em outros termos, as atividades da economia dos setores populares nos espaços urbanos se reproduzem pela convivência com situações de privação, baixa remuneração e consumo e degradação das condições habitacionais. “A grande cidade surge, assim, como um meio onde, cada vez mais, concentram-se os pobres e suas esperanças insatisfeitas” (SANTOS, 2004, p. 371).

¹¹² “Não se trata de um *mundo em desenvolvimento*, mas de um mundo *subdesenvolvido* com suas características próprias e seus mecanismos fundamentais (SANTOS, 2004, p. 19, itálicos do autor).

¹¹³ Godelier, M. *Rationality and irrationality in economics*. London, NBL, 1962.

Para que a produção seja colocada a serviço da população, seria necessário que a ideia de produtividade econômica se subordinasse à ideia de produtividade social. De um ponto de vista prático, trata-se de subordinar a expansão dos setores da economia considerados ‘dinâmicos’, à outra, primordial, dos setores populares (SANTOS, 2004, p. 373).

Razeto: diferentes expressões da economia popular

Tendo por referência o contexto econômico e político do Chile, a partir da instalação do regime militar em 1973, Razeto (1983; 1993) realiza uma análise detalhada do que denomina de “novas organizações econômicas populares”, entendidas como um fenômeno social e organizativo complexo, verificado no interior dos setores populares urbanos, compelidos a desenvolverem, por sua própria conta, “estratégias de sobrevivência”.

Razeto¹¹⁴ identifica a existência de um vasto e heterogêneo universo de atividades econômicas populares, usualmente denominadas de economia informal, pequena produção popular, economia submersa, economia invisível ou economia de subsistência. Embora esses diferentes termos não se refiram exatamente ao mesmo fenômeno, pois estabelecem diferentes “cortes” na realidade que analisam, eles englobam, segundo Razeto, as seguintes iniciativas, cujos protagonistas são grupos sociais empobrecidos: i) atividades por conta própria de trabalhadores autônomos que produzem ou comercializam bens ou serviços em pequena escala; ii) microempresas familiares, que produzem ou comercializam em pequena escala, utilizando, em muitos casos, a própria moradia como local de trabalho; e iii) as “Organizações Econômicas Populares” entendidas como associações de pessoas e famílias que realizam, de forma cooperativa e por meio da ajuda mútua, atividades de geração de renda ou provedoras de bens e serviços para atender às necessidades básicas¹¹⁵.

Razeto (1993) observa que os termos utilizados refletem não apenas a busca de uma definição conceitual, mas expressam uma valoração cultural e ideológica do fenômeno. Assim, o termo economia informal contém,

¹¹⁴ Os parágrafos que seguem baseiam-se em Razeto (1993).

¹¹⁵ Conforme Razeto, as Organizações Econômicas Populares chilenas são constituídas por oficinas de trabalho que produzem e comercializam bens e serviços, organizações de desempregados, organizações para o consumo (restaurantes populares, hortas comunitárias, coletivos de compras); organizações para questões habitacionais e organizações para prover serviços de educação, saúde, recreação etc.

para Razeto, uma conotação negativa, na medida em que tem por base a situação jurídica e tributária irregular desses empreendimentos. “Economia invisível” também é uma expressão negativa, e o uso desse termo revelaria mais sobre quem observa do que a realidade observada, que seria “invisível” para um certo olhar distante da realidade popular. O termo “economia de subsistência” estaria associado a uma suposta incapacidade de geração de excedentes, o que não se aplicaria para a totalidade das atividades econômicas contidas na realidade que se busca conceituar. Assim, Razeto prefere utilizar o termo “economia popular”, considerando que as formas e os setores econômicos devem ser identificados pelos sujeitos que o compõem, que, neste caso, são os grupos sociais mais pobres, usualmente identificados como “populares”. Razeto reconhece que a expressão pode ser imprecisa, na medida em que o “popular” é objeto de várias interpretações, e vincula o seu entendimento aos grupos sociais mais pobres. Observa, entretanto, que, mais importante do que a discussão terminológica é a ampla discussão teórica sobre a natureza do fenômeno, suas origens e perspectivas¹¹⁶.

Para Razeto (1993), a economia popular é basicamente uma economia do trabalho, na medida em que o seu principal fator econômico não é o capital, nem a tecnologia, mas a própria força de trabalho. As microempresas pessoais, familiares e associativas representam alternativas de trabalho mais do que inversão de capital. A capacidade de trabalho de seus integrantes não é oferecida no mercado de trabalho, mas utilizada por conta própria. Propõe um esquema que identifica cinco tipos de atividades que integram a economia popular urbana, como respostas dos setores populares mais pobres para assegurar suas necessidades básicas: i) as empresas associativas, a exemplo das organizações econômicas populares, cooperativas, empreendimentos autogestionários e processos de desenvolvimento local baseados na organização popular; ii) microempresas e pequenos negócios de caráter familiar, individual ou de dois ou três sócios com diferentes graus de formalidade; iii) iniciativas individuais informais, abrangendo serviços domiciliares, o comércio ambulante e as várias modalidades do trabalho por conta

¹¹⁶ Para Razeto, a economia popular não se explica como um fenômeno conjuntural ou passageiro, mas expressa causas estruturais. Nesses termos, não pode ser explicada como “estratégias de sobrevivência” desenvolvidas pelos setores sociais marginalizados decorrentes de políticas de livre mercado. Se assim fosse, o seu crescimento seria revertido por processos de modernização que ampliassem os postos de trabalho formais.

própria; iv) soluções emergenciais, como a mendicância e a inserção em programas de assistência pública ou privada como um meio de subsistência para pessoas ou famílias em situações de acentuada pobreza; e v) atividades ilegais, venda de drogas, pequenos furtos e prostituição¹¹⁷. É comum uma mesma família vivenciar no seu interior várias dessas situações.

Para Razeto, as Organizações Econômicas Populares possuem características que lhes conferem uma identidade própria em relação às outras organizações e movimentos sociais, a exemplo dos sindicatos, dos movimentos reivindicativos de massa, do cooperativismo tradicional e das pequenas empresas e negócios individuais. Considera que possuem, simultaneamente, as seguintes características: i) são iniciativas que se desenvolvem entre os setores populares, ou seja, com as classes subalternas, os pobres do campo e da cidade; ii) são experiências associativas, formadas por pequenos grupos de pessoas e/ou famílias cujos membros se reconhecem em sua individualidade; iii) são organizações que possuem objetivos precisos, em função dos quais buscam programar suas atividades e decisões; iv) são organizações com nítido conteúdo econômico, que realizam atividades de produção, consumo, poupança, geração de renda, embora estendam suas atividades para outras dimensões da vida social (necessidades de convivência, desenvolvimento cultural); v) não possuem caráter reivindicativo, ou seja, buscam atender às necessidades dos seus integrantes por meio da ação direta e da ajuda mútua; vi) desenvolvem relações e valores solidários como componentes fundamentais de sua existência e condição necessária para o êxito dos seus objetivos; vii) são organizações que buscam o desenvolvimento de formas de participação democráticas, autogestionárias e autônomas entre os seus integrantes; viii) combinam suas atividades econômicas com outras de caráter educativo, de desenvolvimento pessoal e grupal e, frequentemente, com ações de natureza política e de pastoral religiosa; ix) pretendem ser alternativas às formas de organização definidas como capitalistas, individualistas, autoritárias e aportar elementos para a construção de uma sociedade mais justa, adotando, em seu âmbito, valores que pretendem difundir no conjunto da sociedade; e x) são organizações que buscam superar o isolamento, conectando-se horizontalmente entre si e buscam a

¹¹⁷ Razeto observa que essas atividades vêm crescendo nas grandes cidades da América Latina e que, evidentemente, não se refere a estas atividades quando valoriza positivamente as possibilidades de desenvolvimento da economia popular.

colaboração de organizações públicas e não governamentais que ofereçam serviços de capacitação, de assistência técnica e outros apoios necessários. Estas características, segundo Razeto, conferem uma dimensão especial às Organizações Econômicas Populares, que teriam maior potencialidade para protagonizar processos mais amplos de organização social da economia popular.

A análise de Razeto desenvolve um esforço de caracterização para o que denomina de economia popular urbana ou economia dos setores populares, como formas de trabalho que envolvem as condições de subsistência de parcelas mais pobres da população, que não encontram emprego assalariado, embora inclua, nesse campo, as populações atendidas por programas de assistência pública ou privada e as atividades ilegais. Pode-se indagar, também, se as características que ele apresenta das Organizações Econômicas Populares expressam muito mais o seu desejo do que uma realidade efetiva, do que hoje se denomina de empreendimentos econômicos solidários.

Sem entrar no mérito da interpretação mais subjetiva de Razeto de que a economia popular, em suas várias manifestações, contém importantes elementos de solidariedade, porque a cultura dos grupos sociais mais pobres seria naturalmente mais solidária do que a dos grupos com maiores rendas, é importante destacar a sua percepção de que o mundo popular, ao fazer economia, o faz a seu modo, com seus valores, modos de pensar, atuar, sentir e se relacionar.

Coraggio: da economia popular à economia do trabalho

Desde os anos 1980, intelectuais latino americanos como Luis Raze-to, discutem a possibilidade de se promover uma “economia popular”, definida não apenas pela categoria social de seus atores (pessoas pobres, excluídas do trabalho assalariado formal), mas, também, pela qualidade de suas relações e valores (de solidariedade, reciprocidade, cooperação), e por sua escala organizativa suficientemente pequena, de modo a permitir relações econômicas interpessoais não mediadas pelo mercado nem pela competição que, seguindo a tradição marxiana, junto com o Estado eram vistas como forças alienantes (cf. CORAGGIO, 2004a). Segundo Coraggio, esta proposta foi valorizada, sobretudo, em círculos ativistas cristãos de base, contendo um forte componente de “conversão” das pessoas, combinando a tradição freiriana de conscientização com as práticas de ONGs dedicadas à

promoção do desenvolvimento de empreendimentos econômicos populares. Por suas próprias restrições ideológicas, seu peso foi mínimo comparado com a economia popular realmente existente. Visão semelhante surgiu no Brasil com as Comunidades Eclesiais de Base vinculadas à Igreja Católica.

Coraggio, no final da década de 1980, a partir da experiência da Revolução Sandinista, apresenta uma visão alternativa de economia popular realmente existente, diferenciando-a do denominado sistema informal urbano. Toma como base o conjunto de células primárias constituídas pelas unidades domésticas (UD).

Muchas veces asociada con la familia nuclear o el hogar, definimos a UD como la organización económica característica de la economía popular – fundada sobre relaciones de parentesco, de afinidad, o étnica, por ejemplo – que organiza recursos, capacidades y gestiona la resolución de las necesidades, y que caracterizamos por el objetivo de lograr la reproducción ampliada (en condiciones intergeneracionales siempre mejores) de la vida de sus miembros (CORAGGIO, 2004a, p. 344).

Coraggio denomina de reprodução simples a manutenção da vida dos membros de uma unidade doméstica em um nível historicamente variável, mas que, em cada época e cultura, é o moralmente aceito como o mínimo para a reprodução destas famílias ou unidades domésticas. Por reprodução ampliada, entende que não há um nível básico de necessidades que, uma vez alcançado, esgotaria o impulso da atividade econômica, mas há uma busca sem limites de melhoria de qualidade de vida. Em outros termos, a reprodução ampliada denota uma melhoria estrutural da qualidade de vida de um mesmo grupo doméstico, ou de um conjunto de grupos domésticos, com base no desenvolvimento das capacidades e oportunidades sociais dessas pessoas (CORAGGIO, 2000).

Assim, para reconstruir conceitualmente este mundo da economia popular, a unidade de análise econômica que deve ser considerada não é o indivíduo que trabalha por conta própria, nem, tampouco, a microempresa. Este é um conceito essencial para a compreensão da economia popular.

A unidade doméstica, como microunidade de organização dos sistemas de reprodução, é a célula da economia popular, da mesma forma que as empresas, como microunidades de reprodução do capital, são as células da economia capitalista. Neste sentido, a unidade doméstica [...] pode ser formada tanto por pessoas com vínculo de consanguinidade, como pode ser unipessoal, ou multifamiliar, ou até ser formada por amigos, por comunidades étnicas [...], de vizinhos, por grupos que se unem livremente para cooperar, ou agregações solidárias de outro tipo qualquer, que compartilhem recursos e articulem estratégias, explícitas ou implícitas, para reproduzir sua vida cole-

tiva. Em todos os casos, seus membros juntam seus recursos, no todo ou em parte, a fim de satisfazer coletiva e solidariamente as necessidades de todo o conjunto – o que torna essas unidades um lar, ou um ‘domicílio’, no mesmo sentido que as pesquisas oficiais dão a esse termo. As regras de distribuição internas podem ser as mais variadas e muito diversificados os graus de consciência a respeito daquilo que os analistas qualificam como a sua ‘estratégia’. (CORAGGIO, 2000, p. 95).

As unidades domésticas contam com o que Coraggio denomina de fundo do trabalho, ou seja, o conjunto de energias e capacidades manuais e intelectuais para trabalhar que aportam os membros de cada unidade doméstica. Esse fundo de trabalho pode se tornar efetivo por meio de duas vias principais: i) o trabalho mercantil – abrangendo tanto o trabalho por conta própria, produtor de bens e serviços para o mercado, como o trabalho assalariado, em que se troca a força de trabalho por um salário monetário; e ii) o trabalho de reprodução propriamente dito, abrangendo a produção de bens e serviços para autoconsumo e a produção solidária de bens e serviços para consumo comunitário. São bens e serviços que possuem valores de uso, não passam pelo mercado e não assumem a forma dinheiro, mas contribuem diretamente para a reprodução da unidade doméstica.

A categorização do fundo de trabalho pressupõe o conceito de mercado, entendido como mercado de bens e serviços e mercado de trabalho.

Tanto o trabalho assalariado como o trabalho do produtor independente de mercadorias, ambos se constituem como formas mercantis e pecuniárias já que, tanto um como o outro, passam pelo mercado – pelo mercado de trabalho ou pelo mercado de bens e serviços. Permitem, assim, que, ao final, se obtenha dinheiro: dinheiro/salário ou dinheiro/preço dos bens e serviços. Esse dinheiro/receita dos membros da unidade doméstica é utilizado para comprar os meios de vida ou os meios de produção que são requeridos na produção/reprodução da unidade doméstica. (CORAGGIO, 2000, p. 97).

Esta definição de fundo do trabalho exclui o rentismo e a exploração do trabalho alheio como base permanente fundamental da reprodução. Ou seja, as unidades domésticas são de trabalhadores, de pessoas que dependem, para a sua reprodução, de seu próprio fundo de trabalho, da realização contínua de sua força de trabalho, pois não têm acumulada uma massa de riqueza que permita a sua sobrevivência nem participam de relações que permitam uma exploração determinante de trabalho assalariado. Com essa análise, centrada na unidade doméstica e no fundo do trabalho, Coraggio (2004a) diferencia-se da visão que reduz a economia popular ao trabalho por conta própria, bem como da concepção que vê o trabalho formal apenas como parte do setor capitalista ou estatal, na medida em que, para esse

autor, o trabalho assalariado é parte integrante do fundo de trabalho. Ou seja, as unidades domésticas da economia popular são vistas como unidades que também (re)produzem e vendem a força de trabalho assalariada.

O conjunto das unidades domésticas conforma o que Coraggio denomina de economia *popular* e “estabelece relações de intercâmbio, dentro de uma economia mista sob hegemonia do capital, com o subsistema de empresas de capital e com o subsistema de organismos do Estado”. Fica claro, também, que o termo economia popular não está associado a nenhuma definição de trabalho informal. Para Coraggio, a lógica dos micros empreendimentos denominados informais, aparentemente sem racionalidade em comparação com as empresas capitalistas, cede lugar para pensar a economia popular com sua racionalidade substantiva de lograr a reprodução da vida. Ou seja, a racionalidade dessa economia não se explica pelo objetivo de maximização do lucro, considerado natural em toda organização econômica, mas pela lógica de reprodução da vida dos membros da unidade doméstica.

Em síntese, por economia popular, Coraggio entende o conjunto de recursos, práticas e relações econômicas próprias dos agentes econômicos populares de uma sociedade. O conceito operativo de popular refere-se às unidades elementares de produção-reprodução (individuais, familiares, cooperativas, comunitárias), orientadas, primordialmente, para a reprodução de seus membros e que depende, fundamentalmente, do exercício contínuo de suas capacidades de trabalho.

Quando se refere a “setores populares”¹¹⁸, Coraggio está falando daqueles setores que são trabalhadores, ou seja:

[...] daqueles que têm como meio principal para reprodução de suas vidas apenas o seu próprio trabalho. Não se trata, portanto, dos que são proprietários de meios de produção e que usam desses meios para explorar o trabalho dos outros; mas de setores que até podem dispor de algum meio de produção como seu meio de vida, mas que não são ricos, que não podem viver de renda, que não podem viver da mais-valia extraída do trabalho alheio (CORAGGIO, 2007, p. 68).

¹¹⁸ Coraggio, em pelo menos dois textos, utiliza o termo *economia dos setores populares* com o mesmo sentido de economia popular. Trata-se do texto *Atraverse con la economía desde o governo local: la promocion de una economía del trabajo*, escrito em 2000 (ver CORAGGIO, 2004a, p. 193), e do texto *Da economia dos setores populares a economia do trabalho* (CORAGGIO, 2000) que resultou do seminário *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*, ocorrido na UCSAL, em 1999. Entretanto, em geral, Coraggio usa o termo economia popular, referindo-se à passagem teórica e prática da economia popular à economia do trabalho. Ver Coraggio (2004a, p. 338).

Diferentemente de Razeto, Coraggio não idealiza a economia popular, em contraposição à economia capitalista.

Não se pode dizer que, diferente do mundo das empresas, que é um mundo de exploração e competição, o mundo da economia popular seja um mundo de valores positivos, o mundo da solidariedade. Não, ele não é nem pode ser assim, porque ele faz parte da sociedade capitalista e, portanto, em parte, é resultado da subordinação cultural no interior do sistema capitalista. O que se trata, pois, é de transformá-lo (CORAGGIO, 2000, p. 109).

Reconhece o caráter contraditório da economia popular, com práticas que são solidárias, mas também altamente destrutivas entre as unidades domésticas. “*El trabajo es para los sectores populares el centro de su vida cotidiana. Y esa vida cotidiana dificilmente puede ser vista de manera idealista, como la forma de realización de lo humano*” (CORAGGIO, 2004b, p. 33, itálico do autor). Pode haver situações de exploração não do trabalho pelo capital, mas da mulher pelo homem ou das crianças por adultos. Nestes termos, as virtudes e valores da economia popular devem ser compreendidos como resultado de uma construção histórica, como resultado do processo civilizatório capitalista: e não como se fosse a expressão da ‘natureza humana’” (CORAGGIO, 2007, p. 69).

Creio que devemos nos referir sempre a uma construção histórica. Assim, deste ponto de vista, hoje nós enfrentamos uma economia popular subordinada, que traz valores que são próprios de uma sociedade capitalista particular, com variações entre as diversas culturas e países, mas que participam todos de uma mesma cultura basicamente impregnada pela civilização capitalista (CORAGGIO, 2007, p. 69).

Cabe observar que Coraggio distingue a economia popular realmente existente, subordinada ideológica e materialmente ao sistema capitalista, do que ele denomina de economia do trabalho. Ou seja, Coraggio parte da crítica conceitual e prática da economia popular, buscando não a sua maior eficiência, mas a sua superação e, nestes termos, propõe como projeto político a construção de um setor da economia centrado no trabalho. Com esse termo, Coraggio não está buscando captar uma realidade tal como ela se manifesta, mas expressar uma proposta de transformação social, que se contrapõe à lógica da economia do capital, envolvendo a construção de um setor da economia com forte componente associativo, alta qualidade tecnológica, eficiência socioeconômica, democrático em sua gestão e orientado para a reprodução ampliada da vida (CORAGGIO, 2004a).

A análise de Coraggio é extremamente rica e inspiradora para a compreensão da lógica peculiar da economia dos setores populares. As condi-

ções de existência do trabalho realizado de forma individual ou familiar só são compreensíveis se tomarmos a unidade doméstica como referência e a noção de fundo de trabalho vinculado a essas unidades, tal como formulada por Coraggio. Este entendimento é coerente com a perspectiva mais geral de transformação social contida na análise desse autor sobre a passagem da economia popular para a economia do trabalho. Cabe observar, entretanto, que, em termos práticos, o conceito de fundo de trabalho coloca no mesmo plano pessoas em diferentes situações de acesso a direitos, vinculados às diferentes relações de trabalho. Assim, por exemplo, na constituição do fundo do trabalho da unidade doméstica, “a mulher que produz geladinho” (situação-tipo 1) está no mesmo plano do empregado regular assalariado. Essa distinção tem um sentido prático sobre a concepção de políticas de inserção pelo trabalho, numa perspectiva de transformação social, tendo em conta a dimensão atual e o enraizamento histórico estrutural da realidade social que essa situação-tipo busca ilustrar.

ECONOMIA DOS SETORES POPULARES E SUA DINÂMICA PECULIAR: a produção de mercadorias por não mercadoria

Historicamente, numa realidade como a brasileira, as condições necessárias à reprodução da vida de milhões de pessoas não são proporcionadas pelo mercado capitalista de trabalho, nem pelas ações de um Estado de Bem-estar¹¹⁹. Ocorrem por conta dos próprios sujeitos e suas famílias, independentemente do seu caráter de força de trabalho para o capital¹²⁰. Abrangem atividades econômicas realizadas numa margem extensa e inferior da economia, sobretudo nos espaços urbanos, que se movimentam rentes ao chão¹²¹, mas

¹¹⁹ Nos anos 1970, quando imperava o paradigma da integração social, o mercado capitalista era visto como um mecanismo de integração-proletarização, e ao Estado caberia completar esta integração. Daí a importância da categoria de “consumo coletivo”, que dava conta das políticas sociais do Estado, cujo sentido seria a reprodução da força de trabalho. Daí também a importância da categoria de “novos movimentos sociais” capazes de articular forças reivindicativas diante desse Estado, incapaz de atender às demandas sociais, cujo resultado seria um confronto com a ordem capitalista. Assim, as pessoas que viviam do denominado informal eram, via teoria da marginalidade, integradas aos movimentos sociais, não pelo trabalho que exerciam, mas na condição de participantes dos movimentos sociais vinculados ao solo urbano, moradia, educação popular etc. (Cf. CORAGGIO, 1998, pp. 18-19).

¹²⁰ Conforme termo utilizado por Coraggio (1998).

¹²¹ Braudel (1985) utiliza a expressão *rés-do-chão* (*rez de chaussée*) para denominar o nível da “vida básico material” (piso térreo) que abarca a vida cotidiana, os inumeráveis gestos herdados, que se completam por si, e perante os quais não se tem que tomar decisões.

que são relevantes para a população, ainda mais quando se considera a inaptidão estrutural da economia capitalista em absorver a maior parte da força de trabalho por meio do emprego assalariado regular. O Brasil não universalizou as relações de assalariamento e nunca chegou a ser uma “sociedade salarial” entendida como o predomínio do emprego assalariado regulado pelo Estado.

As formas de trabalho descritas nas “cenas da vida” compõem uma *economia dos setores populares*, abrangendo o trabalho realizado de forma individual ou familiar (SINGER, 1970) e as diferentes modalidades de trabalho associativo, denominadas, a partir do início dos anos 2000, “empreendimentos econômicos solidários”¹²², inclusive nos textos oficiais. Essa economia dos setores populares possui uma lógica peculiar, marcada pela necessidade de prover e repor meios de vida (SANTOS, 2004; CORAGGIO, 2000), ancorada na utilização de recursos humanos próprios, englobando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital.¹²³ Nos termos de Braudel (1996), pode-se dizer que não desfruta dos ganhos proporcionados pela mobilidade, pela capacidade de mudar de rumo e pelo poder de acumulação característicos do capital. Assim, conceitos típicos da economia capitalista, como salário e lucro, perdem o seu significado, pois não expressam as relações sociais de produção que caracterizam essa economia dos setores populares. Não ocorre a mercantilização da força de trabalho. Os trabalhadores dessa economia produzem mercadorias, mas a sua força de trabalho não se constitui numa mercadoria. Vendem as mercadorias que produzem, mas não vendem a sua força de trabalho. Ou seja, temos a *produção de mercadorias por uma não mercadoria* (KRAYCHETE, 2001). Em outros termos, quando falamos em economia dos setores populares, estamos falando de trabalho e trabalhadores e não da relação emprego assalariado e capital. Essa designação pretende expressar um conjunto heterogêneo de atividades, tal como elas existem, sem idealizar os diferentes valores e práticas que lhes são concernentes (CORAGGIO, 2000; SANTOS, 2004). Não se trata, portanto, de adjetivar essa economia, mas de reconhecer que os atores que a compõem e que a movem são essencialmente populares. Em

¹²² Estão incluídos na economia dos setores populares os agricultores familiares, o trabalho realizado de forma individual ou familiar nos espaços urbanos, e os empreendimentos econômicos associativos, a exemplo de cooperativas, associações, grupos informais de produção associada, organizações de finanças solidárias, empresas recuperadas pelos trabalhadores, organizações para a comercialização coletiva etc.

¹²³ Capital entendido como uma relação social, tal como definido por Marx.

outros termos, por economia dos setores populares não se pretende setorializar a economia em formal, informal, moderna, arcaica etc., mas designar o trabalho no seu sentido mais amplo, em diferentes atividades econômicas, realizado por uma extensa parcela da população, como meio de obtenção de renda para a aquisição de mercadorias necessárias à reprodução da vida, numa economia capitalista como a brasileira. Não exclui, mas pressupõe o mercado, e a sua existência na história se elucida pelo que há de peculiar em nosso capitalismo, como se buscou demonstrar no capítulo 2 deste livro.

O empreendimento da economia dos setores populares interage com os mercados e atividades econômicas situadas no “andar superior da economia” (SANTOS, 2004) em relação ao qual ocupa uma posição subordinada. Possui, entretanto, uma racionalidade econômica peculiar, que o distingue da empresa capitalista (SANTOS, 2004). O que move a produção capitalista é a maior expansão possível do próprio capital. No caso dos “empreendimentos econômicos populares” não existem os pressupostos da acumulação (KRAYCHETE, 2007). Diferentemente da empresa capitalista que – na busca do lucro, da competitividade e da produtividade – dispensa trabalhadores, a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada às necessidades da reprodução da vida da unidade familiar (CORAGGIO, 1998). Para os empreendimentos populares, por exemplo, a perda do emprego de um dos membros da família representa um “custo” adicional a ser assumido pelo próprio negócio. É o caso de mulheres que trabalham por conta própria e que tomaram microcrédito para a compra de matérias-primas. Com o desemprego do marido ou dos filhos, o dinheiro do empréstimo foi redirecionado para as despesas básicas do consumo familiar. Entretanto, diferentemente do que as empresas fazem com os trabalhadores, a família não dispensa os seus membros, mesmo que essa decisão comprometa a “lucratividade” do empreendimento. Há uma solidariedade implícita, que seria irracional do ponto de vista da empresa, mas que tem efetivo sentido do ponto de vista da sustentação da vida do trabalhador e de sua família.

A maior parte dos empreendimentos associativos está localizada nos espaços rurais, abrangendo atividades de beneficiamento ou comercialização coletiva da produção realizada por agricultores familiares. Já o trabalho individual ou familiar assume uma feição essencialmente urbana. Muitos desses empreendimentos populares escapam às estatísticas econômicas. A referência para a sua compreensão e análise, como indicado por Coraggio, não é a micro ou pequena empresa, mas a unidade do-

miciliar. Um censo econômico, por exemplo, não capta o trabalho de mulheres que, dentro de casa, produzem e vendem alimentos, produtos de limpeza ou confecções. Nessas circunstâncias, a visão convencional da economia tem pouca utilidade.

Diferentemente do que ensinam os manuais de administração e economia, os empreendimentos da economia dos setores populares não separam o dinheiro do negócio das despesas domésticas. Na gestão cotidiana do negócio, um trabalhador não separa o uso do açúcar comprado para fazer o alimento que produz para vender, do açúcar que usa no café da manhã dos filhos. O mesmo açúcar é, simultaneamente, um custo variável para o negócio e um bem de consumo para família. Da mesma forma, para muitos empreendimentos da economia dos setores populares, os bens de consumo duráveis representam instrumentos e meios de trabalho. É o caso, por exemplo, do fogão e da geladeira para muitas mulheres que, dentro de casa, produzem e vendem alimentos. Entretanto, essas trabalhadoras financiam a compra desses equipamentos pagando juros elevados em grandes redes varejistas. O pagamento de um empréstimo não depende apenas dos recursos do empreendimento em si, mas do conjunto do orçamento familiar. É provável que o empréstimo seja pago com outras rendas da família, da mesma forma que, no cotidiano, retiram-se recursos do empreendimento para as despesas da família.

No espaço da moradia, entrelaçam-se o trabalho para o autoconsumo e a produção mercantil de bens e serviços. É difícil entender as condições que “viabilizam” o funcionamento dos empreendimentos econômicos populares, desconsiderando a unidade doméstica, mesmo quando funcionam em outro local que não o da moradia. As condições de vida de cada unidade doméstica são influenciadas por diferentes modalidades de trabalho e de renda: trabalho assalariado com ou sem carteira, trabalho por conta própria (individual ou familiar), trabalho para o próprio consumo, trabalho não remunerado, trabalho associativo, pensão ou aposentadoria, programas de transferência de renda etc. Nem sempre é possível identificar qual a renda principal, na medida em que cada renda pode ser complementar de outra igualmente precária¹²⁴.

¹²⁴ Durham (1986) destaca a importância da família como elemento básico de organização do modo de vida das classes populares, sobretudo nas questões relacionadas ao consumo, que é essencialmente familiar, exigindo a reunião das contribuições de diferentes membros do grupo doméstico. A família aparece, assim, como unidade de rendimentos, de consumo e lugar da divisão sexual do trabalho.

Assim, considerar o domicílio como unidade básica de análise é essencial para a compreensão da dinâmica efetiva dos agentes da economia dos setores populares. Num estudo sobre as estratégias de sobrevivência num bairro pobre na cidade do Salvador, Ângela Vianna (1980) indica que não tomou o indivíduo, o trabalhador por conta própria, como unidade básica de estudos, mas o domicílio, isto é,

[...] uma ou mais pessoas, unidas ou não por laços de parentesco, mas que vivem com o mesmo orçamento doméstico, ou seja, que contribuem com o seu salário, seus rendimentos ou com o seu trabalho doméstico, para compor o montante das despesas comuns como alimentação, saúde, transporte, educação, etc. Ao se tomar o domicílio assim definido como unidade de pesquisa, pretendeu-se abranger certos tipos de atividades que não envolvem venda contratual de força de trabalho mas que atuam sobre o consumo familiar como forma de substituir gastos ou aumentar os rendimentos. Caso se tomasse o indivíduo como unidade de observação, perder-se-ia, para a análise, o conjunto das relações que efetivamente existem e se articulam entre os diferentes trabalhos individuais daqueles que integram um domicílio, sem as quais possivelmente a sobrevivência individual não encontraria os meios que inventa em comum (VIANNA, 1980, p. 186).

A produção mercantil de bens e serviços no âmbito da economia dos setores populares compõe o orçamento familiar, fornecendo recursos, monetários e não monetários, ao mesmo tempo em que se viabiliza, cobrindo os seus custos, com os demais recursos, monetários e não monetários, que compõem o orçamento familiar, ou, em outros termos, que integram o fundo do trabalho, tal como definido por Coraggio (2000). Investimento produtivo, receitas, custos e consumo familiar estão misturados e voltados para a garantia da reprodução familiar.

Os agricultores familiares, da mesma forma que os trabalhadores que integram a economia dos setores populares nos espaços urbanos, definem o uso dos recursos econômicos com critérios diferentes daqueles utilizados pelos empresários. Conforme demonstra Athayde (2012), se um empresário gasta com o plano de saúde da sua família, isso é um consumo que ele paga com retiradas que não se confundem com o orçamento da empresa. No orçamento das famílias de agricultores familiares, tudo é misturado. Athayde ilustra essa situação com o exemplo de uma família de agricultores que planejou comprar um motor elétrico, novo, para a produção de farinha. Essa família tinha três alternativas: i) comprar um motor novo; ii) mandar um dos filhos para estudar fora; e iii) custear um tratamento de saúde. Enquanto a empresa discute se vai fazer um investimento para usar mais energia a gás, óleo *diesel* ou elétrica, aquela família se pergunta: opera-

mos a mulher, mandamos o filho estudar fora, ou compramos um motor novo para a casa de farinha? Investimento e consumo estão sempre misturados. Esta realidade não é compreendida por modelos de contabilidade convencional, nem pela lógica do mercado ou do cálculo econômico convencional (ATHAYDE, 2012).

Os empreendimentos da economia dos setores populares não podem ser analisados e compreendidos tomando-se por referência os critérios de eficiência e planejamento típicos à empresa capitalista. Tradicionalmente, entretanto, o conhecimento existente, bem como os instrumentos de gestão, planos de negócio, análise de mercado e estudos de viabilidade reportam-se às características das empresas de médio ou grande porte, distanciando-se das realidades encontradas nos empreendimentos da economia dos setores populares¹²⁵.

Nos termos de Braudel (1985a), pode-se afirmar que os trabalhadores que ganham o sustento no âmbito dessa economia estão inseridos em pleno mundo do mercado e do cálculo econômico, por mais simples e modestos que sejam estes cálculos, mas excluídos de direitos que podem ser acessados por meio do trabalho assalariado (aposentadoria, seguro-desemprego, auxílio-doença, licença maternidade etc.). Além disso, não usufruem dos conhecimentos e serviços públicos de apoio e fomento, que, usualmente, têm por referência as empresas tradicionais (assistência técnica, crédito, qualificação, legislação etc.). Nestes termos, esses trabalhadores da economia dos setores populares têm acesso a direitos sociais universais como educação e saúde, e direitos econômicos e previdenciários restritos¹²⁶.

DIMENSÃO E PERFIL DA ECONOMIA DOS SETORES POPULARES

No item anterior, indicamos que a economia dos setores populares abrange o trabalho realizado de forma individual ou familiar e as diferentes modalidades de trabalho associativo, denominadas empreendimentos econômicos solidários, e possui uma lógica peculiar, marcada pela necessidade de prover e repor meios de vida, ancorada na utilização de recursos humanos próprios, englobando, portanto, unidades de trabalho e não de in-

¹²⁵ Sobre as condições de viabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos da economia dos setores populares ver Kraychete (2007, 2012 e 2015).

¹²⁶ Na última década, a política de valorização do salário mínimo e a extensão de programas sociais permitiram que as famílias desses trabalhadores obtivessem ganhos monetários e não monetários, com alterações positivas no orçamento familiar.

versão de capital. Com base nesta compreensão, busca-se, agora, identificar e analisar a dimensão dessa economia dos setores populares, considerando os empreendimentos associativos e as características da ocupação e o perfil dos trabalhadores que desenvolvem atividades de forma individual ou familiar nos espaços urbanos, aqui denominados trabalhadores da economia popular urbana.¹²⁷

As informações sobre os empreendimentos associativos da economia solidária têm por referência os mapeamentos realizados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES), com a participação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária,¹²⁸ tendo por base o Termo de Referência com objetivos, diretrizes, referenciais conceituais e metodológicos para implementação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária.¹²⁹

A inexistência, nas grandes bases de dados, de estatísticas especificamente construídas e apropriadas para se captar as especificidades do trabalho realizado de forma individual ou familiar nos espaços urbanos,¹³⁰ implicou uma adequação e utilização de informações contidas nas seguintes fontes: i) base de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domi-

¹²⁷ Embora, do ponto de vista conceitual adotado no presente estudo, os agricultores familiares integrem a economia dos setores populares, já existem estatísticas específicas que captam o perfil desses trabalhadores. O IBGE (2006), tomando por referência o conceito de “agricultura familiar”, já realizou uma delimitação estatística da mesma a partir das informações do Censo Agropecuário e existem inúmeros estudos sobre a agricultura familiar. O tratamento estatístico aqui apresentado, portanto, restringe-se aos trabalhadores da economia popular urbana, considerando também que, em 2015, a população ocupada urbana representava 84,2% do total da população ocupada .

¹²⁸ No final de 2003, a SENAES constituiu o Grupo de Trabalho de Estudos e Banco de Dados (ou GT do Mapeamento) que, a partir do consenso estabelecido sobre a definição dos empreendimentos econômicos solidários, elaborou um instrumento de pesquisa abrangendo as seguintes variáveis: identificação, abrangência e características gerais; tipificação e dimensionamento da atividade econômica; investimentos, acesso ao crédito e apoios; gestão do empreendimento; situação de trabalho no empreendimento e dimensão sociopolítica e ambiental. O trabalho de campo foi realizado durante o ano de 2005, e os seus resultados foram divulgados no primeiro semestre de 2006. Esse mapeamento foi refeito para o período 2009 – 2013, em 2.713 municípios brasileiros, e seus resultados podem ser acessados pelo site <http://ecosol.dieese.org.br>.

¹²⁹ O autor deste livro participou do Grupo de Trabalho e colaborou na elaboração final do Termo de Referência com os objetivos, diretrizes, referenciais conceituais e metodológicos para implementação do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Cf. MTE (2004).

¹³⁰ Rizek (2005, p. 59) observa que “[...] as categorias que aparecem nas diferentes bases de dados como construções sociais e simbólicas nem sempre (são as) mais adequadas para a apreensão das informações que procuramos”.

cílios (PNAD) realizada pelo IBGE; ii) base de microdados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) – Região Metropolitana de Salvador (RMS) realizada pela SEI e iii) informações complementares, que resultam de pesquisas diretas anteriormente realizadas em bairros populares da RMS¹³¹ Busca-se, assim, captar, de forma aproximada, as características das ocupações e do trabalho no âmbito da economia dos setores populares, com base num arranjo dessas bases de dados. O tratamento e a utilização desses dados, em consonância com a abordagem conceitual da economia dos setores populares, implica uma busca epistemológica que tenta dar conta das peculiaridades dessa economia¹³². A análise estatística, por sua vez, retroage sobre essa compreensão teórica, fornecendo elementos para o seu aperfeiçoamento, confirmando ou questionando hipóteses e suscitando novas questões concernentes à compreensão teórica do fenômeno em questão.

A economia popular urbana: o trabalho realizado de forma individual ou familiar

Para a delimitação do trabalhador da economia popular urbana, com base nos microdados da PNAD, tomou-se como recorte a definição da população urbana adotada pelo IBGE¹³³ e, com base nesta definição, delimitou-se a População Economicamente Ativa (PEA), a população ocupada por posição na ocupação e os desocupados para o Brasil Urbano e na Bahia Urbana. A partir desse recorte, delimitou-se para esses espaços o que a PNAD classifica como ocupado por conta própria, ou seja, “a pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de um trabalhador não remunerado”, e excluiu-se desse conjunto o segmento que agrupa os profissionais liberais, conforme as designações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO Domiciliar), utilizada pelo IBGE.¹³⁴

¹³¹ Pesquisa que coordenei, em 2001, para captar o perfil do trabalho realizado de forma individual ou familiar no âmbito da economia dos setores populares e informações sistematizadas pelo programa de apoio aos empreendimentos da economia popular urbana do Governo do estado da Bahia (2012).

¹³² Bourdieu (2010, p. 52) observa que as medidas e os instrumentos de medição implicam pressupostos teóricos e constituem *teorias em ato*. É necessário submeter à interrogação epistemológica todas as técnicas ou operações estatísticas.

¹³³ O IBGE considera como domicílios em situação urbana as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas.

¹³⁴ A descrição dos procedimentos utilizados encontra-se no Anexo Notas Metodológicas para a identificação do trabalhador da economia popular urbana a partir da base de microdados da PNAD – IBGE.

Para a identificação do trabalhador da economia popular urbana, a partir da base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS), tomou-se por referência o que essa pesquisa classifica como trabalhador *autônomo para o público*. Diferentemente do IBGE, a PED diferencia o trabalhador por conta própria ou autônomo, em autônomo para o público, autônomo para empresa e o profissional universitário autônomo¹³⁵. A PED-RMS considera como *autônomo para o público ocupado*:

[...] pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s), ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es) e, eventualmente, tem algum ajudante remunerado em períodos de maior volume de trabalho. O indivíduo classificado nessa categoria presta os seus serviços diretamente ao consumidor, sem ser o intermediário de uma empresa ou pessoa, tendo liberdade (autonomia) para organizar seu próprio trabalho e, portanto, para determinar sua jornada de trabalho, assim como para ter ou não ajudantes e/ou sócios”¹³⁶

Assim, para a identificação do trabalhador da economia popular urbana, a partir da PED-RMS, foi considerado o conjunto dos trabalhadores que se encontram nas seguintes situações: autônomos para o público e ocupados, desempregados com “bico” na situação de autônomos para o público¹³⁷; desempregados cuja última ocupação tenha sido autônomo para o público e inativos com trabalho ocasional na condição de autônomos para o público. A agregação dessas categorias permite uma quantificação mais precisa do conjunto dos trabalhadores que, ao longo do ano, exerceram atividades no âmbito da economia popular urbana. Para o cálculo da participação percentual dos trabalhadores da economia popular urbana assim delimitada, considerou-se como *População Economicamente Ativa (PEA) ampliada* a população formada pela PEA, tal como definida na PED-RMS (a parcela da População em Idade Ativa (PIA) que está ocupada ou desempregada), acrescida dos inativos com trabalho ocasional¹³⁸.

A metodologia da PED-RMS permite identificar as características pessoais (sexo, idade, escolaridade, raça ou cor, posição na família) desse

¹³⁵ Assim, diferentemente da base de dados do IBGE, não foi necessário excluir os profissionais liberais do total de trabalhadores por conta própria.

¹³⁶ Cf. Sistema PED. Metodologia utilizada <http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.html>.

¹³⁷ O mesmo que desemprego oculto pelo trabalho precário na situação de autônomo para o público, conforme definido pelo DIEESE.

¹³⁸ Ver, no Anexo, as notas metodológicas para a identificação do trabalhador da economia popular urbana a partir da base de microdados da PED-RMS.

conjunto de trabalhadores e a sua participação na PEA ampliada. Mas não permite, para esse mesmo conjunto, o cálculo das informações relacionadas às características da ocupação, ou seja, local de trabalho, horas trabalhadas, tempo de permanência no negócio, contribuição à previdência e rendimentos médios. Para esta caracterização, utilizamos os dados disponíveis para o *autônomo para o público ocupado*, que corresponde à maior parte do conjunto aqui definido como trabalhador da economia popular urbana.

As pesquisas diretas, realizadas nos bairros populares de Salvador, diferentemente da PNAD e da PED, captam a situação específica dos trabalhadores da economia popular urbana, que residem em áreas mais pobres da cidade, fornecendo algumas nuances do perfil desses trabalhadores e de suas condições peculiares de trabalho. A seguir, apresentamos a análise dos dados assim obtidos.

Qual a dimensão da economia dos setores populares nos espaços urbanos? Não é pequena. Os dados da PNAD (2015) sobre a estrutura ocupacional ilustram a magnitude e o caráter estrutural da economia popular urbana. Em 2015, a população ocupada no Brasil era de 95.380.483 pessoas. A população urbana ocupada era de 80.293.212, correspondendo a 84% do total da população ocupada. Os trabalhadores da economia popular urbana somavam 15.698.655, correspondendo, portanto, a 20% da população urbana ocupada. Na Bahia, esses trabalhadores representavam 26% da população ocupada no espaço urbano, somando 1.264.353 pessoas. Na RMS, os trabalhadores da economia popular urbana abrangiam mais de 400 mil pessoas, correspondendo a 21% da população ocupada.

Tabela 03 – População ocupada urbana e trabalhadores da economia popular urbana. Brasil, Bahia e RMS – 2015.

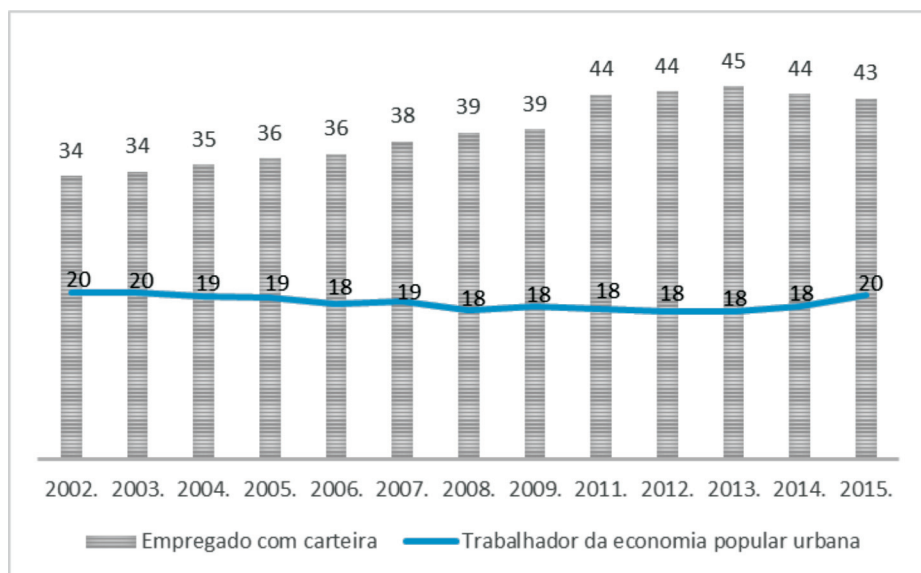
População ocupada	Brasil	Bahia	RMS
Total	95.380.483	6.742.120	1.888.464
Urbana	80.293.212	4.949.741	1.857.891
Trabalhador da economia popular urbana	15.698.655	1.264.353	401.139

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

Entre 2002 e 2015, ocorre uma forte elevação do emprego regular assalariado, que atinge o seu mais alto nível, após um movimento inverso

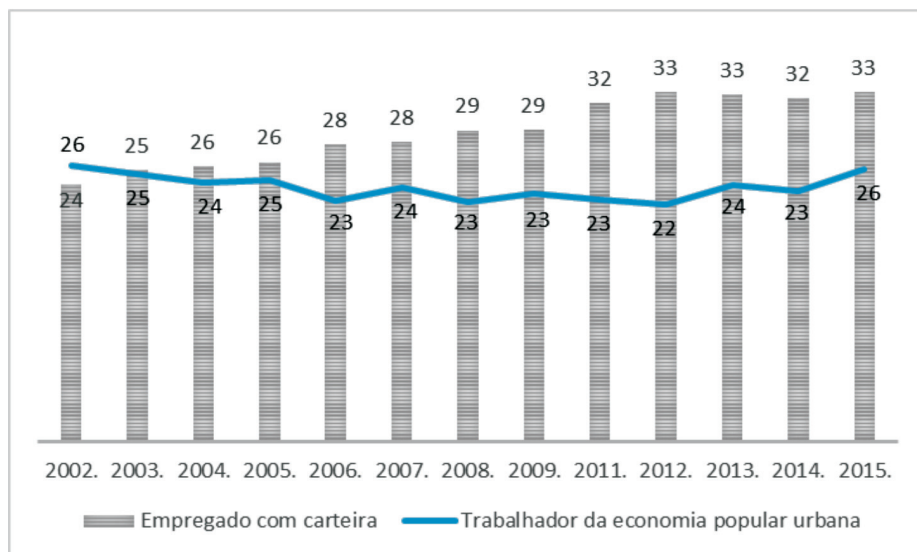
na década anterior. No Brasil urbano, os assalariados com carteira passam de 34% para o ponto máximo de 45% da população ocupada. Na Bahia, essa participação aumenta de 26% para 33% e, na RMS, de 34% para 45%. A contrapartida desse movimento é a redução dos assalariados sem carteira. Entretanto, os trabalhadores da economia popular urbana permanecem praticamente estáveis nesse mesmo período, em torno de 20% da população ocupada. O mesmo fenômeno ocorre no estado da Bahia e na RMS. Esta Região, entretanto, apresenta uma singularidade, contendo uma elevada taxa de desemprego, que sofre uma grande variação no período, sem que isso altere significativamente a participação dos trabalhadores da economia popular urbana. Em 1992, a taxa de desemprego na RMS atinge 11,8% da PEA, aumentado, em 2002, para 19,3%. Esse índice diminui, em 2015, para 14,2%, quando volta a assumir uma trajetória ascendente.

Gráfico 01 – Participação na população ocupada dos empregados com carteira e trabalhadores da economia popular urbana. Brasil urbano – 2002 a 2015. (Em %)



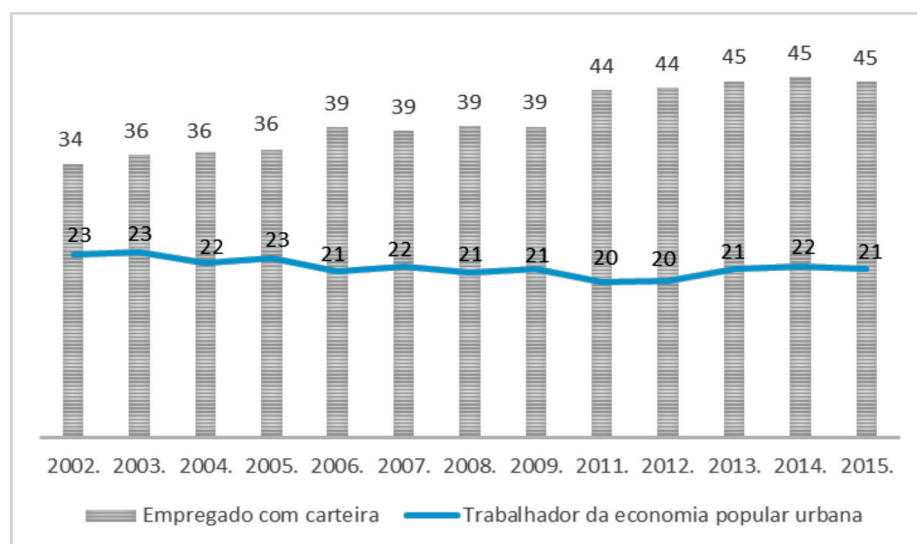
Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2002 a 2015. Elaboração própria.

Gráfico 02 – Participação na população ocupada dos empregados com carteira e trabalhadores da economia popular urbana. Bahia urbano – 2002 a 2015. (Em %)



Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2002 a 2015. Elaboração própria.

Gráfico 03 – Participação na população ocupada dos empregados com carteira e trabalhadores da economia popular urbana. RMS, 2002 – 2015. (Em %)



Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2002 – 2015. Elaboração própria.

Estes dados revelam o caráter mais permanente da economia popular urbana. Quase cinco décadas após as análises desenvolvimentistas, mantém-se, em termos relativos, o número de trabalhadores imersos num “circuito inferior” da economia do qual já falava Milton Santos (2004). A expansão capitalista, ao contrário do que acreditavam as análises mencionadas, na década de 1970, foi incapaz de superar esse contingente por meio da sua inclusão em relações de assalariamento. Não incluiu com o fim do trabalho escravo e com a República Velha. Não incluiu no ciclo industrial de 1930-1980. E não há razão para se acreditar que será diferente nos tempos que correm. Como indica Paul Singer,

[...] hoje está claro (para muitos de nós) que: a economia capitalista certamente não tende a empregar todos que precisam de emprego, talvez sequer a metade deles; que ao lado da economia capitalista, continuará existindo, no futuro previsível, uma vasta economia popular, composta por produtores individuais, familiares ou associados, além de cooperativas de produção coletiva, empreendimentos sem fins de lucro etc. (SINGER, 2004, p. 13).

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) para o ano de 2015, referentes ao número de carteiras de trabalho emitidas e o saldo de empregos formais na Bahia, revelam o contraste entre a expectativa dos trabalhadores e os limites estruturais para a incorporação da força de trabalho por meio do emprego regular assalariado. Em 2015, foram emitidas 372.294 novas carteiras de trabalho, mas houve uma redução de 76.090 postos de trabalho com empregos regulares.¹³⁹

A distribuição espacial das empresas e dos postos de trabalho socialmente protegidos permite captar, pelo ângulo da segregação espacial, a dimensão da economia popular urbana. Ângela Borges e Inaiá Carvalho (2012) identificam que sete Regiões Administrativas, abrangendo as áreas mais pobres, onde residiam, em 2010, 43,7% dos habitantes da cidade de Salvador, abrigavam apenas 15,6% dos empregos formais do município. Para efeito deste estudo cabe destacar que, nessas áreas mais densamente povoadas e desprovidas de empregos socialmente protegidos, a reprodução da vida de milhares de famílias ocorre fora das normas da sociedade salarial, por meio de uma economia popular urbana. Nestes bairros, por exemplo, um censo econômico não capta o trabalho realizado por uma mulher que, dentro de casa, produz e vende alimentos ou possui um salão de beleza,

¹³⁹ Cf. Boletim Anual do CAGED, sistematizado pela SEI (2017).

tendo por clientes moradores da própria localidade, como busca ilustrar a situação-tipo 1, descrita no capítulo 1.

Por sua magnitude e caráter estrutural, a existência dessas formas de trabalho já não pode ser explicada como um fenômeno residual, transitório, ou como um subproduto de um período de crise a ser superado pelo crescimento econômico. São modalidades de trabalho que permaneceram nas fimbrias das relações sociais. Antes, porque ainda não haviam sido integradas à expansão das relações de assalariamento e, agora, porque se reproduzem com a própria expansão dos setores modernos, ou apesar desta expansão. A sua permanência não se define pela condição de reserva ou desempregados para o capital, mas expressa uma matriz de desigualdade e pobreza que se reproduz ao longo da história¹⁴⁰ (DELGADO, 2004). É algo que vem das entranhas, dos “sertões” da nossa formação histórica. Como no dizer de Guimarães Rosa “Sertão é isso: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados; sertão é quando menos se espera.”. Trata-se de um contingente permanente, que vem se recriando para além das conjunturas de crise ou de expansão da economia.

Um perfil a partir das informações da PNAD¹⁴¹

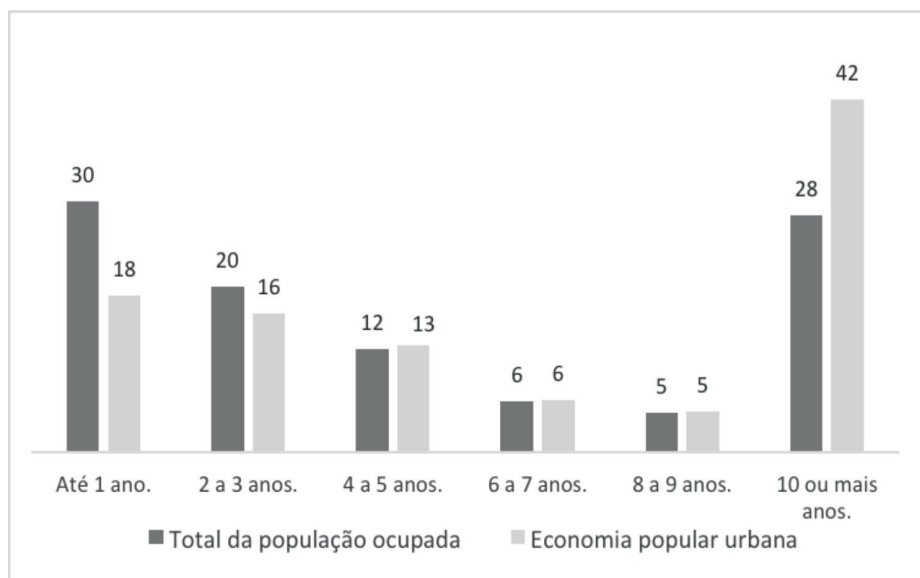
Diferentemente do que sugere o senso comum, as atividades realizadas pelos trabalhadores da economia popular urbana não são eventuais, passageiras ou circunstanciais, mas atividades permanentes. Os dados para o Brasil e para a Bahia revelam que mais de 50% dos trabalhadores da economia popular urbana exercem a mesma atividade há mais de 6 anos e cerca de 40% há mais de 10 anos, percentual bem superior ao tempo de

¹⁴⁰ Inspiro-me, aqui, na análise de Delgado (2004) sobre a natureza de um setor de subsistência, entendido como o conjunto das atividades econômicas e relações de trabalho não reguladas pelo contrato monetário de trabalho e sem ter por objetivo primordial a produção de mercadorias, que perpassa a economia colonial, a transição para o trabalho livre e se reproduz com a industrialização e urbanização pós 1930. Nas cidades, com características próprias em relação à economia de subsistência rural, também se reproduz um grande contingente de trabalhadores não integrado ao contrato assalariado.

¹⁴¹ Ver Anexo – Notas metodológicas para a identificação do trabalhador da economia popular urbana a partir da base de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD – IBGE). Enfatiza-se, nesse item, a descrição e análise dos dados referentes à RMS. Todas as tabelas com as informações para o Brasil, Bahia e RMS, que embasam as análises aqui contidas, encontram-se no Anexo, deste livro.

permanência no trabalho principal, apresentado pelo conjunto da população ocupada, revelando o caráter mais estrutural do segmento.¹⁴²

Gráfico 04 – Trabalhadores da economia popular urbana e total da população ocupada por tempo de permanência no trabalho principal*. Brasil – 2015. (Em %)

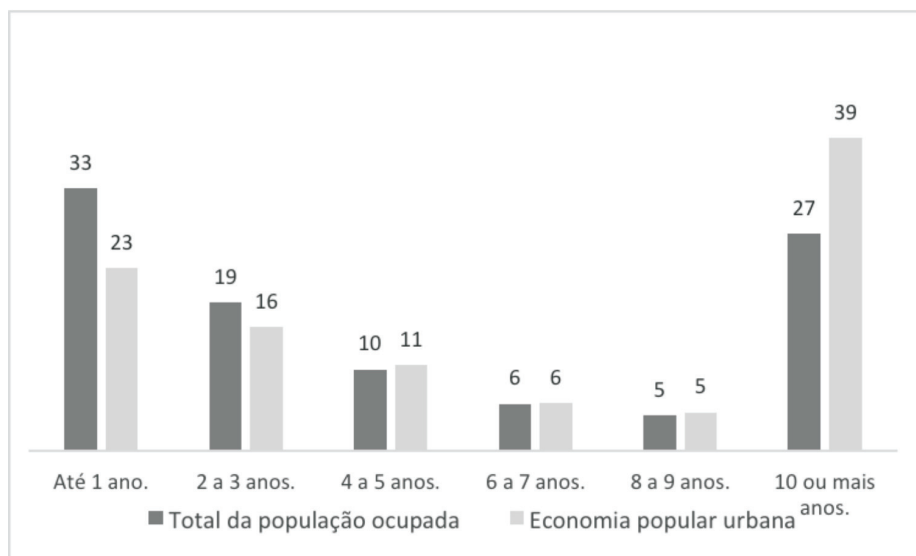


Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

*Exclui as atividades agrícolas

¹⁴² Observe-se que esses dados diferem da situação das microempresas que, conforme dados do SEBRAE (2016), metade não consegue ultrapassar os dois primeiros anos de existência.

Gráfico 05 – Trabalhadores da economia popular urbana e total da população ocupada, por tempo de permanência no trabalho principal.* Bahia, 2015. (Em %)

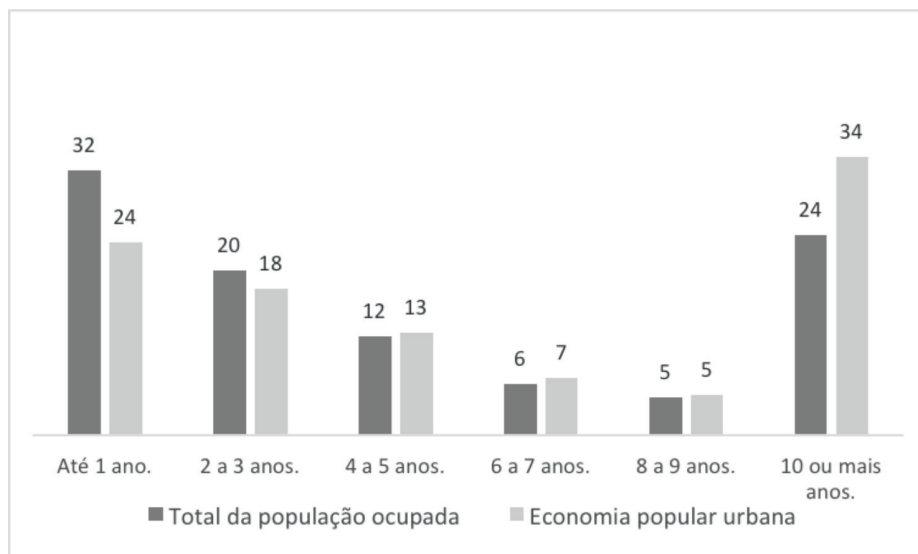


Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

*Exclui as atividades agrícolas.

Na RMS, 45% dos trabalhadores da economia popular urbana exercem a mesma atividade há mais de 6 anos. O que espanta não é o fato de uma mulher que vende “geladinho” auferir uma renda mensal que mal corresponde ao valor da cesta básica, mas o fato de, talvez por falta de alternativas, exercer a mesma atividade há mais de 5 anos em condições de trabalho marcadas pela incerteza, vulnerabilidade e privação de bens e direitos.

Gráfico 06 – Trabalhadores da economia popular urbana e total da população ocupada por tempo de permanência no trabalho principal.* RMS – 2015. (Em %)



Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

*Exclui as atividades agrícolas.

Quando comparados com o conjunto da população ocupada, os trabalhadores da economia popular urbana concentram-se nos estratos inferiores de renda. No Brasil, cerca de 36% desses trabalhadores estão situados na faixa de renda de, no máximo, até um salário mínimo. Para o conjunto dos trabalhadores ocupados, esse percentual é de 26%, evidenciando o baixo rendimento dos trabalhadores da economia popular urbana e o nível rebaixado das condições de reprodução dessas famílias. O estado da Bahia apresenta uma estrutura de concentração da renda bem mais acentuada: cerca de 24% dos trabalhadores da economia popular urbana possuem uma renda de, no máximo, até meio salário-mínimo e 56% possuem uma renda de, no máximo, até um salário-mínimo. Na RMS, essa disparidade é mais acentuada, ou seja, 22% dos trabalhadores da economia popular urbana situam-se no estrato de renda de até meio salário, percentual bem acima do verificado para o conjunto da população ocupada, de 9,6% (Tabelas 34, 35 e 36 – Anexo). Na RMS, a renda média do trabalhador da economia popular urbana, em 2015, corresponde a 67% da renda média do

conjunto da população ocupada. Essa renda é inferior, inclusive, à renda média do assalariado sem carteira (Tabela 5).

Existe uma diferença acentuada na renda média dos trabalhadores da economia popular urbana que contribuem para a previdência e dos não contribuintes. Na RMS, o rendimento dos não contribuintes, em 2015, correspondia a apenas 53% da média dos contribuintes. Entretanto, a participação dos contribuintes correspondia, em 2015, apenas a 18,5% do total de trabalhadores da economia popular urbana na RMS. Em 2008, esse percentual era de apenas 8,5%, aumentando a partir de 2009, provavelmente como um reflexo da entrada em operação do programa em apoio ao Microempreendedor Individual (MEI) (Tabelas 4 e 5).

Tabela 04 – Trabalhador da economia popular urbana por contribuição para a Previdência Social. RMS, 2008 – 2015.

Categoria	2008		2015	
	Número	%	Número	%
Trabalhador economia popular urbana	367.528	100,0	401.139	100,0
Contribuinte	31.546	8,5	74.251	18,5
Não contribuinte	335.982	91,5	326.888	81,5

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2008 e 2015. Elaboração própria.

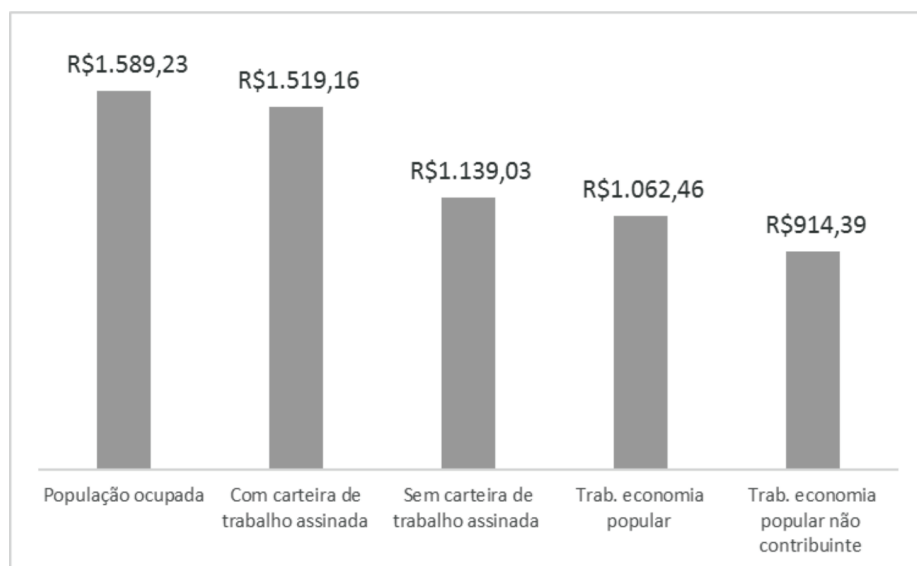
Tabela 05 – Renda média de categorias selecionadas. RMS – 2015.

Categorias	Rendimento médio		
	2008	2015	Varição
	R\$	R\$	(%)
População ocupada	937,56	1.589,23	69,5%
Com carteira de trabalho assinada	1.007,10	1.519,16	50,8%
Sem carteira de trabalho assinada	640,33	1.139,03	77,9%
Trab. Economia popular	570,11	1.062,46	86,4%
Contribuinte	1.261,46	1.711,64	35,7%
Não contribuinte	504,40	914,39	81,3%

Fonte: Microdados PNAD IBGE –2008 e 2015. Elaboração própria.

Se o aumento dos contribuintes reflete o processo de formalização obtido com o MEI, deve-se observar que, em 2008, os contribuintes já possuíam um rendimento médio mais de duas vezes superior em relação aos não contribuintes. Em outros termos, a renda maior não resulta do processo de formalização, mas ocorre o inverso, ou seja, quem se formaliza são aqueles que já possuíam uma renda média maior. Cabe observar, entretanto, que, no período de 2008 a 2015, a renda média dos não contribuintes cresceu 81%, proporção bem maior do que a verificada para os demais trabalhadores. Esse dado sugere que, embora o trabalhador da economia popular urbana tenha uma presença que sofre pouca variação na estrutura ocupacional, a sua renda não é imune e responde positivamente a uma conjuntura de crescimento econômico, a exemplo do que ocorreu neste período. Entretanto, este ganho não deve eclipsar o fato de que, em 2015, a renda média dos 326 mil trabalhadores da economia popular urbana não contribuintes, era inferior à renda média dos assalariados sem carteira e correspondia a apenas 57% da renda média do total dos ocupados na RMS.

Gráfico 7 – Renda média de categorias selecionadas. RMS – 2015.



Fonte: Microdados PNAD IBGE – 2015. Elaboração própria.

Na RMS, os trabalhadores da economia popular urbana concentram-se nas atividades de serviços (33,4%), comércio e reparação (29,4%) e indústria da construção (23,7%).¹⁴³

Tabela 06 – Trabalhador da economia popular urbana por ramo de atividade. RMS – 2015.

Ramo de atividade	%
Indústria de transformação	9,6
Construção	23,7
Comércio e reparação	29,4
Alojamento e alimentação	10,6
Transporte, armazenagem e comunicação	9,3
Educação, saúde e serviços sociais	2,3
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	11,3
Outras atividades e atividades mal definida	3,9
Total	100,0

Fonte: Microdados PNAD IBGE – 2015. Elaboração própria.

Agregando os trabalhadores da economia popular urbana conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO Domiciliar), utilizada pelo IBGE, é possível ter uma percepção aproximada dos ofícios exercidos pelos trabalhadores da economia popular urbana. O quadro abaixo indica as ocupações que correspondem a 80% do total. Os demais 20% estão pulverizados em mais de 60 tipos de ofícios realizados por esses trabalhadores. Cerca de 45% dos ocupados são trabalhadores dos serviços e no seu próprio comércio, em locais fixos, de casa em casa, ou como ambulantes, em serviços de alimentação e de higiene e beleza.

¹⁴³ Deve-se lembrar, entretanto, que os dados da PNAD não permitem distinguir, entre esses trabalhadores, os que prestam serviços diretamente para o público daqueles que prestam serviço para as empresas.

Tabela 07 – Economia popular urbana por Classificação Brasileira de Ocupações. RMS – 2015.

Grupos	%
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	44,9
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	12,3
Trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento	8,8
Vendedores ambulantes	8,7
Garçons, barman e copeiros	5,1
Vendedores em domicílio	4,8
Cozinheiros	2
Vendedores em quiosques e barracas	1,8
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais – indústria extrativa e da construção civil	29,0
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	10,5
Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular)	5,1
Ajudantes de obras civis	4,5
Pintores de obras e revestidores de interiores	3,8
Operadores de máquinas de costura de roupas	2,9
Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)	2,3
Outas ocupações	7,3
Pescadores e caçadores	2,9
Padeiros, confeitadores e afins e operadores na fab. de pães, massas e doces	1,9
Mecânicos de manutenção de veículos automotores	1,3
Instrutores e professores de escolas	1,2

Fonte: Microdados PNAD IBGE 2015. Elaboração própria.

Na RMS, 55% dos trabalhadores da economia popular urbana possuem uma jornada de trabalho superior a 40 horas semanais. Para o conjunto da população ocupada, esse percentual é de 71%. Esses dados reforçam a ideia de que as atividades realizadas pelas pessoas, no âmbito da economia popular urbana, constituem-se num meio essencial para a sustentação de suas vidas. Não se trata de trabalhos fortuitos, realizados nas

horas vagas. Mas esses dados também revelam a precariedade das ocupações, as horas de não trabalho por falta de opções ou uma jornada mais prolongada pela necessidade de aumentar a renda diante de ganhos reduzidos.

Tabela 08 – Horas semanais trabalhadas por categorias selecionadas. RMS – 2015. (Em %)

Categorias	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 ou mais	Total
População ocupada	5,3	24,3	49,8	20,6	100,0
Empregado com carteira	1,7	13	65,2	20,1	100,0
Empregado sem carteira	6,4	36,7	36,6	20,3	100,0
Trab. economia popular urbana	10,1	34,9	31,4	23,6	100,0

Fonte: Microdados PNAD IBGE – 2015. Elaboração própria.

Considerando o conjunto dos trabalhadores da economia popular urbana na RMS, 21% têm por local de trabalho o próprio domicílio. No caso das mulheres, entretanto, esse percentual é o dobro. Estes dados são semelhantes para o Brasil e para a Bahia urbanos.

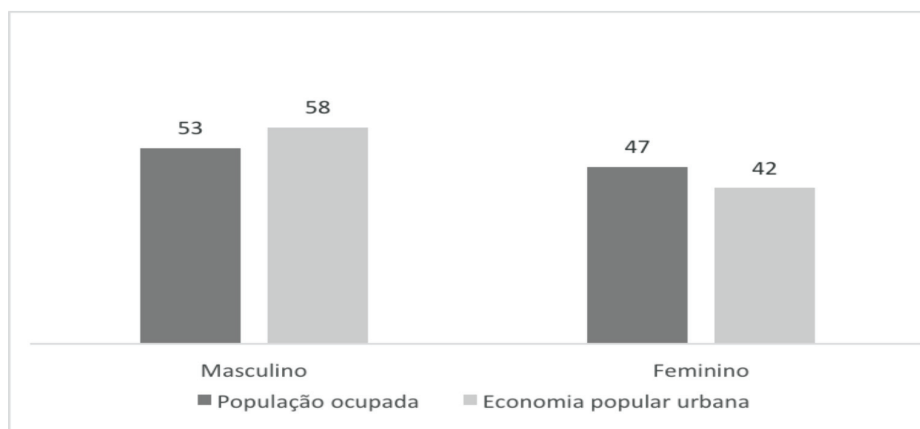
Tabela 09 – Trabalhador da economia popular urbana por local de trabalho, segundo o sexo. RMS – 2015. (Em %)

Local de trabalho	Total %	Homens %	Mulheres %
Loja, oficina, fábrica, escritório, escola, repartição pública, galpão etc.	21,4	21,9	20,6
Fazenda, sítio, granja, chácara etc.	0,8	1,2	0,4
No próprio domicílio	20,9	5,3	42,5
Em domicílio de empregador, patrão, sócio ou freguês	2,0	0,4	4,2
Em local designado pelo empregador, cliente ou freguês	33,6	44,2	18,8
Em veículo automotor	7,7	12,5	1,0
Via ou área pública	12,5	13,8	10,6
Outro	1,2	0,7	1,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados PNAD IBGE – 2015. Elaboração própria.

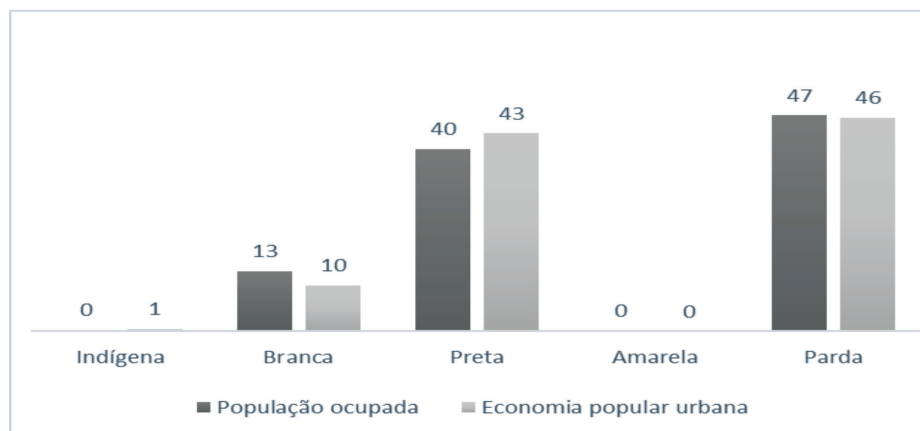
No que se refere às características pessoais, as mulheres representam, na RMS, 42% dos trabalhadores da economia popular urbana. Para o conjunto da população ocupada, esse percentual é de 47%. Pretos e pardos representam 89% dos trabalhadores da economia popular urbana, percentual semelhante ao apresentado para o conjunto da população ocupada nessa região. Para o Brasil urbano, esse percentual é de 51,4%.

Gráfico 8 – Trabalhador da economia popular urbana, segundo o gênero. RMS – 2015. (Em %)



Fonte: Microdados PNAD IBGE – 2015. Elaboração própria.

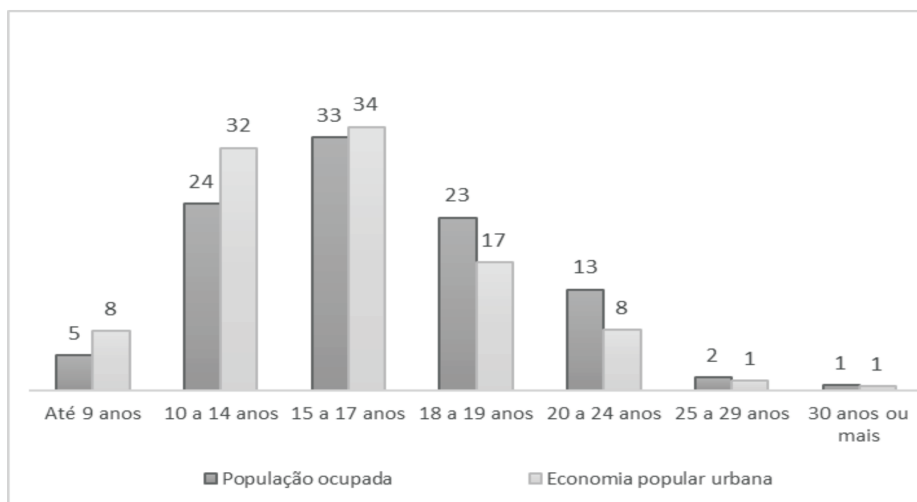
Gráfico 09 – Trabalhador da economia popular urbana segundo a cor. RMS – 2015. (Em %)



Fonte: Microdados PNAD IBGE – 2015. Elaboração própria

É grande o número de trabalhadores por conta própria que começou a trabalhar ainda criança: na RMS, 40% começaram a trabalhar com 14 anos ou menos de idade, percentual bem superior ao apresentado pelo conjunto da população ocupada (29%).

Gráfico 10 – Trabalhador da economia popular urbana segundo a idade que começou a trabalhar. RMS – 2015. (Em %)



Fonte: Microdados PNAD IBGE – 2015. Elaboração própria.

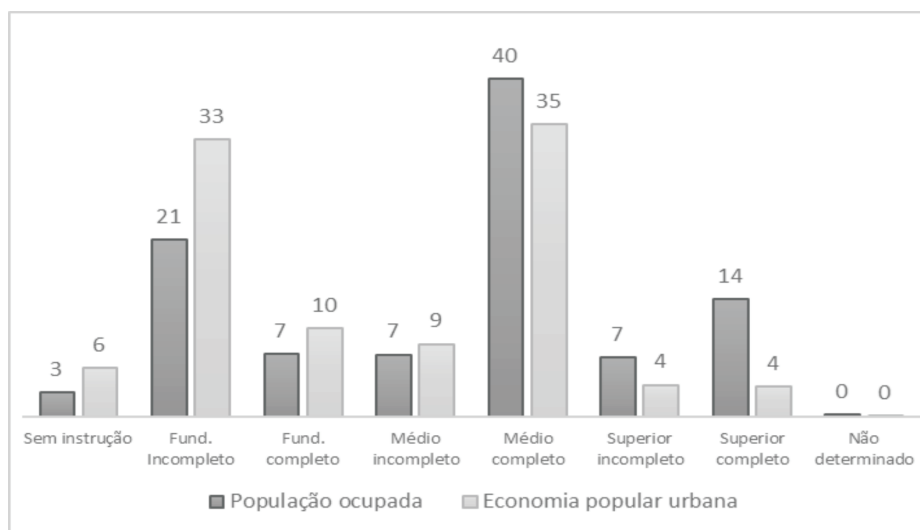
Ao contrário do que usualmente se supõe, a maior parte dos trabalhadores da economia popular urbana situa-se em faixas etárias mais avançadas. Na RMS, mais da metade desses trabalhadores situam-se na faixa etária de 30 a 49 anos de idade, e 32% possuem mais de 50 anos de idade. Ou seja, mais de 80% dos trabalhadores da economia popular urbana possuem mais de 30 anos de idade, evidenciando que não se trata de um trabalho tópic ou circunstancial para a reprodução da força de trabalho, realizado por quem ainda é jovem, enquanto aguarda a oportunidade de se inserir no mercado de trabalho como assalariado. São trabalhadores que se encontram numa faixa de idade superior ao conjunto da população ocupada. Observe-se que apenas 15% dos assalariados com carteira têm mais de 60 anos de idade. Ou seja, os trabalhadores da economia popular urbana começam a trabalhar desde muito jovens e trabalham até uma idade mais avançada, pois, em sua maior parte, não recolhem para a Previdência Social, e não dispõem do direito de optar pela aposentadoria.

Tabela 10 – Trabalhadores da economia popular urbana por categorias selecionadas, conforme faixa de idade. RMS – 2015. (Em %)

Categorias	Faixa de Idade em anos para categorias selecionadas							Total
	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 49	50 a 59	60 ou mais	
População ocupada	0,3	1,6	11,8	11,5	52,8	16,6	5,5	100,0
Empregado com carteira	0,0	0,3	12,7	15,6	56,1	12,9	2,4	100,0
Empregado sem carteira	1,2	7,0	28,3	14,4	37,4	8,1	3,6	100,0
Trab. economia popular urbana	0,4	1,4	7,3	7,5	51,8	21,9	9,6	100,0

Fonte: Microdados PNAD IBGE – 2015. Elaboração própria.

O grau de escolaridade dos trabalhadores da economia popular urbana é bem inferior ao apresentado pelo conjunto da população ocupada. Na RMS, 49% possuíam, no máximo, o ensino fundamental. O baixo grau de escolaridade, somado à faixa etária desses trabalhadores, indica que, em sua maior parte, apresentam uma chance muito reduzida de serem absorvidos pelo emprego regular assalariado.

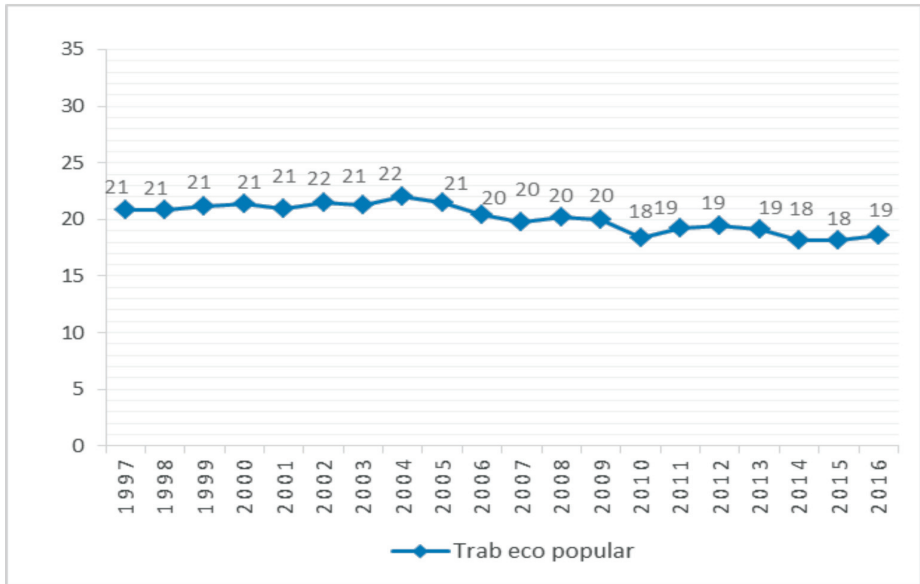
Gráfico 11 – Trabalhadores da economia popular urbana e população ocupada por grau de escolaridade. RMS – 2015. (Em %)

Fonte: Microdados PNAD IBGE – 2015. Elaboração própria.

Uma aproximação a partir dos dados da PED

Os dados da PED para a Região Metropolitana de Salvador (RMS), embora com metodologia distinta, convergem com os resultados da PNAD, revelando a natureza mais permanente da participação do trabalhador da economia popular no total da população em atividade econômica. Em diferentes conjunturas, essa participação permanece em torno de 20%, contrastando com a grande variação dos assalariados com carteira. Entre os anos 2000 e 2014, o total da população ocupada teve um aumento de 40%, mas o número de assalariados com carteira assinada mais do que dobrou, com um aumento de 119%, começando a declinar a partir de 2015.

Gráfico 12 – Participação dos trabalhadores da economia popular urbana* na PEA ampliada.** RMS 1997 – 2017. (Em %)



Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.
Cálculos: SEI.

*Autônomos para o público ocupados + trabalhadores com “bico” na situação de autônomos para o público + desempregados cuja última ocupação tenha sido autônomo para o público + inativos com trabalho ocasional na condição de autônomos para o público

**Equivale à soma da PEA acrescida dos Inativos com trabalho ocasional.

Em relação às características pessoais, os dados da PED-RMS revelam que o trabalhador da economia popular urbana é predominantemente

negro (92,8%) e masculino (65%), mas com uma participação expressiva das mulheres. Possui um grau de escolaridade inferior ao da média da população em atividade econômica (cerca de 48% possuem, no máximo, o primeiro grau completo), 54% possuem mais de 40 anos de idade e 63,4% são chefes de família, percentual bem acima do verificado para o conjunto da PEA ampliada (47,9%), sugerindo a relevância dessa modalidade de trabalho para a sustentação da vida do trabalhador e de sua família.

Tabela 11 – Características pessoais dos trabalhadores da economia popular urbana e da PEA ampliada. RMS – 2016. (Em %)

Características Pessoais	Trabalhador da economia popular urbana*	PEA Ampliada**
Raça ou cor		
Não negra	7,2	7,3
Negra	92,8	92,7
Sexo		
Masculino	65,1	51,6
Feminino	34,9	48,4
Idade		
10 a 17	(1)	1,9
18 a 24	8,7	15,8
25 a 39	37	41,8
40 a 59	45,4	36,6
60 e mais	8,1	3,9
Posição na Família		
Chefe	63,1	47,9
Cônjuge	17,6	21,3
Filho	14,5	24,7
Outros	4,8	6,1
Escolaridade		
Sem escolaridade	2,5	1
1º Grau incompleto	31,1	16,7
1º Grau completo	14,6	9,7
2º Grau incompleto	7,4	7,4

2º Grau completo	39,7	48
3º Grau incompleto	(1)	5,4
3º Grau completo	2,7	11,8

Fonte: PED RMS – SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos: SEI.

(1) A amostra não comporta abertura nesse nível

*Autônomos para o público ocupados + trabalhadores com “bico” na situação de autônomos para o público + desempregados cuja última ocupação tenha sido autônomo para o público + inativos com trabalho ocasional na condição de autônomos para o público

**Equivale à soma da PEA acrescida dos Inativos com trabalho ocasional.

Como os dados da PED RMS não permitem a caracterização do trabalho para o conjunto aqui definido como trabalhadores da economia popular urbana, buscou-se uma identificação aproximada das características do trabalho realizado por estas pessoas, considerando os dados referentes ao *autônomo para o público ocupado*, categoria que correspondia, no ano de 2016, a 70% do conjunto do trabalhador da economia popular urbana, tal como aqui definido. Esse exercício empírico é útil, na medida em que permite complementar uma caracterização aproximada dos trabalhadores da economia popular para além das informações possíveis de serem captadas pela PNAD, vistas no item anterior.

A participação dos autônomos para o público em relação ao total de autônomos aumenta continuamente a partir dos anos 2000, passando de 80,3% para 93,4%, com a correspondente diminuição dos autônomos para empresa. Ao desagregar os autônomos em autônomos para o público e para empresa, os dados da PED permitem uma identificação mais aproximada do que a PNAD do tipo ocupação dos trabalhadores da economia popular urbana. Segundo os dados da PED, os trabalhos classificados como baleiros, bilheteiros, doceiros no comércio, feirantes, fruteiros, leiteiros, outras ocupações no comércio ambulante, peixeiros, quitandeiros, sorveteiros e tripeiros, correspondem a 14% do total das ocupações dos autônomos para o público; estucadores e pedreiros (12,3%); motoristas e operadores de máquinas de construção civil (9,9%) e barbeiros, cabeleireiros, manicuros e pedicuros, maquiadores, depiladores e esteticistas (8,5%).

Tabela 12 – Principais ocupações dos trabalhadores autônomos para o público. RMS – 2016. (Em %)

Ocupações	Autônomo para público
Baleiros, Bilheteiros, Doceiros no comércio, Feirantes, Fruteiros, Leiteiros, Outras ocupações no comércio ambulante, Peixeiros, Quitandeiros, Sorveteiros e Tripeiros	14,5
Estucadores e Pedreiros	12,3
Motoristas, Operadores de máq. de constr. civil e tratoristas, exclusive na agropecuária	9,9
Barbeiros, Cabeleireiros, Manicuros e pedicuros, Maquiadores, depiladores e esteticistas	8,5
Vendedores, Vendedores de jornais e revistas	5,9
Cozinheiros	5,6
Atendentes de bar e lanchonete, Copeiros e Garçons	5,1
Serventes de pedreiro, Trabalhadores braçais, sem especificações, Trabalhadores de conservação de ferrovias, e rodovias	5,1
Subtotal	67
Total	100,0

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, DIEESE, SEADE, MTE/FAT. Cálculos: SEI.

Cerca de 81% dos *autônomos para o público ocupados* trabalham sozinho e 19% com familiares ou sócios. A maior parte dispõe, essencialmente, da sua própria força de trabalho, com pouco ou nenhum investimento em instalações ou equipamentos. Os que não dispõem de instalações e equipamentos ou trabalham na própria residência, em cômodos adaptados ou não, são os que apresentam uma jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais, correspondendo a cerca de 61% dos autônomos para o público, refletindo uma maior improvisação das condições de trabalho, ou o trabalho improvisado como uma característica permanente dessas ocupações.

Tabela 13 – Local de funcionamento do negócio dos ocupados como autônomos para o público e jornada semanal de trabalho segundo o local de funcionamento. RMS – 2016.

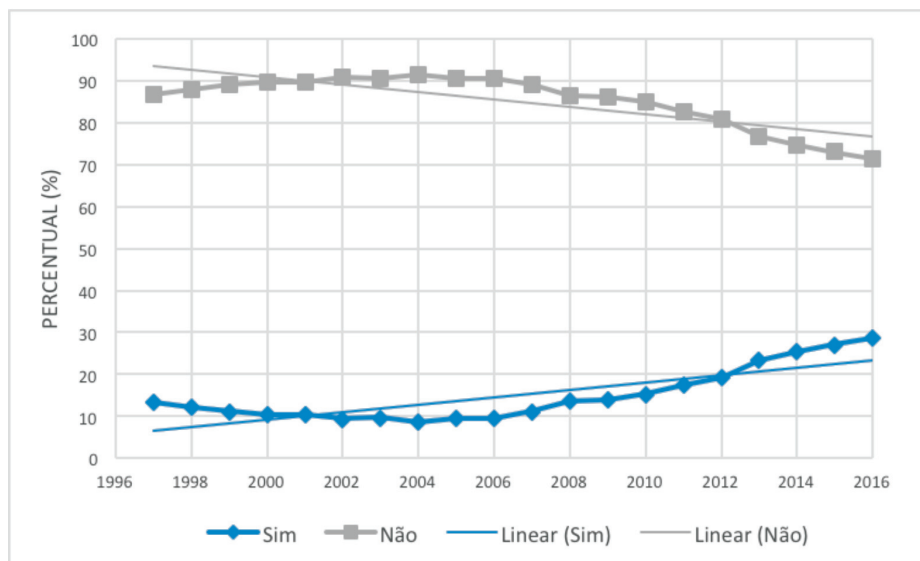
Local de funcionamento	%	Horas trabalhadas
Na residência em cômodo adaptado	7,3	37,6
Na residência em cômodo não adaptado	9,6	31,5
Fora da residência em prédio, casa, sala ou galpão	21,1	46,4
Fora da residência em barraca ou banca	6,2	42,9
Sem instalações fixas, em equipamento automotivo (1)	11,4	47,2
Sem instalações fixas com algum equipamento	40,9	34,8
Sem instalações e sem equipamentos	3,4	28,6
Total	100	–

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, DIEESE, SEADE, MTE/FAT. Cálculos: SEI. (1) Em táxi, caminhão, kombi ou barco.

O tempo médio de permanência no negócio do autônomo para o público que trabalha sozinho é de 6,3 anos e do que trabalha com familiares ou sócios é de 5,6 anos, indicando o caráter duradouro dessa modalidade de trabalho.

Em 2016, cerca de 28,5% dos autônomos para o público contribuíam para a previdência. Em 2008, esse percentual era de 13,6% (Gráfico 13). A ampliação dessa cobertura coincide com a entrada em operação do MEI. A média de horas semanais trabalhadas dos que contribuem para a previdência era de 41,6 horas e dos não contribuintes era de 37,8 horas (Tabela 14). Cabe observar que, em 2008, os contribuintes já possuíam uma jornada de trabalho maior. É possível supor que a menor jornada dos não contribuintes reflete uma situação de maior incerteza e vulnerabilidade e a ausência de opções de trabalho, restringindo a possibilidade de acesso a direitos permitidos pela contribuição social.

Gráfico 13 – Contribuição à Previdência Social dos ocupados como autônomos para o público. RMS – 1997 – 2016.



Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, DIEESE, SEADE, MTE/FAT. Cálculos: SEI

Tabela 14 – Média da jornada de trabalho dos autônomos para o público por contribuição à Previdência Social. RMS – 1997 a 2016. (Em %).

Ano	Jornada de trabalho – Horas		
	Contribuintes	Não Contribuintes	Total
1997	48,6	37,2	38,7
1998	49,1	37,4	38,8
1999	49,1	38,7	39,9
2000	48,6	38,7	39,7
2001	47,1	38,9	39,7
2002	45,9	38,5	39,2
2003	47,1	37,4	38,3
2004	50	37,9	38,9
2005	46,5	39	39,7
2006	43,6	39,3	39,7
2007	46,7	37,8	38,8
2008	44,3	37,4	38,4
2009	45,9	37,5	38,6
2010	45,3	37,6	38,8
2011	43,1	38	38,9
2012	43,2	38,3	39,2
2013	43,4	38,1	39,3
2014	42,6	38,4	39,5
2015	43,2	37,8	39,2
2016	41,6	37,8	38,9

Fonte: PED-RMS. Convênio SEI, SETRE, DIEESE, SEADE, MTE/FAT. Cálculos: SEI.

O rendimento médio dos autônomos para o público é inferior ao rendimento médio do total dos ocupados e corresponde a 75% do rendimento do assalariado com carteira.

Tabela 15 – Rendimento médio real dos ocupados segundo a posição na ocupação (1) (2). RMS – 2016. (Em reais de novembro de 2017).

Posição na ocupação	MédiaR\$
Total dos Ocupados	1.420,00
Assalariados (3)	1.511,00
Setor Privado	1.352,00
Com Carteira Assinada	1.426,00
Sem Carteira Assinada	827,00
Setor Público	2.838,00
Autônomos	1.107,00
Para o Público	1.079,00
Para Empresas	1.504,00
Domésticos	835,00
Mensalistas	888,00
Diaristas	656,00
Outros	3.149,00

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, DIEESE, SEADE, MTE/FAT. Cálculos: SEI.

(1) Inflator utilizado: IPC – SEI.

(2) Incluem os ocupados que não tiveram remuneração no mês e excluem os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Incluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Informações complementares com base em pesquisa direta

Os dados que seguem resultam de uma pesquisa primária realizada em março de 2001, para captar o perfil do trabalho realizado de forma individual ou familiar no âmbito da economia dos setores populares, nos bairros mais densamente povoados da Península de Itapagipe¹⁴⁴, promovida pela Comissão de Articulação dos Moradores da Península de Itapagipe

¹⁴⁴ A Península de Itapagipe engloba 14 bairros de Salvador, com uma população de aproximadamente 159.000 habitantes. Num universo de 9.152 domicílios, foi selecionada uma amostra de 1.453 domicílios proporcionalmente distribuída nas seguintes subáreas: Uruguai, Mangueira, Jardim Cruzeiro, Baixa do Petróleo e Área da Mudança (cf. KRAYCHETE, 2002).

(CAMMPI)¹⁴⁵, e da sistematização das informações sobre 1.520 empreendimentos individuais ou familiares atendidos pelas Unidades de Inclusão Socio Produtiva (UNIS) no âmbito do Programa Vida Melhor Urbano (PVMU) no ano de 2012, implementado pelo Governo do estado da Bahia, que teve por referência a abordagem teórica e prática que proponho para análise da economia dos setores populares.¹⁴⁶

Esses dados, diferentemente da PNAD e da PED, captam a situação específica dos trabalhadores da economia popular urbana que residem em áreas mais pobres da cidade. Ou seja, na ausência de uma base estatística apropriada, esses dados fornecem algumas nuances do perfil desses trabalhadores e de suas condições peculiares de trabalho. No caso dos dados referentes às UNIS, pela própria característica do programa, que privilegia o atendimento às mulheres, eles captam, essencialmente, a situação do trabalho feminino no âmbito da economia popular urbana. As mulheres representam cerca de 86% dos trabalhadores que compõem a base de dados das UNIS (cf. PVMU, 2014).

Os dados da pesquisa de campo na Península de Itapagipe também revelam uma predominância do trabalho feminino (64%), sugerindo que, talvez, esta seja uma característica dos segmentos mais pobres dos trabalhadores dessa economia. Nesta área de Salvador, cerca de 50% das ocupações no âmbito da economia popular realizavam a produção e venda de alimentos (bar, lanchonete, restaurante, mercearia, padaria, produção e venda de acarajé, “geladinho”, sorvete etc.). São atividades que atendem a uma demanda de pessoas mais pobres, e cujo padrão de reprodução corresponde a uma inversão de quanto menor a renda, maior a parcela dessa renda que é gasta com alimentos. Chama a atenção que quase 12% dos entrevistados se dedicavam à produção e venda de “geladinho”.

¹⁴⁵ A CAMMPI foi criada em outubro de 1998, com a participação de 23 organizações associativas da Península, tendo por objetivo impulsionar o desenvolvimento local através da mobilização e articulação dos moradores de Itapagipe. A pesquisa foi realizada em parceria com a Universidade Católica do Salvador, com o apoio da Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (CAPINA) e da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) (cf. KRAYCHETE, 2003),

¹⁴⁶ Cf. Kraychete (2014).

Tabela 16 – Economia popular urbana. Trabalhadores por conta própria por tipo de atividade. Península de Itapagipe – 2001.

Atividades	%
Bar, lanchonete e restaurante	20,9
Venda de acarajé e abará	1,7
Venda de geladinho, picolé e sorvete	11,8
Venda de doces de bomboniere	4,5
Açougue/ abatedouro	0,3
Venda de frutas e verduras	3,1
Mercearia/ mercadinho/ padaria	6,4
Armarinho	2,8
Venda de material de construção	0,4
Venda de produtos de beleza	4,1
Vendas de jornais, revistas e livros	0,4
Camelô	1,0
Fabricação / artesanatos e bijuterias	1,2
Confecções e calçados	4,9
Produção /venda de produtos de limpeza	1,1
Serviços domésticos	7,2
Serviços de beleza	8,1
Locação de vídeo / fitas de vídeo game	0,5
Jogos eletrônicos e loterias	1,6
Reparação e limpeza de veículos	3,2
Conserto de eletrodomésticos	1,6
Chaveiro/ relojoeiro/amolador/sapateiro	0,6
Serviço de filmagem e fotografia	0,6
Serviços profissionais especializados	6,0
Atividades de ensino	1,7
Artes gráficas e estampas	0,7
Buffet, ornamentação e decorações.	1,0
Catador de lata/ sucateiro	0,5
Pescador/ marisqueiro	0,3
Outros	1,9
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa CAMMPI, UCSA1 – 2001. Tabela extraída de Kraychete (2002).

Em sua maior parte, os clientes são os moradores do próprio bairro (62,2%), constituindo um circuito de pessoas pobres interagindo com outras pessoas pobres.

Tabela 17 – Economia popular urbana. Trabalhadores por conta própria por tipos de clientes. Península de Itapagipe – 2001.

Clientes	%
Consumidores finais localizados no próprio bairro	62,2
Consumidores finais localizados em outros bairros	33,3
Empresas pequenas no próprio bairro	1,7
Empresas pequenas em outros bairros	1,9
Grandes empresas	0,6
Outros	0,2
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa CAMMPI, UCSAL – 2001. Tabela extraída de Kraychete (2002).

A origem dos recursos para iniciar o negócio permite aferir a pequena dimensão dos empreendimentos e a precariedade dos investimentos de uma economia que caminha *rente ao chão*, dependente de seus próprios recursos. Apenas 2% dos trabalhadores por conta própria recorreram ao crédito bancário para dar início às suas atividades, contrariando o mito de empreendedores.

Tabela 18 – Economia popular urbana. Origem dos recursos para iniciar o trabalho. Península de Itapagipe – 2001.

Origem dos recursos	%
Indenização	13,8
Poupança anterior	12,9
Empréstimo de parentes	12,9
Empréstimo bancário	1,9
Com agiotas	0,8
Não precisou de recursos	49,8
Outros	7,4
NR	0,6
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa CAMMPI, UCSAL – 2001. Tabela extraída de Kraychete (2002).

A maior parte dos empreendimentos que integram essa economia popular urbana não tem acesso ao crédito. Entre os trabalhadores acompanhados pelas UNIS apenas 8% tiveram acesso ao crédito (PVMU, 2014). Essa situação é uma característica comum aos empreendimentos da economia popular urbana, refletindo a inexistência de um sistema de crédito adequado às atividades econômicas populares, apesar de certa ampliação da oferta do chamado microcrédito, na primeira década dos anos 2000.

Por outro lado, a busca de crédito nas condições vigentes no mercado financeiro comercial introduz uma importante mudança no modo de operar destes empreendimentos populares, que passariam a responder não apenas às exigências do trabalho e de sustento da família, como às do capital financeiro, aumentando as condições de insegurança e risco das atividades que realizam.¹⁴⁷

Um fato revelador da dinâmica da economia dos setores populares é a forma de pagamento utilizada pelos trabalhadores das compras que realizam. Conforme os dados das UNIS, 89% utilizam o dinheiro. O cartão de crédito é utilizado por apenas 5%. Ou seja, nos termos de Milton Santos, os agentes desse *circuito inferior* trabalham com pequenas unidades. A dimensão do comércio é uma adaptação de um consumo pequeno e irregular, mas extenso e frequente. Compra-se pouco e compra-se todos os dias. O comerciante, por sua vez, também se reabastece em pequena quantidade, porque precisa de um estoque diversificado num pequeno espaço nem sempre apropriado à conservação dos produtos, mas também porque não dispõe de crédito para financiar compras em maior escala.

Tabela 19 – Economia popular urbana. Forma de pagamento utilizada pelos empreendedores. Programa Vida Melhor Urbano – 2012

Forma de pagamento	%
Cheque	0,0
Cartão de crédito	5,0
Dinheiro	89,0
Outras	5,0

Fonte: PVMU. UNIS Salvador Norte, Subúrbio e Metropolitana (2014).

¹⁴⁷ O acesso de pessoas pobres ao crédito é um direito e requer instituições especiais (em termos de sua filosofia, procedimentos e qualificação de pessoal), que se dediquem a este tipo de operação.

Na Península de Itapagipe, a falta de alternativa de emprego foi a principal razão para 56,2% dos entrevistados estarem trabalhando por conta própria. Observe-se que essa pesquisa foi realizada em 2001. Essa mesma pergunta foi feita para os trabalhadores atendidos pelas UNIS, em 2012, e 43% atribuíram a “opção” pelo trabalho por conta própria à ausência de alternativa de emprego. Entretanto, quando indagados sobre os seus planos para o futuro, quase 37% dos trabalhadores entrevistados na região de Itapagipe responderam que pretendiam ampliar o negócio e 18% que pretendiam permanecer como estavam. Menos de 1/4 declararam que pretendiam mudar de atividade e procurar emprego assalariado. Mas, quando indagados sobre o que fazer para ampliar o seu negócio, 65% não sabiam ou não responderam, e 20% acreditavam que o crédito seria a condição para viabilizar este crescimento. Ou seja, entre o drama do desemprego oculto pelo trabalho precário e os planos para o futuro, essas pessoas acalentam o sonho de ampliação do próprio “negócio”, que mal e precariamente vai permitindo a reprodução de suas vidas. Planos de quem sabe, porque sente na luta cotidiana pela vida, que são fugidias as esperanças de um emprego regular no mercado de trabalho (cf. KRAYCHETE, 2002).

Tabela 20 – Economia popular urbana. Trabalhadores por conta própria conforme planos para o futuro. Península de Itapagipe – 2001.

Planos para o futuro	%
Aumentar o negócio	36,6
Continuar igual	17,8
Mudar de atividade e continuar por conta própria	17,4
Mudar de atividade e procurar emprego assalariado	23,6
Outros	3,7
Não respondeu	0,4
Não sabe	0,6
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa CAMMPI, UCSAL – 2001. Tabela extraída de Kraychete (2002).

Uma caracterização geral dos trabalhadores da economia popular urbana

Com base nas informações apresentadas, pode-se afirmar que os trabalhadores e os empreendimentos da economia popular urbana possuem as seguintes características peculiares:

- A maior parte é formada por homens, mas com uma participação expressiva das mulheres, sobretudo nas atividades realizadas no próprio domicílio;
 - Predominam as pessoas com idade superior a 40 anos, numa faixa etária acima do conjunto da população ocupada;
 - São pessoas que começaram a trabalhar ainda muito jovens, com a maior parte possuindo um grau de escolaridade até o primeiro grau incompleto, nível inferior ao apresentado pelo conjunto da população ocupada;
 - A grande maioria não contribui para a Previdência Social, vivenciando uma situação na incerteza sobre o dia de amanhã e uma permanente insegurança diante de doenças ou acidentes que interrompem o seu trabalho. A aposentadoria pelo trabalho está excluída do campo de possibilidades;
 - A grande maioria trabalha sozinha, dispondo, essencialmente, da sua própria força de trabalho, com pouco ou nenhum investimento em instalações ou equipamentos, numa atividade econômica que caminha *rente ao chão*, dependendo dos seus próprios recursos e conhecimentos e sem acesso ao crédito bancário;
 - O local de trabalho, para uma parcela expressiva dos trabalhadores da economia popular urbana, que pode ser estimada em cerca de 20% do total¹⁴⁸, é o próprio domicílio, em cômodos adaptados ou não. No caso das mulheres, essa coincidência entre residência e local de trabalho é muito maior (cerca de 40%). Nas áreas mais estritamente populares esse percentual tende a ser maior;
 - O tempo de existência do trabalho que desenvolvem é superior ao tempo médio de permanência no trabalho do conjunto da população ocupada;
 - Embora o vendedor ambulante, pelo fato de estar concentrado em determinadas áreas da cidade, apareça como a manifestação mais facilmente visível, ele representa apenas uma pequena parte da economia popular urbana, que abrange uma extensa lista de atividades, sobretudo no comércio

¹⁴⁸ A pesquisa *Manifestações da autoconstrução em Salvador* (cf. MATTEDI, 2006) revela que cerca de ¼ dos domicílios abrigavam algum tipo de atividade produtiva em suas dependências, sobretudo nas áreas correspondentes às salas (venda de cigarros, geladinho, bebidas, confecção de artesanato, cabeleireiro e manicura, venda de roupas e perfumes, banca escolar, bijuterias, corte e costura, creche, dentre outros produtos e/ou serviços), varandas (serviços de ótica e informática, venda de lanches, concerto de móveis), garagens (venda de doces e pães, serralheria etc.), quintais (venda de lajes pré-moldadas) ou, mesmo, no espaço público, como o passeio da rua, em frente da casa, com a comercialização simples de mercadorias.

e serviços com a produção e venda de alimentos, serviços de beleza e construção civil;

- Os clientes, em sua maioria, são moradores do próprio bairro, constituindo um circuito de pessoas pobres interagindo com outras pessoas pobres;
- A remuneração média dos trabalhadores da economia popular urbana é inferior à renda média mensal do conjunto da população ocupada e bem inferior à dos trabalhadores assalariados.

O longo tempo de existência da atividade que realizam, a extensão da jornada de trabalho, o fato de ser um trabalho realizado por pessoas que, em grande parte, são chefes de família, indicam que não são atividades ocasionais, mas permanentes, e que ocupam um lugar relevante para a sustentação da vida do trabalhador e de sua família. A faixa etária elevada e o baixo grau de escolaridade, por sua vez, expressam óbices de mobilidade ou inserção social pela via de um emprego regular assalariado.

O desenvolvimento destas atividades no interior ou exterior imediato à moradia denota a relação entre as condições de habitação e de trabalho. Se a produção e a reprodução de vida e trabalho compartilham o mesmo espaço, pode-se afirmar que os bens públicos (educação, saúde, transporte, ruas, praças, vias de acesso, iluminação, esgotamento sanitário etc.) não são apenas bens de consumo coletivo, mas, também, pressupostos necessários a uma mudança de qualidade da economia dos setores populares nos espaços urbanos (essa questão será retomada no capítulo 5).

Não é pequena a parcela destes empreendimentos que só se “viabiliza” pela reprodução de situações de privação e carência de direitos. *Trabalho e cidadania não se associam*. Seria um despropósito incluir essas pessoas nas estatísticas utilizadas para demonstrar que o “Brasil é o país do empreendedorismo”. A opção pelo trabalho realizado de forma individual ou familiar no âmbito da economia popular, em grande medida, é determinada pela privação, pela ausência de possibilidade de um emprego regular assalariado¹⁴⁹. Não há liberdade se as escolhas são movidas pela privação (SEN, 2000).

¹⁴⁹ A pesquisa sobre o micro empreendedorismo, promovida pelo SEBRAE – RJ em domicílios nas favelas com Unidades de Polícia Pacificadora, revela um perfil do microempreendedor semelhante aos empreendimentos da economia popular urbana e confirma que esse micro empreendedorismo é mais uma opção de ocupação frente ao quadro de carências e necessidades do que o aproveitamento de uma oportunidade por si mesma. Cerca de 64% dos trabalhadores por conta própria abriram o seu negócio por necessidade e esse percentual alcança 69% quando esse trabalhador por conta própria é do sexo feminino; este percentual é de 57%

Os empreendimentos da economia solidária e as condições sociais singulares da reprodução coletiva em espaços rurais e urbanos

Uma informação mais abrangente sobre os empreendimentos da economia solidária foi proporcionada pelos mapeamentos realizados pela Secretária Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES).¹⁵⁰ No Brasil, foram identificados 19.708 empreendimentos, reunindo cerca de 1,4 milhão de trabalhadores. Na Bahia, de um total de 1.452 empreendimentos econômicos solidários, abrangendo cerca de 93.500 trabalhadores, apenas 81 estão localizados na RMS, reunindo cerca de 1.210 trabalhadores associados.

Os dados do mapeamento realizado¹⁵¹ pela SENAES permitem afirmar que:

- Predominam nos empreendimentos os trabalhadores do sexo masculino (56,4%), mas com uma participação expressiva das mulheres (43,6%). As cooperativas e os grupos informais apresentam uma relação inversa: as cooperativas possuem a maior proporção de homens (63,8%), e os grupos informais apresentam uma maior participação de mulheres (63,2%). Na Bahia, 53% dos sócios são homens e 47% mulheres. Entretanto, na RMS, as mulheres correspondem a 73% dos sócios. Esses dados sugerem uma maior participação feminina nos espaços urbanos e nos empreendimentos economicamente mais frágeis.

- Predominam os empreendimentos localizados na área rural (54,8%). Os que atuam exclusivamente na área urbana correspondem a 34,8% do total, e 10,4% atuam tanto em áreas urbanas como rurais. Os empreendimentos localizados na área rural desenvolvem atividades não agrícolas (beneficiamento e comercialização da produção) realizadas por agricultores familiares.

para o trabalhador por conta própria do sexo masculino (IETS, 2012, p. 64). Segundo essa pesquisa, os trabalhadores afirmam que o rendimento obtido com o trabalho por conta própria é suficiente apenas para o próprio sustento ou sobrevivência. Os demais dados são também convergentes com o perfil que aqui apresentamos: forte presença das mulheres (56%); idade média de 44 anos; grau de escolaridade com ensino fundamental incompleto; 70% não contribuem para a Previdência Social; para cerca de um terço o local de trabalho é o próprio domicílio; e a maior parte dos empreendimentos tem um tempo de existência superior a três anos e meio, ou seja, não são atividades passageiras.

¹⁵⁰ O primeiro mapeamento foi realizado durante o ano de 2005, e os seus resultados foram divulgados no primeiro semestre de 2006. Esse mapeamento foi refeito para o período 2009 – 2013.

¹⁵¹ Os dados que seguem foram extraídos do *Observatório da Economia Solidária*, disponível em <http://ecosol.dieese.org.br>, e da análise dos dados do mapeamento de economia solidária realizada por Silva e Carneiro (2016).

- Nas áreas urbanas, a principal motivação para a organização do empreendimento foi uma busca de alternativa diante do desemprego¹⁵². Para o conjunto do país, predomina a motivação de “fonte complementar de renda” (48,8%), seguida pela busca de uma “alternativa ao desemprego” pela possibilidade de “obter maiores ganhos” através de um empreendimento associativo (43,1%) e desenvolver uma “atividade em que todos são donos” (40,7%).

- A maior parte dos empreendimentos está organizada sob a forma de associação (60%), seguida dos grupos informais (36%). Apenas 8,8% são formalizados como cooperativas. As associações estão mais presentes nas áreas rurais e, nos espaços urbanos, predominam os grupos informais. Deve-se observar que o predomínio das associações implica certas restrições para o exercício da atividade econômica.¹⁵³

- A economia solidária é predominantemente uma economia popular (SCHIOCHET, 2014, p. 189). Diferentemente das empresas capitalistas que são sociedades de capital, os empreendimentos solidários são sociedades de pessoas. Os agricultores familiares, somados aos assentados da reforma agrária, correspondem a 60,4% dos empreendimentos econômicos solidários (55,2% e 5,2% respectivamente). Os artesãos (17,9%), somados aos demais trabalhadores autônomos (6,4%), correspondem a 24,3% dos empreendimentos econômicos solidários.

- Predominam as atividades de produção e comercialização (56,2%), consumo ou uso coletivo de bens e serviços pelos sócios (20,1%), e organização da comercialização (13,3%). Poupança, crédito e finanças solidárias correspondem a 1,7% do total.

- Apesar de 69,7% terem declarado que necessitam de financiamento, apenas 23,3% do total de empreendimentos buscou alguma linha de crédito e, desse total, apenas a metade conseguiu, de fato, acesso ao crédito. Os empreendimentos de finanças solidárias (cooperativas de crédito, bancos comunitários e fundos rotativos solidários) representaram 14,7% do total de empréstimos.

¹⁵² Este dado contrasta com o primeiro princípio do cooperativismo, ou seja, a associação livre e voluntária. Não há escolha livre se a decisão é tomada por falta de alternativa diante do desemprego. Assim, se nos atermos apenas aos princípios e não nos deixarmos interpelar pela realidade podemos enfrentar problemas incontornáveis na compreensão das condições de existência, no Brasil, dos empreendimentos associativos, sobretudo nos espaços urbanos.

¹⁵³ Pelo Código Civil brasileiro, as associações não podem exercer atividade econômica e emitir nota fiscal.

- Os recursos para iniciar a atividade provêm, em sua quase totalidade, dos próprios associados e, em menor escala, de doações. Boa parte dos empreendimentos também funciona em espaços emprestados. Essa dependência de recursos próprios ou de doações limita o surgimento e o desenvolvimento dos empreendimentos. Diante da ausência de um sistema de financiamento adequado, vários grupos se organizam, mas não conseguem os recursos necessários para o início da atividade. Ou, então, conseguem recursos para os equipamentos, mas não dispõem de capital de giro. A longa demora na obtenção dos recursos necessários ao início da atividade dilui a capacidade do grupo de se manter coeso. A distância e os percalços entre os passos iniciais para a organização da atividade e a sua entrada em operação constitui-se numa *travessia no deserto*, e muitas iniciativas sucumbem durante o percurso.

- Os produtos e serviços dos empreendimentos destinam-se, predominantemente, aos espaços locais. Predomina a venda direta para o consumidor, citado por 86% dos empreendimentos. A venda para o mercado institucional foi praticada por 15% dos empreendimentos, em sua maioria de agricultores familiares, que contam com programas governamentais de compras públicas, sobretudo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

- A renda gerada no empreendimento representa a principal fonte de renda dos sócios para 45,8% dos empreendimentos e, para 43%, a renda serve como complementação de outras atividades. Um percentual menor (3,2%) afirmou que a renda complementa outros recursos advindos de programas sociais (assistenciais e previdenciários).

- Para 43,6% dos empreendimentos, o valor da receita obtida foi suficiente para pagar as despesas, mas não proporcionou sobras; para 43,2%, permitiu pagar as despesas e obter sobras e, para 13,2%, a receita não foi suficiente para cobrir as despesas do último exercício. Cerca de 3% dos empreendimentos não são organizados com vistas à obtenção de resultados financeiros. Estes dados, entretanto, devem ser interpretados com cautela. O conceito de despesa e de “sobras” varia conforme as “regras do jogo” do trabalho associativo estabelecidas por cada empreendimento. É muito comum, por exemplo, a situação em que os associados não estabelecem previamente um valor correspondente à sua remuneração, que é realizada pela divisão das “sobras”. Ou seja, o valor da remuneração dos associados não é computado nos custos. Neste caso, o valor das sobras

pode ser ou não suficiente para a remuneração do trabalho dos associados. Esta situação difere daquelas em que os critérios de remuneração estabelecidos pelos associados já estão computados nos custos, seja como um valor fixo ou por unidade produzida. O conceito de sobre e, portanto, o seu valor monetário, será diferente conforme as regras do trabalho associativo estabelecidas pelos integrantes do empreendimento;

- A maior parte dos empreendimentos (62,9%) recebeu algum tipo de capacitação, sobretudo relacionada aos temas da assistência técnica e/ou gerencial (60,9%), qualificação profissional (57,1%) e formação sociopolítica (33,6%). Apenas 6,4% dos empreendimentos receberam alguma capacitação relacionada ao tema da viabilidade econômica.

- A maior parte dos empreendimentos adquire os insumos de empresas privadas. Apenas 6% os adquirem de outros empreendimentos associativos.

- Em geral, os grupos exercitam, de alguma forma, princípios democráticos de participação, com prestação de contas aos associados e renovação das coordenações ou diretorias.

- Cerca de 40% dos empreendimentos têm alguma relação com movimentos populares ou sindicais.

Esses dados revelam que, apesar dos avanços e da maior visibilidade que adquiriram, sobretudo após a implantação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)¹⁵⁴, os empreendimentos da economia solidária apresentam grandes dificuldades e fragilidades. Tomando-se por referência o conceito de *trabalho decente* tal como definido pela OIT,¹⁵⁵ pode-se concluir que uma parte significativa dos trabalhadores dos empreendimentos da economia solidária enfrenta uma situação bastante adversa, marcada pela fragilidade do trabalho em termos de instalações, equipamentos, financiamento, remuneração, proteção social etc.¹⁵⁶

¹⁵⁴ Aqui me refiro ao período iniciado em 2003, ano de criação da SENAES, e às ações por ela promovidas sob a coordenação do professor Paul Singer.

¹⁵⁵ A OIT entende por *trabalho decente* o trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que o desenvolvem (MTE, 2006).

¹⁵⁶ Amartya Sen (2000, p. 147) menciona o amargo lamento de kalecki em relação à Polônia: “abolimos com êxito o capitalismo; agora só falta abolir o feudalismo”. Para muitos empreendimentos da economia solidária, guardadas as devidas proporções, talvez caiba a constatação: superamos a relação capitalista na qual a força de trabalho é uma mercadoria; agora, só falta superar situações de privação e carências econômica e social.

Os empreendimentos associativos apresentam *condições sociais singulares da reprodução coletiva em espaços rurais e urbanos*. Eles não levitam num espaço vazio, mas localizam-se em determinados territórios.¹⁵⁷ Estes territórios, como palcos de determinadas relações sociais, restringem ou potencializam a escala e as condições necessárias à sustentabilidade dos empreendimentos econômicos associativos. Assim, a produção, como categoria ampla, fora do contexto das práticas, é uma abstração. Na realidade, o que existe são formas concretas de produção que supõem uma determinada combinação de relações técnicas e relações sociais de produção. Essas formas de produção expressam diferentes relações de propriedade dos meios de produção e de apropriação do resultado do trabalho (FOLADORI, 2001). Nestes termos, o processo de produção de um determinado bem ou serviço também é um processo de reprodução de determinadas relações sociais.¹⁵⁸

Qualquer processo de trabalho, seja de uma empresa privada, de um agricultor familiar, de um trabalhador por conta própria ou de um empreendimento associativo, possui os mesmos elementos constitutivos, ou seja, a força de trabalho, o objeto de trabalho e os meios de trabalho (máquinas, equipamentos, instrumentos de trabalho). O que caracteriza o capital não é o uso de máquinas e equipamentos, mas a transformação da força de trabalho em mercadoria (MARX, 1971).¹⁵⁹

Na empresa capitalista, o processo de trabalho manifesta-se como um meio do processo de valorização do capital. É o lugar no qual o capital produz e é produzido e, por isso mesmo, requer o controle imposto, abusivo ou refinado, sobre os trabalhadores. O processo de trabalho ocorre entre coisas que pertencem ao capitalista. O empresário decide sobre as técnicas de produção, os mecanismos de controle e de gestão que vai utilizar. As

¹⁵⁷ Os parágrafos que seguem reproduzem a análise contida em Kraychete (2015).

¹⁵⁸ Nem a hierarquia nem a divisão do trabalho nasceram com o capitalismo. A divisão social do trabalho é uma característica de todas as sociedades complexas. A divisão técnica do trabalho também não é exclusiva do capitalismo ou da indústria moderna. Entretanto, na divisão capitalista do trabalho, o trabalhador não controla nem o produto nem o processo de trabalho (MARGLIN, 2001).

¹⁵⁹ Sobre a unidade contraditória entre reprodução social e reprodução do capital ver Harvey (2016, pp. 169–183). A reprodução social, em seu nível mais básico, depende da reprodução biológica da força de trabalho, tanto diariamente quanto de geração em geração. “Para o capital, a reprodução social é uma esfera ampla e conveniente em que os custos reais são terceirizados para as famílias e outras entidades comunais e incidem desproporcionalmente sobre diferentes grupos da população” (HARVEY, 2016, p. 175). Absorve uma grande quantidade de trabalho não remunerado, em grande parte realizado por mulheres.

decisões são tomadas visando ao maior lucro. As condições de viabilidade de uma empresa capitalista, portanto, têm por substrato a reprodução de uma determinada relação social marcada pela propriedade privada dos meios de produção, pela condição de mercadoria da força de trabalho e pela apropriação do resultado do trabalho, – sob a forma de lucro – pelo capitalista.

Em um empreendimento associativo, instalações, máquinas e equipamentos pertencem ao conjunto dos associados, bem como os resultados do trabalho. Os ganhos econômicos são distribuídos ou utilizados conforme as regras definidas pelos seus participantes. Para que a atividade funcione, é preciso que cada um dos trabalhadores assuma, de comum acordo, compromissos e responsabilidades. Como indica Dagnino (2008), os mecanismos de controle e de cooperação são atributos inerentes a qualquer processo de trabalho. No caso dos empreendimentos da economia solidária, estes mecanismos se estabelecem a partir de um processo coletivo e não da autoridade do capitalista ancorada na propriedade dos meios de produção. As condições de viabilidade de um empreendimento associativo, portanto, têm por substrato a reprodução de uma determinada relação social de produção, marcada pela condição de não mercadoria da força de trabalho e pela apropriação do resultado do trabalho pelos trabalhadores associados, conforme as regras por eles definidas.

Os critérios usualmente utilizados para avaliar e aferir as atividades econômicas só podem ser apreendidos se considerar as formas concretas como os homens organizam socialmente essa produção. Os indicadores e suas unidades de medida não são neutros, mas subordinam-se a um objetivo social e a uma concepção analítica. Pressupõem escolhas prévias, concepções e conceitos sobre como se estrutura a ordem social e visões normativas sobre o que é bom e desejável para o ser humano. Ou seja, eles não se resumem à escolha apenas técnica ou econômica, mas, essencialmente, ética e política.

A rentabilidade de uma atividade não possui o mesmo significado para diferentes sujeitos econômicos. Para a empresa capitalista, a taxa de lucro é um indicador essencial para as suas decisões. O processo de trabalho pressupõe um contrato que estabelece as condições de venda da força de trabalho pelo trabalhador e sua compra pelo empregador. As regras de gestão e de remuneração do trabalho são determinadas pela busca do lucro máximo. Os empreendimentos da economia solidária obedecem a outros pressupostos e motivações. Nesses empreendimentos, o processo de trabalho tem por base as regras de gestão, estabelecidas pelo conjunto dos traba-

lhadores associados, e o resultado econômico da atividade é dimensionado e distribuído conforme os critérios definidos pelos trabalhadores. Para esses empreendimentos, seria um despropósito teórico e prático utilizar indicadores econômicos adequados às grandes empresas orientadas para potencializar o lucro.

A sustentabilidade¹⁶⁰ dos empreendimentos da economia solidária responde a requisitos não exclusivamente econômicos, mas a condições sociais singulares da reprodução coletiva, em espaços rurais ou urbanos. As condições de existência desses empreendimentos, realizados por agricultores familiares e por trabalhadores urbanos, são bem diferentes. A dimensão territorial em espaços rurais ou urbanos é a mais imediatamente visível, mas essa inscrição das atividades esconde uma diferença maior e mais fundamental, qual seja, a natureza da *relação entre o trabalho e os meios de produção*. Os mecanismos de gestão e as condições de sustentabilidade dos empreendimentos são determinados pela relação de propriedade pré-existente dos trabalhadores com os meios de produção. Os agricultores familiares, antes de iniciarem uma atividade associativa, já exercem um trabalho na condição de proprietários dos meios de produção. Eles já possuem a terra e os instrumentos de trabalho. Ou seja, não existe uma separação prévia entre força de trabalho e meios de produção. Os objetos de trabalho (matéria-prima) e os meios de trabalho (ferramentas, equipamentos) pertencem ao agricultor familiar. Nesta situação, não se encontram apenas os agricultores familiares, mas, também, algumas modalidades de produção de artesanato. Esta é uma diferença básica entre um empreendimento associativo, que produz alimentos na cidade, e uma associação de “agricultores familiares que produzem polpas de frutas”, descritas nas “cenas da vida” (situação-tipo 2).

Nos espaços rurais, os empreendimentos da economia solidária são constituídos, sobretudo, por pessoas que, no âmbito de uma mesma unidade domiciliar, exercem diferentes atividades agrícolas e não agrícolas, realizadas de forma individual ou familiar. Em geral, as atividades que os agricultores familiares realizam de forma associativa não são as atividades agrícolas, mas a comercialização ou o beneficiamento da produção advinda de cada unidade de produção familiar. Transformam as frutas, por exemplo,

¹⁶⁰ Por *sustentabilidade* entende-se a capacidade de os empreendimentos ampliarem continuamente o alcance de suas práticas (CORAGGIO, 2006).

em polpas, doces e geleias. Ou seja, trata-se de uma atividade não agrícola, realizada por agricultores familiares nos espaços rural ou urbano. Quando os agricultores familiares organizam um empreendimento para a venda coletiva ou para o beneficiamento da sua produção, estas atividades diferem daquelas que já realizavam com os seus meios de produção individuais. A atividade coletiva constitui-se em uma via natural para obterem um ganho maior. A venda para um mercado mais amplo pressupõe a prática associativa como um meio para viabilizar tanto um maior volume como a regularidade do fornecimento. O mesmo ocorre com o beneficiamento da sua produção. Sozinho, o agricultor familiar não teria nem os recursos nem o volume de produção que justificassem este investimento. A compra de uma máquina para o beneficiamento da produção agrícola só se viabiliza se for através de uma atividade associativa, envolvendo um maior número de trabalhadores. Nestas circunstâncias, o empreendimento associativo constitui-se numa possibilidade real de melhoria do nível de renda dos agricultores familiares. Ou seja, eles encontram motivos para a cooperação mesmo quando buscam o autointeresse.¹⁶¹ Se nada mais funcionar, eles têm a opção de retornar à forma tradicional em que se inseriam no mercado.

A organização de empreendimentos associativos por trabalhadores urbanos apresenta características próprias. Neste caso, a obtenção de resultados positivos adquire uma urgência bem maior para os trabalhadores associados, sobretudo quando estes não possuem outra fonte de renda. Para os empreendimentos associativos de agricultores familiares (e modalidades de artesanato), o aumento do número de sócios é uma condição para a sustentabilidade da atividade. No caso dos empreendimentos urbanos, é comum ocorrer o inverso, ou seja, eles tendem a se viabilizar com um número reduzido de sócios.

¹⁶¹ Não se trata de idealizar os empreendimentos da economia popular solidária como se fossem regidos por valores e práticas assentados exclusivamente em relações de solidariedade, e que estas se constituiriam na motivação determinante dos seus integrantes para a organização e gestão destes empreendimentos. Os seres humanos não são movidos apenas por necessidades, mas também por desejos. E podem encontrar motivos para a cooperação, mesmo quando buscam o autointeresse. A suposição restrita e simplificadora de que os empreendimentos da economia popular e solidária assentam-se num único princípio motivador e organizador gera a ilusão sedutora de aparentes soluções perfeitas, mas frustrantes, transformando paisagens socialmente vivas e factíveis em miragens. Além disso, como observam Assmann e Sung (2000, p. 158): “Quando se busca a ‘solidariedade perfeita’, ou ‘soluções definitivas’, impõe-se sobre as pessoas e grupos sociais um fardo pesado demais para se carregar”.

Nas condições atuais, os empreendimentos associativos urbanos apresentam condições mais adversas para os seus integrantes se manterem unidos, sobretudo quando formados por pessoas cuja principal motivação é a busca de uma alternativa ao desemprego ou que necessitam de uma renda imediata. Nos espaços urbanos, as pessoas que integram os empreendimentos associativos não são as que possuem um emprego regular assalariado, mas pessoas que, em geral, também constituem os referidos empreendimentos individuais ou familiares. Não possuem a cultura do trabalho associativo. A referência do “bom trabalho” que possuem é a do emprego assalariado e a prática que vivenciam é a do trabalho por conta própria. Diante das dificuldades inerentes aos empreendimentos associativos, essas pessoas são atraídas pelas expectativas de um emprego assalariado, mesmo que precário, desde que proporcione uma regularidade na renda. Assim, o potencial de desenvolvimento dos empreendimentos econômicos associativos é condicionado pela extensão e características da economia dos setores populares, tal como existe concretamente nos espaços urbano e rural.

Nestes termos, existem fortes razões teóricas e práticas para se analisar as condições de existência da economia dos setores populares, se o que se busca é a compreensão das condições necessárias à sustentabilidade dos empreendimentos econômicos associativos. A proposição aqui contida é que uma mudança de qualidade da economia dos setores populares não se contrapõe, mas favorece o desenvolvimento dos empreendimentos associativos populares, hoje denominados empreendimentos econômicos solidários. Esta questão será analisada no quinto capítulo.

Tal como existem hoje, os empreendimentos econômicos solidários representam, nas cidades, uma alternativa limitada ao desemprego e ao trabalho precário. Sobretudo quando se considera a dimensão e o perfil da população economicamente ativa localizada nos espaços urbanos. Embora na RMS o número de trabalhadores nos empreendimentos associativos populares corresponda a mais de 1.000 pessoas, deve-se considerar que esse número corresponde a pouco menos de 0,5% dos desempregados na RMS e a aproximadamente 0,25% dos trabalhadores da economia popular urbana.

Não existem indicadores sobre a mortalidade dos empreendimentos associativos. A pesquisa realizada pela SENAES, com dados de 2013, revela que 65% dos empreendimentos foram organizados a partir do início do ano 2000 e, 27%, nos anos 1990. Ou seja, não é pequeno o percentual de empreendimentos com mais de cinco anos de existência. A hipótese aqui

contida é que o problema não é propriamente o índice de mortalidade, mas a sobrevivência dos empreendimentos associativos, reproduzindo a fragilidade do trabalho em termos de instalações, equipamentos, nível de remuneração etc. No meio urbano, parece que o índice de rotatividade dos integrantes dos empreendimentos é um problema maior do que o índice de mortalidade. Portanto, a questão não parece ser a mortalidade dos empreendimentos associativos, mas os fatores que restringem uma requalificação do seu desenvolvimento. A superação dessas restrições não se faz apenas no nível da microeconomia e nem depende apenas da capacidade de gestão dos integrantes dos empreendimentos, mas pressupõe uma *ambiência* que permita o acesso a direitos econômicos e sociais (KRAYCHETE, 2015). A análise desta questão será feita no capítulo 5.

4. A ESTRUTURA OCUPACIONAL NOS ANOS 2000 E OS PROGRAMAS DE INSERÇÃO SOCIAL PELO TRABALHO

*A gente tem que sair do sertão! Mas só se sai do sertão
é tomando conta dele adentro...*

Guimarães Rosa: *Grande Sertão: Veredas*

Se, no capítulo 1, procedeu-se a uma avaliação crítica das bases teóricas que embasam a organização de ações inclusivas pelo trabalho, interpellando-as com base nos esforços descritivos das “cenas da vida”, busca-se, neste passo, fundamentar uma crítica sobre as possibilidades reais dos programas de inclusão produtiva e inserção pelo trabalho, interpellando-os, agora, a partir da estrutura ocupacional que se apresenta nos anos 2000. Com base nos dados da PNAD para o período 1992 – 2015, busca-se captar as alterações e os traços de permanência na atual estrutura ocupacional que compõe o quadro social com o qual se confrontam os programas efetivos destinados à inserção produtiva. É da (des)conexão desses programas com esta realidade social apreendida que trata o presente capítulo.

ESTRUTURA OCUPACIONAL

No Brasil, apesar do intenso processo de crescimento econômico e de urbanização durante as cinco décadas que se seguiram a 1930, o emprego regular assalariado permanece num patamar que alcança pouco mais de 40% da PEA. Em 2015, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Brasil possuía uma população economicamente ativa de aproximadamente 105 milhões de pessoas. Cerca de 10 milhões estavam desempregadas e 6 milhões exerciam atividades não remuneradas ou produziam para o próprio consumo. Os trabalhadores por conta própria somavam mais de 22,8 milhões de pessoas, representando 23% da PEA. Os empregados sem carteira somavam 13,4 milhões de pessoas, correspondendo a 12,7% da PEA. Os assalariados do setor privado com carteira de trabalho assinada totalizavam 36,8 milhões de pessoas, correspondendo a apenas 34,9% da PEA. Ressalte-se que essa é a maior participação já alcançada dos empregados com carteira: em 2002 esse percentual era de apenas 26,6% (Tabela 21).

Tabela 21 – Participação na PEA dos ocupados por posição na ocupação e dos desempregados. Brasil, 1992 – 2015. (Em %)

Categorias de análise	Período de análise (Ano)			
	1992	2002	2008	2015
PEA	100,0	100,0	100,0	100,0
População ocupada	93,5	90,8	92,9	90,4
Empregado com carteira de trabalho	27,7	26,6	32	34,9
Militar	0,4	0,2	0,3	0,3
Funcionário público estatutário	5,3	5,6	6,2	6,6
Empregado sem carteira	15,5	16,8	15,9	12,7
Trabalhador doméstico com carteira	1,1	1,8	1,8	1,9
Trabalhador doméstico sem carteira	5,1	5,2	4,9	4,1
Conta própria contribuinte	3,9	2,7	2,8	5,9
Conta própria não contribuinte	16,4	17,5	16	14,8
Empregador	3,4	3,9	4,2	3,4
Não remunerado	9,8	6,7	4,1	3,5
Produção para o próprio consumo	4,8	3,8	4,8	2,3
Desocupados	6,5	9,2	7,1	9,6

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 1992-2015. Elaboração própria.

Considerando-se como trabalho protegido os empregados com carteira assinada, os militares e funcionários públicos, os trabalhadores domésticos com carteira, os trabalhadores por conta própria que contribuem para a Previdência Social e os empregadores, tem-se, para o ano de 2015, um total de pouco mais da metade da PEA (53%). Ou seja, os trabalhadores não protegidos (empregados sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, conta própria não contribuinte, os trabalhadores não remunerados, os que produziram para próprio consumo e os que trabalharam na construção para próprio uso) correspondiam a 37,4% da força de trabalho, que, somados aos desempregados (9,2%), totalizavam 47% da PEA (Tabela 22), correspondendo a 49,6 milhões de pessoas. Deve-se ressaltar que este percentual reflete o grande crescimento dos assalariados com carteira que, entre 2012 e 2015, teve um incremento de 13,4 milhões de trabalhadores. Ou seja, houve um acréscimo de 58% no número de assalariados com carteira, índice bem superior ao incremento da PEA que, no mesmo período,

do, foi de 20%. É importante observar, também, que, a partir de 2009, com a regulamentação do Microempreendedor Individual (MEI), houve um aumento dos trabalhadores por conta própria que recolhem para a Previdência, que passam de 2,8%, em 2008, para 5,9% da PEA, em 2015.

Tabela 22 – Participação do trabalho protegido e dos desempregados na PEA. Brasil, 1992 – 2015.

População economicamente ativa (PEA)	Período de análise (Ano)			
	1992	2002	2008	2015
	%	%	%	%
Trabalho Protegido	41,7	40,8	47,2	53
Trabalho desprotegido	51,7	50	45,7	37,4
Desempregados	6,5	9,2	7,1	9,6
Trab. desprotegido + desempregados	58,2	59,2	52,8	47

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 1992-2015. Elaboração própria

No caso da Bahia (Tabela 23), o emprego assalariado regular representava, em 2015, apenas 23% da força de trabalho, apesar do aumento ocorrido a partir de 2002, quando esse índice correspondia a pouco mais de 15%. Apenas 36,3% dos trabalhadores possuíam algum vínculo de proteção social. Os trabalhadores em situação de desemprego (10,9%) e desprotegidos (52,8%) representavam a absurda cifra de 63,7% da PEA, correspondendo a cerca de 4,8 milhões de trabalhadores (Tabela 24).

Tabela 23 – Participação na PEA dos ocupados por posição na ocupação e dos desempregados. Bahia, 1992 – 2015. (Em %)

Categorias de análise	Período de análise (Ano)			
	1992	2002	2008	2015
PEA	100,0	100,0	100,0	100,0
População ocupada	92,5	90,1	91,0	89,1
Empregado com carteira de trabalho	16,6	15,2	19,4	23
Militar	0,1	0,0	0,1	0,1
Funcionário público estatutário	2,0	4,2	4,3	6,0
Empregado sem carteira	19,4	21,0	20,8	17,1
Trabalhador doméstico com carteira	0,4	1,0	1,0	1,4
Trabalhador doméstico sem carteira	4,1	4,7	5,2	4,9
Conta própria contribuinte	2,0	1,0	1,4	3,3
Conta própria não contribuinte	23,9	23,5	20,2	21,5
Empregador	2,1	2,8	2,8	2,5
Não remunerado	17,4	12,9	7,8	6,2
Produção para o próprio consumo	4,3	3,7	7,9	3,1
Desocupados	7,5	9,9	9,0	10,9

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 1992-2015. Elaboração própria.

Tabela 24 – Participação do trabalho protegido e dos desempregados na PEA. Bahia, 1992 – 2015. (Em %)

PEA	Período de análise (Ano)			
	1992	2002	2008	2015
Protegida	23,4	24,3	29,0	36,3
Desprotegida	69,2	65,8	62,0	52,8
Desempregada	7,5	9,9	9,0	10,9
Trabalho desprotegido + desempregados	76,7	75,7	71,0	63,7

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 1992-2015. Elaboração própria

Cabe ressaltar que, entre 1992 e 2002, ocorre uma diminuição do emprego assalariado com carteira, um aumento do emprego sem carteira e das taxas de desemprego, refletindo a vigência de políticas econômicas recessionistas, com elevadas taxas de juros, privatizações e corte de gastos públicos. Na década seguinte, há uma reversão dessa tendência, e o emprego regular assalariado atinge, em 2015, o seu mais alto percentual em relação à PEA. A taxa de desemprego movimenta-se na mesma direção, crescendo entre 1992 e 2002 e reduzindo-se, em 2013, mas voltando a crescer em 2015.

Este movimento é particularmente acentuado na RMS. Nesta região, em 1992, o emprego assalariado regular correspondia a 37,4% da PEA, diminuindo para 27,8% em 2002. Na década seguinte, ocorre um forte crescimento dessa participação, atingindo, em 2015, 37,7% da PEA. Ou seja, praticamente retorna ao mesmo patamar de 1992. A taxa de desemprego movimenta-se na mesma direção, crescendo no período 1992 a 2002, reduzindo-se em 2003, mas voltando a crescer em 2015. Neste ano, mais de 350 mil trabalhadores estavam em situação de desemprego (15,8% da PEA), que, somados aos trabalhadores sem proteção social (31,4%), totalizavam 47,2% da PEA, abrangendo mais de 1 milhão de pessoas¹⁶².

¹⁶² Conforme Borges (2016, p. 281), “O traço estrutural mais marcante do mercado de trabalho da RMS é que ele sempre foi incapaz de utilizar, produtivamente, a população disponível para trabalhar, mantendo uma parte expressiva desta em situação de desemprego oculto pelo trabalho precário ou por inatividade, quadro agravado nos anos 1990, quando o desemprego aberto se explicitou em toda a sua gravidade, atingindo numerosos contingentes de trabalhadores e segmentos até então protegidos deste risco, como os trabalhadores mais escolarizados e os homens adultos.”

Tabela 25 – Participação na PEA dos ocupados por posição na ocupação e dos desempregados. RMS, 1992 – 2015. (Em %)

Categorias de análise	Período de análise (Ano)			
	1992	2002	2008	2015
PEA	100,0	100,0	100,0	100,0
População ocupada	88,2	80,7	85,8	84,2
Empregado com carteira de trabalho	37,4	27,8	33,6	37,7
Militar	0,4	0,1	0,2	0,5
Funcionário público estatutário	5,4	5,3	4,9	5,3
Empregado sem carteira	10,9	13,5	14,2	10,3
Trabalhador doméstico com carteira	1,6	2,6	2,6	3,0
Trabalhador doméstico sem carteira	6,5	5,5	6,4	5,1
Conta própria contribuinte	3,5	2,2	1,8	3,7
Conta própria não contribuinte	16,7	17,5	17,3	15,2
Empregador	2,5	3,2	2,9	2,5
Não remunerado	2,5	2,2	0,3	0,2
Produção para o próprio consumo	0,9	0,9	1,4	0,6
Desocupados	11,8	19,3	14,2	15,8

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 1992-2015. Elaboração própria.

Tabela 26 – Participação do Trabalho Protegido e dos desempregados na PEA. RMS, 1992 – 2015. (Em %)

PEA	Período de análise (Ano)			
	1992	2002	2008	2015
Trabalho Protegido	50,8	41,2	46,1	52,7
Trabalho desprotegido	37,4	39,5	39,7	31,4
Desempregados	11,8	19,3	14,2	15,8
Trabalho desprotegido + desempregados	49,2	58,8	53,9	47,2

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 1992-2015. Elaboração própria

Neste passo, cabe ressaltar que a participação dos trabalhadores por conta própria na PEA permanece relativamente estável nas diferentes conjunturas, não acompanhando as variações dos assalariados com car-

teira. A partir de 2008, entretanto, ocorre uma mudança na composição interna dos trabalhadores por conta própria, com um aumento dos que passam a recolher para a Previdência Social, refletindo, provavelmente, a entrada em operação do MEI.

Os dados do CadÚnico,¹⁶³ fornecem um outro olhar sobre essa realidade. Na Bahia, em 2016, mais de 3 milhões de domicílios, totalizando cerca de 8,6 milhões de pessoas, correspondendo a 57% da população do Estado, integravam a base do CadÚnico. Na RMS, era de 1,3 milhão de pessoas, correspondendo a cerca de 26% da população dessa Região. Do total de pessoas que integram a base do CadÚnico na RMS, 62% são mulheres. Entre as pessoas que declararam a sua ocupação principal, mais de 70% são trabalhadores por conta própria, abrangendo mais de 249 mil pessoas.

Se, como afirma Castel (2012), a “sociedade salarial” se configura quando as prerrogativas relacionadas ao trabalho assalariado passam a cobrir os principais riscos sociais, incluindo os trabalhadores e suas famílias, inclusive dos não assalariados, e que a possibilidade dessa generalização reside na generalização do próprio trabalho assalariado, o Brasil, na segunda década do século XXI, apresenta um quadro em que cerca de 50% da PEA encontra-se fora das normas do trabalho protegido.

Sousa (2009) denomina de “ralé” estrutural cerca de 1/3 da população brasileira. Segundo esse autor, o uso desse termo não é para “ofender” pessoas já tão sofridas, mas para provocar a atenção para o conflito social que se manifesta pelo abandono e não reconhecimento, pela sociedade, de toda uma classe de indivíduos que está abaixo dos princípios de dignidade e se reproduz há gerações. Não se trata de um problema econômico e, portanto, capaz de ser resolvido por elevadas taxas de crescimento.

A crença fetichista no poder mágico do progresso econômico fez com que, pelo menos até os anos 1980, quando a estagnação econômica sucedeu os 50 anos anteriores do ‘milagre econômico’, se supusesse que o crescimento econômico, por si só, pudesse ter um efeito inclusivo fundamental (SOUSA, 2012, p. 184).

Esse “fetichismo” do crescimento desconsidera aspectos morais e políticos indispensáveis a uma estratégia inclusiva, que pressupõe questões que

¹⁶³ O Cadastro Único (CadÚnico) é uma base de dados com um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras consideradas pelo governo federal em situação de pobreza e extrema pobreza. Abrange as famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa e se constitui em condição dessas famílias serem incluídas nos programas sociais.

não estão contidas no crescimento econômico. Por conta dessa visão distorcida

[...] o miserável e sua miséria são sempre percebidos como contingentes e fortuitos, um mero acaso do destino, sendo a sua situação de absoluta privação facilmente reversível, bastando para isso uma ajuda passageira e tópica do Estado para que ele possa ‘andar com as suas próprias pernas’. Esta é a lógica, por exemplo, de todas as políticas assistenciais entre nós” (SOUSA, 2009, p. 17).

O historiador francês Fernand Braudel (1985a) descreveu o cenário em que viviam os pobres nas cidades europeias do século XVI, utilizando a expressão por *baixo do plano zero*. No Brasil, parece que, numa perspectiva histórica, os donos do poder desistiram de integrar uma parcela enorme da população seja à produção, seja à cidadania. Como indica Francisco de Oliveira (2000), não se trata de uma irrealizável exclusão do mercado, porque dele ninguém escapa, mas de uma negação e de uma exclusão do campo dos direitos. Por estes desígnios, a cidadania seria um privilégio e não haveria lugar para o pobre, tal como definido por Milton Santos (2000, p. 59) para quem “ser pobre não é apenas ganhar menos do que uma soma arbitrariamente fixada; ser pobre é participar de uma situação estrutural, com uma posição relativamente inferior dentro da sociedade como um todo.”. A busca do progresso, “entendido como um projeto modernizante cujos limites não incluem uma vertente cidadã” tem sido o elemento catalizador da política pública e de suas variantes. O ideal de igualdade, desde ultrapassada a etapa da Abolição, aparece, no máximo, “como subproduto do progresso e da modernidade” (RAMALHO, 2004, p. 114).

POLÍTICAS DE INSERÇÃO SOCIAL PELO TRABALHO

Tradicionalmente, as políticas de inclusão social pelo trabalho têm por referência o mercado de trabalho, ou seja, a força de trabalho como mercadoria e o emprego regular assalariado como elemento primordial dessas políticas, compostas, sobretudo, pelo seguro-desemprego e por ações voltadas para a (re)qualificação profissional e intermediação de mão de obra.

Nos anos 1990, quando se desvanecem as expectativas da criação de empregos regulares como um subproduto do crescimento econômico, uma certa visão, que tem por substrato a crença neoliberal, propõe aos desgarrados do mercado regular de trabalho que sejam os empresários de si mesmos, donde derivam políticas em apoio ao denominado empreendedorismo. Nos anos 2000, como resultado das lutas sociais, e tendo por substrato

uma análise crítica da força de trabalho como mercadoria, institucionaliza-se, ainda que de forma periférica, políticas em apoio à economia solidária como um caminho para a inserção social pelo trabalho. Não se trata, neste passo, de fazer uma avaliação dessas políticas, mas de situá-las na linha de argumentação desse estudo, ou seja, a tese de que as análises que embasam esses programas, centradas no emprego assalariado, não captam a dinâmica efetiva do cotidiano dos agentes dos setores populares, ou seja, a sociabilidade dos trabalhadores e suas famílias, tal como se busca ilustrar com as situações-tipo, nas “cenas da vida”. Ou seja, não se trata apenas de uma insuficiência das políticas de inserção, mas envolve, também, uma problemática conceitual.

O intenso crescimento da economia brasileira entre 1930 e 1980 não foi acompanhado por uma rede de proteção social capaz de contribuir para uma sociedade menos desigual. Neste período, a geração de postos de trabalho numa velocidade superior à taxa de crescimento da PEA parecia legitimar a concepção de que o crescimento econômico era a única política de emprego relevante, capaz de, por si só, promover a integração social pelo trabalho.¹⁶⁴

Na década de 1940, a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) estabeleceu direitos mínimos a serem respeitados pelas empresas. Neste mesmo período, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SESC), como primeiras iniciativas de formação de pessoal para atender a uma demanda por mão de obra especializada. O seguro-desemprego, previsto na Constituição de 1946, não chegou a ser implementado, o que viria a acontecer apenas 40 anos depois.¹⁶⁵

Após a Constituição de 1988, como resultado do processo de redemocratização do país, são estabelecidas medidas para a proteção, no caso de perda do emprego, e para a reinserção do trabalhador em nova ocupa-

¹⁶⁴ Referindo-se às modalidades de intervenção do Estado na realidade francesa, Castel (1998, pp. 537-538, itálicos do autor) compreende por políticas de integração as que são motivadas pela busca de grandes equilíbrios, pela homogeneização da sociedade a partir do centro, a exemplo de promover o acesso de todos aos serviços públicos, uma redução das desigualdades sociais, o desenvolvimento das proteções e a consolidação da condição salarial. As políticas de inserção obedecem à lógica de uma *discriminação positiva*, direcionadas para um público específico, por sofrerem um déficit de integração, a exemplo de jovens mal empregados, desempregados há muito tempo, habitantes de bairros deserdados etc.

¹⁶⁵ Em 1966, foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), compensando o trabalhador demitido sem justa causa por meio de uma conta vinculada ao contrato de trabalho.

ção, por meio da intermediação e de programas de qualificação profissional, criando-se as bases de um Sistema Público de Emprego que abrange seguro-desemprego, intermediação da mão de obra, qualificação profissional, microcrédito, apoio ao empreendedorismo e economia solidária. O seguro-desemprego, criado apenas em 1986 e regulamentado em 1990, constituiu-se no principal eixo estruturador dessas ações¹⁶⁶. Seu principal objetivo é a assistência financeira temporária ao trabalhador demitido sem justa causa e o auxílio aos trabalhadores que buscam uma nova colocação, por meio de ações de orientação, recolocação e qualificação profissional (MORETO *et al.*, 2003, p. 250). O acesso ao seguro é restrito às pessoas que trabalharam por um período mínimo de tempo na condição de empregado regular assalariado, sendo pago em 3 a 5 parcelas, conforme o tempo de trabalho do desempregado anterior à solicitação do seguro.¹⁶⁷ Apesar do crescimento da demanda pelo seguro-desemprego, ele exclui a maior parte da força de trabalho ativa.

O serviço de intermediação de mão de obra existe desde o final da década de 1970, quando foi instituído o Serviço Nacional de Emprego (SINE), com o objetivo de ajudar a alocar a mão de obra desocupada em relações de emprego assalariado regular, mas teve um baixo impacto sobre o mercado de trabalho, apesar do aumento da demanda por este serviço pelos trabalhadores em busca de reinserção ou do primeiro emprego (MORETO *et al.*, 2003, p. 256). A questão central refere-se a uma expectativa incapaz de ser satisfeita pela oferta de postos de trabalho.

A implantação de um programa consistente de qualificação profissional ocorreu somente em 1995, com o Programa Nacional de Qualificação Profissional (PLANFOR), após a Lei 8.900/94 ter estendido a qualificação profissional a todos os trabalhadores em busca de ocupação e não apenas aos trabalhadores incorporados ao seguro-desemprego (MORETO *et al.*, 2003, p. 256). A qualificação pretende habilitar o trabalhador não apenas para o exercício de uma determinada ocupação, mas para a denominada empregabilidade.¹⁶⁸ Estimula-se, assim, a concepção de que, para conquis-

¹⁶⁶ A instituição do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), em 1990, ao vincular uma fonte própria de recursos (arrecadação do PIS/PASEP) viabilizou essas novas políticas para o mercado de trabalho.

¹⁶⁷ A partir de 2015, houve uma mudança na legislação, restringindo o acesso ao seguro-desemprego. Para a primeira solicitação, o trabalhador deve ter trabalhado pelo menos 12 meses nos últimos 18 meses imediatamente anteriores à data de dispensa. Antes dessa alteração, o período mínimo de carência era de 6 meses.

¹⁶⁸ Conforme definida no capítulo 1 deste livro.

tar ou manter um emprego, bastaria ao trabalhador possuir novas habilidades. Uma vez qualificado, a responsabilidade pela ocupação é do trabalhador. Em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Tem, entre os seus objetivos, “estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda”.¹⁶⁹

Apesar dos avanços no campo da proteção institucional do trabalhador, o seguro-desemprego, a intermediação e qualificação de mão de obra têm por referência o emprego regular assalariado e a (re)inserção social via mercado de trabalho, excluindo, portanto, do seu horizonte, a maioria dos trabalhadores integrados à sociedade pela via do trabalho socialmente desprotegido.

A partir da década de 1990, foram criados programas que se propunham a gerar trabalho e renda. O Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) pretendia ofertar crédito para micro e pequenos empreendimentos individuais e associativos, abrangendo as cooperativas. A maior parte dos recursos, entretanto, foi alocado no denominado PROGER Rural, distanciando-se dos objetivos de estimular ações para enfrentar o desemprego, sobretudo nas regiões metropolitanas¹⁷⁰. No final da década de 1990, é criado o programa de crédito produtivo popular, operado pelo BNDS. Diferentemente do PROGER, esta modalidade de crédito foi direcionada exclusivamente para os micro empreendimentos considerados informais, com valores bem mais baixos em relação ao PROGER, que atendia a empreendimentos mais bem estruturados. Estes programas têm por substrato a ideia de transformar desempregados e trabalhadores do denominado informal em prósperos empreendedores, cada um passando a ser o patrão de si mesmo, sem captar, do ponto de vista teórico e prático, a dinâmica efetiva que caracteriza o cotidiano dos agentes da economia popular urbana, tal como representados nas “cenas da vida”, no primeiro capítulo deste livro que exemplificam situações-tipo.

¹⁶⁹ Cf. <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em maio/2013.

¹⁷⁰ Em 2014, apenas 3,9% dos municípios brasileiros tinham alguma ação de acesso ao crédito do PROGER Urbano (IBGE, 2015).

Em 2009, foi regulamentada a opção do trabalhador se formalizar como Micro Empreendedor Individual (MEI),¹⁷¹ pagando 5% do salário-mínimo para o INSS. A condição é que o faturamento máximo não ultrapasse, ao valor de hoje, R\$ 81.000,00, e que o trabalhador não tenha participação em outra empresa como sócio ou titular e que tenha, no máximo, um empregado contratado recebendo salário mínimo ou o piso da categoria. Ao se formalizar como MEI, o trabalhador passa a ter cobertura previdenciária para si e seus dependentes, com direito à aposentadoria, auxílio-doença, salário-maternidade e pensão por morte aos dependentes. Nestes termos, o instituto do MEI busca proporcionar, de forma mais apropriada, a cobertura dos trabalhadores essencialmente urbanos, que ganham o seu sustento fora da relação salarial, em casos de doença, acidentes, afastamentos para maternidade, bem como a aposentadoria por idade. Não se trata de fazer uma avaliação desse programa, mas de assinalar que a sua concepção busca viabilizar o acesso à proteção social, historicamente vinculada ao emprego regular assalariado, de um contingente de trabalhadores desprotegidos por conta da sua condição de trabalho. Entretanto, cabe fazer a seguinte pergunta: em que medida o MEI é um caminho efetivamente trilhado pelos trabalhadores da economia popular urbana representados pela situação-tipo da “mulher que vive de vender geladinho”, descrita em “cenas da vida”? Uma resposta aproximada para esta pergunta pode ser obtida considerando o trabalho realizado por estas pessoas, antes de se formalizarem como MEI, e alguns traços predominantes do perfil desses trabalhadores.

Pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2014) identificou a existência de 3.659.781 pessoas formalizadas como MEI, entre julho de 2009 a dezembro de 2013. Desse total, antes de se formalizarem, 40,6% eram empregados com carteira; 30,6% eram microempreendedores informais (sem CNPJ); 16,3% empregados sem carteira; 6,5% dono(a) de casa; 2,0% servidor público; 1,8% estudante; 1,1% desempregado, 0,8% microempreendedor formal (com CNPJ) e 0,3% aposentado. O nível de renda e o grau de escolaridade desses trabalhadores – 62,8% com nível médio e técnico –, é superior à média da população adulta brasileira.

¹⁷¹ O MEI foi instituído pela Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, regulamentada em julho de 2009. O MEI está enquadrado no Simples Nacional, sendo isento dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, COFINS, IPI e CSLL). O MEI obtém o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), permitindo a emissão de notas fiscais e abertura de conta bancária.

Esses dados revelam que os trabalhadores formalizados como MEI são aqueles que, em grande parte, já dispunham de mais recursos, e cuja última ocupação foi um emprego regular assalariado. É possível afirmar que esses trabalhadores, em sua maior parte, são aqueles que, antes de se formalizarem como MEI, já possuíam uma renda média mais elevada. É expressivo, entretanto, que cerca de 1/3 eram trabalhadores por conta própria sem cobertura previdenciária.

Um olhar por um outro ângulo também sugere o predomínio, entre os que se formalizaram como MEI, de trabalhadores com maior rendimento médio: em 2013, apenas 22% dos formalizados como MEI estavam registrados no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), ou seja, com renda familiar per capita de até meio salário mínimo e, deste percentual, 42,57% eram beneficiários do Bolsa Família, que abrange as famílias com renda familiar per capita entre $\frac{1}{2}$ até $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo. Estes dados evidenciam o significado positivo da formalização como MEI para acesso à proteção social, sobretudo quando se considera que 76% dos inscritos como MEI têm, nesta atividade, a sua principal fonte de renda, e que, entre aqueles que já trabalhavam por conta-própria sem cobertura previdenciária, 44% o faziam por 10 anos ou mais e 23,6% entre 5 e 9 anos (SEBRAE, 2014, p. 36). Em dezembro de 2017, o Portal do Microempreendedor¹⁷² registrava a existência de 7,7 milhões de trabalhadores inscritos como MEI. Entretanto, não existem informações precisas sobre o percentual que efetivamente está em dia com a contribuição mensal necessária para o acesso aos benefícios de proteção social.

Programas como o MEI podem representar uma via de acesso à proteção social dos trabalhadores da economia dos setores populares, abrangendo tanto o trabalho realizado de forma individual como o associativo, sobretudo no meio urbano, desde que componham uma *ambiência*, como espaço político, social e institucionalmente constituído, capaz de remover as principais fontes de privação que envolvem a vida cotidiana desses trabalhadores ou agentes¹⁷³. Essas privações não se reduzem aos aspectos econômicos, mas revelam-se nas (im)possibilidades de escolha, de oportunidades e opções, ou seja, nos direitos que podem ser efetivamente exercidos pelos integrantes dessa economia¹⁷⁴.

¹⁷² <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>. Acesso em 08/05/2018.

¹⁷³ Este argumento será desenvolvido no capítulo 5 deste livro.

¹⁷⁴ Esta formulação inspira-se em Sen (2000).

A partir de 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)¹⁷⁵, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), as iniciativas em apoio a essa economia passam a compor as ações de inclusão produtiva, mas com uma feição peculiar em relação às demais políticas anteriormente descritas: a economia solidária passa a compor a agenda governamental a partir de demandas do movimento social, mas ocupando um lugar periférico nessa agenda (SCHIOCHET, 2012, p. 55). Em 2011, o Plano Brasil Sem Miséria, do governo federal, que apresentou como eixos a transferência de renda, a inclusão produtiva e o acesso a serviços públicos, incluiu a economia solidária como um dos instrumentos de inclusão por meio do trabalho.

Silva (2014; 2016) argumenta que a política pública conduzida pela SENAES diferencia-se do modelo tradicional que caracteriza as políticas hegemônicas, ou seja, aquelas em que o mercado determina as prioridades para o Estado e a sociedade, definindo, assim, o que tem que ser feito, a partir de quais valores e princípios. Nestes termos, segundo Silva (2014; 2016), a política de economia solidária teria uma natureza contra hegemônica, na medida em que se orienta pela sociedade, a exemplo das políticas de desenvolvimento agrário, de segurança alimentar e nutricional, das mulheres, da igualdade racial e da juventude.

Paul Singer (2012; 2014) observa que a SENAES foi instituída concomitantemente com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, evidenciando uma estreita relação entre a formulação da política de economia solidária com os empreendimentos e suas entidades de apoio.

A Secretaria nasce como o rebento do movimento. Nós somos frutos da criação do movimento de Economia Solidária, que estava se tornando nesses meses um movimento nacional, hoje presente nos 27 estados do país. Esse relato é fundamental para entender como são feitas as políticas públicas de Economia Solidária no Brasil. Elas são feitas em estreita parceria com o FBES, no qual estão todos os elementos: empreendimentos, entidades da sociedade civil que apoiam e fomentam a Economia Solidária, a própria rede de gestores públicos principalmente municipais na época, e agora também estaduais. Ali a SENAES encontra um solo fértil onde plantar novas políticas públicas de Economia Solidária (SINGER, 2012, p. 50).

¹⁷⁵ Com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e com base no Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, foi instituída a SENAES e criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

A SENAES estruturou um plano nacional de economia solidária e uma política pública de economia solidária baseada em quatro grandes eixos: o eixo do reconhecimento e fortalecimento institucional; o do acesso ao conhecimento; o do acesso ao investimento, crédito e às finanças; e o eixo da organização da produção, da comercialização e consumo (SILVA, 2016). Dentre as principais ações desenvolvidas pela SENAES, em parceria com outros ministérios, governos estaduais, universidades e entidades da sociedade civil, encontram-se as ações de apoio relacionadas às incubadoras de empreendimentos solidários, organização dos catadores de materiais reciclável, formação de agentes multiplicadores, apoio a comercialização e finanças solidárias (bancos solidários, fundos rotativos), assessoria técnica aos empreendimentos, fortalecimento institucional, formação de Centros Públicos e o mapeamento nacional da economia solidária.

Cabe destacar que as ações de inserção social a partir da economia solidária têm uma especificidade, ou seja, não se trata de qualificar ou intermediar força de trabalho para o capital ou para serem empresários de si próprios, conforme a ideia do empreendedorismo, mas para o trabalho que se realiza por meio da autogestão. No Brasil, as pessoas que têm se organizado em empreendimentos da economia solidária são, principalmente, os agricultores familiares, os assentados da reforma agrária, os trabalhadores rurais sem terra, os artesãos, os catadores de material reciclável, evidenciando, como destaca Schiochet (2014), que a economia solidária é, predominantemente, uma economia popular, formada por pessoas historicamente excluídas dos resultados do processo de acumulação econômica.

Apesar dos avanços obtidos com as ações da SENAES,¹⁷⁶ trata-se de um campo que estabelece um tensionamento que, simultaneamente, o aproxima e afasta dos pequenos empreendimentos individuais da economia popular (SCHIOCHET, 2014). Um exemplo deste tensionamento é o fato de que a figura jurídica do MEI vem sendo utilizada pelos trabalhadores dos empreendimentos associativos da economia solidária como meio de obtenção de CNPJ, acesso ao crédito e emissão de notas fiscais.¹⁷⁷

O predomínio dos empreendimentos de agricultores familiares evidencia que as políticas de inserção pelo trabalho, por meio dos empreendi-

¹⁷⁶ Em 2014, existiam ações de apoio à economia solidária em todos os estados da Federação (IBGE, 2015).

¹⁷⁷ Conforme registrado por Costa (2016), a partir de informações coletadas em reuniões, feiras e Fórum Metropolitano de Economia Solidária de Belo Horizonte.

mentos da economia solidária, dadas as condições atuais, encontram grandes dificuldades para incluir no seu campo de ação cerca de 16 milhões de trabalhadores que ganham o seu sustento por meio de uma economia popular urbana, e a quase totalidade dos que se encontram na situação de desemprego aberto ou desemprego oculto pelo trabalho precário.

O art. 203, inciso III, da Constituição Federal de 1988 define que, dentre os objetivos da assistência social, que será prestada a quem dela precisar, independentemente de contribuição à seguridade social, está “a promoção da integração ao mercado de trabalho”. Entretanto, segundo Castro (2010, p. 9) e outros, as discussões sobre inserção produtiva na gestão pública trazem sempre como premissa a vulnerabilidade social em que se encontra parte da população brasileira.

Assistir esta população e dar-lhe oportunidades de se emancipar é uma questão que está posta nas leis brasileiras, seja na Constituição ou em pontos mais específicos da legislação. Exemplo disto é o Art. 25, Inciso V da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que declara que projetos e programas de capacitação e inserção produtiva são formas de enfrentamento da pobreza e, portanto, conformam um investimento econômico e social voltado para os grupos populares (CASTRO, 2010, p. 9).

Em 2015, o IBGE publicou os resultados da primeira edição do Suplemento de Inclusão Produtiva da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Conforme os termos dessa pesquisa, “o principal objetivo da inclusão produtiva é proporcionar aos indivíduos em situação de vulnerabilidade econômica e social o acesso aos mecanismos que possibilitem sua inserção formal – como empreendedores ou empregados – na produção de bens e serviços” (IBGE, 2015, p. 15).

No meio urbano, as ações de inclusão produtiva objetivaram promover o acesso ao emprego formal por meio da qualificação profissional e da intermediação de mão de obra, promover o micro empreendedorismo individual e a economia popular solidária, mediante serviços de formalização, fomento e assistência técnico-gerencial. Essas ações complementam as políticas de proteção social e de garantia de renda. As instituições responsáveis pela execução dessas políticas, tanto na esfera estadual quanto na municipal, orientaram suas ações para os denominados grupos socioeconomicamente vulneráveis da população, ou seja, os inscritos no CadÚnico, como os beneficiários do programa Bolsa Família, desempregados, população em situação de rua, catadores de materiais recicláveis, egressos de cursos de

qualificação e capacitação profissional. As ações relacionadas à mobilização e sensibilização para cursos de qualificação profissional e a intermediação de mão de obra são as que estão presentes em maior número de Unidades da Federação. As ações implementadas pelas gestões municipais apresentam um comportamento semelhante, direcionadas, em sua maior parte, para os inscritos no CadÚnico e os desempregados (IBGE, 2015).

Esses programas, com ações essencialmente pautadas pelo emprego assalariado regular, seja como condição de acesso, no caso do seguro-desemprego, seja como referência de destino, no caso das ações de qualificação e intermediação, confrontam-se com uma realidade em que o emprego regular assalariado, no Brasil, em 2015, correspondia a pouco mais de 1/3 da PEA, e o trabalho desprotegido somado aos desempregados atingia 47% da PEA, abrangendo cerca de 49,6 milhões de pessoas. Diferentemente do que ocorria até os anos 1970, não mais existem razões que permitam supor que essas pessoas serão engatadas, por meio do crescimento econômico, ao emprego regular assalariado.

Coraggio (2004, p. 200) observa que as ações de qualificação e intermediação de mão de obra dirigidas para pessoas isoladas, sem uma perspectiva clara do que se pretende construir, não são suficientes por si mesmas. Em geral, a maioria dos (re)qualificados não consegue trabalho. O problema não se resolve pela integração dessas políticas, ofertando a cada pessoa um “pacote de ações”. A questão a ser respondida é: qual sistema se pretende desenvolver com as ações de capacitação, intermediação e oferta de crédito?

Sem responder a essa indagação, mas numa perspectiva diferente dos programas tradicionalmente existentes, o governo do estado da Bahia implantou, em 2011, no âmbito da então Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES)¹⁷⁸, um programa que tem por objetivo incluir socioproductivamente, pelo trabalho decente¹⁷⁹, pessoas em situação de pobreza e com po-

¹⁷⁸ Atual Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS).

¹⁷⁹ O *trabalho decente*, tal como definido pela OIT, é um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, capaz de garantir uma vida digna às pessoas que o desenvolvem. O adjetivo “decente” inclui um critério qualitativo: inclusão produtiva não é qualquer oportunidade de trabalho. Por inclusão socioproductiva, portanto, não se entende um simples acesso ao mercado, mesmo porque dele ninguém escapa, mas um acesso aos direitos econômicos e sociais na condição de trabalhadores (cf. KRAYCHETE, FLEM, 2014).

tencial laborativo,¹⁸⁰ tendo por referência uma abordagem conceitual da economia dos setores populares¹⁸¹. O programa parte exatamente da constatação que o emprego regular assalariado não se constitui numa perspectiva realista para a maior parte da força de trabalho e da estimativa de que, apenas na RMS, cerca de 400.000 pessoas ganham o seu sustento por meio de um trabalho realizado de forma individual ou familiar. Não se trata, portanto, de ações para integrar o trabalhador no mercado de trabalho assalariado, nem ações que pretendam transformar o ex-assalariado em micro ou pequeno empresário. Assim, o programa presta um serviço inovador¹⁸² de assistência técnica regular para pessoas que já exercem um trabalho de forma individual ou familiar no âmbito da economia dos setores populares, tal como ilustrada, no primeiro capítulo deste livro, na situação-tipo da “mulher que vive de vender geladinho”.

Uma característica desse programa é que o serviço de assistência técnica é realizado por agentes de desenvolvimento que são moradores da própria comunidade, objetivando garantir uma capilaridade das ações que dificilmente seria alcançada por agentes externos. Guardadas as devidas proporções, a caracterização do trabalho de assistência técnica realizado por este programa se inspira na prática dos agentes de saúde junto às famílias. Não se trata, portanto, da realização de cursos, mas de encontros de trabalho regulares com os trabalhadores que “tocam” os seus empreendimentos. Nos primeiros dois meses, os agentes fazem, em campo, o estudo de viabilidade da atividade realizada pelo trabalhador, que o programa denomina de “empreendedor”, utilizando uma metodologia apropriada. O ponto de partida é a forma concreta como cada trabalhador realiza a produção de bens e serviços. Nestes termos, o estudo de viabilidade consiste num auto-

¹⁸⁰ Cf. Decreto nº 13.167, de 11 de agosto de 2011, que instituiu o *Programa Vida Melhor* do Governo do estado da Bahia. Não se pretende aqui fazer um balanço das ações desse programa, mas tão somente explicitar o seu referencial conceitual e intencionalidades.

¹⁸¹ O programa teve por base o referencial teórico metodológico desenvolvido por este autor.

¹⁸² Em 2013, o *Programa Vida Melhor Urbano* recebeu, do Ministério do Desenvolvimento Social, o prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social, que visa reconhecer e valorizar as experiências inovadoras de governos estaduais e municipais nas áreas de assistência social, segurança alimentar e nutricional, transferência de renda e inclusão produtiva. Em 2015, esse programa foi objeto de avaliação de World Without Poverty (WWP), uma parceria do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ministério do Desenvolvimento Social, que tem por objetivo disseminar experiências inovadoras de inclusão social pelo trabalho (cf. VILLAROSA; CURRALERO, 2016). Para uma avaliação do programa, ver também SEDES (2014).

diagnóstico, realizado pelo próprio trabalhador, estimulado pela assistência técnica. A sua realização implica, necessariamente, a participação ativa do trabalhador. Não se trata de um trabalho exclusivamente técnico ou uma consultoria econômica realizada isoladamente por especialistas externos.¹⁸³

Conforme descrito no manual de orientação metodológica do programa (FLEM, 2014), a participação direta dos empreendedores na construção do estudo de viabilidade econômica é um princípio metodológico fundamental para que haja uma efetiva apropriação dos conhecimentos gerados, e para o fortalecimento das relações de autonomia e não de dependência dos empreendedores. Autonomia entendida não como autossuficiência, mas como a capacidade dos empreendedores identificarem, com maior segurança, o conjunto das condições necessárias para a obtenção de ganhos econômicos e sociais no trabalho que realizam. Nestes termos, o essencial do estudo de viabilidade é o aprendizado proporcionado pelo seu próprio processo de realização, ampliando e aperfeiçoando a compreensão do trabalhador sobre as condições necessárias à viabilidade da atividade que realiza e a sua capacidade de intervir criticamente na realidade em que se situa. Ao contribuir para a construção desse conhecimento, o agente desempenha um papel essencialmente educativo.¹⁸⁴ Concebido desta forma, o estudo de viabilidade constitui-se num meio ou numa ferramenta para a definição das demais ações a serem desenvolvidas pelo serviço de assistência técnica, considerando a realidade de cada empreendimento, a exemplo de:

- informações e orientações regulares sobre a formalização como Micro Empreendedor Individual (MEI) e sobre as implicações dessa formalização para os trabalhadores;
- identificação, a partir do estudo de viabilidade, da necessidade ou não de acesso ao financiamento em condições adequadas à realidade de cada empreendimento, de forma a que o trabalhador tenha as informações necessárias para decidir, com segurança, sobre a conveniência de recorrer a

¹⁸³ Difere, portanto, dos serviços tradicionalmente orientados para as microempresas, realizados por consultores externos que elaboram um plano de negócios de caráter essencialmente econômico. Não se restringe a identificar receitas e despesas para obter um ganho econômico. Pretende contribuir para remover situações de privação e promover o acesso a direitos como condição indispensável para o ganho econômico.

¹⁸⁴ Não se trata, apenas, de saber fazer as contas ou cálculo econômico. O importante é compreender o processo de como chegar aos números. Nesse sentido, a própria natureza da metodologia do estudo de viabilidade para os empreendimentos da economia popular urbana pressupõe uma capacitação apropriada dos agentes como assessores-educadores.

uma instituição de microfinanças¹⁸⁵;

- identificação das necessidades de capacitação e organização da oferta de atividades formativas, considerando o perfil dos trabalhadores e as características das atividades que realizam;
- estímulo para ações conjuntas ou em rede (compras coletivas realizadas por empreendimentos de um mesmo segmento, feiras locais, atividades formativas etc.).

Complementarmente, os agentes de desenvolvimento devem estar aptos a prestar informações básicas sobre programas de capacitação e intermediação de emprego e políticas de proteção e assistência social que possam ser acessados pela família dos empreendedores (cf. FLEM, 2014).

No Brasil, a economia popular urbana abarca cerca de 16 milhões de trabalhadores, que, inseridos em pleno mundo do mercado e do cálculo econômico, ganham o “pão de cada dia” fora da ordem da sociedade salarial, sem os atributos do denominado empreendedorismo e os requisitos do trabalho associativo, para os quais a noção de informalidade mais confunde do que revela o que lhes há de peculiar. Estão fora do horizonte conceitual e prático das ações predominantes de inserção social pelo trabalho, ou dele se aproximam apenas tangencialmente.

Guimarães Rosa ensinava que *só se sai do sertão é tomando conta dele adentro*. Pode-se dizer que, para superar essa economia dos setores populares, é preciso adentrá-la. Em termos práticos, isso amplia o horizonte de percepção das políticas de inclusão socioproductiva para além das possibilidades de geração de emprego assalariado regular.

¹⁸⁵ É possível, por exemplo, que, para alguns empreendimentos, o microcrédito não seja a melhor opção, requerendo outras formas de financiamento, ao lado de orientações sobre o acesso a programas que proporcionem um amparo social para essas famílias.

5. ECONOMIA DOS SETORES POPULARES E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O drama é que temos pensamentos compartimentados, enquanto os problemas são solidários. Um problema científico é também um problema político, e ele próprio reconduz à ciência.

E. Morin: *A inteligência da complexidade*

Este capítulo busca evidenciar uma relação entre economia de mercado, sociedade e movimentos sociais, geralmente eclipsada pela naturalização da identidade usualmente aceita entre mercado e capitalismo. Se, por um lado, as teorias neoliberais contrapõem essa identidade à economia regulada pelo Estado, por outro, a crítica ao discurso neoliberal uniformiza os conceitos de “mercado”, “economia de mercado” e “capitalismo” como se fossem mais ou menos a mesma coisa, em relação a quem os interesses dos movimentos sociais estariam em oposição. Assim, tendo como pano de fundo a visão de Braudel sobre essa diferenciação entre economia de mercado e capitalismo, busco refletir sobre o mercado – num sentido distinto das análises geralmente aceitas –, como um espaço de atuação dos movimentos sociais contra a exclusão imposta pela ordem capitalista, identificando a vigência da política onde a sua existência é frequentemente ignorada. Com base nesta reflexão, busco problematizar três visões: i) o ponto de vista predominante na teoria econômica, segundo o qual seria impossível juntar economia com solidariedade; ii) uma visão que, ao fazer a crítica ao capitalismo, rejeita a economia solidária como prática transformadora; e iii) uma outra visão que, ao propugnar por uma “economia popular e solidária”, exclui o trabalho realizado de forma individual pelos setores populares, classificando-o pela negatividade da economia informal como um “simulacro das práticas mercantis oficiais”. Por fim, argumento que a inserção social pelo trabalho, no âmbito da economia dos setores populares, e as possibilidades de transformação dessa economia dependem de uma *ambiência* como espaço social, político e institucionalmente construído.

A DIMENSÃO POLÍTICA DE UMA ABORDAGEM CONCEITUAL: retornando às ‘cenas da vida’... para transformá-las

Até o início da década de 1990, as análises concernentes aos movimentos sociais atribuíam pouca importância política às iniciativas populares que se dedicavam à produção e/ou comercialização de bens e serviços. Falava-se apenas em economia informal e pode-se dizer que essas análises expressavam um certo preconceito, como se as organizações populares se maculassem ao entrar em contato com o mercado. Ou, então, eram destituídas de poder efetivo, vistas como uma expressão das ações assistencialistas destinadas a amenizar as situações de pobreza. É possível que a percepção destas iniciativas tenha sido eclipsada pela relevância assumida por atores da luta sindical e da luta pela terra, ou pela perspectiva de que somente as mudanças políticas estruturais nas relações de poder permitiriam pensar ou construir um mundo melhor.

Ao final da década de 1990, somando-se as diversas formas de resistência a um modelo econômico estruturalmente excludente e concentrador da renda, multiplicaram-se as iniciativas de organizações populares diretamente empenhadas na criação de atividades econômicas como uma das formas de luta pela vida. São práticas e soluções que supõem a vinculação ao mercado no enfrentamento dos temas como trabalho, renda e políticas públicas. No campo, a luta pela terra se desdobrou em mobilizações por linhas de crédito adequadas à agricultura familiar e em atividades de beneficiamento e comercialização da produção, como meio de agregar valor aos seus produtos. Estas atividades foram sendo assumidas por inúmeras organizações de trabalhadores, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, por associações e cooperativas de trabalhadores em várias regiões do país.

Em geral, como revela o mapeamento dos empreendimentos da economia solidária, estas atividades apresentam evidentes fragilidades: problemas de volume de produção, pouca ou nenhuma familiaridade com as questões econômicas e de gerenciamento, práticas de comercialização bastante limitadas etc. Entretanto, neste processo, essas organizações acumulam informações e conhecimentos, são instadas a aumentar a sua capacidade de proposição e de negociação, ensejando novas formas de se relacionarem com o Estado e com a sociedade. Em outros termos, a organização para a atividade econômica descortina, para os trabalhadores associados, um horizonte de percepção bem mais amplo e complexo (circulação de

mercadorias, mercado consumidor, acesso a crédito, modalidades de comercialização, acesso a mercados institucionais etc.), repercutindo na forma como a produção se realiza (quantidade e qualidade do produto, classificação, embalagem, beneficiamento, transporte etc.), e na própria qualidade das relações que estabelecem entre si na organização do processo de produção. No caso dos agricultores familiares isto, simultaneamente, pressupõe e estimula o domínio de relações mais complexas, que exigem capacidade de organização e de proposição sobre um universo bem mais extenso do que aquele que se percebe quando o olhar se restringe aos limites da área cultivada.¹⁸⁶

Nas cidades, os empreendimentos associativos enfrentam condições mais adversas em relação aos agricultores familiares, que desenvolvem, coletivamente, atividades de beneficiamento ou comercialização dos seus produtos. Não por acaso, os empreendimentos associativos estão localizados, sobretudo, nos espaços rurais. Nas cidades, algumas iniciativas dos empreendimentos associativos interagem com políticas mais abrangentes, a exemplo das organizações dos catadores, a organização para uso de moedas sociais e a organização de espaços para a comercialização coletiva, sobretudo artesanatos produzidos individualmente por cada trabalhador. Assim, nas cidades, a economia dos setores populares se expressa, essencialmente, pelo trabalho realizado de forma individual e familiar, que constitui uma extensa economia popular urbana. Entretanto, conforme Abramovay *et al.* (2003) não existe, entre esses trabalhadores, com uma extração profissional tão diversificada, uma identificação de pertencimento a uma mesma categoria social. Ou seja, não se observa, nessa economia popular urbana¹⁸⁷ a existência de uma identidade aglutinadora, ou as condições para a sua forma-

¹⁸⁶ Ao realizar a comercialização, o empreendimento associativo estabelece, simultaneamente, dois tipos de relações: externamente, com o mercado (diferentes tipos de compradores) e suas exigências em relação ao produto (qualidade, classificação, quantidade mínima, preços etc.); e internamente, entre os associados, na definição das “regras do jogo”, ou seja, as implicações, ganhos, riscos e responsabilidades que cabem a cada um no processo de comercialização. Assim, a comercialização promovida pelo empreendimento associativo envolve relações mais complexas do que aquelas realizadas por uma empresa privada. Ou seja, ao realizar a comercialização, o grupo deve conhecer os caminhos do mercado e, simultaneamente, promover novas relações entre os associados. Nem sempre a relação com o mercado mais amplo é o mais difícil de ser alcançado. É nas relações internas entre os associados que residem os maiores desafios para o êxito da comercialização coletiva (KRAYCHETE, 2007).

¹⁸⁷ Abramovay *et al.* (2003) utilizam o termo “economia informal urbana” para denominar o trabalho realizado por conta própria, de forma individual ou familiar.

ção. Não está claro que se identifiquem como empreendedores familiares ou de pequeno porte, como usualmente são denominados por algumas ações governamentais ou de organizações não governamentais.¹⁸⁸ Pela forma como se integram no mundo do trabalho, não são passíveis de sindicalização.

Cabe destacar, entretanto, que esses trabalhadores que ganham o seu sustento em atividades individuais ou familiares no âmbito da economia dos setores populares, estão na base de vários movimentos sociais urbanos, sobretudo dos movimentos vinculados à luta pela moradia, a exemplo das organizações e movimentos dos trabalhadores sem teto. Uma preocupação presente nestas organizações, sobretudo nas situações em que conquistaram uma moradia, é justamente a condição de trabalho das famílias que, em sua quase totalidade, vivem de atividades realizadas de forma individual ou familiar¹⁸⁹, e a demanda por ações que contribuam para uma melhoria econômica e social dessas atividades.

Lautier (1993) observa que, na América Latina, as palavras “cidadão” e “cidadania” possuem um uso extenso: a instalação de água encanada, o preço dos transportes urbanos, a legalização dos terrenos das “invasões” são considerados como demandas de reconhecimento de cidadania, ou, em outros termos, “condições de acesso à cidadania”. Este autor observa que, se para os europeus a cidadania social deriva da contradição entre direitos políticos do cidadão-assalariado e sua condição econômica, na América Latina, a reivindicação dos direitos sociais não deriva do exercício da condição salarial. Ou seja,

[...] a ‘cidadania social’ não pode ser concebida e reivindicada como uma extensão da cidadania salarial, expressão que designa o agenciamento específico dos cidadãos integrados de forma vitalícia no regime de trabalho assa-

¹⁸⁸ Pesquisa realizada pelo SEBRAE sobre o microempreendedorismo em favelas do Rio de Janeiro (IETS, 2012) revela que os trabalhadores denominados de microempreendedores não se identificam com esse termo e se sentem mais confortáveis em responder que são comerciantes, negociantes ou vendedores. Para os trabalhadores entrevistados, o termo microempreendedorismo corresponderia a um certo perfil de formalização, com maior tamanho do negócio e nível de rendimento. Conforme essa pesquisa, grande parte dos denominados microempreendedores são trabalhadores por conta própria não formalizados, com quase a metade deles (46%) obtendo um rendimento que garante apenas o próprio sustento ou a sobrevivência.

¹⁸⁹ Esta afirmação tem por fonte os relatos registrados pelo autor nas atividades de capacitação dos agentes do *Programa de Inclusão Socio Produtiva Vida Melhor Urbano* do Governo do estado da Bahia, e na participação em encontros da Câmara Técnica de Habitação do ConCidades/Ba, com a presença de representantes dos movimentos de luta pela moradia. Os dados do CadÚnico – condição de acesso aos programas de habitação de interesse social – também revelam que, na RMS, 70% dos que declararam a ocupação são trabalhadores por conta própria.

lariado, e em seus direitos civis, políticos e sociais. De fato, o movimento de democratização cresceu, muito embora a miragem industrialista da CEPAL e a integração de todos à condição de trabalhador assalariado formal, à medida que a história avança, esteja cada vez mais distante (LAUTIER, 1993, p. 34).

É neste quadro social, em que o acesso à cidadania “é visto como o acesso às condições econômicas do exercício dos direitos políticos, quaisquer que sejam as relações sociais de trabalho nas quais o indivíduo esteja inserido” (LAUTIER, 1993, p. 35), que as ações das organizações econômicas populares, numa realidade como a brasileira, apontam para a resistência e proposições, desde o interior da economia de mercado, contra a exclusão imposta pela ordem capitalista (KRAYCHETE, 1997). Almejam uma melhoria na qualidade das condições de vida, ou seja, ampliar os seus “direitos de cidadania”. Mesmo que de forma ainda incipiente e não explícita, a percepção dos mercados pelas organizações populares como uma realidade simultaneamente econômica e social contesta a visão liberal de autorregulação do mercado, visto como um regulador sem reguladores. Pode-se dizer que expressam lutas contra a subordinação (LACLAU; MOUFE, 1987) ou por direitos econômicos e sociais. Assim, é possível identificar a política para além dos espaços tradicionais dos partidos e do Estado, e percebê-la onde a sua existência é posta em questão ou, com mais frequência, ignorada (LEFORT, 1991).

Convém insistir que não se trata de idealizar os empreendimentos da economia solidária como se fossem motivados e regidos exclusivamente por valores supostamente virtuosos de cooperação e solidariedade. Os trabalhadores que se organizam em empreendimentos econômicos associativos podem encontrar razões para a cooperação, mesmo quando movidos pelo autointeresse. A atividade econômica não se assenta num único princípio motivador e organizador, seja a solidariedade ou o autointeresse (SEN, 1999; ASMAN; SUNG, 2000).

Do ponto vista da teoria econômica predominante, seria impossível juntar economia com solidariedade. O comportamento econômico racional seria aquele movido pelo egoísmo, pelo autointeresse. Um trecho de Adam Smith, frequentemente citado, reflete esta crença da economia tradicional:

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas sim da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (SMITH, 1996, p. 74).

Sen (1999), ganhador do Prêmio Nobel de Economia, critica o que seria uma interpretação errônea de Smith, observando que os comentários desse autor sobre a miséria e o papel das considerações éticas no comportamento humano, contidos em outras partes dos seus escritos, foram relegadas ao esquecimento, à medida que a própria consideração da ética caiu em desuso na economia. Amartya Sen lembra, ainda, que o comportamento humano é regido por uma pluralidade de motivações¹⁹⁰ e não apenas pelo egoísmo ou autointeresse: “o egoísmo universal como uma realidade pode muito bem ser falso, mas o egoísmo universal como um requisito da *racionalidade* é patentemente um absurdo” (SEN, 1999, p. 32, *itálico do autor*).

Desde uma perspectiva crítica à economia capitalista, há quem interpele a economia solidária com o argumento de que seria uma modalidade de trabalho para abrandar ou mascarar a exploração capitalista¹⁹¹. Deve-se admitir, entretanto, que os empreendimentos associativos, hoje denominados de economia solidária, antecedem a qualquer esquema teórico¹⁹², nem sempre ou apenas parcialmente claro ou avocado pelos trabalhadores que, por iniciativa própria, organizam-se em formas de trabalho que antecedem o que, agora, as novas noções (economia solidária, economia popular solidária, economia social e solidária, economia do trabalho) buscam denominar ou projetar. Trata-se, portanto, de uma forma social de produção que se desenvolveu, historicamente, contestando a organização capitalista do trabalho. Nestes termos, do ponto de vista de uma análise crítica da economia capitalista, não existem razões para se rejeitar a organização dos empreendimentos da economia solidária,¹⁹³ sob o argumento que tratar-se-ia de um novo devaneio concebido para abrandar uma inexorável exclusão social.

¹⁹⁰ [...] negar que as pessoas sempre se comportam de modo exclusivamente auto-interessado não equivale a afirmar que elas sempre agem com altruísmo. [...] A verdadeira questão é se existe ou não uma pluralidade de motivações ou se unicamente o auto-interesse rege os seres humanos.”. (SEN, 1999, p. 35). Amartya Sen (2000) afirma a importância dos empreendimentos econômicos associativos como fator de mudanças sociais, não apenas em termos de benefícios econômicos, mas no modo de pensar das pessoas envolvidas.

¹⁹¹ Ver, Wellen (2012) e Alves; Tavares (2006).

¹⁹² Como se sabe, as experiências cooperativistas surgem no século XIX como uma resistência à produção capitalista. Ver, a respeito (SINGER, 1998). Polanyi (2000) também descreve algumas iniciativas propostas por pensadores liberais, desde o século XVIII que tratam de auto-organização dos trabalhadores. (Ver pp. 131-133 e 155). No século XIX, as cooperativas de trabalhadores eram vistas como uma ameaça ao lucro e à organização capitalista do trabalho (MARGLIN, 2001).

¹⁹³ Como já indicado estão excluídas desta definição as cooperativas empresariais e as pseudo-cooperativas, que servem de fachada para burlar direitos trabalhistas.

Para outra visão, igualmente crítica da economia de mercado, mas que propugna por uma “economia popular e solidária”¹⁹⁴, o trabalho realizado de forma individual pelos setores populares comporia o que denomina de economia informal – que seria um “simulacro das práticas mercantis oficiais”, na medida em que as reproduz sem o registro legal –, ao lado da qual estariam as modalidades de “comércio subterrâneo ou ilícito”, a exemplo do tráfico de drogas. Assim, para esta visão, a “economia popular e solidária” seria aquela composta *apenas* pelas atividades associativas, não abarcando o trabalho realizado de forma individual. Nestes termos, segundo esta visão, a situação-tipo da “mulher que vive de vender geladinho” seria categorizada como trabalho informal (porque é individual e não associativo) e, portanto, sem chances de compor o que denomina de “economia popular e solidária”. Na prática, essa concepção conduziria a situações exóticas em termos de políticas de inserção social pelo trabalho: incluiria os trabalhadores que, na cidade, produzem alimentos de forma associativa (situação-tipo 3, das “cenas da vida”), mas excluiria a “mulher que vive de vender geladinho”, que podem ser vizinhos no mesmo bairro. Os trabalhadores representados por essa situação-tipo seriam “populares”, mas não “solidários”.

Não é plausível que a forma de integração à sociedade da “mulher que vive de vender geladinho”, pelo fato de não produzir de forma associativa, se elucide pela condição de chefe de empresa e não como trabalhadora. Denominá-la de informal, em nada revela o que há de peculiar na sua situação social: trabalhadora informal? empresária informal? Não é assalariada e nem possui os atributos do empreendedorismo e do trabalho associativo.

Recoloca-se, assim, a questão basilar do presente estudo, ou seja, a situação em que as categorias de análise ofuscam, não captam ou restringem o entendimento de uma realidade social, estabelecendo, no âmbito conceitual, um “limbo” de relações sociais não reconhecidas, e reafirma-se a compreensão de que as categorias de análise retroagem sobre as estruturas, influenciando-as (IVO, 2008b), repondo, do ponto de vista analítico, as condições que reproduzem a disjunção entre cidadania e trabalho. Neste passo, entretanto, põe-se em evidência que o ofuscamento da realidade social também se opera a partir de uma certa visão crítica da organização capitalista do trabalho e que propugna por uma “economia popular e solidária”.

¹⁹⁴ Cf. França Filho (2006, p. 59).

Certamente as várias modalidades de produção de bens e serviços pelos trabalhadores que ganham o seu sustento no âmbito da economia dos setores populares, seja sob a forma do trabalho individual, familiar ou associativo, estão inseridas na economia de mercado, como todas as demais formas de produção, inclusive as não monetárias e não mercantis, seja pela compra de insumos seja pela demanda que atende. Não são um enclave, nem levitam num espaço vazio.

Podem existir várias respostas para a indagação se o trabalho realizado de forma individual ou associativa, no âmbito da economia dos setores populares, é funcional ou não para o capital. Tudo pode servir ao capital, ou o capital de tudo pode buscar se servir. O essencial, entretanto, não reside nas repostas possíveis. Em outros termos, é a pergunta que está “errada” ou deve ser posta em causa. Numa realidade como a brasileira, não apenas estruturalmente desigual, mas que se distingue pela magnitude dessas desigualdades como condição estruturante de sua sociabilidade (CARDOSO, 2010), com 50% da força de trabalho sem proteção social, talvez a pergunta a ser feita não seja se esse trabalho é funcional ao capital, mas quais as implicações que dele resultam para a vida cotidiana de milhões de pessoas e famílias. É inescapável que se reproduzam pela privação de bens e direitos? Pela reposição da disjunção entre trabalho e cidadania?

Deve-se considerar que, no Brasil, a economia popular urbana abrange cerca de 16 milhões de pessoas que ganham o seu sustento com um trabalho realizado individualmente. Como analisamos no primeiro capítulo deste estudo, catalogar essas pessoas sob a etiqueta de trabalho informal, mais esconde do que revela uma realidade que se pretende transformar. Na RMS, essa economia popular urbana abrange cerca de 400 mil pessoas. Nesta Região, os empreendimentos associativos reúnem apenas cerca de 1.000 pessoas, correspondendo a menos de 0,3% dos trabalhadores da economia popular urbana. Nos espaços urbanos, as pessoas que integram os empreendimentos associativos não são os assalariados do setor público ou privado, mas pessoas que, em geral, sempre tiraram o seu sustento das atividades realizadas de forma individual ou familiar. Assim, qualquer política direcionada para a inserção social pelo trabalho, nos empreendimentos econômicos associativos, não pode desconsiderar a compreensão da dinâmica peculiar da economia dos setores populares, tal como existe concretamente nos espaços urbanos. Numa realidade como a brasileira, pensar a inserção social pelo trabalho no âmbito da economia solidária é pensar o *popular*.

Cabe lembrar, também, que os clientes dos Bancos Comunitários – considerados como um empreendimento da economia solidária – são as pessoas que trabalham de forma individual ou familiar e que integram a economia dos setores populares. O serviço de assistência técnica realizado pelo Governo do estado da Bahia¹⁹⁵ aos empreendimentos da economia popular urbana aponta para as possibilidades de ações comuns a partir da atividade individual de cada trabalhador, a exemplo de compras coletivas, estruturação de fundos rotativos de crédito, feiras e demais experiências de comercialização conjunta, convergindo para a ampliação das práticas de economia solidária. Ou seja, a atividade associativa, nestas circunstâncias, aparece como uma alternativa para obtenção de ganhos econômicos e sociais, e não como uma atividade que se faz constrangido por falta de opção diante do desemprego¹⁹⁶. Por outro lado, o serviço de assistência técnica prestado pelos Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL) aos empreendimentos associativos depara-se com trabalhadores que produzem individualmente, sobretudo artesãos, mas que se organizam ou podem ser estimulados a se organizarem para diferentes modalidades de comercialização coletiva.¹⁹⁷

Apesar destas razões, há um certo preconceito, como se os empreendimentos individuais ou familiares urbanos carregassem ou fossem portadores do “pecado” da produção individual, diferentemente dos agricultores familiares¹⁹⁸ ou dos empreendimentos que, por serem associativos, seriam intrinsecamente bons. Assim, os empreendimentos individuais ou familiares seriam populares, mas não solidários e, portanto, não estariam ao alcance das políticas em apoio aos empreendimentos da economia solidária. A hipótese aqui contida é que uma mudança de qualidade dos empreendimentos da economia dos setores populares não se contrapõe, mas favorece o desenvolvimento dos empreendimentos associativos populares.

Como indica Paul Singer,

¹⁹⁵ *Programa Vida Melhor* urbano, descrito no capítulo 4.

¹⁹⁶ Nos espaços urbanos, conforme o mapeamento da economia solidária, a falta de opção diante do desemprego foi a principal motivação para a organização do empreendimento associativo.

¹⁹⁷ Informação obtida pelo autor nas atividades de capacitação que realizou para os técnicos dos CESOL, vinculados à SETRE, no período de 2012 a 2015.

¹⁹⁸ Nos espaços rurais, os empreendimentos da economia solidária também são constituídos, sobretudo, por pessoas que, no âmbito de uma mesma unidade domiciliar, exercem diferentes atividades agrícolas e não agrícolas, realizadas de forma individual ou familiar.

[...] a luta contra a pobreza mudou de rumo. Não se trata mais de apenas redistribuir o valor criado pelo capital, mas de criar condições para que a pequena produção possa se expandir, melhorar seus produtos e processos de produção, tendo em vista o aumento do ganho do trabalhador autônomo, individual ou associado. Trata-se também de redistribuir a propriedade como meio para redistribuir a renda. Isto significa batalhar pelo aumento do potencial produtivo da economia popular e pelo aumento do seu poder de mercado, este último pelo fortalecimento do associativismo tanto na produção, como na intermediação comercial e financeira (SINGER, 2004, p. 14).

Num país como o Brasil, que experimentou, apenas parcialmente, o Estado de Bem-estar europeu e onde um grande contingente de trabalhadores sempre esteve fora do emprego assalariado regular, a inserção pelo trabalho, no âmbito da economia dos setores populares, pode somar-se ao processo mais amplo de transformação do trabalho: do estatuto de carência para o estatuto político de produtor e produto da cidadania. Representaria, portanto, um passo e uma forma de caminhar, ao lado de outros, num itinerário pela desmercantilização da força de trabalho, para além das modalidades de desmercantilização utilizadas na emergência das sociedades salariais, mas considerando padrões de socialização da economia fora da relação do emprego. É no âmbito desse processo maior que é mais plausível antever as potencialidades emancipadoras dos empreendimentos associativos e as expectativas em relação à economia popular urbana, não como algo que expresse um novo ponto de chegada ou que se revele como o novo demiurgo que recria e remodela a sociedade, mas convergindo com outras iniciativas, antigas e novas, suscitadas pela vigência de práticas sociais transformadoras (KRAYCHETE, 2001). Entretanto, não é incompatível à lógica do discurso conservador retraduzir os atributos que a economia solidária busca expressar transformando-os numa miragem. As ações por uma transformação da economia dos setores populares, aí incluídos os empreendimentos associativos, como as demais lutas, podem ser articuladas a discursos bem diferentes (LACLAU; MOUFFE, 1987)¹⁹⁹. Em outras palavras, conferem-se ao capital a posse e o gozo dos fundos públicos, mantêm-

¹⁹⁹ As formas que as lutas contra a subordinação podem assumir não têm uma direção única, pré-determinada, mas resultam de uma luta hegemônica. Podem ser articuladas a discursos bem diferentes. É esta articulação que confere o caráter dessa luta, não o lugar do qual provem. O feminismo ou a ecologia, por exemplo, existem sob múltiplas formas, que dependem do modo como o antagonismo é discursivamente constituído. A transformação social não se esgota na autogestão, que pode ser construída desconsiderando certos direitos das mulheres, dos imigrantes ou das lutas ecológicas (LACLAU; MOUFFE, 1997).

se inalterada a regressividade do sistema tributário, subtraem-se do trabalho os direitos sociais – reduzindo a força de trabalho à condição de uma mercadoria – e reservam-se as sobras para mitigar a pobreza... solidariamente. Trata-se, portanto, do controle democrático sobre a produção e o uso do excedente. Mas, como observa Harvey (2012, p. 62) o aumento da parcela do excedente sob o controle do Estado só funcionará se o próprio Estado reformular-se e se colocar sob o controle democrático do povo e da cidadania. Em outras palavras, trata-se da cidadania impor direitos sociais como princípios reguladores da economia.

INSERÇÃO SOCIAL E ECONOMIA DOS SETORES POPULARES: uma ambiência necessária

As condições de existência dos empreendimentos da economia dos setores populares, tal como eles efetivamente se apresentam, são marcadas por uma *ambiência*, que abrange e expressa, simultaneamente, os aspectos internos e externos às atividades que realizam em diferentes momentos e espaços, mais ou menos favoráveis, seja sob a forma do trabalho associativo, individual ou familiar.

Do ponto de vista micro, considerando os aspectos internos ao funcionamento de um empreendimento associativo, as suas condições de viabilidade são influenciadas, por exemplo, pelo maior ou menor conhecimento dos seus integrantes sobre o conjunto das questões – técnicas, econômicas, comerciais, administrativas etc. –, necessárias ao bom funcionamento da atividade que realizam. Mas existem fatores externos, que não dependem apenas do conhecimento, esforço, organização ou habilidades dos trabalhadores. Por exemplo: um grupo de agricultores familiares que produz polpas de frutas (situação-tipo 2), pode ser muito eficiente no trato das questões internas ao empreendimento, como a seleção da matéria-prima, o conhecimento dos custos de produção, uma definição clara das “regras do jogo” do trabalho associativo com uma gestão participativa etc. Entretanto, a atividade pode se inviabilizar se não dispor de acesso a energia elétrica adequada à produção, ou pela inexistência de um sistema de financiamento apropriado.

Os dados do mapeamento realizado pela SENAES indicam que os empreendimentos econômicos associativos enfrentam condições de produção bastante adversas. A dependência de recursos dos próprios associados e de doações revela a ausência de um sistema de financiamento adequado.

Boa parte dos empreendimentos funciona em locais emprestados, com instalações e equipamentos inadequados. O financiamento e as ações de fomento aos empreendimentos, a exemplo de recursos para estrutura física, aquisição de máquinas e equipamentos, atividades de capacitação e apoio à comercialização ocorrem de forma descontínua, por meio de editais de instituições governamentais, de ações de alcance mais restrito de organizações não governamentais ou de instituições de ensino, a exemplo das incubadoras universitárias. Em geral, a legislação existente tem por base a realidade das médias e grandes empresas, a exemplo da legislação sanitária. São situações e restrições externas, cuja superação não depende apenas da capacidade dos trabalhadores produzirem de forma associada, por mais competentes que sejam na gestão eficaz e participativa dos seus empreendimentos.

Nos espaços urbanos, para além da capacidade técnica ou administrativa dos trabalhadores da economia dos setores populares, as condições de existência das atividades que realizam são diretamente influenciadas pela (in)existência de redes de infraestrutura e serviços locais (transporte e vias de acesso, saneamento, coleta de lixo, iluminação, segurança, áreas de lazer etc.). Se uma trabalhadora que produz individualmente, ou se mulheres que produzem de forma associativa (situações-tipo 1 e 3), não podem entregar os pedidos que recebem porque o narcotráfico impõe restrições à circulação das pessoas e, portanto, das mercadorias, torna-se muito difícil realizar qualquer atividade econômica, por mais qualificadas que sejam essas trabalhadoras²⁰⁰.

Para uma parte significativa dos trabalhadores da economia popular urbana, o local de trabalho é a própria moradia. Para a economia popular, a moradia é um dos ativos físicos mais importantes e resulta de uma larga tradição de luta por sua aquisição. Num quadro social em que o trabalhador se desloca com muita rapidez de uma situação ocupacional para outra, a posse da moradia adquire um enorme significado como um direito social, tal como exposto por Lautier (1993) em referência ao uso extensivo do conceito de cidadania na América Latina. Mas o trabalho e a moradia não podem gerar valor econômico se não dispõem de outros recursos intangíveis, a exemplo de um *habitat* favorável para a produção (CORAGGIO, 2004, p. 199).

²⁰⁰ Observe-se que uma empresa só se instala numa região se existem condições prévias adequadas. É comum a construção de infraestruturas com o objetivo deliberado de atrair investimentos de grande porte.

Nestes termos, a inserção social pelo trabalho, no âmbito da economia dos setores populares, não depende apenas do empenho individual dos trabalhadores ou de cada empreendimento associativo, como se a resolução de problemas particulares de cada um resultasse numa mudança de qualidade do todo, mas pressupõe uma *ambiência* que incida no alívio ou superação das principais fontes de privação²⁰¹, que marcam as condições de existência desses empreendimentos. Essas privações não se reduzem nem são aferidas apenas por indicadores físicos ou econômicos, mas revelam-se nas (im)possibilidades de escolha, de oportunidades e opções, ou seja, nos direitos que podem ser efetivamente exercidos pelos integrantes dessa economia. Sob esta ótica, a ampliação de direitos econômicos e sociais constitui-se em meio e fim do desenvolvimento dos empreendimentos da economia dos setores populares, e pode garantir sustentabilidade a projetos locais²⁰² ou ao desenvolvimento do município. Assim, a inserção social pelo trabalho, por meio da economia dos setores populares, não resulta de uma soma de experiências bem-sucedidas ou de ações localizadas para a qualificação do trabalhador, mas depende de ações convergentes e complementares de múltiplos agentes e iniciativas nos campos econômico, tributário, social, jurídico e tecnológico. Ou seja, a ampliação dos direitos econômicos e sociais é meio e fim da inserção social pelo trabalho. A possibilidade de ganho econômico não se equaciona no campo da técnica ou da meritocracia, mas no acesso a direitos. Trata-se, portanto, de uma abordagem que se afasta do culto ao empreendedorismo e à empregabilidade, que tem por substrato a visão neoliberal segundo a qual cada “indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7).

Usualmente, o argumento que articula o desenvolvimento e a economia popular solidária é colocado nos termos de um capital social, ou seja, como esses empreendimentos podem promover o desenvolvimento local ou influir num contexto mais amplo, considerando os ativos preexistentes nessas comunidades e redes de confiança entre seus agentes. Entretanto, nas atuais circunstâncias, parece que seria mais apropriado subverter os termos dessa relação. Ou seja: subjacente a uma mudança de qualidade da economia dos setores populares, aí incluído o trabalho realizado de forma individual, familiar ou associativa, encontra-se uma *ambiência*, que expressa não apenas as capacidades internas de cada empreendimento, mas também um espaço político, social e institucionalmente construído pela luta social, por meio do qual é possível ultrapassar-se insuficiências pré-existen-

tes e promover o desenvolvimento dessa economia em condições menos desfavoráveis ou mais justas.

A implementação, pelo governo brasileiro, de algumas políticas no âmbito da agricultura familiar, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ilustra o significado do que denomino de *ambiência* necessária à inserção social pelo trabalho nos empreendimentos da economia dos setores populares. O PAA e PNAE são dispositivos que garantem um mercado institucional para os produtos da agricultura familiar, contribuindo de forma inovadora para a sustentabilidade dos empreendimentos associativos de agricultores familiares. A existência desse mercado institucional permite uma escala de comercialização impossível de ser alcançada no mercado tradicional, resultando em efeitos econômicos e sociais bastante positivos para a população local²⁰³.

No que se refere ao PNAE, a lei que o regulamenta determina que pelo menos 30% dos recursos destinados para a alimentação escolar sejam para a aquisição de produtos *in natura* ou processados da agricultura familiar ou de seus empreendimentos. Com isso, cria-se uma convergência necessária e de reforço às iniciativas locais. Os agricultores familiares, desde que organizados, têm a possibilidade de acessar os dois programas, os quais, ao contribuírem com a segurança alimentar e a promoção do desenvolvimento local, ampliam os espaços de comercialização dos produtos da agricultura familiar²⁰⁴. Cabe destacar que nem o PNAE nem o PAA têm por objetivo a inserção social pelo trabalho ou fornecer um serviço técnico. Entretanto, ao promoverem a segurança alimentar, contribuem para uma *ambiência* favorável à sustentabilidade dos empreendimentos da economia dos setores populares realizados pelos agricultores familiares²⁰⁵. A criação

²⁰¹ Esta formulação se inspira em Sen (2000).

²⁰² Sabe-se, por exemplo, como as transferências monetárias permitiram a diversas comunidades ultrapassarem as condições de extrema pobreza e integração aos circuitos mais amplos.

²⁰³ O PAA foi instituído em 2003 para incentivar a produção de alimentos na agricultura familiar no âmbito de ações voltadas para a segurança alimentar. O programa adquire produtos da agricultura familiar com dispensa de licitação. Há um consenso em afirmar que o PAA contribui para a diversificação da produção e para a melhoria da renda das famílias de agricultores.

²⁰⁴ Não se pretende, aqui, avaliar a operacionalização desses programas e nem desconhecer que eles se deparam com limites estruturais, a exemplo das diferenças regionais da agricultura familiar e da estrutura de distribuição da terra no Brasil, historicamente desigual e concentrada.

²⁰⁵ Sobre a relevância da política de compras do PNAE para os empreendimentos da economia solidária no meio rural ver Vieira (2015).

de um mercado institucional via PAA ou PNAE é uma decisão que se toma no âmbito da política e de políticas estruturantes. Não existe nada semelhante para os empreendimentos da economia dos setores populares nos espaços urbanos. Entendida desta forma, a inserção social pelo trabalho não se resume a uma questão técnica ou estritamente econômica, mas assume uma feição essencialmente social e política. O que está em jogo não são iniciativas pontuais, localizadas, dependentes de recursos residuais ou da ação empresarial considerada como socialmente responsável, mas intervenções públicas comprometidas com um processo de efetividade da justiça social em termos de maior seguridade econômica e proteção social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado da pesquisa aqui realizada permite concluir que, numa realidade como a brasileira, as teses e fundamentações subjacentes aos programas oficiais para a inserção social pelo trabalho – essencialmente orientados para o emprego assalariado regular via seguro-desemprego, qualificação profissional, intermediação de mão de obra, apoio ao denominado empreendedorismo e, recentemente e de forma residual, ações de apoio à economia solidária, – não conseguem captar a dinâmica efetiva do cotidiano dos agentes da economia dos setores populares. Há uma desconexão entre essas categorias de análise e a dinâmica efetiva, mantendo na penumbra, ou como uma face oculta e indefinida desse nosso capitalismo, o trabalho e a vida cotidiana de milhões de pessoas, que parecem compelidas, do ponto de vista analítico, às fimbrias das relações sociais, sobretudo nos espaços urbanos. Ou, dito de outra forma, as categorias de análise ofuscam, não captam ou restringem o entendimento dessa realidade, estabelecendo, no âmbito conceitual, um limbo de relações sociais existentes, mas não reconhecidas. As categorias de análise, por sua vez, retroagem sobre as estruturas, influenciando-as (IVO, 2008b). Repõem-se, assim, do ponto de vista analítico, as condições que reproduzem a disjunção entre cidadania e trabalho. Ou seja, repõem-se e consagram-se, a partir do âmbito teórico/conceitual, as condições que restringem as possibilidades de inserção social pelo trabalho.

O presente estudo buscou superar essa limitação, desvelando e pon-do em evidência, do ponto de vista teórico e prático, as peculiaridades de uma realidade social que se expressa sob a forma de uma economia dos setores populares e as implicações dessa abordagem conceitual para a proposição de políticas de inserção social pelo trabalho. Como ponto de partida, buscou-se interpelar as categorias de análise relacionadas ao mundo do trabalho, usando como recurso descritivo algumas situações-tipo, recurso analítico que ilustra as modalidades típicas e específicas de trabalho que compõem essa economia dos setores populares. O trabalho tipificado nas “cenas da vida” produz mercadorias, mas a capacidade de trabalho dessas pessoas – seja da mulher produzindo geladinho, dos agricultores produzindo associativamente polpas de frutas, ou da produção associativa de alimentos por trabalhadores urbanos – não se constitui numa mercadoria.

Estas situações contrastam com as características do trabalho no capitalismo, marcadas pela mercantilização da força de trabalho. A conquista de direitos sociais universalizados vai expressar um processo histórico de desmercantilização parcial da força de trabalho, um reconhecimento da existência de sujeitos sociais com direitos de cidadania. Pode-se falar em sociedade salarial quando direitos inicialmente relacionados ao trabalho assalariado passam a ser extensivos a toda sociedade. Assim, a noção de Estado social explica-se no contexto histórico em que a economia e a sociedade têm por base o trabalho assalariado (CASTEL, 2012). Esta configuração da sociedade salarial contrasta com a natureza dos vínculos e formas de organização da vida e do trabalho descritas e sistematizadas nas situações-tipo das “cenas da vida”, em que as relações de assalariamento não se universalizaram. Representam condições de trabalho marcadas pela incerteza, vulnerabilidade e privação de bens e direitos. Entretanto, as principais ações que embasam o teor e a direção dos programas de inserção social pelo trabalho têm, primordialmente, por referência a condição de mercadoria da força de trabalho e o acesso a direitos sociais pelo emprego assalariado regular, bem como a assimilação de uma racionalidade do mercado. Nestes termos, esses programas não captam o que há de singular na realidade social correspondente a economia dos setores populares e tipificada nas “cenas da vida”.

Em resumo, a “mulher que ganha o seu sustento produzindo geladinho” não vende a sua força de trabalho como assalariada, não possui os atributos da empregabilidade e do empreendedorismo e nem os requisitos do trabalho associativo, conforme a definição institucional da economia solidária. Defini-la como trabalhadora informal mais esconde do que revela o que há de específico e diferente no trabalho que realiza. O trabalho dessa mulher também não estaria incluído no conceito de “classe que vive do trabalho”, na medida em que é proprietária de “meios de produção”, não vende a sua força de trabalho em troca de um salário e não é desempregada.

Problemas contemporâneos do trabalho, nos quais se insere a economia dos setores populares, parecem insondáveis se não considerarmos uma matriz de desigualdade e pobreza que se reproduz ao longo da história. A forma em que ocorreu a transição para o trabalho livre e a incorporação dos trabalhadores na ordem capitalista e, no caso específico da Bahia, o nítido predomínio do capital mercantil, deixaram heranças profundas na

sociabilidade capitalista posterior. A reprodução do capital mercantil, ao longo do século XIX, não exigia o trabalho assalariado como pressuposto. Com a transição para o trabalho livre, não ocorreu a conversão do trabalho em trabalho assalariado. Na segunda metade do século XIX, a força de trabalho era majoritariamente formada por homens livres e escravos libertos. As relações de trabalho não se reduziam ao binômio senhor-escravo. Em Salvador, as atividades econômicas urbanas empregavam tanto escravos como libertos, trabalhando, entre outras atividades, como artesãos, lavadeiras, alfaiates, vendedores ambulantes, aguadeiros, barbeiros, músicos, artistas, pedreiros, carpinteiros, estivadores e carregadores de carga. Apesar de mercantilizado, não se tratava de trabalho assalariado. O homem livre e pobre é um personagem do Brasil colonial (LESSA, 2000). Ex-escravos e homens livres e pobres viriam a compor a matriz social de uma economia popular urbana, que antecede, se reproduz e se refaz com e apesar do desenvolvimento da ordem capitalista.

A versão brasileira dos direitos sociais ocorre apenas a partir de 1930. Entretanto, só quase cem anos após a Abolição e proclamação da República, a sociedade brasileira completou as bases institucionais da cidadania social, com a Constituição de 1988, reconhecendo a condição de trabalhador a todos que desenvolviam atividades fora da relação de trabalho assalariada (IVO, 2008a). O Brasil não chegou a ser uma sociedade salarial, no sentido de que a grande maioria da sua população tivesse encontrado emprego assalariado regulado pelo Estado (CARDOSO, 2010). O intenso crescimento da economia brasileira entre 1930 e 1980, com a geração de postos de trabalho numa velocidade superior à taxa de crescimento da PEA, parecia legitimar a concepção de que o crescimento econômico era a única política de emprego relevante, capaz de, por si só, promover a integração social pelo trabalho. Não foi isso o que aconteceu. Se, como afirma Castel (2012), a sociedade salarial se configura quando as prerrogativas relacionadas ao trabalho assalariado passam a cobrir os principais riscos sociais, e a possibilidade dessa generalização reside na generalização do próprio trabalho assalariado, o Brasil, na segunda década do século XXI, apresenta um quadro em que a reprodução da vida de parcelas significativas da população ocorre para além da norma da sociedade salarial. Em 2015, o emprego regular assalariado permanece num patamar que alcança pouco mais de 40% da PEA. Se a sociedade salarial não se define apenas por ser uma sociedade em que a maioria da população é assalariada, mas por ter inven-

tado um novo tipo de seguridade ligada ao trabalho, e não somente à propriedade como garantia contra os principais riscos da existência social, que são a doença, o acidente e a velhice sem pecúlio (CASTEL, 2013), o Brasil, na segunda década do século XXI, apresenta um quadro em que cerca de 50% da PEA se encontra fora das normas do trabalho protegido. Diferentemente do que ocorria até os anos 1970, não mais existem razões que permitam supor que um contingente dessa magnitude, abrangendo cerca de 50 milhões de pessoas, será engatado, como um resultado linear do crescimento econômico, ao emprego regular assalariado como forma de integração social pelo trabalho.

Este quadro contrasta com o teor e a direção das políticas de inserção produtiva. Compostas essencialmente pelo seguro-desemprego, pela intermediação e qualificação de mão de obra, essas políticas têm por referência primordial o emprego regular assalariado e a (re)inserção social via mercado de trabalho, excluindo, portanto, do seu horizonte, a maioria dos trabalhadores integrados à sociedade pela via do trabalho socialmente desprotegido. O apoio ao empreendedorismo têm por substrato a crença neoliberal que propõe aos desgarrados do mercado regular de trabalho que sejam os empresários de si mesmos. Depara-se com uma realidade em que 70% dos trabalhadores por conta própria não contribuem para a Previdência e, em sua maior parte, não podem ser compreendidos como microempresários, mas a partir da dinâmica peculiar da economia dos setores populares. As ações em apoio à economia solidária possuem um teor diferente: não buscam qualificar ou intermediar força de trabalho para o capital ou para os trabalhadores serem empresários de si próprios, mas para o trabalho que se realiza por meio da autogestão. Entretanto, o nítido predomínio de empreendimentos associativos localizados nos espaços rurais revela a pouca plausibilidade de inserção, por essa via, de milhões de trabalhadores que ganham o seu sustento com o trabalho individual ou familiar no âmbito de uma economia popular urbana. Tomando-se a estrutura ocupacional como matriz essencial da inserção social, os dados para o Brasil revelam a incapacidade das políticas tradicionais de superar essas condições desfavoráveis de inserção. Não se trata apenas de uma insuficiência das políticas, mas as dificuldades também resultam de uma problemática conceitual.

Tendo por base as visões de Fernand Braudel (1985a; 1996) sobre economia de mercado e capitalismo, de Paul Singer (1970) sobre o setor autônomo, de Milton Santos (2000) sobre o circuito inferior da economia,

de Razeto (1993) sobre a economia popular e de José Luis Coraggio (1998; 2000) sobre a passagem da economia popular para a economia do trabalho, propôs uma caracterização analítica da economia dos setores populares, para designar a realidade social representada, descritivamente, pelas situações-tipo. Assim, por *economia dos setores populares*, entendo o trabalho realizado de forma individual ou familiar e as diferentes modalidades de trabalho associativo denominadas de empreendimentos econômicos solidários. Essa economia possui uma dinâmica peculiar, marcada pela necessidade de prover e repor meios de vida, ancorada na utilização de recursos humanos próprios, englobando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital. Investimento produtivo, receitas, custos e consumo familiar estão misturados e voltados para a garantia da reprodução familiar. Não ocorre a mercantilização da força de trabalho. Os trabalhadores dessa economia produzem mercadorias, mas a sua força de trabalho não se constitui numa mercadoria. Ou seja, temos a *produção de mercadorias por uma não mercadoria*.

Este entendimento teórico orientou a adequação das bases estatísticas disponíveis, de forma a estimar a extensão e obter uma caracterização aproximada da ocupação e do perfil do trabalhador da economia dos setores populares nos espaços urbanos. Para o ano de 2015, com base nos dados da PNAD, os trabalhadores da economia popular urbana somavam cerca de 16 milhões de pessoas. Entre 2002 e 2015, a participação desses trabalhadores no conjunto da população ocupada se mantém inalterada em termos relativos (em torno de 20%), revelando o seu caráter estrutural e permanente. São modalidades de trabalho que permanecem nas fimbrias das relações sociais, para além das conjunturas de crise ou de expansão da economia. Comparando com a média da população ocupada, os trabalhadores da economia popular urbana possuem uma faixa etária mais elevada, começaram a trabalhar ainda muito jovens, possuem menor grau de escolaridade, estão ocupados na mesma atividade por um período maior de tempo, auferem uma renda média inferior e concentram-se nos estratos mais inferiores de renda. A grande maioria não recolhe para a Previdência Social. O longo tempo de existência da atividade e o fato de ser um trabalho realizado, majoritariamente, por chefes de família, indicam que não são atividades ocasionais, mas permanentes, e que ocupam um lugar relevante para a sustentação da vida do trabalhador e de sua família. Não é pequena a parcela destes empreendimentos que só se “viabiliza” pela reprodução de

situações de privação e carência de direitos: há uma disjunção entre trabalho e cidadania.

Os empreendimentos associativos, apesar dos avanços obtidos, sobretudo após a implantação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), apresentam grandes dificuldades e fragilidades em termos de instalações, equipamentos, financiamento, remuneração, proteção social etc. A sustentabilidade desses empreendimentos responde a requisitos não exclusivamente econômicos, mas a condições sociais singulares da reprodução coletiva em espaços rurais e urbanos. A diferença fundamental reside na natureza da relação entre o trabalho e os meios de produção. Diferentemente dos agricultores familiares, os trabalhadores urbanos, em geral, não dispõem de meios e objetos de trabalho e de uma produção prévia que sirva de base para um empreendimento associativo. Para estes trabalhadores, a obtenção de resultados positivos adquire uma urgência bem maior, sobretudo quando estes não possuem outra fonte de renda.

Os empreendimentos econômicos solidários representam, nas cidades, uma alternativa limitada ao desemprego. O seu potencial de desenvolvimento é condicionado pela extensão e características da economia dos setores populares, tal como existe concretamente nos espaços urbano e rural. Nestes termos, existem fortes razões teóricas e práticas para se analisar as condições de existência do trabalho individual no âmbito da economia popular urbana, se o que se busca é a compreensão das condições necessárias à sustentabilidade dos empreendimentos econômicos associativos. *Pensar a inserção social pelo trabalho no âmbito da economia solidária é pensar o popular.* A proposição aqui contida é que uma mudança de qualidade da economia dos setores populares não se contrapõe, mas favorece o desenvolvimento dos empreendimentos associativos populares.

Os empreendimentos da economia dos setores populares, seja sob a forma do trabalho individual, familiar ou associativo, estão inseridos no mercado, como todas as demais formas de produção. Num sentido inverso ao das análises geralmente aceitas, observo que o mercado se apresenta como um espaço de atuação dos movimentos sociais no enfrentamento de temas como trabalho, renda e políticas públicas, ensejando novas formas de se relacionarem com o Estado e com a sociedade. No campo, por exemplo, a luta pela terra se desdobrou em mobilizações por linhas de crédito adequadas à agricultura familiar, em atividades de beneficiamento e comercialização da produção, na criação de um mercado institucional, na

defesa de uma produção agroecológica, na definição de política de segurança alimentar, entre outras ações, assumidas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e por inúmeras organizações de trabalhadores em várias regiões do país. Nestas condições, a relação desses agentes com o mercado não ocorre na condição de consumidores, no campo da reprodução social, nem como vendedores da mercadoria força de trabalho. São ações que expressam uma interseção singular entre trabalho, mercado e reprodução social, que convergem com outras ações por direitos econômicos e sociais, *evidenciando a vigência da política onde a sua existência geralmente é ignorada.*

Retomando o que foi anunciado na Introdução deste livro, é possível visualizar, nestas considerações finais, que o percurso para a reconstrução teórica do trabalho na economia dos setores populares permite subverter visões naturalizadas pelos consensos ou, conforme Bourdieu (2010, p. 25), reunir o que o senso comum separa ou distinguir o que o senso comum confunde. Assim, o mercado se revela, neste estudo, não apenas como uma realidade econômica, mas, também, social e política. A luta por direitos sociais como princípios reguladores da economia não ocorre sempre externamente e em oposição ao mercado, mas, também, por meio do mercado. Também distingo economia dos setores populares de economia informal, e me afasto dessa noção como categoria analítica usualmente utilizada como referência para políticas de inserção social pelo trabalho nos países em desenvolvimento.

Neste percurso, reúno, sob a denominação de economia dos setores populares, o trabalho realizado de forma individual ou familiar e os empreendimentos associativos, que usualmente caminham separados nas análises predominantes, inclusive nas definições que embasam as políticas institucionais. No campo, essa relação é facilmente percebida pela vinculação entre a produção feita por agricultores familiares e o trabalho associativo de beneficiamento ou comercialização da produção. Ou seja, o trabalho associativo é uma atividade não agrícola, de comercialização ou beneficiamento da produção feita individualmente por cada unidade da agricultura familiar. Nas cidades, entretanto, o trabalho individual ou familiar, no âmbito da economia popular urbana, usualmente é classificado pela negatividade do trabalho informal, em oposição aos empreendimentos associativos. Uma das fragilidades e limitações da política de inserção por meio da economia solidária consiste, exatamente, nesta disjunção entre os empreendimentos associativos e os trabalhadores da economia popular urbana.

A análise conceitual da economia dos setores populares contribui para a percepção de uma realidade social que abrange, numa mesma dinâmica peculiar, um contingente de trabalhadores bem mais extenso do que aquele circunscrito aos empreendimentos econômicos associativos²⁰⁶. Na RMS, por exemplo, essa economia popular urbana totaliza cerca de 400 mil pessoas e os empreendimentos associativos não reúnem mais do que 1.000 pessoas. No Brasil, a economia popular urbana abarca cerca de 16 milhões de trabalhadores, inseridos em pleno mundo do mercado e do cálculo econômico, que ganham o “pão de cada dia” fora da ordem da sociedade salarial, sem os atributos do denominado empreendedorismo e os requisitos do trabalho associativo, para os quais a noção de informalidade mais confunde do que revela o que lhes há de peculiar. São estas pessoas que, nas cidades, integram os empreendimentos associativos. Entretanto, estão fora do horizonte conceitual e prático das ações predominantes de inserção social pelo trabalho, ou delas se aproximam apenas tangencialmente. Assim, uma abordagem conceitual da economia dos setores populares contribui para desvelar problemas contemporâneos do trabalho, sobretudo nos espaços urbanos, com implicações práticas para a proposição de políticas de inserção social pelo trabalho.

A relação entre o desenvolvimento e a economia popular solidária é usualmente analisada nos termos de um capital social, ou seja, como os empreendimentos dessa economia podem promover o desenvolvimento local ou influir num contexto mais amplo. Este estudo subverte essa relação. Ou seja, subjacente a uma mudança de qualidade da economia dos setores populares, aí incluído o trabalho individual, familiar ou associativo, encontra-se uma *ambiência*, que expressa não apenas as capacidades internas de cada empreendimento, mas também um espaço político, social e institucionalmente construído, que incida sobre o desenvolvimento dessa economia em condições mais favoráveis.

Num país como o Brasil, que experimentou, apenas parcialmente, o Estado de Bem-estar e onde um grande contingente de trabalhadores sempre esteve fora do emprego assalariado regular, a inserção pelo trabalho, no âmbito da economia dos setores populares, pode somar-se a outras iniciativas, antigas e novas, suscitadas pela vigência de práticas sociais transforma-

²⁰⁶ Como evidencia, por exemplo, a concepção teórica metodológica do *Programa Vida melhor Urbano* de inserção social para os trabalhadores da economia popular urbana, implementado pelo Governo estadual da Bahia (cf. FLEM, 2014).

doras. Representaria um passo e uma forma de caminhar, ao lado de outros, num itinerário pela desmercantilização da força de trabalho, considerando padrões de socialização da economia fora da relação do emprego. Não se trata de conceber políticas públicas direcionadas à economia dos setores populares como “coisa feita para pobre”, pequenininha, precária ou compensatória, mas de transformações que pressupõem uma reversão e luta cultural. A cultura, aqui entendida não como o mundo da leitura, das ideias, das letras ou das artes, mas como aquilo que deve ser repostado, dia a dia: a sustentação da vida, a decifração do mundo e as relações sociais. Em outras palavras, significa dizer: o trabalho, o conhecimento, a cidadania, que devem ser vividos, recriados e repostos a cada dia (cf. LARA, 2000). Entendida desta forma, a inserção social pelo trabalho no âmbito da economia dos setores populares não se resume a uma questão técnica ou estritamente econômica, mas assume uma feição essencialmente política.

ANEXOS

NOTAS METODOLÓGICAS PARA A IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHADOR DA ECONOMIA POPULAR URBANA COM BASE NOS MICRODADOS DA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO – PNAD – IBGE

Os procedimentos aqui descritos buscam identificar os trabalhadores da economia popular urbana, excluindo, portanto, os agricultores familiares. Embora, do ponto de vista conceitual adotado no presente estudo, os agricultores familiares integrem a economia dos setores populares, já existem estatísticas específicas que captam o perfil desses trabalhadores. O IBGE (2006), tendo por referência o conceito de “agricultura familiar”, já realizou uma delimitação estatística da mesma a partir das informações do Censo Agropecuário.

O número de trabalhadores da economia popular urbana pode ser identificado calculando os que residem no espaço urbano, o que inclui, portanto, aqueles que, embora residam nas cidades, desenvolvem atividades agrícolas, seja no espaço urbano ou rural. Também pode ser delimitado considerando apenas os trabalhadores não agrícolas, o que exclui, portanto, os trabalhadores agrícolas residentes nas cidades, mas inclui as pessoas que, embora residam no meio rural, realizam atividades não agrícolas.

Existe, portanto, uma diferença no número dos trabalhadores da economia popular residentes nos espaços urbanos, em relação aos trabalhadores não agrícolas. Fizemos os dois cálculos por três razões: i) para aferir a magnitude dessa diferença, mesmo partindo do suposto de ser muito pequena; ii) o cálculo dos trabalhadores da economia popular residentes nos espaços urbanos permite identificar a participação desses trabalhadores no total da população ocupada e na PEA urbana e, portanto, compará-los com a população desocupada, o que não seria possível calculando apenas os não agrícolas; e iii) o cálculo dos trabalhadores da economia popular não agrícola fornece, de forma mais rigorosa, um perfil dos trabalhadores que produzem exclusivamente bens e serviços não agrícolas, considerando as variáveis de renda, local de trabalho, horas trabalhadas, escolaridade, sexo, contribuição para previdência social etc. Optou-se, portanto, por realizar esses dois cálculos e utilizá-los de forma complementar.

O primeiro passo para a identificação do trabalhador da economia popular residente no espaço urbano foi tomar por referência a classificação da população urbana adotada pelo IBGE, que considera como domicílios em situação urbana “as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites.” (IBGE, 2014). Com base neste critério, delimitou-se a População Economicamente Ativa (PEA), a população ocupada por posição na ocupação e os desocupados para o Brasil Urbano e a Bahia Urbana. No caso da Região Metropolitana de Salvador, não se realizou a desagregação em rural e urbano, considerando o caráter essencialmente urbano da população ocupada nesta Região.

O segundo passo foi tomar por referência o que a PNAD classifica como condição da ocupação por conta própria, ou seja, “a pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.”.

O passo seguinte foi, considerando a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar (CBO Domiciliar), utilizada pelo IBGE, excluir dos trabalhadores por conta própria o agrupamento de “profissionais das ciências e das artes”, que abarca os profissionais liberais e profissionais de espetáculos (engenheiros, arquitetos, advogados, médicos, diretores de teatro etc.). Em 2015, os “profissionais das ciências e das artes”, classificados como trabalhadores por conta própria, representavam 9% do total dos 17,2 milhões desses trabalhadores. Esses profissionais se diferenciam não apenas pela renda média – 2,5 vezes superior à dos demais trabalhadores por conta própria –, mas pelas condições gerais do trabalho que realizam.

A subtração dos “profissionais das ciências e das artes” dos trabalhadores por conta própria, tal como definido pelo IBGE, fornece uma visão aproximada dos trabalhadores da economia popular residentes nos espaços urbanos, encontrando-se, para o Brasil e para a Bahia, um total de, respectivamente, 15.698.655 e 1.264.353 de trabalhadores. Deve-se observar que o resultado assim encontrado não distingue os que trabalham para o público dos que trabalham para a empresa, o que pode esconder uma forma de assalariamento ou assalariado disfarçado.²⁰⁷ Entretanto, parte-se do supos-

²⁰⁷ A PED, diferentemente da PNAD, realiza essa diferenciação.

to que estes últimos correspondem a um percentual pequeno em relação ao total do trabalhador por conta própria, no estrito senso.

Para o cálculo dos trabalhadores da economia popular urbana não agrícola, utilizou-se o mesmo procedimento anterior, excluindo-se do total dos trabalhadores por conta própria os “profissionais das ciências e das artes” e subtraindo, desse resultado, os trabalhadores agrícolas.

A diferença encontrada entre essas duas delimitações é muito pequena, correspondendo a cerca de 1,5% do total. Entretanto, para manter o rigor na análise do perfil do trabalhador da economia popular urbana e de sua participação na dinâmica da estrutura ocupacional ao longo do tempo, optou-se, pelas razões acima indicadas, por utilizar os dois cálculos, sob a denominação única de trabalhador da economia popular urbana. Sempre que pertinente, indica-se nas tabelas e gráficos, quando os dados excluem os trabalhadores agrícolas.

Delimitação do trabalhador da economia popular urbana e não agrícola

Delimitação	Brasil	Bahia
Trabalhador da economia popular urbana	15.698.655	1.264.353
Trabalhador da economia popular urbana não agrícola	15.975.696	1.277.789
Diferença	277.041	13.436

Fonte: Microdados PNAD – IBGE. Elaboração própria.

NOTAS METODOLÓGICAS PARA A IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHADOR DA ECONOMIA POPULAR URBANA, COM BASE NOS MICRODADOS DA PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO

Os conceitos utilizados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) aqui apresentados estão contidos no documento “Sistema PED. Metodologia utilizada”.²⁰⁸ As citações realizadas nos parágrafos que seguem se referem sempre às páginas desse documento.

Para a identificação do trabalhador da economia popular urbana, a partir da base de dados da PED, tomou-se por referência o que essa pesquisa classifica como trabalhador *autônomo para o público*. Diferentemente do IBGE, a PED diferencia o trabalhador por conta própria ou autônomo, em autônomo para o público, autônomo para empresa e profissional universitário autônomo.

Como *autônomo para empresa*, a PED considera “o indivíduo que trabalha por conta-própria sempre para determinada(s) empresa(s) ou pessoa(s), mas não tem uma jornada de trabalho prefixada contratualmente e nem trabalha sob o controle direto da empresa, tendo, portanto, como o autônomo típico que trabalha para o público, liberdade para organizar seu próprio trabalho (horário, forma de trabalhar, ter ou não ajudantes). Essa categoria inclui também o empregado vinculado a uma empresa, que recebe exclusivamente por produção, cujo vínculo empregatício não é expressamente formalizado em contrato de trabalho assalariado, mas sim em contrato de autônomo” (Sistema PED, p. 64).

A PED classifica como profissional universitário autônomo “o profissional liberal que não tem contrato de autônomo com uma empresa, exerce uma atividade compatível com a sua formação universitária, sem nenhum empregado ou com até, no máximo, dois empregados remunerados permanentes, podendo ter um escritório ou consultório próprio ou, ainda, prestar seus serviços a várias empresas. Caso o profissional universitário tenha mais de dois empregados ele é considerado como empregador” (Sistema PED, p. 64).

²⁰⁸ Disponível em <http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.html>. Acesso em 04 abr. 2018.

Assim, a partir dos dados da PED, a identificação do trabalhador da economia popular urbana corresponde ao conjunto dos trabalhadores que se encontram nas seguintes situações:

- *Autônomo para o público ocupado*: “pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s), ou ainda com a ajuda de trabalhador(es) familiar(es) e, eventualmente, tem algum ajudante remunerado em períodos de maior volume de trabalho. O indivíduo classificado nessa categoria presta os seus serviços diretamente ao consumidor, sem ser o intermediário de uma empresa ou pessoa, tendo liberdade (autonomia) para organizar seu próprio trabalho e, portanto, para determinar sua jornada de trabalho, assim como para ter ou não ajudantes e/ou sócios” (Sistema PED, p. 64);

- *Desempregado com bico desde que classificado na situação de autônomo para o público*. O trabalho com *bico* é identificado na PED como desemprego oculto pelo trabalho precário, ou seja, “pessoas que realizaram, nos últimos 30 dias, algum trabalho casual de auto-ocupação (atividades remuneradas eventuais e instáveis) ou trabalho não remunerado de ajuda a negócios de parentes e que procuraram substituir este trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, por meio de providências concretas para obter um emprego assalariado ou um trabalho regular de auto-ocupação. Incluem-se também pessoas que, não tendo procurado trabalho neste período, o fizeram, sem êxito, até 12 meses atrás, por pelo menos 15 dias” (Sistema PED, p. 15).

- *Pessoas em situação de desemprego aberto, cuja última ocupação tenha sido autônomo para o público*. A PED identifica como desemprego aberto a situação das pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias (Sistema PED, p.15);

- *Pessoas em situação de desemprego oculto pelo desalento, cuja última ocupação tenha sido autônomo para o público*. A PED identifica como desemprego oculto pelo desalento a situação das pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses (Sistema PED, p. 15);

- *Inativos com trabalho ocasional na condição de autônomos para o público*. A PED identifica os inativos como a parcela da População em Idade Ativa

(PIA) que não foi classificada como ocupada ou desempregada. Além dos inativos sem trabalho, a PED também identifica os inativos com trabalho ocasional, ou seja, as pessoas que eventualmente trabalharam nos últimos 30 dias, porque lhes sobrou tempo de seus afazeres principais e que não procuraram trabalho nesse período.

A agregação dessas categorias permite uma quantificação e uma caracterização mais precisa do conjunto dos trabalhadores que, ao longo do ano, exerceram atividades no âmbito da economia popular urbana.

Para efeito da presente metodologia, considera-se como *População Economicamente Ativa (PEA) ampliada* a população formada pela PEA, tal como definida na PED (parcela da População em Idade Ativa que está ocupada ou desempregada), acrescida dos inativos com trabalho ocasional.

Em resumo, o trabalhador da economia popular urbana delimitado a partir desses procedimentos, corresponde ao conjunto formado pelos autônomos para o público ocupados, acrescidos dos desempregados com bico na situação de autônomos para o público, dos desempregados cuja última ocupação tenha sido autônomo para o público e dos inativos com trabalho ocasional na condição de autônomos para o público.

TABELAS

Tabela 27 – PEA, população ocupada e trabalhador da economia popular urbana por condição na ocupação. Brasil – Bahia e RMS – 2015.

Condição	Brasil	Bahia	RMS
População economicamente ativa (PEA)	89.801.242	5.688.109	2.243.244
População ocupada	80.293.212	4.949.741	1.888.464
Empregado com carteira	34.595.601	1.625.452	846.299
Empregado sem carteira	10.865.549	887.705	231.488
Trabalhador da economia popular urbana	15.698.655	1.264.353	401.139
Contribuinte	45.49.952	206.925	74.251
Não contribuinte	11.148.703	1.057.428	326.888
Desocupados	9.508.030	738.368	354.780

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

Tabela 28 – Trabalhador da economia popular urbana por contribuição para a Previdência Social. Brasil, 2002 – 2008 – 2015. (Em %)

Trabalhador da economia popular urbana	Ano		
	2002	2008	2015
Contribuinte	14,4	15,5	29,0
Não contribuinte	85,6	84,5	71,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2002-2015. Elaboração própria.

Tabela 29 – Trabalhador da economia popular urbana por contribuição para a Previdência Social. Bahia, 2002 – 2008 – 2015. (Em %)

Trabalhador da economia popular urbana	Ano		
	2002	2008	2015
Contribuinte	6,0	8,0	16,4
Não contribuinte	94,0	92,0	83,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2002-2015. Elaboração própria.

Tabela 30 – Trabalhador da economia popular urbana por contribuição para a Previdência Social. RMS, 2002 – 2008 – 2015. (Em %)

Trabalhador da economia popular urbana	Ano		
	2002	2008	2015
Contribuinte	10,2	8,5	18,5
Não contribuinte	89,8	91,5	81,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2002-2015. Elaboração própria.

Tabela 31 – Tempo de permanência no trabalho principal. Categorias selecionadas. Brasil não agrícola – 2015. (Em %)

Categorias	Anos						
	Até 1	2 a 3	4 a 5	6 a 7	8 a 9	10 ou mais	Total
População ocupada	29,5	19,6	12,2	6,1	4,6	28,0	100,0
Empregado com carteira	33,6	23,5	13,7	6,6	4,7	18,0	100,0
Empregado sem carteira	50,7	19,8	9,1	3,9	2,9	13,5	100,0
Economia popular urbana	18,4	16,4	12,6	6,1	4,9	41,6	100,0

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

Tabela 32 – Tempo de permanência no trabalho principal. Categorias selecionadas. Bahia não agrícola – 2015. (Em %)

Categorias	Anos						
	Até 1	2 a 3	4 a 5	6 a 7	8 a 9	10 ou mais	Total
População ocupada	33,1	18,7	10,3	6,0	4,5	27,3	100,0
Empregado com carteira	36,5	23,6	12,0	6,4	4,5	17,1	100,0
Empregado sem carteira	52,4	18,9	7,5	4,5	3,7	13,0	100,0
Economia popular urbana	23,0	15,7	10,9	6,1	4,9	39,4	100,0

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

Tabela 33 – Tempo de permanência no trabalho principal. Categorias selecionadas RMS – 2015. (Em %)

Categorias	Anos						Total
	Até 1	2 a 3	4 a 5	6 a 7	8 a 9	10 ou mais	
População ocupada	32,3	20,2	12,1	6,3	4,7	24,5	100,0
Empregado com carteira	35,3	24,2	12,9	6,6	5,1	15,9	100,0
Empregado sem carteira	57,8	17,1	7,4	3,8	2,2	11,8	100,0
Conta própria	23,3	18,1	12,7	6,8	4,8	34,4	100,0
Economia popular urbana	23,6	17,8	12,6	7,0	4,9	34,1	100,0

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

Tabela 34 – População ocupada, empregados e trabalhador da economia popular urbana por faixa de renda. Brasil não agrícola – 2015. (Em %)

Categorias	Até ½	Mais de ½ a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Acima de 10	Total
População ocupada	7,4	18,9	40,9	14,1	9,7	6,3	2,7	100,0
Empregado com carteira	0,3	12,6	53,3	17,2	9,6	5,0	2,0	100,0
Empregado sem carteira	10,3	35,1	36,8	8,5	5,4	2,8	1,0	100,0
Trabalhador economia popular urbana	13,2	22,7	35,5	14,2	9,2	4,1	1,0	100,0
Contribuinte	3,0	12,8	35,0	20,7	17,4	8,8	2,3	100,0
Não contribuinte	17,2	26,6	35,6	11,7	6,0	2,3	0,5	100,0

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

Tabela 35 – População ocupada, empregados e trabalhador da economia popular urbana por faixa de renda. Bahia não agrícola – 2015. (Em %)

Categorias	Até ½	Mais de ½ a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Acima de 10	Total
População ocupada	14,8	34,0	32,8	8,3	5,5	3,4	1,2	100,0
Empregado com carteira	0,6	32,4	47,9	10,4	5,3	2,5	0,8	100,0
Empregado sem carteira	17,9	45,7	26,5	4,6	3,0	1,4	0,8	100,0
Economia popular urbana	23,7	32,2	30,7	7,5	3,9	1,8	0,2	100,0
Contribuinte	6,0	22,1	39,6	14,8	11,9	4,8	0,7	100,0
Não contribuinte	27,0	34,1	29,1	6,1	2,3	1,3	0,1	100,0

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

Tabela 36 – População ocupada, empregados e trabalhador da economia popular urbana por faixa de renda. RMS – 2015. (Em %)

Categorias	Até ½	Mais de ½ a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Acima de 10	Total
População ocupada	9,6	29,4	37,4	10,0	7,1	4,7	1,9	100
Empregado com carteira	0,6	26,2	49,9	12,2	6,6	3,4	1,2	100
Empregado sem carteira	14,5	41,0	30,2	6,1	4,2	3,1	0,9	100
Trabalhador economia popular urbana	22,0	29,4	31,8	8,4	5,6	2,4	0,3	100
Contribuinte	5,0	23,1	38,5	12,7	15,4	4,5	0,9	100
Não contribuinte	25,9	30,9	30,3	7,4	3,4	1,9	0,2	100

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

Tabela 37 – Renda média. Brasil não agrícola – 2015.

Categorias	Rendimento médio (R\$)
População ocupada	1.844,22
Empregado com carteira	1.828,22
Empregado sem carteira	1.253,85
Trabalhador economia popular urbana	1.435,52
Contribuinte	2.112,11
Não contribuinte	1.170,40

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

Tabela 38 – Renda média. Bahia não agrícola – 2015.

Categorias	Rendimento médio (R\$)
População ocupada	1.291,44
Empregado com carteira	1.380,71
Empregado sem carteira	959,08
Trabalhador economia popular urbana	937,34
Contribuinte	1.589,25
Não contribuinte	815,35

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

Tabela 39 – Trabalhador da economia popular urbana ocupado por ramo de atividade. Brasil não agrícola – 2015.

Ramo de atividade	%
Total	100,0
Outras atividades industriais	0,2
Indústria de transformação	11,3
Construção	24,4
Comércio e reparação	29,4
Alojamento e alimentação	8,1
Transporte, armazenagem e comunicação	9,1
Educação, saúde e serviços sociais	1,7
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	11,0
Outras atividades	4,5
Atividades mal definidas	0,3

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

Tabela 40 – Trabalhador da economia popular urbana ocupado por ramo de atividade. Bahia não agrícola – 2015.

Ramo de atividade	%
Total	100,0
Outras atividades industriais	0,2
Indústria de transformação	8,4
Construção	26,3
Comércio e reparação	30,6
Alojamento e alimentação	10,1
Transporte, armazenagem e comunicação	10,1
Educação, saúde e serviços sociais	1,8
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	9,6
Outras atividades	2,5
Atividades mal definidas	0,3

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

Tabela 41 – População ocupada, empregados e trabalhador da economia popular urbana segundo a jornada de trabalho. Brasil não agrícola – 2015. (Em %)

Categorias	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 horas ou mais	Total
População ocupada	4,9	21,1	51,4	22,6	100,0
Empregado com carteira	2,0	9,9	65,0	23,1	100,0
Empregado sem carteira	5,0	31,1	44,0	19,9	100,0
Economia popular urbana	8,1	27,3	35,9	28,7	100,0

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

Tabela 42 – População ocupada, empregados e trabalhador da economia popular urbana segundo a jornada de trabalho. Bahia não agrícola – 2015. (Em %)

Categorias	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 horas ou mais	Total
População ocupada	5,7	24,8	49,8	19,7	100,0
Empregado com carteira	1,3	11,6	66,9	20,2	100,0
Empregado sem carteira	5,6	31,7	45,9	16,8	100,0
Economia popular urbana	9,3	31,7	35,0	24,0	100,0

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

Tabela 43 – População ocupada, empregados e trabalhador da economia popular urbana segundo a jornada de trabalho. RMS – 2015. (Em %)

Categorias	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 horas ou mais	Total
População ocupada	5,3	24,3	49,8	20,6	100,0
Empregado com carteira	1,7	13,0	65,2	20,1	100,0
Empregado sem carteira	6,4	36,7	36,6	20,3	100,0
Conta própria	9,8	35,9	31,2	23,0	100,0
Economia popular urbana	10,1	34,9	31,4	23,6	100,0
Profissionais das ciências e das artes	5,8	53,6	27,5	13,0	100,0

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

Tabela 44 – Trabalhador da economia popular urbana segundo o local de trabalho por sexo. Brasil não agrícola – 2015. (Em %)

Local de trabalho	Total	Homens	Mulheres
Loja, oficina, fábrica, escritório, escola, repartição pública, galpão etc.	31,4	30,8	32,4
No domicílio em que morava	20,7	8,6	43,7
Em domicílio de empregador, patrão, sócio ou freguês	2,0	1,1	3,8
Em local designado pelo empregador, cliente ou freguês	31,4	41,7	11,7
Em veículo automotor	6,7	9,9	0,8
Em via ou área pública	7,7	7,8	7,5
Outro	0,1	0,2	
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

Tabela 45 – Trabalhador da economia popular urbana segundo o local de trabalho por sexo. Bahia não agrícola – 2015. (Em %)

Local de trabalho	Total	Homens	Mulheres
Loja, oficina, fábrica, escritório, escola, repartição pública, galpão etc.	26,1	26,4	25,5
No domicílio em que morava	18,6	5,6	44,1
Em domicílio de empregador, patrão, sócio ou freguês	1,6	0,8	3,3
Em local designado pelo empregador, cliente ou freguês	33,4	43,0	14,9
Em veículo automotor	7,8	11,6	0,4
Em via ou área pública	12,3	12,5	11,9
Outro	0,2	0,3	
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

Tabela 46 – População ocupada, empregados e trabalhador da economia popular urbana por sexo. Brasil não agrícola – 2015. (Em %)

Categorias	Masculino	Feminino	Total
População ocupada	55,2	44,8	100,0
Empregado com carteira	59,3	40,7	100,0
Empregado sem carteira	60,5	39,5	100,0
Economia popular urbana	65,5	34,5	100,0

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

Tabela 47 – População ocupada, empregados e trabalhador da economia popular urbana por sexo. Bahia não agrícola – 2015. (Em %)

Categorias	Masculino	Feminino	Total
População ocupada	54,1	45,9	100,0
Empregado com carteira	59,9	40,1	100,0
Empregado sem carteira	59,7	40,3	100,0
Economia popular urbana (não agrícola)	66,1	33,9	100,0

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

Tabela 48 – População ocupada, empregados e trabalhador da economia popular urbana por sexo. RMS – 2015. (Em %)

Categorias	Masculino	Feminino	Total
População ocupada	52,6	47,4	100,0
Empregado com carteira	58,9	41,1	100,0
Empregado sem carteira	56,2	43,8	100,0
Economia popular urbana	58,2	41,8	100,0

Fonte: Microdados PNAD IBGE, 2015. Elaboração própria.

